



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

GABRIELA DE RESENDE FERREIRA

**PARTICIPAÇÃO, PERSONALISMO E DEMOCRACIA NO  
BRASIL CONTEMPORÂNEO:  
ANÁLISE DA PRÁTICA POLÍTICA DE UMA ASSOCIAÇÃO DE  
MORADORES À LUZ DAS REFLEXÕES DE SÉRGIO BUARQUE  
DE HOLANDA**

GABRIELA DE RESENDE FERREIRA

**PARTICIPAÇÃO, PERSONALISMO E DEMOCRACIA NO  
BRASIL CONTEMPORÂNEO:  
ANÁLISE DA PRÁTICA POLÍTICA DE UMA ASSOCIAÇÃO DE  
MORADORES À LUZ DAS REFLEXÕES DE SÉRGIO BUARQUE  
DE HOLANDA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José de Rezende

Londrina  
2009

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.  
Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

F383p Ferreira, Gabriela de Resende.  
Participação, personalismo e democracia no Brasil contemporâneo :  
análise da prática política de uma associação de moradores à luz das  
reflexões de Sérgio Buarque de Holanda / Gabriela de Resende Ferreira.  
– Londrina, 2009.  
210 f. : il.

Orientador: Maria José de Rezende.  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de  
Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais, 2009.  
Bibliografia: f. 144-151.

1. Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982 – Teses. 2. Sociologia  
política – Teses. 3. Democracia – Brasil – Teses. 4. Cultura política – Teses.  
5. Participação social – Teses. I. Rezende, Maria José de. II. Universidade  
Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316.334.3

GABRIELA DE RESENDE FERREIRA

**PARTICIPAÇÃO, PERSONALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DA PRÁTICA POLÍTICA DE UMA  
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES À LUZ DAS REFLEXÕES DE SÉRGIO  
BUARQUE DE HOLANDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Maria José de Rezende  
Profa. Orientadora  
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

---

Prof. Dr. Luis Antônio Francisco de Souza  
Prof. Titular  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

---

Prof. Dr. Marcos Cesar Alvarez  
Prof. Titular  
Universidade de São Paulo (USP)

Londrina, 24 de novembro de 2009.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - pelo apoio financeiro (bolsa de mestrado - 12 meses).

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, em especial ao Coordenador, Prof. Dr. Eliel Machado, pelo apoio institucional.

Aos funcionários da Secretaria de Pesquisa e Pós-graduação do Centro de Ciências Humanas, especialmente à funcionária Rosana, pela dedicação e presteza na resolução dos aspectos mais burocráticos da jornada.

A Dra. Maria José de Rezende, pela orientação, pelos momentos alegres compartilhados e por sua capacidade verdadeiramente altruísta de se dedicar à pesquisa da realidade brasileira.

Aos professores Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva e Dr. Luis Antônio Francisco de Souza, pelas importantes reflexões à pesquisa tecidas durante a banca de qualificação.

Ao Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria, professor e mestre mineiro, a quem devo meu despertar à pesquisa social.

A todos aqueles que contribuíram para a realização da pesquisa, em especial aos entrevistados do bairro estudado que, gentilmente, não se importaram em compartilhar suas práticas de vida.

Ao "seu Zé" e à "dona Salci", meus pais.

Ao Ico, pelos inúmeros debates proporcionados ao longo da jornada, pelo companheirismo e pela amorosa paciência.

FERREIRA, Gabriela de Resende. **Participação, personalismo e democracia no Brasil contemporâneo**: análise da prática política de uma associação de moradores à luz das reflexões de Sérgio Buarque de Holanda. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2009.

## RESUMO

Trata-se de pensar o recente processo de democratização brasileiro a partir da análise da inter-relação entre dois aspectos que se complementam: a cultura política e as formas legalizadas de participação social. A problemática situa-se na análise de como a permanência de elementos personalistas na cultura política brasileira influenciam na capacidade de se aprofundar a participação social. Isto, na medida em que a formação social brasileira se fundamenta em elementos que negam aspectos alicerçantes dessa participação (tal como o receio à publicização do debate). Para tanto, buscou-se, pela análise das relações entre os moradores de um bairro com uma Associação de Moradores, e entre esta e o poder público municipal (o executivo), o referencial empírico da pesquisa. A Associação de Moradores está situada em um pequeno município do interior do estado do Paraná - Campo Mourão. A persistência de elementos culturais brasileiros que historicamente negam a ampliação da participação social nas relações sócio-políticas do município exige que o tema democracia participativa seja repensado a partir de perspectivas brasileiras. Na presente pesquisa, foram utilizados os conceitos de Sérgio Buarque de Holanda (personalismo, cordialidade e aversão ao conflito), presentes em Raízes do Brasil.

**Palavras-chave:** Democracia no Brasil. Cultura política. Personalismo. Cordialidade. Aversão ao conflito. Participação social. Sérgio Buarque de Holanda.

FERREIRA, Gabriela de Resende. **Participation, personalism and democracy in contemporary Brazil**: analysis of political practice inside a Local Community Association, through Sérgio Buarque de Holanda's reflections. 2009. 212 p. Dissertation (Master's in Social Sciences) – State University of Londrina, Londrina, 2009.

### **ABSTRACT**

The research proposes to reflect on the recent Brazilian democratization process through the analysis of the interrelationship between two complementary aspects: the political culture and the institutionalized forms of social participation. The central question lies in the analysis of how the persistence of personalistic elements in Brazilian political culture can influence the capacity of increase social participation. This occurs due to the fact that Brazilian social and political formations are based on elements that deny founding aspects of this same participation (such as the fear to practice public debate). That is why the empirical reference in the analysis of the relationships between inhabitants of an area with their Local Community Association, and the relation between this Association and the local authority (the executive power) were researched. The Local Community Association is located in a small town called Campo Mourão in the state of Paraná. The persistence of Brazilian cultural elements, which historically deny the enlargement of social participation in political and social relationships in the town, demands that the theme about participative democracy be reconsidered through Brazilian perspective. The concepts created by Sérgio Buarque de Holanda which are presents in his book denominated *Raízes do Brasil* (such as personalism, cordialism and conflict aversion) were used as the theoretical basis of this research.

**Keywords:** Brazil's democracy. Political culture. Personalism. Cordiality. Conflict aversion. Social participation. Sérgio Buarque de Holanda.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Comparativo de Análise .....	76
<b>Quadro 2</b> – Variação do tamanho dos municípios brasileiros por número de habitantes .....	87
<b>Quadro 3</b> – Movimento Partidário do Poder Executivo no Município de Campo Mourão (1947-2008).....	90
<b>Quadro 4</b> – Movimento Partidário do Poder Legislativo no Município de Campo Mourão (1947-1963) .....	91
<b>Quadro 5</b> – Movimento Partidário do poder Legislativo no Município de Campo Mourão (1982-2008) .....	92
<b>Quadro 6</b> – Periodicidade e Participação Popular nas Reuniões da Associação Moradores do Lar Paraná .....	97
<b>Quadro 7</b> – Síntese Interpretativa a partir de Conceitos Tecidos por Sérgio Buarque de Holanda.....	105

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: TRAJETÓRIA DO DEBATE A PARTIR DOS ANOS 1980</b> .....	23
1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO NO DEBATE DEMOCRÁTICO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	23
1.2 A VIRADA TEÓRICA E CATEGÓRICA NO DEBATE SOBRE A DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	28
1.2.1 Teoria Democrática e Democracia Deliberativa: a Abordagem Habermasiana.....	28
1.2.2 (Re)Democratizar o Brasil: Participação, Esfera Pública e “Nova Sociedade civil” .....	34
1.2.3 Esfera Pública e (Re)democratização no Brasil Contemporâneo: Apontamentos Críticos .....	52
1.3 (RE) PENSAR A DEMOCRACIA NO BRASIL: DO NORMATIVISMO HEGEMÔNICO À PRAGMÁTICA DE SÉRGIO BUARQUE HOLANDA .....	61
<b>2 PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM LAR PARANÁ – CAMPO MOURÃO (PR)</b> .....	78
2.1 A TRAJETÓRIA DE PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES URBANOS NA RECONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA AO LONGO DAS DÉCADAS DE 1980 E DE 1990 .....	78
2.1.1 Os Movimentos Populares como Novos Agentes da Ação Democrática Brasileira ao Longo dos Anos 1980 .....	80
2.1.2 A Década de 1990 e a “Emergência” da Sociedade Civil: Organizações Não- Governamentais, Terceiro Setor e a “Parceria Entre Estado E Sociedade Civil” (Oscips) .....	81
2.2 O PROCESSO DEMOCRÁTICO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO E A EMERGÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM LAR PARANÁ (AMOLP) .....	85
2.2.1 O Município de Campo Mourão: Seleção e Problematização .....	87
2.2.2 A Constituição da Associação de Moradores e sua Trajetória Histórica no Contexto da Redemocratização Brasileira .....	93

2.2.3 Análise dos Entraves Políticos e Culturais ao Desenvolvimento de Práticas de Participação Democrática na Associação de Moradores .....	98
<b>3 PERSONALISMO E AVERSÃO AO CONFLITO: PRÁTICAS QUE INIBEM A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO .....</b>	<b>100</b>
3.1 PRÁTICAS POLÍTICAS EM CAMPO MOURÃO: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	102
3.1.1 E o Personalismo, Persiste? .....	108
3.1.2 As Práticas Políticas Municipais sob o Cenário da Cordialidade.....	120
3.1.3 A Absorção de Desentendimentos e a Prática Política Municipal .....	124
3.2 PERSONALISMO, CORDIALIDADE E A AVERSÃO AO CONFLITO COMO OBSTÁCULOS À DEMOCRATIZAÇÃO PARTICIPATIVA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO .....	129
3.2.1 Corsi e Recorsi (Fluxos e Refluxos): A Redemocratização Brasileira (1985) e os Avanços Democráticos no Município de Campo Mourão .....	129
3.2.2 Personalismo como Obstáculo à Democracia Municipal .....	131
3.2.3 Práticas Cordiais como Obstáculos à Democratização no Município de Campo Mourão .....	134
3.2.4 Como a Aversão ao Conflito Obstariza o Processo de Democratização Municipal .....	136
3.3 Elemento-Surpresa das Entrevistas: como a Não-Participação e a Violência Moldam as Práticas Sócio-Políticas Municipais .....	139
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>156</b>
APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DE PARTE DAS ENTREVISTAS .....	157
APÊNDICE B – VARIAÇÃO TEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA .....	196
APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	203

<b>ANEXOS</b> .....	205
ANEXO A – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO .....	206
ANEXO B – MODELOS DE OFÍCIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL .....	207
ANEXO C – LEGISLAÇÃO .....	209

## INTRODUÇÃO

O presente estudo busca analisar as relações sócio-políticas da Associação de Moradores do Jardim Lar Paraná (localizada no município de Campo Mourão, Paraná). A finalidade é compreender que entraves culturais e políticos envolvem o processo de democratização no Brasil contemporâneo.

A pesquisa justifica-se na medida em que propõe repensar a democratização no Brasil contemporâneo a partir de entraves histórico-culturais presentes nas práticas políticas da sociedade brasileira. A possibilidade de ampliação da participação social no recente processo de democratização (por meio da criação de diferentes mecanismos de participação popular e soberana na Constituinte de 1988) ainda esbarra em entraves culturais e políticos que estruturam a sociabilidade no Brasil, tais como a pessoalidade, a cordialidade, a aversão ao conflito. Esses entraves facilitam, em alguns casos, a persistência de vícios seculares da política brasileira, tais como o clientelismo, o patrimonialismo, o fisiologismo, entre outros. Nesse sentido, mesmo recentes estudos sobre alternativas institucionalizadas de participação democrática (como os estudos sobre as experiências de Orçamento Participativo) revelam a necessidade da preexistência de práticas participativas em nível social para que a política institucional seja bem sucedida (AVRITZER, 2003).

Dessa forma, a presente pesquisa trata de aprofundar o debate sobre a construção do processo democrático no Brasil contemporâneo e, mais especificamente, os formatos diversificados por meio dos quais tal processo se consolida no cotidiano urbano do interior brasileiro. Nesse sentido, a presente seção desdobra-se em duas grandes linhas de raciocínio: (a) retomar, brevemente, o debate acerca da democracia no Brasil a partir de uma digressão de longo prazo, ou seja, levando-se em consideração o processo histórico na discussão democrática brasileira; (b) retirar, desse debate, a proposta de estudo que se pretende realizar (objeto), sua problemática, bem como a hipótese principal e, ainda, como se pretende realizar a pesquisa proposta (procedimentos metodológicos).

O recente debate acerca da redemocratização brasileira (após 1985) e de seu aprofundamento tem feito emergir um conjunto de indagações que, ao longo de aproximadamente duas décadas, tem norteado as discussões acadêmicas (dentro da ciência política e da sociologia política no Brasil). Entre as indagações, existem algumas que fundamentam especificamente a construção do presente objeto de estudo: após mais de vinte anos de reabertura política no Brasil, como o processo de reconstrução do regime democrático

brasileiro se desdobra? Para além das questões procedimentais e representativas que normalmente cercam tal processo (eleições periódicas e diretas em todas as esferas da federação, o respeito aos direitos políticos, a organização do parlamento e o respeito à divisão dos poderes), como o processo de democratização se aprofunda no Brasil contemporâneo? Em outras palavras, como os temas da representação formal e da participação popular têm sido discutidos e utilizados na ampliação do processo de democratização brasileira nos últimos anos?

Antes de passar à discussão específica sobre a ampliação, ou não, da participação popular no processo de democratização no Brasil contemporâneo, faz-se breve descrição das singularidades que envolveram o processo de realização do regime democrático brasileiro ao longo das últimas décadas do século XX.

O surgimento dos movimentos populares (movimentos sindicais, movimentos populares urbanos, entre outros) a partir da segunda metade dos anos setenta fez com que emergisse um novo debate acerca da democratização do espaço político brasileiro: o aparecimento dos movimentos sociais como novos sujeitos na cena política e a conseqüente criação de efetivas condições para o exercício pleno e universal da democracia no país (PAOLI, 1995, DOIMO, 1995). Longe de caminhar a partir de um molde homogêneo, tal debate foi cercado por nuances diversificadas a respeito do grau de participação desses novos agentes políticos (movimentos sociais) e das influências efetivas de tal participação no processo de democratização brasileira.

Este período (segunda metade dos anos setenta e início dos anos 80) foi bastante fértil em termos de análises intelectuais sobre o papel desses novos sujeitos populares no espaço de participação política brasileiro. Podem-se considerar três principais elementos norteadores do debate aí instaurado: (a) o processo de democratização como o resultado de pressões exercidas por estes novos atores (movimentos sociais); (b) o alargamento do espaço da participação política por estes movimentos sociais e (c) a criação de práticas diferenciadas responsáveis por um movimento de reinvenção democrática no Brasil (desmascarando e deslegitimando o processo de “abertura” controlado pelos militares).

Eder Sader (1988) em *Quando Novos Personagens Entram em Cena*, argumenta que a emergência dos movimentos sociais no Brasil dos anos setenta contribuiu para a emergência simultânea de um novo espaço para a expressão política dos trabalhadores. Contudo, estes novos movimentos não eram homogêneos, de modo que sindicatos, parte da Igreja (movimentos eclesiais de base), movimentos populares e de bairro - todos que se movimentavam naquele período -, foram importantes, de alguma maneira, como agentes da

democratização em curso. Assim, Sader acredita que os movimentos sociais daquele período foram os responsáveis por abrir espaço para a atuação política desses novos setores. Como tais atores possibilitariam, então, a reinvenção da democracia no Brasil? Sader afirmava que à medida que movimentos populares politizaram espaços antes restritos à esfera privada (fábrica, ou bairro, por exemplo), foi emergindo uma nova sociabilidade capaz de garantir não só a consolidação da abertura política, mas de conquistar (e não receber) direitos sociais e políticos (SADER, 1988).

Em consonância com Sader (1988), Krischke e Mainwaring (1986) constataram que uma das principais conseqüências da expansão das demandas populares para a democratização brasileira foi o redimensionamento de sua participação na vida pública. Assim, em vez de servirem como “fantoques” nas mãos de grupos detentores do poder, a exposição de demandas mostrou que não havia um simples ajuste dos setores populares ao projeto de abertura democrática. Da mesma forma, Kowarick, em texto de 1987, analisa que a deslegitimação do regime militar só foi possível graças à participação também dos movimentos populares e que a reinvenção democrática no Brasil se devia exatamente à crescente pressão que tais agentes exerciam naquele momento.

No mesmo sentido seguem as análises de Octávio Ianni (1980) acerca do papel de tais movimentos para a reinvenção democrática. Além disso, o autor argumenta que as lutas em bairros e dos sindicatos durante os anos setenta e oitenta serviram para desmascarar o engodo da redemocratização e da abertura política (proclamada pelos militares), na medida em que tais lutas evidenciaram que o processo de liberalização não considerava os interesses dos trabalhadores. Em *O ABC da Classe Operária*, Ianni (1980) afirma que os metalúrgicos souberam agir em prol da democracia ao desmascaram a ditadura e sua “distensão lenta e gradual”. O que se buscava, então, como proposta de democracia pelos trabalhadores “era uma democracia popular onde o trabalhador tivesse voz e voto e participasse de fato do processo político e do produto do trabalho” (IANNI, 1980, p. 41).

Outro autor que buscou discutir a questão da redemocratização por meio do debate em torno da emergência de movimentos sociais, populares e sindicais, foi José A. Moisés. Em *Alternativas populares da democracia*, livro de 1982, Moisés argumenta que outras alternativas democráticas que emergiram da “sociedade brasileira”, neste período, também devem ser incluídas no debate sobre redemocratização. Uma questão crucial para o autor era pensar, assim, a democracia a partir do fator cidadania. Ou seja, repensar a ampliação do espaço político brasileiro do fim dos anos setenta e início dos anos oitenta a

partir de movimentos sociais requer atestar a conquista não só de instituições formais democráticas (direitos de voz e voto), mas também a garantia da conquista popular de direitos sociais e de cidadania.

Essa literatura, que ao longo das décadas de 1970 e 1980 busca analisar a relação entre a emergência dos movimentos sociais urbanos e a redemocratização entende, de modo geral, que os movimentos sociais surgiram como sujeitos plurais, capazes até de “substituir ‘classe’ como sujeito de transformação histórica, ou como uma espontaneidade organizativa popular que celebrava a sabedoria popular” (PAOLI, 1995). Esse “momento fundador” exerceu importância para a análise dos movimentos e sua relação com a democracia na medida em que não se reivindicava a mera consolidação democrática (de um regime político formal), mas uma proposta democrática nova e utópica. A partir do quadro de uma herança de cultura política autoritária no Brasil, o aparecimento dos movimentos torna-se duplamente relevante já que, de acordo com Paoli (1995, p. 29):

[...] esses movimentos e suas reivindicações traziam conflitos e atores que não só reinventavam formas e espaços de luta que abriam os horizontes de um regime democrático formal para além dele próprio como, além disso, eram feitos por atores historicamente depreciados, os situados lá no fim das hierarquias sociais.

Assim, a partir da segunda metade da década de 1980, quando os movimentos sociais já haviam tornado visíveis suas reivindicações em torno de interesses coletivos e da própria questão democrática (demandas em torno de direitos fundamentais e de outra concepção de cidadania), há uma pluralização<sup>1</sup> desses movimentos no sentido de emergirem novas formas de ação e novos conteúdos. Se num primeiro momento (anos 1970 e início anos 1980) esses movimentos se descobrem como sujeitos políticos na ação coletiva em prol da reinvenção democrática, num segundo momento (que vai do período da Constituição de 1988 até aproximadamente início dos anos 90) esses movimentos buscam formas de adentrar o espaço político instituído, e o centro do debate passa a ser institucionalização *versus* autonomia.

A institucionalização, como afirmavam seus críticos, poderia facilitar a cooptação política à medida em que governos incluíssem alguns movimentos em suas burocracias (KOWARICK, 1987).

---

<sup>1</sup> Enquanto os primeiros movimentos aqui analisados (durante a década de 1970 e início dos anos 1980) podem ser descritos como aqueles desenvolvidos principalmente por trabalhadores (movimentos sindical) e a população excluída (moradores de bairros desprivilegiados), num segundo momento de análise a literatura foca

Por outro lado, a insistência na autonomia dos movimentos, em relação ao processo formal e institucional de democratização, poderia levá-los a se fecharem nas suas questões identitárias, o que frustraria sua promessa em relação à democracia social, ou seja, a uma efetiva reinvenção democrática (JACOBI, 1992).

Paralelamente ao debate em torno da institucionalização ou autonomia dos “novos” movimentos sociais, emergiu uma campanha em prol da participação popular no processo de elaboração da Constituinte. De acordo com Paoli (1995, p. 43), esse esforço efetivamente resultou em uma série de conquistas para a ampliação da participação popular no Brasil, entre as quais, (a) legalizar a introdução de “emendas populares” ao projeto original da Constituinte; (b) mobilizar e articular ações coletivas em prol de reivindicações de direitos coletivos

Para autores como Moisés (1990) e Benevides (1991) essa articulação foi responsável pela alteração dos termos do debate em torno da relação entre movimentos sociais e democratização no Brasil. Em primeiro lugar, forçou os movimentos, muito diversificados, a se articularem entre si e a assumirem a diferença de demandas e identidades. Em segundo lugar, pôde auxiliar a constatação, por parte desses movimentos, da importância das lutas sociais para a construção de um regime democrático popular: a criação das leis deve ser coletiva, proposta por cidadãos e por eles reconhecida. A partir desse momento, constata-se que as conquistas coletivas são fruto “[...] de toda a sociedade que se alargava pela circulação da bandeira dos direitos e da cidadania” (PAOLI, 1995, p. 44).

Como bem sintetiza Paoli, o fato de ter havido uma participação direta da população na feitura da nova Carta Constitucional possibilitaria a instituição, teoricamente,

[...] de um poder legítimo, fundamentado no reconhecimento de fontes diversas de autoridade e no acolhimento do conflito político como enfrentamentos negociados entre direitos e interesses específicos. [...] Não foi isso, no entanto, o que aconteceu – ou, pelo menos, o princípio democrático revelado foi impedido de expandir-se e universalizar-se por toda a sociedade. É possível que a enunciação de uma democracia baseada em uma cidadania participativa, que exige uma ampliação do envolvimento organizado de cidadãos, tenha alertado as elites mais sensíveis ao acontecer social e tenha feito com que agissem contra a promessa que carregava. [...] O fato é que a maioria desses direitos enunciados não foi regulamentada [e] o desencanto com o espaço institucional da política, e não menos, com a pouca extensão do raio de ação dos movimentos sociais organizados foi muito grande (PAOLI, 1995, p. 45).

---

o desempenho de outros segmentos de atores que se organizam, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos oitenta (movimento das mulheres, movimento negro e movimento do campo).

Nesse momento (início dos anos 1990), os movimentos passam por período de relativa reclusão, fechamento de objetivos (ensimesmamento) e de queda no ritmo e extensão de suas mobilizações. Assim, a literatura da área apressou-se em decretar o fim dos movimentos sociais ou assegurar que o seu estudo já havia “saído da moda” (KOWARICK, 1993).

Constata-se, também, que o debate em torno da democratização brasileira e sobre o papel dos movimentos sociais nesse processo muda de direção. O deslocamento deu-se, no caso da sociologia política, no sentido da interação dos movimentos com os governos. Como argumenta Paoli (1995), escrevendo na metade dos anos noventa, a problemática estava centrada em torno daqueles autores que acreditavam que os movimentos sociais haviam perdido sua autonomia ao participarem da política institucional, e daqueles para quem tal entrada na arena institucional os colocava frente à sua mais dura prova, ou seja, de aturem independentemente rumo à construção de uma democracia real e participativa (OLIVEIRA, 1993). Mas a autora acredita que:

[...] assim encolhida, a discussão acadêmica sobre os movimentos sociais acabava com uma versão bastante estreita da história desses movimentos e de sua temporalidade, afinal tão cheia de impactos e virtualidades que se torna opaca para quem a quer domesticar em modelos consagrados de democracia política (PAOLI, 1995, p. 47).

O debate passa por outro deslocamento, agora redirecionando o foco dos estudos sobre democracia e sociedade civil na ciência política brasileira. Como bem sintetiza Lavallo (2003), a partir dos anos noventa não se discute mais a atuação de sujeitos, mas os espaços específicos e institucionais em que atores da sociedade civil passam a atuar (com fortes distinções maniqueístas – Estado *versus* sociedade civil). A redefinição do debate pauta-se, assim, na emergência de dois novos elementos, a saber, as Ong’s (organizações não-governamentais) e a “nova sociedade civil”. Tal redefinição representa, ainda, o resultado da hegemonia das teorias “da transição democrática” e do papel secundário a que foi relegada a sociologia política no período. Nas palavras de Lavallo (2003, p. 95):

[...] pouco preparado para esclarecer os caminhos pós-ditaduras mediante o redesenho de instituições políticas democráticas, quer pelo seu desencanto com as possibilidades da transformação social [...] quer pela sua vocação para a compreensão não-institucional da política, o pensamento sociológico assumiu, pela primeira vez em décadas, um papel secundário no debate internacional e particularmente no debate latino-americano.

Mas, ao longo dos anos noventa, consolida-se uma crítica a este redesenho nas análises sobre a democratização: a literatura sobre transição democrática desconsidera a herança cultural da política na região, além de relegar ao segundo plano as ações dos atores sociais na análise do processo de democratização (ênfatisando os pressupostos político-institucionais em suas análises). Evitou-se, dessa forma, abordar traços históricos não-democráticos presentes nas sociedades latino-americanas e não excluídos da ação política pela simples reabertura (AVRITZER, 1994). O pensamento sociológico, dessa forma, reacende a possibilidade do estudo das transformações sociais por meio da ação social e, como ressalta Sérgio Costa (1997c, p. 121).

[...] alguns autores mostraram que as teorias da transição, ao privilegiarem um conjunto de democracia centrado unicamente na ‘vigência de instituições’ democráticas (eleições livres, direitos civis garantidos, normatividade da atividade parlamentar, etc) confinaram o estudo da democratização à esfera institucional, ignorando o hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos.

No mesmo sentido, Dagnino (1994) aponta que a ampliação da discussão em torno da participação cidadã no processo de reconstrução democrática decorre do próprio alargamento do conceito de cidadania, fazendo com que o deslocamento do foco conceitual da relação Estado e indivíduo se tornasse crucial para a incorporação da sociedade civil como protagonista inovadora desse processo.

Identificam-se, a partir da literatura dos anos 1990, alguns elementos comuns para a construção da análise sobre o papel da nova sociedade civil como articuladora da reconstrução do espaço público e da democracia no Brasil: (a) a natureza coletiva ou horizontal das formas associativas (associações autônomas ou civis); (b) a legitimidade nas demandas (vistas como sendo de interesse geral); (c) adesão livre e espontânea de membros, o que levaria à índole não-organizacional ou informal (associativismo voluntário ou inovação social); (d) importância de processos comunicativos na formação da vontade coletiva e nas estratégias de acesso ao público (ou seja, a idéia de uma “tematização pública de problemas” (e) papel de mediação entre sociedade não-organizada e os poderes econômico e político) (AVRITZER, 1994, 1997; COSTA, 1995, 1997a, 1997b, 1997c).

Contudo, como bem salienta Lavallo, nem toda forma de associativismo que emerge nesse período é escolhida pela literatura para ser investigada. Privilegiaram-se aquelas com “[...] especial vocação para o fortalecimento do espaço público pela via de intermediação

societária e da tematização pública de problemas de ‘interesse geral’” (LAVALLE, 2003, p. 100). A partir dessa escolha emergiram várias pesquisas envolvendo o estudo de ações sociais, potencialmente geradoras de pressões legítimas e dirigidas à modificação efetiva da democracia. As experiências de “orçamentos participativos” em algumas gestões municipais, bem como o estudo da atuação dos conselhos gestores de políticas sociais, são alguns exemplos de como aquelas pesquisas foram estruturadas (LAVALLE, 2003).

Já que nem toda forma de organização da sociedade civil merece ser estudada como componente transformador da democracia brasileira, de acordo com tal literatura, que critério foi utilizado para legitimar algumas iniciativas em detrimento de outras? Para autores como Avritzer (1997) e Costa (1997a, 1997b, 1997c), em vez de interesses coletivos, tais associações procuram realizar consensos emergentes. Assim, para tais autores, como tais consensos emergem do cotidiano e das negociações comunitárias não podem ser entendidos como o resultado de propósitos particularistas ou privatistas. O pressuposto teórico-normativo por trás de tal afirmação é claramente Habermasiano<sup>2</sup>: tais consensos seriam provenientes da genuína opinião dos envolvidos no processo, obedecendo a ditames da interação comunicativa. Como bem sintetiza Lavallo (2003, p. 104).

[...] esta constatação autêntica de consensos pressuporia o acordo público das eventuais posições conflitantes mediante a explanação racional de argumentos factual e moralmente válidos para todos os interlocutores envolvidos, e por isso seria capaz de impulsionar novos processos de enriquecimento normativo da vida pública e da democracia.

A partir desse deslocamento nas abordagens que fundamentam o debate sobre ampliação da participação popular na democratização brasileira, torna-se complicado o fato de que: (a) há uma ausência, nessa literatura, quanto ao papel que a herança cultural da política tradicional brasileira ainda exerce sobre a sociedade, influenciando a democratização brasileira contemporânea; e (b) a maioria dos pressupostos teórico-normativos que fundamentam as pesquisas sobre as formas de organização política na sociedade civil são desencaixados da realidade empírica. Já na metade dos anos 90, Paoli (1995, p. 50) constata que há uma “[...] total desconsideração com a herança histórica do peculiar processo político da modernidade brasileira”.

---

<sup>2</sup> Porque diretamente relacionada aos argumentos defendidos por Jürgen Habermas em relação à sua *esfera pública* e ao seu argumento quanto ao *agir comunicativo*. Assim sendo, pode-se argumentar que a publicidade emerge, em Habermas, como o resultado do processo histórico em que indivíduos demandam de seus governantes uma justificação moral de seus atos em público.

Por isso, pensar as formas de participação democrática na recém realizada democratização brasileira exige, de qualquer pesquisa que se proponha pensar a realidade a partir de processos que se desdobram no longo prazo, aprofundar o estudo sobre as dificuldades históricas de efetivação do processo de participação plena na democracia brasileira. Assim, ao mesmo tempo em que se procura incorporar os principais e históricos entraves à ampliação democrática, desenvolvem-se análises por meio de referencial teórico e conceitual que se preocupa em lidar com as singularidades e particularidades da formação social brasileira.

A forma com que a democratização surge e busca ser discutida no Brasil dos séculos XIX e XX pode ser sintetizada a partir de duas máximas: (a) políticos defensores de um modelo de liberalismo cujo núcleo de defesa é a “democracia de gravata lavada”, e (b) o domínio do poder privado sobre o poder público, que se transforma em empecilho para a concretização de ideais europeizantes e norte-americanos acerca da democracia<sup>3</sup>. As bases históricas de relações políticas brasileiras estão mergulhadas nas relações de caráter privado, de exclusão das classes populares e da recusa insistente, por parte da elite agrária, e depois industrial, em garantir a igualdade universal. Um dos autores que, no início do século XX, busca pensar as origens dos problemas que envolvem a dificuldade em aprofundar o processo de democratização brasileiro a partir de elementos culturais é Sérgio Buarque de Holanda. Em 1936 escreve *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 2006a) e inaugura uma argumentação singular e ao mesmo tempo precisa sobre a relação entre cultura política e processo histórico no Brasil: mesmo quando se inaugura a República no Brasil, o que permanece como base que norteia as relações sócio-políticas é o princípio de autoridade decorrente do passado colonial e imperial de exaltação da esfera doméstica (familiar). Ou seja, instaura-se uma República “privada” a partir de 1889, permeada por relações de caráter *personalista*<sup>4</sup>, o que resulta em uma dificuldade natural em criar a publicização das relações sociais e políticas. Em suas palavras,

[...] o quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. [...] E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera por excelência dos chamados contatos primários, dos laços de

---

<sup>3</sup> Tais considerações podem ser encontradas nos argumentos deixados por políticos e pensadores brasileiros ao longo do século XIX (segunda metade) e da primeira metade do século XX.

<sup>4</sup> Debate-se, mais profundamente, o conceito de personalismo e seus desdobramentos conceituais na obra de Sérgio Buarque de Holanda na próxima seção do presente trabalho.

sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas (HOLANDA, 2006a, grifo nosso).

É interessante notar que as descobertas de Holanda quanto à aversão do brasileiro no que se refere ao conflito e à publicização das relações sociais e políticas decorrem de elementos culturais, portanto singulares da sociabilidade brasileira: em vez da formalidade, da racionalidade no trato das questões de caráter público, prefere-se a pessoalidade, a informalidade, e os laços afetivos para a formação social. Portanto, as dificuldades que cercam a universalização dos princípios que fundamentam a democracia no Brasil não se restringem a questões institucionais (modelos de instituições, preferência por regime presidencialista ou parlamentarista, formatos da representação – distrital ou não). A participação pública em decisões coletivas é, salvo exceções, escassa no Brasil, enquanto a desconfiança da população em relação a políticos e instituições é alta e tendente a crescer<sup>5</sup>.

Contudo, o debate atual sobre democracia e participação no Brasil contemporâneo enaltece formas “alternativas de participação da sociedade civil”. Tal literatura ressalta, ainda, a emergência de uma esfera pública onde a população, por meio de projetos democratizantes e inovadores, promovem a “democratização da democracia” (AVRITZER, 2004; SANTOS; AVRITZER, 2003). Afirmam a construção de consensos emergentes (e não interesses emergentes), cujo objetivo é promover discussões públicas no seio da sociedade civil afastando, assim, quaisquer interesses particularistas (os quais, para tal literatura, fazem parte do passado que envolve a política tradicional no Brasil). Mas, como ficam os consensos emergentes (que se baseiam em uma racionalidade moderna) em meio a uma sociedade formada a partir da aversão à discussão pública e da preferência pelos laços afetivos, passionais e informais?

---

<sup>5</sup> Com relação à crise de participação em movimentos coletivos ver Paoli (1995). Quanto à problemática da baixa confiança do brasileiro em instituições democráticas, ver recentes pesquisas desenvolvidas por Moisés, José Álvaro. Cultura, política e democracia: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 22-26 out., 2007. Nessa mesma exposição o autor ressalta o fato de que uma das peculiaridades que cercam o processo de redemocratização no Brasil é a distância existente entre a constatação cidadã de um processo institucional (com os respectivos instrumentos procedimentais, tais como eleições periódicas e diretas) e a necessidade de práticas moldadas por valores ou princípios democráticos, especialmente o aprofundamento da participação democrática. Ou seja, se a redemocratização se dá apenas no quadro institucional, sem a correspondente mudança nos valores e na cultura política (maior participação), o processo de aprofundamento democrático pode parar, ou então, implicar a construção de uma “democracia incompleta” (sem universalização da igualdade perante a lei e sem o desenvolvimento de mecanismos de *accountability*, ou seja, de controle dos governos pela participação popular).

Outro ponto a ser destacado, e que caminha no sentido do paradoxo anterior, tem relação com a afirmação de que a democracia perseguida no Brasil contemporâneo deve estar fundada na participação da população. Marilena Chauí (2006, p. 48) reafirma tal assertiva, mencionando que “Democracia é aquela forma de vida social que cria para si própria um problema que não pode deixar de cessar de resolver, porque a cada solução que encontra, reabre o seu próprio problema, qual seja, a questão da participação” (grifo nosso).

Como fica a participação democrática num contexto marcado precisamente pela aversão à participação e ao debate públicos, pelo apego à familiaridade, ao personalismo? Se os processos culturais que emolduram a formação social decorrem de práticas e ações que se desdobram ao longo do tempo, esses elementos singulares da cultura política brasileira provavelmente não podem ter desaparecido da sociedade apenas porque se deu um processo de reconstrução das instituições democráticas (a partir dos anos 1980). Tal assertiva não significa, entretanto, afirmar que as descobertas de Holanda, ainda na década de trinta, permaneceram imutáveis na sociedade brasileira.

No entendimento de Marilena Chauí (2003, p. 10) a “[...] democracia não é, como querem os liberais, o regime da lei e da ordem. Democracia é o único regime político no qual os conflitos são considerados o princípio mesmo do seu funcionamento. [...] Na democracia, graças ao trabalho do conflito, a sociedade diz ao governo o que ela pensa, o que quer e como quer que seja feito” (grifo nosso).

Mas, se a base normativa do modelo democrático pressupõe o conflito (o debate público) como mecanismo de participação da sociedade, o objeto de estudo que se pretende desenvolver emerge da seguinte dúvida: se os elementos culturais que condicionam as relações sócio-políticas brasileiras são o personalismo (apego à informalidade, à passionalidade e à familiaridade), a aversão ao conflito e a repulsa aos rituais formais que cercam o debate público, como pensar a participação popular no regime democrático que se instaura no Brasil contemporâneo?

Nesse sentido, a problemática da pesquisa que ora se pretende realizar pode ser apontada como a análise da permanência de elementos personalistas na cultura política brasileira, e de que forma tais características influenciam na dificuldade de se aprofundar elementos de participação social no processo de democratização, na medida em que a formação social brasileira se fundamenta em elementos que negam a publicização do debate. O que significa procurar apreender qual a influência que a aversão ao conflito (ou à publicização) exerce sobre o cidadão brasileiro, situado ou não em cargos públicos, no momento em que busca resolver seus interesses. Ou seja, em que momento a solução dos

problemas encaminhados ao poder público rumo para a conciliação (personalismo) e em que momento adquirem um caráter mais conflitivo, sendo remetidos para a discussão em espaço público (publicização).

Um aspecto importante a se ressaltar diz respeito à realização de pesquisa de campo. Se as relações sociais são relações historicamente e espacialmente determinadas (ANTUNIASSI, 2001), a presente pesquisa propõe analisar a interação entre os moradores de um bairro de um município do interior do Brasil com os agentes do poder público municipal (poder executivo). O objeto da presente investigação é, dessa forma, o seguinte: as relações entre os agentes que freqüentam um espaço de participação política – a Associação de Moradores do Bairro Lar Paraná, na cidade de Campo Mourão (PR)<sup>6</sup> –, bem como a relação desses agentes com aqueles situados no espaço formal de representação política municipal (poder executivo).

Assim, pode-se argumentar que o objetivo é discutir como tais agentes se comportam em relação ao paradoxo conflito-conciliação que fundamenta o processo de constituição da democracia brasileira. Para tanto, realizou-se pesquisa documental (regimento da associação de moradores, atas das reuniões realizadas, bem como possíveis ofícios encaminhados ao poder executivo municipal) para buscar máxima apreensão das relações cotidianas que emergem dentro do espaço da associação de moradores, além de pesquisa qualitativa, a partir da realização de entrevistas (semi-estruturadas) com moradores que freqüentam a associação e com o presidente da associação.

É importante ressaltar que as entrevistas buscaram investigar até que ponto as ações dos entrevistados se aproximam ou se distanciam do personalismo, no que diz respeito aos assuntos que interessam à comunidade. Para isso, foi necessário montar um roteiro que orientasse a entrevista a partir dos elementos criados por Sérgio Buarque de Holanda para caracterizar o personalismo.

Dessa forma, por mais que variáveis como “indistinção entre privado e público”, “dificuldade em separar vontade pessoal e vontade geral no comportamento de pessoas que ocupam cargos públicos”, “a diferença de separação social entre detentores de poder e povo”, entre outras, apareçam no decorrer das entrevistas, há um nítido foco em

---

<sup>6</sup> A escolha dessa associação de moradores se deve à constituição de sua diretoria e sua relação com os poderes legislativo e executivo municipais. O presidente anterior da associação foi eleito vereador e, no início do mandato, aceitou convite da prefeitura municipal para assumir o cargo de coordenador geral de governo, após a gestão ter criado a Secretaria Especial de Coordenação Geral de Governo. Em seu lugar na Câmara Municipal o vereador deixou seu vice e, como assessora, sua esposa. A curiosidade advém do fato de que sua esposa ocupa, ainda, a posição de presidente da associação de moradores do bairro que se pretende estudar.

relação à *maior ou menor proximidade das práticas quanto ao conflito ou conciliação*. Obviamente, as relações sócio-políticas não são estanques ao longo do tempo.

Por isso, a proposta metodológica deste trabalho relaciona-se com o fato de se analisar o elemento personalista (aversão ao conflito) ao longo das tentativas de implementação de uma democracia mais participativa no Brasil.

Significa dizer que as relações sociais são determinadas historicamente, e também são dinâmicas, o que exige uma análise sincrônica (daquilo que ocorre no presente) e diacrônica (do que passa por transformações ao longo do tempo) (ANTUNIASSI, 2001, p. 38). E, nesse caso, os conceitos de Sérgio Buarque de Holanda se ajustam perfeitamente. Para Antônio Cândido (1988, p. 125), que se referia à singularidade do método utilizado em *Raízes do Brasil*,

Era o único “retrato do Brasil” que terminava de maneira premeditada por uma posição política radical em face do presente. De fato, o livro é, ao mesmo tempo, uma análise do passado (que pegou mais) e uma proposta revolucionária de transformação do presente (que pegou menos). Ora, a articulação dos dois momentos é essencial e constitui a motivação de toda a obra (grifo nosso).

Por fim, resta ressaltar que além da realização de entrevistas com responsáveis, no poder público, pela criação das associações no município, para que se possa aproximar das questões de época que marcaram a emergência desses espaços no município (e no Brasil), serão realizadas observações do comportamento dos agentes durante a realização das reuniões.

Portanto, o presente trabalho tem como problema a análise de como elementos “tradicionais” (no caso, a aversão ao conflito, que é um elemento da cultura personalista do brasileiro) influenciam a constituição da democracia em um município do interior do Brasil<sup>7</sup>. A hipótese é de que essa aversão ao conflito (presente na relação personalista) aproxima o processo de democratização do município do pólo “tradicional” de práticas políticas, revelando práticas políticas personalistas e, portanto, inibidoras da ampliação participativa dos cidadãos em âmbito local.

---

<sup>7</sup> O município é Campo Mourão, interior do Estado do Paraná (região Sul do Brasil). Maiores detalhes serão fornecidos no capítulo seguinte.

## 1 PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: TRAJETÓRIA DO DEBATE A PARTIR DOS ANOS 1980

*Não preciso matar os clássicos para me afirmar. [...]. Os clássicos são tomados apenas em aspectos muitos particulares e repudiados nas avaliações mais gerais. O grande engodo é achar que para dizer algo novo seria preciso liquidar com o que veio antes. A gente tem que recuperar [nos clássicos] o insuperável e deixar para segundo plano as limitações [datações] (LAURA DE MELLO E SOUZA).*

### 1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO NO DEBATE DEMOCRÁTICO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Abordar o debate acadêmico sobre democratização no Brasil contemporâneo requer que alguns pontos cruciais que fundamentavam o debate desde o início da década de 1980 sejam retomados. Se durante os anos 1970 o foco do debate esteve centralizado na direção do combate ao regime ditatorial (embora não exclusivamente), após as sucessivas demonstrações de maturidade política do movimento operário e da população excluída das grandes cidades (movimentos sindical e contra a carestia), o debate volta-se para o questionamento de que tipo de democracia o Brasil poderia construir (ciente da transição de poder que ocorria desde meados da década de 1970). Esse ajuste de foco no debate se deu em função da constatação de que a base social sobre a qual a transição se desenvolvia apresentava complexidades (pobreza, miserabilidade, autoritarismo, desigualdades) que deveriam ser consideradas ao se propor a restauração do modelo democrático. Assim, a polaridade, que se estruturou dentro do debate sobre a democratização brasileira, tomou forma: o modelo liberal ou o social de democracia no Brasil. Ou seja, a pergunta era se os brasileiros deveriam se nortear pelos pressupostos liberais de democracia (procedimentalista e representativo) ou deveriam trilhar caminhos que enfatizassem maior participação.

Em livro intitulado *Autoritarismo e democratização* (1975), Fernando Henrique Cardoso toma partido nesse debate acerca da redemocratização do Estado brasileiro, sugerindo que qualquer proposta nesse sentido deve ter como parâmetro a constatação de que o Estado não é espaço unidimensional. O autor propõe que a análise sobre a redemocratização no Brasil esteja pautada na percepção de que o Estado não é bloco monolítico de poder, mas funciona a partir de “anéis burocráticos”. Significa dizer que o funcionamento do Estado está

condicionado pela constituição de múltiplos anéis, cada qual com seus interesses que são, por sua vez, intercambiáveis entre si (econômicos, tecnológicos, culturais, militares, etc.). Essa constatação serve, de acordo com Cardoso, para que se pense, de forma analógica, nos múltiplos processos de democratização que perpassavam a sociedade brasileira ao longo das décadas de 1970 e 1980. Assim, o que Cardoso sugere é o desenvolvimento de estratégias de democratização que levem em consideração a dinâmica de funcionamento desses múltiplos anéis burocráticos, de forma que o autoritarismo, fortemente identificado no regime militar do golpe de 1964 (mas contido em outras áreas da sociedade brasileira), fosse desmantelado para que em seu lugar se constituísse uma democracia com maior participação.

Um exemplo dessa perspectiva (de que a democratização poderia ser realizada mesmo com a permanência de setores que apoiavam a ditadura) era o resultado alcançado pelo movimento grevista da região do ABC. Para o autor, o debate acerca da redemocratização deveria repensar quais estratégias seriam necessárias para que as demandas elencadas por tais agentes (movimentos sociais – especialmente o sindical e o popular) fossem institucionalizadas politicamente (CARDOSO, 1975, 1993).

Outras análises sobre esse processo de redemocratização focam, mais especificamente, o papel dos movimentos sociais e da sociedade civil na descompressão política do Brasil (durante as décadas de 1970 e de 1980). Se a literatura atestava, por um lado, que a distensão e a gradual abertura levariam ao regime democrático, por outro lado essa literatura discordava quanto aos agentes responsáveis pela reconstrução democrática: (a) se os movimentos sociais e da sociedade civil, ou (b) os movimentos sociais e a sociedade como um todo (não só os sindicatos, os movimentos populares, mas os setores médios da população, tais como associações de classes – jornalistas, advogados, etc.).

Adepto da primeira vertente, Eder Sader (1988) ao publicar *Quando novos Personagens Entram em Cena*, procura desenvolver análise otimista quanto ao papel desempenhado pelos populares na distensão e na redemocratização brasileira. Para o autor, tais revoltas da população brasileira vieram à tona em contexto de descontentamento geral da sociedade com o grupo detentor de poder (descontentamento de grupos que estavam no poder, de grupos médios da sociedade e das classes populares). Assim, Sader acreditava que concomitantemente à emergência de diversos novos agrupamentos (sindicatos, Igreja por meio das Comunidades Eclesiais de Bases, bem como de movimentos populares de periferias), estava emergindo uma nova forma de socialização política no Brasil.

Essa abordagem previu, portanto, a instauração de um esboço de espaço público (com participação plural e ativa de toda a sociedade brasileira) ao mesmo tempo em

que se distendia e se restaurava a democracia junto ao Estado brasileiro. Por outro lado, Guillermo O'Donnell (1988) ressaltava o papel de outros agentes como fundamentais para a expansão da liberalização democrática daquele contexto. Para o autor, a atuação dos anos 1970 e 1980 deveriam ser interpretadas como “revoltas” (e não movimentos organizados da sociedade civil) que lutavam para expandir a liberalização. Dessa forma, O'Donnell (1988) coloca o processo em crítica, argumentando que não se poderia afirmar categoricamente que o resultado dessa liberalização seria o aprofundamento da participação democrática, nem que os atores centrais deste processo eram os setores populares da sociedade brasileira. Sem negar que os movimentos sociais (sindicais e populares) cumpriam papel relevante no processo de redemocratização brasileira, sustentava, contudo, o argumento de que tais revoltas poderiam ser passageiras, ou que poderiam não resultar em socialização política capaz de romper com “vícios políticos” inerentes à sociedade brasileira.

A maior parte das análises aqui descritas sobre o papel dos agentes populares e dos segmentos médios da população brasileira na redemocratização política brasileira são consideradas apressadas, já que foram escritas no bojo dos fenômenos que pretendiam descrever e analisar. As análises mais recentes sobre aquele período de transição democrática possibilitam uma visão mais plural das diversas dimensões que abarcavam aqueles episódios. Exemplo de tal análise é o texto-síntese de Maria Célia Paoli (1995) intitulado *Movimentos Sociais no Brasil, em busca de um estatuto político*. De acordo com Paoli, esse debate sobre o papel dos movimentos sociais no processo de democratização brasileira levanta três questões-chave para que se entenda o encaminhamento das discussões mais recentes acerca do tema (institucionalismo e teoria democrática): (a) tais autores denunciam a desigualdade social do país como um produto de governos autoritários do passado, algo que não deve se repetir nos atuais governos eleitos democraticamente; (b) definem a democracia como um regime político em que o poder, que emana do povo, é exercido através de representantes eleitos, ou “no máximo em espaços controlados de pressão popular”; e (c) visualizam o processo democrático como fruto de mera questão de estabilidade institucional (ou seja, algo que define a dinâmica dos poderes parlamentar, judicial e executivo de um Estado). Nas palavras de Paoli (1995, p. 50):

Esta [a estabilidade institucional] pode supor, nas condições políticas e sociais brasileiras, uma forma de participação popular, porém controlada: a busca dos mecanismos deste controle explica, talvez, o porquê da preocupação com o estatuto da representação popular nos canais abertos de negociação entre governos e movimentos.

Quais são, para a autora, os problemas trazidos para o debate sobre a participação dos movimentos no processo de redemocratização brasileiro a partir da escolha desses pressupostos? Em primeiro lugar, “a total desconsideração com a herança histórica do peculiar processo político da modernidade brasileira, que atua no tempo presente de forma freqüentemente despercebida pelos pesquisadores dos movimentos” (PAOLI, 1995, p. 50). Por outro lado, o esquecimento de que a sociedade brasileira, historicamente, não conhece o sentido de publicização de questões sociais, ou seja, aqui não se formou o sentido *público* de sociedade civil.

[Se toda a proletarização e todo o escárnio da elite para com o trabalho] não impediu que movimentos de todo tipo se organizassem para reivindicar sua inclusão real na ordem social e política do país, conseguiu fazer dos problemas populares a última coisa a se prestar atenção: quando a polícia não dava conta, a sua força da privatização – calcada na idéia de que eram problemas privados, próprios do caráter incerto de uma população pobre e ignorante – efetivamente conteve-os em um limbo de legitimidade e invisibilidade (PAOLI, 1995, p. 51).

Qual seria, então, o principal papel exercido por estes movimentos para o aprofundamento do processo democrático, de acordo com Maria Célia Paoli? Para a autora, é mais relevante pensarmos no aprendizado de cidadania e de conflito legítimo<sup>8</sup> que tais movimentos podem deixar para a sociedade em que estão inseridos. Assim,

[...] um projeto radical de democracia – que a pensa como forma de sociedade – tem como função quebrar de vez com a cultura política excludente e abrir caminho para o aprendizado da negociação democrática e da construção partilhada da lei. [Isso] só é possível quando, entre sujeitos diferentes e opostos, é atribuída uma equivalência em suas habilidades, competências e capacidades de agir, decidir e julgar (PAOLI, 1995, p. 52).

Em meados da década de noventa Paoli já aponta para uma “virada” dentro desse debate acerca do papel dos movimentos sociais na reconstrução do processo de democratização brasileiro: o deslocamento se dá rumo à problematização quanto à manutenção da autonomia dos movimentos, agora diante da possibilidade de sua entrada na política institucional. Ou seja, o deslocamento foi para a esfera de interação dos movimentos com o Estado. Como os movimentos conseguiriam atuar de forma independente diante das negociações com o governo, agora não atuando de forma a apenas forçar a construção da

---

<sup>8</sup> A participação dos movimentos sociais (plurais) na constituição das chamadas “emendas populares” da Constituinte de 1988 gerou, de acordo com Paoli (1995), a articulação entre os movimentos (que passaram a compreender e respeitar as diferenças de reivindicações e identidades) e a legalização da presença popular na Constituinte, realizada graças à pressão exercida pelas diversas formas de lutas sociais.

participação popular no processo de democratização, mas atuando a partir de parâmetros reais de modelo democrático? É nesse espaço de discussão que emerge o debate em torno de outras formas de participação da sociedade na redemocratização brasileira: o estudo sobre o papel das organizações não-governamentais e da “nova” sociedade civil. Autores como Maria Victoria Benevides (1991, 1994), Ana Amélia Silva (1991, 1993) e Vera Telles (1994b, 1994c) apontaram para as “novas invenções democráticas” realizadas pelos movimentos sociais, agora na inserção direta com os governos, o que possibilitaria o desenvolvimento de espaços diferenciados de negociação. Como bem sintetiza Paoli sobre esse debate “[...] tais autores não lêem cooptação, mas sim a construção de espaços públicos cuja estruturação se dá pela construção de referências comuns de justiça e de responsabilidade coletiva” (PAOLI, 1995, p. 48).

Portanto, o debate sobre a participação popular na redemocratização brasileira no início dos anos 1990 se desloca daquelas discussões tecidas ao longo dos anos 1970 e 1980, e caminha rumo ao debate sobre a formação de uma “nova” sociedade civil no Brasil, capaz de: (a) implementar novo formato de negociação entre sociedade civil e governos e de construir “nova contratualidade” (entre interlocutores que enfrentam o debate e a negociação); (b) constatar a inevitabilidade de que as interlocuções com o governo exigem mais alianças que ultrapassam o caráter puramente popular; (c) perceber que a presença de certos elementos, tais como o corporativismo, as desigualdades entre lideranças e base e as assimetrias em geral, na trajetória de negociação política desses novos interlocutores com o Estado brasileiro não interdita o significado da organização e atuação populares para o aprofundamento democrático.

Antes de passar ao estudo de como esse debate, assim constituído, desaguou na virada “categórica e teórica” dos anos 1990 sobre democracia no Brasil (democracia deliberativa), cabe ainda ressaltar alguns pontos problemáticos da constatação acima elencada por Paoli. É curioso constatar que essa bibliografia afirme que o novo modelo de negociação entre sociedade civil e Estado, que resulta da institucionalização dos movimentos no formato de organizações não-governamentais, desenvolve *interlocutores que enfrentam o debate e a negociação*. É como se esses autores assegurassem que o resultado da pressão das lutas sociais sobre o Estado brasileiro fosse a criação de uma trajetória lógica, evolutiva e natural de participação social na esfera política.

Os elementos históricos e culturais de autoritarismo e de impedimento (que se dá, muitas vezes, de forma violenta) da mobilização e da participação social não são considerados fatores relevantes para os estudos sobre a formação da “nova” sociedade civil

brasileira. Ou seja, o debate do início dos anos noventa preocupa-se com as conseqüências das lutas sociais dos anos 1970 e 1980 (de parte da sociedade brasileira) para o aprofundamento democrático, desconsiderando elementos culturais historicamente presentes nas relações sociais brasileiras (por exemplo, a dificuldade em publicizar temas coletivos, a cultura autoritária e repressora presente na sociabilidade brasileira, ou a aversão ao conflito político). É como se as experiências de luta social que emergiram durante o regime ditatorial apagassem as heranças culturais e inibidoras da participação civil, ao mesmo tempo em que capacitassem toda a sociedade brasileira a negociar publicamente (e legalmente por meio das organizações não-governamentais) com o Estado.

## 1.2 A VIRADA TEÓRICA E CATEGÓRICA NO DEBATE SOBRE A DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Antes de passar ao debate sobre a forma como Sérgio Buarque de Holanda e sua interpretação do Brasil auxiliam na análise dos atuais entraves à democratização no Brasil, faz-se necessária a sumarização dos principais argumentos utilizados pela literatura brasileira para discutir o papel da sociedade civil no aprofundamento do processo democrático brasileiro (a virada teórica e categórica). Assim, a presente seção propõe discutir os principais referenciais teóricos e as principais categorias analíticas utilizadas, a partir dos anos 1990, para debater o processo de democratização da sociedade brasileira. Para isso, dividiu-se a discussão em três sub-seções: (a) o modelo teórico, mais amplo, elencado para discutir a democracia contemporânea (a teoria deliberativa), (b) como foi sua adaptação ao debate brasileiro, com a construção de novas categorias de análise, tais como esfera pública e “nova” sociedade civil e (c) as críticas realizadas, tanto ao referencial teórico, quanto às adaptações feitas para o estudo da democracia no Brasil contemporâneo.

### 1.2.1 Teoria Democrática e Democracia Deliberativa: a Abordagem Habermasiana

Em geral, realizar uma “passada de olho” sobre a discussão acerca da teoria democrática contemporânea não é das tarefas mais fáceis, sobretudo em função da dificuldade

de classificação isenta de qualquer ambigüidade que se possa desenvolver sobre os modelos de democracia. É importante ressaltar o fato de que exatamente porque o foco do trabalho recai sobre um modelo de democracia contemporânea, a saber, o *modelo deliberativo*, outras abordagens que se afastam muito do que se procura desenvolver serão deixadas de fora da argumentação.

Assim, o primeiro modelo descrito pode ser denominado como *democracia liberal-pluralista*<sup>9</sup> (MIGUEL, 2005). Diretamente relacionada à doutrina do economista Joseph Schumpeter (1984) (*Capitalismo, socialismo e democracia*, 1942), as principais características que compõem sua obra podem ser rapidamente elencadas como: (a) a rejeição por formas públicas de discussão e argumentação e (b) a identificação de práticas decisórias como o processo de escolha de governantes mediante um padrão de representação, o que Santos e Avritzer (2003, p. 45) denominam como “argumento procedimentalista” Assim, diante da sociedade que se apresenta a Schumpeter (1984), o que ele chama de sociedade de massas, o autor propõe que a deliberação democrática se reduza à escolha de representantes por meio do voto. Para ele, os elementos argumentativos centrais à democracia desaparecem da sociedade no século XX, principalmente em função da anexação do “homem comum” à vida política, além do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.

Além disso, Schumpeter (1984) vê com ceticismo os debates que envolvam tradições culturais distintas, bem como a argumentação e a participação de “homens comuns” em sociedade com administração burocrática altamente complexa (como as sociedades ocidentais contemporâneas). Todos esses fatores, de acordo com Schumpeter (1984, p. 251) levam ao desenvolvimento de “vontades desordenadas” nos indivíduos, obrigando-o a desenvolver abordagem teórica em que privilegia o chamado “elitismo democrático”. Em suas palavras,

---

<sup>9</sup> Intituladas por Luis Felipe Miguel como *republicanismo cívico*, *democracia participativa* e *multiculturalismo* todas essas vertentes têm, em comum, o fato de criticarem os pressupostos estruturais do modelo *liberal-pluralista* enfatizado acima, especialmente as seguintes características de projeto democrático: “vigência das liberdades cidadãs, competição eleitoral livre e multiplicidade de grupos de pressão – que envolvem coalizões e barganhas, cada qual defendendo seus interesses” (2005, p. 7). Outros autores denominam tais vertentes como *anti-hegemônicas*, uma vez que entendem o liberalismo-pluralismo como corrente *hegemônica*. Para tais autores, “[...] o debate sobre a democracia ao longo do século XX ficou limitado a duas formas complementares de hegemonia: uma primeira forma de hegemonia baseada na suposição de que a solução do debate europeu do período entre guerras teria sido o abandono do papel da mobilização social e da ação coletiva na construção democrática; [...] uma segunda forma de hegemonia é aquela que supunha que a solução elitista para o debate sobre a democracia, com a conseqüente supervalorização do papel dos mecanismos de representação, poderia ser hegemônica sem que esses últimos precisassem ser combinados com mecanismos societários de participação. Em ambos os casos, a forma hegemônica de democracia, a democracia representativa elitista, propõe estender ao resto do mundo o modelo de democracia **liberal-representativa** vigente nas sociedades do hemisfério norte, ignorando as experiências e as discussões oriundas dos países do Sul no debate sobre democracia” (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 43, grifo nosso).

[...] não é possível determinar aquilo que seria o bem comum pelo motivo fundamental de que para diferentes indivíduos e grupos o bem comum pode significar coisas diferentes. Tais diferenças não podem ser resolvidas racionalmente porque nossas concepções sobre o que é a vida e a sociedade se localizam além do alcance da mera lógica (SCHUMPETER, 1984, p. 251).

Portanto, a teoria democrática *liberal-pluralista* do início do século XX (e que se desdobra em rearranjos contemporâneos) tem como principais elementos constitutivos: (a) a crença de que as diferenças culturais não seriam resolvidas por meio da argumentação, (b) a defesa da inter-relação entre a administração pública não-participativa e a eficiência burocrática racional e (c) a defesa da idéia de que o processo eleitoral deve ser apenas a aferição de preferências individuais pré-formadas. Em outras palavras, cabe aos cidadãos comuns formar o governo, mas não governar (MIGUEL, 2005).

Jürgen Habermas, o autor que embasa boa parte dos estudos contemporâneos sobre participação democrática, preocupa-se em repensar os processos de efetivação da democracia contemporânea por meio da formação de uma esfera pública específica utilizada para a argumentação. A primeira obra de Jürgen Habermas a influenciar, sobremaneira, as discussões contemporâneas sobre o deliberacionismo democrático foi *Mudança estrutural da esfera pública* (1984) [1962]. Para se compreender o significado da relação que Habermas tece entre o conceito de esfera pública e as atuais discussões sobre democracia, deve-se, inicialmente, focar aquele conceito.

Como enfatiza Habermas (2003, p. 42), acerca da formação original de uma esfera pública burguesa nos círculos ingleses, franceses e alemães dos séculos XVII e XVIII,

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública.

Assim sendo, pode-se argumentar que a publicidade emerge como o resultado do processo histórico em que indivíduos demandam de seus governantes uma justificação moral de seus atos em público. E é com esta publicidade do debate em torno das demandas populares que Habermas propõe repensar o debate contemporâneo sobre democracia nas sociedades ocidentais. Dessa forma, de acordo com o que apresenta Avritzer (2000), Habermas reúne dois elementos: (a) o primeiro é a idéia de que há um espaço diferenciado do Estado onde os indivíduos podem interagir “face-a-face”, chegando a um

possível consenso, e (b) há a possibilidade de construção de um espaço onde os indivíduos debatem, “face-a-face”, decisões tomadas pela autoridade pública, debatem diferentes conteúdos morais daquelas interações realizadas em nível de sociedade, bem como apresentam demandas em relação ao Estado. Assim, o conceito de esfera pública habermasiano se ajusta às discussões democráticas contemporâneas. Mas tal ajustamento somente ocorre com a publicação de *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, em 1992, quando o autor recupera o conceito de esfera pública e o relaciona a um modelo normativo de democracia (MIGUEL, 2005; FREITAG, 2005).

Mas, diante do modelo de democracia deliberativa proposto por Habermas, como os indivíduos se comportam dentro de uma esfera pública plural e democrática nas sociedades contemporâneas? Em primeiro lugar, eles discutem e deliberam sobre questões políticas para, em seguida, adotar aquelas estratégias que sensibilizem a autoridade política perante suas demandas (AVRITZER, 2000; AVRITZER; COSTA, 2004). É importante ressaltar que esse processo de sensibilização, ou de mudança, está restrito ao ordenamento legal, não havendo, portanto, ruptura com o quadro constitucional-liberal (embora continue sendo considerada como abordagem democrático-deliberativa). Nas palavras de Habermas (1997, p. 189-190) “[...] a opinião pública gera influência, que se transforma em ‘poder comunicativo’ por meio de eleições; e este, por sua vez, se torna ‘poder administrativo’ por meio da legislação”.

Em texto publicado pela primeira vez em 1969, Habermas (1979, p. 376) afirma que se a democracia for considerada como um “sistema de equilíbrio possível” (argumento da vertente liberal), deve-se determinar o “grau ótimo de participação política dos cidadãos”. Se esse grau for definido a partir das regras de um jogo concorrencial, corre-se o risco de que a democracia se transforme em “[...] conjunto de regras de jogo [que] faz com que a participação política fique isolada, como um fator, entre outros, de seu conteúdo concreto e do modo como pode realizar-se”. Portanto, significa dizer que se a democracia é definida como simples conjunto de regras de um jogo, extirpa-se a possibilidade de autodeterminação da humanidade por processos democráticos. Cabe, à participação política, o resgate da idéia de soberania popular dentro das sociedades democráticas. Assim, para Habermas (1979, p. 376):

[...] a participação política, além de ser um produto, é também um elemento propulsor do difícil e do incerto caminho da humanidade em direção à sua própria emancipação. Com isto, evita-se o perigo de tratá-la como um fator que, ao lado de outros, garantem o equilíbrio do sistema e de reduzir democracia a simples regras de um jogo.

A partir dos anos 1970, Habermas procura relacionar a idéia de um consenso discursivo (teoria da ação comunicativa) com uma crítica da política democrática então vigente nos países desenvolvidos (AVRITZER, 2000; MIGUEL, 2005). A partir daí, o autor elabora a sua teoria da ação comunicativa<sup>10</sup>, cujo objeto central de reflexão é a ação “voltada para o entendimento mútuo, por meio do diálogo” (e não da ação estratégica).

Em 1991 escreve *Três Modelos Normativos de Democracia*<sup>11</sup>, cuja centralidade está na discussão comparada entre os modelos democráticos ocidentais contemporâneos, quais sejam, o liberal-procedimentalista e o republicanista<sup>12</sup>. Dessa análise comparada Habermas retira o que denomina ser uma política deliberativa, ou seja, uma concepção democrática por meio da ênfase na capacidade do discurso. Assim, Habermas (1995, p. 47-50) afirma ser necessário, às sociedades contemporâneas, associar ao processo democrático conotações normativas a partir de elementos do modelo liberal e do modelo republicano. Desse modo,

[...] a teoria do discurso não faz realização de uma política deliberativa depender de uma cidadania coletivamente capaz de ação, mas sim da institucionalização dos correspondentes procedimentos e pressupostos comunicativos. Essa teoria já não opera com o conceito de um todo social centrado no Estado [republicanismo] [...], tampouco localiza esse todo em um sistema de normas constitucionais que regulem o equilíbrio de poder e o compromisso de interesses de modo inconsciente e mais ou menos automático, conforme o modelo da troca mercantil [liberal]. [...] A teoria do discurso, diferentemente, conta com a *intersubjetividade de ordem superior* de processos de entendimento que se realizam na forma institucionalizada das deliberações, nas instituições parlamentares ou na rede de comunicação dos espaços públicos políticos.

Cabe acrescentar que essa “intersubjetividade” é formada, de acordo com Habermas, por meio de discussões e sucessivos entendimentos que se institucionalizam em

---

<sup>10</sup> Para os especialistas em Habermas no Brasil, os dois elementos centrais na ação comunicativa são: (a) a construção da idéia de que o mundo cotidiano é elaborado a partir de aquisições reflexivas – o conceito de *mundo social reflexivamente adquirido* e (b) o desenvolvimento da idéia de que as ações ocorrem de forma intersubjetiva, produzindo um *consenso comunicativo* (AVRITZER, 2000, AVRITZER; COSTA, 2004; FREITAG, 2005).

<sup>11</sup> Este texto foi publicado no Brasil em 1995 na Revista Lua Nova (tradução de Gabriel Cohn).

<sup>12</sup> Para Habermas (1995, p. 40) a concepção republicana tem como características centrais o fato de a “[...] política não se esgotar em função mediadora (entre Estado e sociedade) e de a política ser considerada elemento constitutivo o processo de formação da sociedade como um todo. [...] A política constitui meio em que os membros das comunidades solidárias, de caráter mais ou menos natural, se dão conta de sua dependência recíproca e, com vontade e consciência, levam adiante essas relações de reconhecimento recíproco em que se encontram, transformando-as em associação de portadores de direitos livres e iguais”. Portanto, para o republicanismo, a solidariedade e a orientação pelo bem comum são as fontes centrais da integração social e da vontade política.

deliberações (seja por meio de instituições parlamentares – pressuposto liberal – ou de rede de comunicação em espaços públicos políticos – resquício de pressupostos republicanos).

Tais comunicações ou discussões são desprovidas de sujeito (personalidade, indivíduo), o que possibilita a constituição de espaços “[...] nos quais se pode dar uma formação mais ou menos racional da opinião e da vontade acerca de temas relevantes para a sociedade como um todo, e acerca das matérias que precisam de regulação” (HABERMAS, 1995, p. 50).

Ao afirmar que os grandes problemas da política contemporânea têm estreita ligação com as polêmicas geradas em torno das normas implementadas, Habermas foca a legitimidade da política. Para o autor, este é um problema (legitimidade na política) que está ligado: (a) às dificuldades que decorrem da expressão da maioria no processo de formação da vontade geral, ao mesmo tempo em que se evidencia (b) a ausência de um processo de deliberação coletiva em que haja a participação racional de todos os indivíduos possivelmente interessados ou afetados por decisões políticas (AVRITZER, 2000; MIGUEL, 2005).

Esse ideal normativo de Habermas (a idéia de que as normas válidas são aquelas que provêm de um debate racional anterior entre todas as pessoas afetadas) levanta dois elementos novos para a teoria democrática contemporânea: (a) Habermas não trabalha com a idéia de medição de *vontades*, mas propõe que em seu lugar seja elencada a *discussão racional* entre *indivíduos iguais* que fazem uso de suas razões<sup>13</sup>; (b) há uma mudança no conceito de preferência que, em vez de dadas e aferidas no processo eleitoral (elitismo democrático), depende de uma rede de processos de negociação, processos estes regulados de forma justa e a partir de várias formas de argumentação (discursos pragmáticos, éticos, morais).

Assim, o discurso racional habermasiano resgata a dimensão argumentativa (porque exclui a “vontade da maioria”) ao mesmo tempo em que rechaça a idéia de que é possível negociar decisões políticas a partir de interesses estabelecidos longe dos maiores interessados. De acordo com Avritzer, a proposta de Habermas é atribuir à esfera pública, “[...] o papel de se tornar o local de uma deliberação comunicativa, em que diferentes concepções morais e diferentes identidades culturais se colocariam em contato, gerando uma rede de procedimentos comunicativos” (AVRITZER, 2000, p. 41).

---

<sup>13</sup> Nesse sentido, a proposta de Habermas vai de encontro com a proposta democrático-elitista, já que a questão crucial que envolveria a política não são os votos, mas a construção de um posicionamento racional dentro do debate político que melhor o satisfaça (AVRITZER, 2000).

Portanto, pode-se argumentar a favor do modelo deliberacionista afirmando que uma de suas principais contribuições ao debate recente sobre democracia no ocidente foi restabelecer um papel crucial à soberania popular (e à participação popular) no processo de tomada de decisão política. Assim, ver-se-á, a seguir, como esse debate, acerca da revitalização do argumento racional como base para a geração de procedimentos democráticos nas sociedades contemporâneas, foi incorporado pela literatura brasileira para discutir a redemocratização que se dava no Brasil a partir do início dos anos 1990.

### 1.2.2 (Re)Democratizar o Brasil: Participação, Esfera Pública e “Nova Sociedade Civil”

A literatura brasileira do período (a partir da década de 1990) procurou relacionar o debate sobre democracias contemporâneas a partir de três principais categorias de análise: (a) esfera pública, ou espaço público (para o exercício deliberativo); (b) movimentos sociais na constituição de processo democrático mais participativo e (c) a emergência de uma “nova sociedade civil” (como condição chave para a passagem do modelo elitista para o modelo deliberativo de democracia).

O primeiro autor a ser discutido na presente seção é Sérgio Costa (1994, 1995, 1997a, 1997b, 1997c). Sua obra procura enfatizar a importância de se repensar o papel dos movimentos sociais (denominados de associações coletivas) na redemocratização (ao interagirem com o Estado) a partir da constituição de consensos no nível da esfera pública. Em *Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil* (COSTA, 1994) o autor enfatiza a importância da discussão contemporânea sobre sociedade civil (Europa e Estados Unidos) e sobre movimentos sociais (Europa) para a compreensão das práticas associativas no Brasil. Para tanto, ele reconstrói a trajetória dos debates que procuraram redefinir o papel da sociedade civil nas democracias contemporâneas<sup>14</sup>, chegando à conclusão de que no “[...] projeto contemporâneo [...] a sociedade civil se distingue das

<sup>14</sup> O conceito de sociedade civil, para Sérgio Costa (1994, p. 40), é redescoberto em diferentes contextos: (a) de crise do socialismo real no leste europeu (década de 1970) e na esteira dos protestos gerados por diversos movimentos populares, cujas reivindicações principais giravam em torno da liberdade de imprensa, de associação e de reunião, da luta por maior participação do povo nas decisões políticas do Estado, e da busca pela construção e implementação de Estados de direito (nos moldes do modelo elitista-liberal); (b) de falência do Estado Keynesiano, ou *welfare state*, em função de sua incapacidade em reconhecer e incorporar novas formas de interação entre movimentos populares e Estado; (c) da emergência de novas teorias da democracia que buscam a elaboração de um modelo democrático que reúna “[...] formas de organização liberal-representativa e participativo-democráticas”.

esferas do Estado e da economia, evitando-se o liberalismo (ou seja, a interação social por meio do mercado) e o estatismo (em que a sociedade civil aparece subsumida no Estado)” (COSTA, 1994, p. 40). Para entender de que forma os movimentos sociais<sup>15</sup> (ou a sociedade civil organizada) passam a interagir com o Estado na redefinição dos parâmetros pelos quais as decisões políticas são tomadas (com maior participação), Sérgio Costa (1994, p. 42) propõe repensar o espaço em que se dá essa interação. Daí a relação direta entre sociedade civil e esfera pública habermasiana:

Trata-se da busca de identificação e explicitação dos mecanismos através dos quais os processos horizontais de articulação política influenciam as decisões públicas, isto é, em que medida e de que maneira as decisões, ao nível das políticas públicas e, genericamente, no plano da ação do aparato administrativo-jurídico-estatal, refletem aglutinação da vontade pública consolidada em formas de participação política horizontais (associativismo voluntário).

Dessa forma, o conceito de esfera pública se atrela à idéia de que os movimentos populares, ou a sociedade civil organizada, são os agentes centrais desse processo de aumento esporádico da participação popular na construção de decisões políticas descentralizadas. A esfera pública entra, aí, como categoria que explica *onde* o confronto de opiniões se transforma, legitimamente, em tomada de decisões. O pressuposto central é que a organização social voluntária naturalmente força a emergência de processos políticos horizontais (que, pela lógica, são mais igualitários que os processos ditos verticais – altamente centralizados pelo poder público).

Nas palavras de Costa (1994, p. 43, 44):

---

<sup>15</sup> Sérgio Costa define movimentos sociais como “[...] atores da sociedade civil, diferenciados, entretanto, do conjunto de associações peculiares a esta esfera [ou seja, da sociedade civil]. Eles situam-se um degrau analítico acima das demais associações da sociedade civil; eles apresentam um espectro temático mais amplo que o destas; a eles estão associados processos de amalgamação de novas subculturas, isto é, processos de constituição de novos *ethos* e ‘milieus’ culturais. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais são tratados como respostas ao avanço da esfera administrativa sobre campos privados como a saúde e a educação, processo que leva à atomização dos cidadãos cujo mundo social fica reduzido aos papéis passivos de cliente, consumidor e paciente. Os movimentos representariam, nesse contexto, a tentativa de conquista pela sociedade civil de papel ativo na produção das suas próprias formas de vida” (COSTA, 1994, p. 46-47). Contudo, em algumas passagens do texto o autor utiliza os dois conceitos de forma intercambiada, sem muito rigor quanto às singularidades de cada um. Um exemplo é a passagem em que o autor define sociedade civil como “[...] rede de associações autônomas, independentes do Estado, que reúnem os cidadãos a partir de interesses comuns e que, através de sua simples existência ou atividade, podem produzir efeitos sobre a política. [...] Associações da sociedade civil são tanto os movimentos sociais europeus vinculados a ‘transformações sociais substantivas’ quanto, por exemplo, os grupos que se organizam em torno da reivindicação de criação de postos de saúde nas favelas de uma grande cidade brasileira” (COSTA, 1994, p. 49).

[...] a existência de uma sociedade civil vitalizada [...] é a garantia contra deformações da esfera pública e pressuposto da legitimidade dos consensos públicos que sejam consolidados nesse nível. A sociedade civil, com seu conjunto de associações voluntárias, independentes do sistema econômico e político-administrativo, absorve, condensa e conduz de maneira amplificada para a esfera pública os problemas emergentes nas esferas privadas, no mundo da vida<sup>16</sup> (COSTA, 1994, grifo nosso).

Mas, nesse quadro interpretativo, onde ficariam os interesses particulares? A resposta de Sérgio Costa (1994, p. 47) caminha no sentido de reafirmar como característica central desse processo a igualdade (mais do que qualquer tipo de iniquidade). Para ele, o fato dos problemas gerais da sociedade serem tematizados em uma esfera pública e, daí, surgirem os consensos por meio de processos políticos horizontais, significa que a própria sociedade seja responsável por impedir que o sistema político restrinja suas ações aos interesses particularistas. Para o autor, os grupos de interesse (que não se comparam aos movimentos sociais) procuram “feudalizar” os espaços públicos, utilizando-os para implementar seus próprios interesses. Mas a relação entre movimentos sociais e espaço público se dá a partir de outro padrão de interação, uma vez que “[...] aos movimentos sociais [...] aparecem associados os papéis de articuladores culturais, de núcleos de tematização de interesses gerais e de fortalecimento da esfera pública como instância de crítica e controle do poder”.

Sob esse quadro de análise desenvolvido por Sérgio Costa, a partir do que a literatura européia e norte-americana desenvolveram sobre o tema, que estratégia política o autor propõe para o Brasil? Para ele, pensar formas de ampliação da participação popular nos governos democráticos contemporâneos requer estratégia dual de construção política: não se pode descartar os sujeitos que confeccionam a sociedade civil (padrão extra-institucional), assim como não se deve desconsiderar outros atores institucionalizados (tais como partidos políticos e sindicatos, por exemplo).

Sérgio Costa (1994, p. 51) ressalta, ainda, que a literatura brasileira (daquele contexto) sobre a redemocratização não relaciona os movimentos sociais e a idéia de uma sociedade civil organizada. Para o autor, o que emerge no Brasil ao longo dos anos 1990 é uma continuidade do processo de abertura democrática dos anos 1970 e 1980: vai além porque a organização da sociedade civil contribui como fundamento para a reconstrução da esfera pública brasileira que, por sua vez, não se apresenta incipiente, mas robusta e pronta para contribuir com a constituição de um Estado democrático mais participativo. Em suas

---

<sup>16</sup> O autor traz referência explícita a Jürgen Habermas (COSTA, 1994, p. 41). quanto a este conceito. Para Sérgio Costa, o mundo da vida habermasiano pode ser entendido como um “[...] reservatório de tradições e

palavras “[...] a esfera pública, apoiada na sociedade civil que se (re)constrói, apresenta sinais efetivos de independência e vitalidade, operando de fato como caixa de ressonância para a criação de questões públicas” (COSTA, 1994, p. 51). A seguir, o autor finaliza essa passagem com a constatação de que muitos “mecanismos não públicos (particularistas) de acesso ao Estado e ao sistema político” predominam nessas esferas.

Ora, esse é um problema crucial para discutir a democratização no Brasil contemporâneo (porque está diretamente relacionado com a luta desigual pelo poder) que é tratado, tanto neste texto como em outros textos de Sérgio Costa, como um aspecto que tem relevância, mas que não é devidamente problematizado.

Por que a sociedade brasileira, mesmo atuando de forma independente do poder estatal e, ao mesmo tempo, se institucionalizando (numa esfera “pública”) para conseguir transformações efetivas no processo de tomada de decisão (como afirma Costa), não consegue se desvincular totalmente das práticas particularistas (dentro dos movimentos ou associações e nos mecanismos de acesso ao sistema político e ao Estado)?

A partir do momento em que desenvolve, como se viu anteriormente, a relação entre sociedade civil e democratização no Brasil contemporâneo, Sérgio Costa passa a discutir como o debate sobre democracias contemporâneas se encaixa no movimento interno sobre a evolução da esfera pública ocidental, apontando as diferenças e limites entre os modelos de democracia funcionalista e teórico-discursiva. Por fim, o autor aponta os problemas que dificultariam a possível implementação do modelo de democracia deliberativa (de forma geral, e não no caso específico do Brasil).

Em *A democracia e a dinâmica da esfera pública* (1995), Sérgio Costa afirma que uma ordem democrática tem como pressuposto básico, entre outros, a idéia de que a dominação política (consentida) se dá mediante decisões constantemente justificadas (legitimadas), e de que as ações só são efetivadas quando consentidas.

Mas, a quem cabe a anuência final? Cabe à esfera pública garantir um espaço onde se dá a fusão entre as diferentes reivindicações coletivas (vontade coletiva), ao mesmo tempo em que ocorre a anuência das decisões políticas previamente acordadas.

Porque a esfera pública ocupa tal lugar privilegiado na construção da ordem democrática, Costa propõe a discussão de sua dinâmica dentro de dois modelos teóricos de

---

conteúdos comuns do qual se nutrem os membros de um grupo social no seu cotidiano, [bem como] um conjunto de processos sócio-interativos, responsáveis pela geração de interações intersubjetivas”.

democracia: o funcionalista e o teórico-discursivo (deliberativo)<sup>17</sup>.

As principais características que a esfera pública adquire no modelo funcionalista são, para Sérgio Costa: (a) não se atribui status diferenciado (politicamente ou analiticamente) aos atores da sociedade civil; (b) a esfera pública passa a ser assenhoreada por variados grupos de interesse; (c) a noção empírica de esfera pública se resume à feição mercadológica de esfera (elitista-liberal); (d) a legitimidade da esfera pública é o resultado das relações entre interesses daqueles que possuem maiores recursos materiais; e (e) por fim, cabe ressaltar que os “atores de protesto” atuam na esfera pública procurando conquistar influência político-partidária, buscando convencer o público de suas propostas “interferindo nos próprios consensos éticos que orientam a convivência social” (COSTA, 1995, p. 61).

A noção de esfera pública habermasiana (modelo teórico-discursivo ou deliberativo), no entanto, adquire materialidade somente se aos atores da sociedade civil for atrelado um status diferenciado, distinguindo-os de demais atores (tais como os sindicatos, os partidos políticos, os grupos de interesse, entre outros): (a) os atores da sociedade civil são aqueles agentes responsáveis pela discussão de problemas cotidianos e que sejam relevantes para toda a sociedade; (b) são os atores que buscam transformar a esfera pública em local de debate e argumentação discursiva (e, à medida que concordam, ou geram consensos, os atores transformam tais opiniões em forma de poder do qual podem dispor); e (c) são os sujeitos da sociedade civil que se mostram sensíveis a qualquer ameaça de obstrução às formas comunicativas e deliberativas (por possuírem apenas a esfera pública como canal para influenciar o processo político) (COSTA, 1995).

Por fim, Sérgio Costa (1995, p. 60) passa a discutir as dificuldades de se utilizar o modelo teórico-discursivo (deliberativo) para redesenhar os processos democráticos em sociedades contemporâneas (não se fixando conteúdos específicos para o caso da redemocratização brasileira). Ele inicia a discussão pelo problema da complexidade das sociedades contemporâneas, ou seja, se pergunta como as organizações da sociedade civil, na sua interação com o poder Estatal (institucionalização), não se converteriam em estruturas formalizadas e burocratizadas. Costa (1995, p. 61) ressalta outra problemática do modelo,

---

<sup>17</sup> Como o debate que se verá nas seções posteriores (entre os autores brasileiros e Sérgio Buarque de Holanda acerca da democratização brasileira) está fundado em pressupostos do modelo habermasiano (deliberativo) de democracia, cabe tecer apenas comentários breves acerca do modelo funcionalista. Assim sendo, vale apontar bibliografia essencial sobre o tema: GERHARDS, J.; NEIDHARDT, F. *Strukturen und Funktionen Moderner Öffentlichkeit – Fragestellungen und Ansätze*. [Estruturas e funções da esfera pública moderna: questões e aportes teóricos]. Berlim, WZB, Paper FS III, 1990; NEIDHARDT, F. *Öffentlichkeit, öffentliche Meinung, soziale Bewegungen*. [Esfera Pública, opinião pública e movimentos sociais]. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, n. 34, p.7-41, 1994 (Edição Especial); além do próprio artigo de COSTA, S. (1995).

agora relacionada ao poder: ou seja, se os atores da sociedade civil não possuem poder decisório (administrativo e político), apenas uma forma mediatizada de geração de poder (consensos que percorrem caminhos institucionalizados para alcançar os núcleos decisórios), como garantir a autonomia presente em todo o processo inicial? E, por fim, o problema dos requisitos sócio-estruturais: se uma sociedade que não possui um contexto social baseado em cultura política que enfoca a liberdade e a garantia de uma esfera privada intocável adotar esse modelo teórico-discursivo como parâmetro de democratização, corre-se o risco do aparecimento de movimentos “[...] populistas que defendem cegamente os cristalizados acervos de tradições do mundo da vida ameaçados pela modernização capitalista” (COSTA, 1995, p. 61).

O último trabalho de Sérgio Costa analisado na presente seção é o artigo em que o autor procura, mais nitidamente, realizar esse vínculo entre as categorias habermasianas de análise democrática (esfera pública e participação da sociedade civil) e a construção de um projeto recente de democratização no Brasil. Intitulado *Contextos da constituição do espaço público no Brasil* (1997), a proposta central do texto é discutir como se dá a formação de um espaço público no Brasil da recente democratização. Costa inicia sua discussão mencionando que alguns estudos “clássicos” sobre a psicologia social brasileira (especificamente Oliveira Vianna) (VIANNA, 1942) ressaltavam uma lógica de dominação da esfera privada sobre a pública, e que acabavam configurando as relações sociais nessa órbita. Sérgio Costa ressalta, ainda, que outros autores, tais como Santos (1993), O’Donnell (1993), Da Matta (1985) e Giannotti (1995), buscaram recentemente retomar tal discussão. Para estes, tal especificidade das relações sociais brasileiras (a dominação da esfera pública pela esfera privada) gera: (a) a naturalização da apropriação dos bens públicos por poucos grupos privados e (b) a constituição e a legitimação de uma ordem social democrática pautada em leis pessoais.

Discordando desses autores acima elencados, Costa aponta para outra literatura (CARDOSO, 1993; DAGNINO, 1994; PAOLI, 1992, 1995; TELLES, 1994b) cujo foco seria, de acordo com sua interpretação, a efetiva construção de uma esfera pública mais democrática no Brasil do recente processo de democratização.

Tal abordagem relaciona a esfera pública brasileira às seguintes características: (a) a existência de garantias institucionais e legais consolidadas para a manifestação, a expressão e a organização políticas e (b) o caráter público/publicizado da idéia de esfera pública (ou seja, a emergência de novos atores responsáveis por ampliar as

fronteiras da política no Brasil<sup>18</sup>). Contudo, Sérgio Costa (1997c) tece críticas aos estudos acima elencados exatamente porque, segundo ele, tais pesquisas atuaram mais com o propósito de descrever e contextualizar alguns processos sociais específicos, do que com a intenção de precisar conceitual e teoricamente a formação de uma esfera pública brasileira.

Dessa forma, Sérgio Costa apresenta o referencial teórico indicado para abordar a trajetória de formação da esfera pública em sociedades democráticas ocidentais com o objetivo de, em seguida, utilizá-lo na elaboração do estudo teórico sobre a formação da esfera pública no Brasil contemporâneo<sup>19</sup>. Trata de indagar como ficaria o estudo sobre a constituição do recente espaço público brasileiro a partir das categorias de análise habermasianas.

Assim, se para a análise da constituição da esfera pública habermasiana o ator social cumpre papel de destaque, Costa (1997a, p. 187) passa a descrever como se dá tal participação na organização da sociedade civil brasileira. Segundo o autor, tal construção se dá de forma altamente diversificada, contribuindo para a emergência de um espaço público “poroso e transparente”.

Contudo, o autor distingue três grupos de atividades que, congregados, configuram essa zona pública de atuação da atual sociedade civil brasileira: (a) organizações especializadas no agrupamento e na divulgação de informações sobre temas específicos e opostos às versões oficiais (como a Igreja Católica – a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário – e outras organizações não-governamentais – Transparência Brasil), algumas criadas durante o regime autoritário militar; (b) outro grupo que amplia o espectro de problemas debatidos publicamente, deslocando temas até então restritos à esfera privada para a esfera pública (tais como as várias formas organizativas que reúnem mulheres, negros, ambientalistas e outros); (c) por fim, aqueles atores que se organizam em torno da clássica bandeira dos movimentos sociais mas que, “[...] em virtude de sua dinâmica cíclica, só apresentam padrões organizativos alternativos [importantes para romper com cultura autoritária] em momentos passageiros de sua existência [...] envolvendo número tão diminuto da população que seria irrealista apostar na generalização dos valores e hábitos que supostamente cultivariam” (COSTA, 1997a, p. 189).

---

<sup>18</sup> Entre outros trabalhos citados, ver TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: Dagnino, E. (Org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994; CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: \_\_\_\_\_. Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais e espaço público. Humanidades, v. 8, n. 4, 1992, p. 498-504.

<sup>19</sup> Mais uma vez, as citações giram em torno dos principais trabalhos de Jürgen Habermas sobre democracia deliberativa e espaço público.

O que o autor quer ressaltar é que a evidência empírica de que novas estruturas de associativismo estejam surgindo no interior da sociedade civil brasileira podem significar que tais práticas coletivas, de fato, constituam novos espaços de convivência coletiva, mas não assegura

[...] ampliação das possibilidades comunicativas ancoradas nas relações cotidianas. [...] A medida da contribuição encontra-se inscrita nos modelos específicos de organização, isto é, em um grupo horizontalmente organizado deve-se esperar que um número maior de participantes seja ouvido e levado em conta que naquelas organizações hierarquizadas, caracterizadas pela concentração de poderes nas mãos das lideranças (COSTA, 1997a, p. 190).

Por fim, Sérgio Costa (1997a, p. 191) acredita que as recentes transformações pelas quais passa a sociedade brasileira indicam a emergência de um “[...] processo de formação de uma esfera pública que, tanto do ponto de vista funcional – segundo a lógica do modelo liberal-pluralista – quanto conforme os termos enfáticos da concepção discursiva, pode ser denominada “democrática”. Isso porque, de acordo com o autor, no Brasil da redemocratização há o surgimento de meios de comunicação mais críticos, atrelados à expansão das formas de associativismo da sociedade civil e à preservação de espaços públicos primários<sup>20</sup>. Tais características representam, de acordo com o autor “[...] evidências de que as situações-problemas captadas e condensadas no mundo da vida são de fato levadas à órbita pública” (1997a, p.192).

O segundo autor que se abordará na presente seção é Leonardo Avritzer (2003, 2000, 1997) e sua contribuição com estudos sobre a relação entre a construção de uma esfera pública (onde a sociedade civil seja efetivamente participativa) e a redemocratização brasileira. O debate acerca da revitalização do argumento racional como base para a geração de procedimentos democráticos nas sociedades contemporâneas foi incorporado pelo autor de forma muito parecida com aquela feita por Sérgio Costa: inicia o debate pela investigação das principais mudanças surgidas na organização da sociedade civil brasileira (elevando-a ao status de agente participativo no processo de redemocratização do Brasil), em seguida aborda a teoria democrática deliberativa, propondo críticas e algumas sugestões ao modelo teórico, culminando com uma série de estudos empíricos sobre como formas alternativas de

---

<sup>20</sup> O autor os define como “pequenos espaços públicos” (em locais tão díspares quanto o supermercado, a escola ou Igreja do bairro) que possuem grande significado para as pessoas porque isentos da participação direta do governo, que surgiram no local de moradias da população excluída ainda durante os anos 1970, e que funcionavam a partir da reinterpretação de temas discutidos pela mídia em geral. Para maiores esclarecimentos, ver SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

participação da sociedade na esfera pública (fóruns, conselhos e modelos de gestão administrativa) têm caracterizado a redemocratização efetivamente mais participativa da sociedade brasileira.

Em *Um desenho institucional para o novo associativismo*, Leonardo Avritzer (1997) procura desconstruir o consenso em torno da idéia de que os processos de transição democrática foram finalizados na América Latina, com os seguintes argumentos: (a) as sociedades latino-americanas mantiveram características da cultura e dos sistemas políticos do período ditatorial (tais como práticas elitistas e falsamente representativas de formação do sistema político – como as Assembléias Constituintes - e práticas clientelistas nas relações entre Estado e sistema político); (b) a manutenção de formas de poder desiguais (fazendo com que grupos restritos da sociedade civil alcem a posição de poder). Assim, o autor acredita que a análise sobre a reconstrução democrática deve levar em conta não somente as mudanças relacionadas ao quadro institucional de formação do sistema político, mas as transformações “[...] no que se refere às atitudes e às práticas dos atores sociais” (AVRITZER, 1997, p. 151).

Nessa mudança de foco (do Estado e suas instituições para a sociedade civil) emerge, para Avritzer, um “fenômeno” que se intitula “novo associativismo civil”. Quais seriam, para o autor, os componentes essenciais responsáveis pela formação dessa nova forma de associativismo? Em primeiro lugar, o aumento do número e do ritmo de aparecimento das associações civis em países da América Latina (países com pouca tradição associativista). Em seguida, a ruptura com um padrão hegemônico de ação coletiva (predominante durante o período populista e que enfocava o movimento operário, com o objetivo de integrar esse ator na estrutura do Estado). Por fim, a criação, nos membros dos movimentos associativos, de uma auto-concepção quanto às suas próprias ações (tratam de questões mais coletivas e que contribuem para o aprofundamento democrático). Assim, diante desse quadro novo de transformações no seio da sociedade civil brasileira, Leonardo Avritzer (1997, p. 153) propõe redesenhar a forma institucional que esses novos atores adquirem, desenho esse que está pautado na atribuição de “status público”.

Após a reconstrução histórica das principais debilidades que condicionam, historicamente, a ausência de associativismo na região latino-americana, Avritzer (1997, p. 161) afirma que emergem dois fenômenos sociais, a partir dos anos 1970, responsáveis pela produção de nova concepção participativa em meio aos agentes sociais: a ruptura com o padrão homogeneizante de ação coletiva e o aumento no ritmo de constituição de associações civis. Tais fenômenos asseguraram

[...] a significativa redução da vida sindical nas formas de ação coletiva, [...] a construção de solidariedades locais [...] [animada pela emergência] da idéia de comunidade autônoma e solidária, [...] a constituição de um espaço público plural [como o resultado] de uma classe média mais participativa, [e] o surgimento de um conjunto de associações temáticas [direitos humanos, ambientalistas, entre outros] (AVRITZER, 1997, p. 162).

Dessa forma, Leonardo Avritzer (1997, p. 163) assegura que a emergência de novos atores, em conjunção com a modificação do formato de ocupação do espaço público no Brasil (a partir dos anos 1970), são responsáveis pelo rompimento com duas características limitantes no fim do século XIX e no período populista, quais sejam, a homogeneização de interesses e a uniformidade de atores e de temas. Contudo, o fato de que a partir dos anos 1970 e 1980 passa a existir no Brasil uma esfera de associativismo civil não assegura que tal mobilização passe a influenciar substancialmente os processos de democratização, contribuindo para a “[...] superação de problemas históricos, como o privatismo, a falta de visibilidade e a falta de equilíbrio entre os diferentes grupos societários”. Assim, esse problema, que para Avritzer (1997, p. 167) é político, se transforma em institucional, no sentido de que a legitimidade adquirida por tais associações no âmbito da esfera pública não consegue status público.

Para o autor, a constituição de uma sociedade civil mais organizada e atuante no Brasil não representou a emergência de uma forma “institucional-legal” que garantisse o status público a associações que desempenhassem papel público, gerando um “vazio institucional-legal”. Para tanto, Avritzer sugere alternativas que poderiam resolver o impasse: (a) a criação da figura institucional pela qual as associações demonstrariam sua razão pública (por meio da inexistência de barreiras de exclusão – gênero, raça, renda ou religião – e da forma democrática de organização interna das associações – incluindo a publicidade nos critérios decisórios e administrativos internos e nas negociações com o Estado e com outros membros do sistema político); (b) a constituição de instâncias capazes de incentivar a participação de não-associados (para reduzir o desequilíbrio entre associados e não-associados) e (c) a criação de “câmaras provisórias de publicização da sociedade política” (cujo objetivo central seria regulamentar a forma de competição da sociedade política). Para o autor, tais atitudes se justificariam diante da tentativa de modificar três princípios ausentes (ou enfraquecidos) que pautam as relações políticas na sociedade brasileira, quais sejam, o princípio de publicidade, do equilíbrio societário e da visibilidade. Nas suas palavras,

o princípio de publicidade tem sido historicamente débil em virtude do prevalecimento de um modelo de organização societária que privilegiou o estabelecimento de relações verticais entre os atores sociais, [...] o princípio de visibilidade não chegou até hoje a constituir o princípio organizador das relações societárias ou das relações entre Estado e sociedade, em virtude de um modelo de construção institucional pensado a partir das relações entre as elites e o próprio Estado. [...] O princípio de equilíbrio jamais chegou a se constituir em uma referência em um país ou uma região nos quais a desigualdade entre indivíduos foi o principal princípio de formação societária (AVRITZER, 1997, p. 171).

Contudo, numa linha distinta daquela evidenciada pelo autor acima citado, pode-se argumentar que a simples institucionalização (ou legalização) de determinados princípios (ou práticas), no sentido de aumentar o poder da sociedade civil no Brasil, não necessariamente altera traços tradicionais de interação política arraigados na cultura brasileira. Uma ilustração clara acerca desse comentário é a análise da incoerência de se institucionalizarem, formalmente, princípios liberais em sociedade carente de efetiva representação popular (a instauração de princípios liberais de representação política em regime monárquico - o Império brasileiro do século XIX). Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda,

É nas duas décadas anteriores à proclamação da República que mais claramente sobem à tona numerosas contradições íntimas do sistema político do Império: contradição entre o princípio moderno da soberania popular e o da sanção divina; entre um sistema nominalmente representativo e a carência de verdadeira representação; entre um regime de natureza aristocrática e a inexistência de aristocracias tradicionais; entre um liberalismo formal e a falta de autêntica democracia; finalmente, entre uma Carta outorgada, de cunho acentuadamente monárquico, e uma Constituição não escrita que pende para o parlamentarismo. A presença de alguns desses contrastes não constituiria uma novidade, pois não faltam na história das nações modernas exemplos de como eles podem por algum tempo coabitar; a novidade está em terem conseguido equilibrar-se tão longamente, quase três quartos de século, e em tamanha profusão, em terra onde tudo pareceu conspirar, desde o começo, contra sua sobrevivência (HOLANDA, 2005, p. 82).

Assim, o que Avritzer deseja enfatizar é que se a transformação da sociedade se dá no sentido da alteração da origem do fluxo de poder (ou seja, de maior participação da população nos processo de democratização), a proposta de desenho institucional que o seu trabalho apresenta tem como objetivo corrigir “[...] a rota capaz de conciliar a democracia com o processo de organização societária em curso no Brasil” (AVRITZER, 1997, p. 171).

Ainda com esta proposta (de alterar o rumo das práticas sociais), o seu trabalho intitulado *Teoria democrática e deliberação política* (2000) dá continuidade aos

estudos anteriormente discutidos. No entanto, agora foca seu debate no conceito de esfera pública como elemento-chave para a construção de arranjos deliberativos no nível administrativo do Estado contemporâneo.

O debate, sobre deliberação e participação nos processos democráticos contemporâneos, tem início por uma distinção entre duas concepções de modelo democrático, a saber, (a) aquela que se encontra em Jean-Jacques Rousseau, cujo aspecto central é privilegiar a porção de decisão dentro de um processo deliberativo (identificando o processo de formação da vontade geral com o processo de aferição da vontade da maioria), e (b) uma concepção “alternativa”<sup>21</sup> que foca o processo de discussão e avaliação, contribuindo para a “[...] reavaliação da argumentação no interior do processo deliberativo” (AVRITZER, 2000, p. 25). Nesse artigo, Avritzer caracteriza a passagem, dentro da teoria democrática, do conceito de democracia decisória (vertente do liberalismo-elitista) para o conceito de democracia argumentativa (modelo deliberativo) para, no final, relacionar o conceito de deliberação – presente em autores como Habermas – com algumas experiências empíricas que poderiam ser consideradas como espaço de democracia deliberativa.

Segundo Avritzer (2000), Habermas inova ao propor o discurso racional como elemento crucial para modelos alternativos de democracias contemporâneas porque a deliberação não se limita à aferição de vontades, mas à discussão racional entre indivíduos iguais (fazendo uso de suas razões), ao mesmo tempo em que rejeita dois pressupostos hegemônicos da teoria democrática procedimentalista (inquestionável até meados da década de 1960): a homogeneidade da sociedade (contida no conceito de vontade da maioria) e a idéia de que a negociação política se dá mediante interesses pré-estabelecidos (por grupos que ascenderam ao poder, como partidos políticos). A proposta habermasiana é, dessa forma, conferir à esfera pública “[...] o papel de se tornar o local de deliberação comunicativa, em que diferentes concepções morais e diferentes identidades culturais se colocariam em contato, gerando rede de procedimentos comunicativos” (AVRITZER, 2000, p. 40).

A questão que Avritzer (1997, p. 40) levanta ao modelo de democracia deliberativa habermasiana, e que é a ponte que este autor realiza entre a teoria democrática deliberativa habermasiana e o processo de democratização no Brasil contemporâneo, é de que

---

<sup>21</sup> Enquanto a origem da discussão que focaliza o argumento decisório se encontra na obra de Jean-Jacques Rousseau, *O contrato social*, a idéia da argumentação utilizada no interior do processo deliberativo surge nos seguintes trabalhos: BOHMAN, J. *Public deliberation*. Cambridge: MIT Press, 1996; COHEN, J. e ARATO, A. *Civil society and political theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992; HABERMAS, J. *Três modelos normativos de democracia*. Lua Nova, n. 36, 1995, p. 39-53; HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre factidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997; MELUCCI, A. *The symbolic challenge of*

forma se daria a relação entre “[...] essa rede de deliberação pública e os sistemas político e administrativo e, portanto, como pensar a forma institucional desses arranjos deliberativos”, já que a influência pública desses arranjos só é transformada em poder depois que ela passa pelos formatos de debate e negociação parlamentares, tornando-se legislação. A conclusão do autor é a de que Habermas exclui a possibilidade de que arranjos deliberativos possam ocorrer já no nível da administração pública. Assim, os equívocos de Habermas (apud AVRITZER, 2000, p. 41) estão no fato de desobrigar a “[...] pensar os elementos institucionais e/ou decisórios do conceito de deliberação argumentativa e, com isso, deixa de dar formato institucional ao que podemos denominar democracia deliberativa”.

A resposta de Avritzer a este problema na literatura habermasiana constitui todo o fundamento de suas análises posteriores quanto ao papel deliberativo de formas alternativas de democracia no Brasil (como os Orçamentos Participativos – OP’s – e os Conselhos Gestores), os chamados fóruns participativos entre Estado e sociedade civil. Quais são as características desses procedimentos que os eleva, de acordo com Avritzer, à categoria de esfera pública e de participação?

O fato de o Estado ceder um espaço decisório em favor de forma ampliada e pública de participação da sociedade civil em diversificadas áreas<sup>22</sup>, a forma como os arranjos deliberativos tratam a informação detida pelos atores sociais (há o pressuposto de que o Estado possui informações incompletas para a tomada de decisões e que, portanto, estas devem ser construídas coletivamente) e, por fim, a possibilidade de testar múltiplas experiências (a racionalidade ou eficiência é gerada de forma descentralizada e após a realização de múltiplos experimentos). Assim, Avritzer concorda com o modelo habermasiano (de que os arranjos deliberativos devam ocorrer fora do âmbito estatal – nas esferas públicas), mas defende que os resultados de tais arranjos “[...] têm de ser capazes de vincular atores de forma tal que as conseqüências das suas discussões gerem instituições capazes de acomodar o novo pluralismo próprio às sociedades democráticas do século XXI” (AVRITZER, 2000, p. 45, grifo nosso).

---

contemporary movements. *Social Research*, v. 52, n. 4, 1985; MELUCCI, A. *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

<sup>22</sup>Deve-se ressaltar o fato de que Avritzer (2000, p. 43) reconhece que deliberação não significa, necessariamente, participação, mas o que ocorre é que, segundo ele, a participação social contribui para a argumentação em torno de decisões que, até então, cabiam apenas à autoridade estatal adotar. Assim, “[...] o que os torna mais democráticos que os arranjos estatais baseados na aferição de interesses, via formação de maiorias eleitorais, é a presença permanente de um espaço para a manifestação de interesses minoritários ou para a justificação de uma ação estatal em favor de um interesse determinado [...] algo que a teoria democrática convencional julgava desnecessário”.

Com a publicação de *O Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte* (2002) e de *Modelos de Democracia Deliberativa: uma análise do orçamento participativo no Brasil* (2003), Avritzer (2002, p. 19) faz uma análise minuciosa da estrutura e do funcionamento do projeto administrativo intitulado “orçamento participativo” nas cidades de Belo Horizonte (Minas Gerais) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Essa análise resulta na constatação de que o objeto da pesquisa, “[...] o Orçamento Participativo, consiste na mais inovadora prática de gestão democrática em nível local surgida no Brasil no período pós-autoritário”. Ao analisar os mecanismos institucionais dessa proposta, assegura que a pré-existência de práticas participativas na sociedade civil aumenta a possibilidade de que arranjos participativos (deliberativos) introduzidos pelas administrações públicas possam atingir elevado grau de eficiência.

Como não se tem o objetivo, na presente pesquisa, de analisar as múltiplas experiências de participação entre sociedade civil e poder público por meio de práticas de gestão administrativa mais “participativas”, essa literatura aparece na presente análise apenas para enfatizar como Avritzer se utiliza das categorias participação, esfera pública e nova sociedade civil na construção de análises empíricas sobre o processo de redemocratização no Brasil contemporâneo.

Assim sendo, resta apontar que o autor conclui que, da forma como as experiências de Orçamento Participativo se estruturaram nesses dois locais, elas são práticas democratizantes da relação entre a sociedade civil e o poder local, além de que seu formato de deliberação pública atinge a capacidade de criar mais eficiência administrativa e maior equidade (em relação às políticas públicas resultantes). Mas, em relação às experiências estudadas, nem tudo se configura como democratização, ou seja, Avritzer (2002, p. 41) aponta também certos limites atrelados à proposta: em primeiro lugar, “[...] a pouca democratização na relação entre os próprios atores sociais”. Nas palavras do autor,

[...] Um primeiro limite que nos parece bastante claro é a pouca democratização na relação dos atores comunitários entre si. Se a grande virtude do OP parece ser a sua contribuição na democratização da relação entre Estado e sociedade, alguns dados parecem indicar que, no tocante à relação no interior das comunidades, permanece uma relação hierárquica e pouco democrática. [...] Quando se pergunta sobre a forma de escolha das prioridades de obras da comunidade, ainda é significativo o número de comunidades nas quais a própria diretoria das associações decide quais serão as prioridades da comunidade. Isso demonstra que elementos hierárquicos de uma cultura política tradicionalmente pouco participativa mantêm influência nas formas de deliberação, a despeito da predominância de elementos participativos (grifo nosso).

Um segundo limite ao Orçamento Participativo é, de acordo com o autor, a dificuldade da administração pública em estender sua atuação (via OP) para áreas diferentes da distribuição de recursos materiais. Para Avritzer (2002),

[...] as políticas públicas em âmbito municipal não se limitam e não podem se limitar à distribuição de bens materiais. Um conjunto de políticas sociais é, no caso do Brasil, decidido em âmbito local e existem opções em relação a essas políticas que precisam ser decididas democraticamente. Por exemplo: diferentes alternativas de políticas educacionais ou de políticas de saúde, entre outros casos de políticas sociais. Até o momento, a maior parte das decisões do OP diz respeito a questões materiais (AVRITZER, 2002, p. 41).

É interessante notar que Avritzer (2002) chega a constatar que elementos culturais de práticas políticas resultantes de processos históricos de longo prazo continuam presentes nas relações cotidianas de interação política da sociedade civil com o poder público, embora não se pergunte por que tais práticas se perpetuam, uma vez que os resultados da pesquisa atestam que tais elementos prejudicam a ampliação e a consolidação de práticas democráticas mais participativas no Brasil contemporâneo. Contudo, o autor finaliza o texto assegurando que a estabilidade de instituições democráticas está diretamente relacionada ao estabelecimento de relações públicas entre a sociedade civil e o Estado. Dessa forma,

[...] a análise do OP mostra [...] que existe uma mudança na perspectiva acerca do problema institucional. O problema de como criar instituições estáveis está muito menos ligado às regras da competição política e às formas do sistema político e muito mais à relação pública possível de ser estabelecida entre Estado e sociedade. [...] No entanto, a vontade política de implementar políticas participativas depende, para alcançar resultados satisfatórios, da preexistência de práticas participativas no nível da sociedade civil. Os nossos dados apontam para os benefícios da participação na sua capacidade de criar formas estáveis de gestão democrática (AVRITZER, 2002, p. 43, grifo nosso).

Em *Teoria Crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina* (2004), Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (2004, p. 705) ainda utilizam tais categorias de análise, sobretudo o conceito de esfera pública habermasiana - com “[...] algumas adaptações e correções”, para estudar as recentes modificações democráticas na sociedade latino-americana. Assim sendo, os autores reconstruem a trajetória de usos do conceito de espaço público dentro da teoria crítica, e como tal debate transborda para a construção do modelo discursivo de espaço público (teoria democrática deliberativa) para, em seguida, tecer sugestões de como conceitos como sociedade civil e espaço público podem ser utilizados no contexto latino-americano.

A incorporação dessas categorias de análise aos estudos sobre democracia se justifica, no caso do Brasil, diante do debate que se deu em torno da transição democrática (anos 1980 e 1990). Para os autores, ao lado de debates travados quanto à necessidade de se pensar a estabilidade institucional (criando-se e se aprimorando as instituições democráticas formais – eleições livres e periódicas, parlamento ativo e liberdade de imprensa), emergiu o argumento de que a vigência democrática requer “[...] a incorporação de valores democráticos nas práticas democráticas. [...] [Assim], a análise das transformações dos processos sociais deveria [...] penetrar o tecido das relações sociais e da cultura política gestadas nesse nível, revelando as modificações aí observadas” Nesse sentido, emerge, de acordo com Avritzer e Costa (2004, p. 704), uma crítica sociológica às teorias de transição, com o intuito central de reconstruir o modelo de análise de relacionamento que atualmente se dá entre o Estado, as instituições políticas e a sociedade. Como construir essa nova abordagem sociológica sobre a democratização no Brasil? Os autores acham necessário

[...] incorporar conceitos como sociedade civil e espaço público, desenvolvidos mais adequadamente em outros contextos. [...] Eles permitem a ressignificação da imensa gama de trabalhos particulares que, em uma operação quase etnográfica, haviam estudado os diferentes atores surgidos ao longo da democratização e suas formas de relacionamento com o Estado e as instituições, permitindo que fossem contextualizados em um marco teórico amplo. Essas categorias, não obstante, não são de uso exclusivo daquele campo que aqui se denomina de tratamento sociológico da democratização. Elas apresentam, na verdade, uso múltiplo e diverso, assumindo em cada contribuição uma conotação própria. Dessa maneira, a adaptação de tais conceitos ao contexto latino-americano implica a explicitação do sentido preciso que eles assumem.

Como pensar a sociedade civil e o espaço público na América latina, diante disso? Para Avritzer e Costa (2004, p. 716) as pesquisas sobre as formas de comunicação em massa na região têm demonstrado haver um público “[...] atomizado e disperso que, de produtores críticos de cultura se transformaram em consumidores passivos dos produtos da indústria cultural”. Esses trabalhos mostram, ainda, que a emergência histórica de determinados fatos (cruciais para se pensar na argumentação, em esfera pública, de temas coletivos), necessários para a transição à modernidade (como a reforma religiosa, as revoluções burguesas, entre outros), não ocorreu na América Latina<sup>23</sup>. Assim, os autores constatam que a modernidade, embora tardia, apresentou-se entre os latino-americanos, já que ela se caracteriza por “[...] um plasma cultural híbrido, no qual as reminiscências de formas

---

<sup>23</sup> Eventos altamente relevantes para a ruptura de sociedades tradicionais para sociedades modernas, racionais, dialógicas e propensas ao estabelecimento de instituições (formais e informais) democráticas.

culturais tradicionais vão sucumbindo, ao longo do vertiginoso processo de urbanização e de fragmentação de identidades preexistentes, diante dos valores do individualismo e do 'desejo de ser moderno' dos públicos educados" (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 717).

Já Renato Ortiz (2000) afirma que, no caso do Brasil, a sociedade civil e o sistema político brasileiros têm uma relação muito peculiar com a modernidade – período em que as sociedades européias substituíram elementos tradicionais por traços 'modernos' (sobretudo na política e no mundo do trabalho) –, já que aquelas ainda apresentam aspectos culturais "tradicionais". Nesse sentido, o argumento é o de que os processos democráticos contemporâneos se articulam no interior da sociedade por meio de práticas "tradicionais", em vez de erradicá-las. Assim, as instituições democráticas, ou não se estruturam, ou são "ajustadas" para que se perpetuem práticas "tradicionais".

Ainda com relação às dificuldades de constituição de um espaço público na América Latina, especificamente em relação ao Brasil, Avritzer e Costa (2004) apontam para um grave erro que, segundo suas interpretações, os teóricos da transição democrática cometeram. De acordo com Avritzer e Costa (2004), autores como O'Donnell (1988, 1993), Weffort (1984), Lamounier (1981, 1985), Sader (1988), entre outros, não utilizaram o conceito de esfera pública no debate sobre a reconstrução democrática. Tal "equivoco" gerou dois problemas posteriores: ao mesmo tempo em que estes autores (da transição) reconheciam a importância política dos novos atores sociais, asseguravam que a única contribuição desses novos sujeitos sociais para a democratização seria o fortalecimento da posição das elites democráticas no jogo da política institucional. Dessa forma, Avritzer e Costa (2004, p. 720) "afirmam que no debate instaurado acerca da redemocratização (entre os chamados teóricos da transição), as mudanças no jogo político (ou seja, o fim do regime ditatorial) e a vitória das elites democráticas, por si só, produziriam o "enraizamento de valores e práticas democráticas no seio societário", desconsiderando o papel das relações entre cultura e práticas políticas democráticas. Assim, o que falta nessa literatura, de acordo com Avritzer e Costa (2004, p. 720) para que possam auxiliar na construção de cultura democrática em meio às sociedades latino-americanas?

[...] um conceito substantivo de espaço público que permita, no primeiro caso, entender como, nessa esfera, se constroem, pela comunicação pública, a legitimidade e o poder efetivo que conquistam os novos atores sociais e, no segundo caso, mostrar como a existência ou inexistência de uma esfera pública politicamente atuante tem papel fundamental na construção de uma cultura democrática e na constituição de mecanismos de fiscalização pública que inibissem o clientelismo e o particularismo (grifo nosso).

Ora, por que não repensar esse “padrão de criação de legitimidade e constituição de poder” a partir das interpretações que autores brasileiros, como Sérgio Buarque de Holanda, fizeram dessas interações entre a sociedade civil e o Estado brasileiro? Como os autores sugerem, este conceito de ‘espaço público’ não pode ser o conceito puramente europeu, até porque, como já mencionado, os autores atestam que a ‘modernidade’ (base para a formação de esfera pública na Europa) latino-americana deve ser pensada como “plasma cultural híbrido”.

No entanto, Avritzer e Costa preferem utilizar a “concepção discursiva de espaço público” para a América Latina, tecendo as seguintes considerações:

[...] [incorporar ao conceito de esfera pública] os *new publics*, [já que], salta aos olhos o processo recente de diversificação cultural e societária na América Latina. Observa-se a emergência de uma multiplicidade de novos atores urbanos, novas subculturas, novas etnicidades que contrastam com a imagem das nações homoganeamente mestiças historicamente construídas. [...] A emergência de *diasporic publics*. Os novos atores diaspóricos [...] que reclamam a herança africana, [...] compartilham redes transnacionais e se constituem como agentes permanentes de introdução de inovações sociais no contexto nacional. Estes são os casos das redes transnacionais de movimentos sociais e dos imigrantes transnacionais. [...] A criação dos *subaltern counterpublics*, [...] os atores sociais que representam grupos tradicionalmente excluídos do espaço público, mas que, ao mesmo tempo, denunciam os limites do espaço público estabelecido e reivindicam seu direito de participar nele. [...] A multiplicação dos *deliberative* ou *participatory publics*. O modelo discursivo de espaço público enfatiza a necessidade de separação clara de funções entre a sociedade civil e a sociedade política e de autolimitação dos atores civis (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 722-723).

As considerações dos autores mencionados foram, ao longo dos últimos anos, sendo incorporadas por estudos variados sobre a temática da constituição da democratização brasileira, ao mesmo tempo em que se tornaram o alvo de criteriosos julgamentos. Como se verá, a seguir, as principais considerações tecidas a respeito dessa literatura questionam a validade do conceito de esfera pública – uma vez que fora concebido para descrever a ascensão e o declínio de fóruns em que cidadãos burgueses europeus podiam discutir questões e formar uma opinião efetivamente pública – como categoria de análise das experiências de inter-relação entre o Estado e a sociedade civil no Brasil contemporâneo.

### 1.2.3 Esfera Pública e (Re)democratização no Brasil Contemporâneo: Apontamentos Críticos

Muitas críticas têm sido feitas aos pressupostos teóricos, e por conseqüência, às categorias analíticas que, como visto na seção anterior, fundamentam o debate sobre a redemocratização no Brasil contemporâneo. Tanto a literatura internacional, especialmente o modelo de democracia deliberativa de Jürgen Habermas, quanto os autores nacionais, sobretudo as pesquisas realizadas por Leonardo Avritzer sobre o papel de experiências empíricas de “espaço público” (como as experiências de gerenciamento administrativo conhecidas como Orçamentos Participativos) têm sido alvo dessas avaliações.

Especificamente em relação ao trabalho de Habermas, e particularmente a junção que tece entre a teoria da ação comunicativa e o modelo de democracia deliberativa, foram feitas algumas críticas. A primeira crítica situa-se no contexto de estruturação de seu conceito de esfera pública. De acordo com Luis Felipe Miguel (2005), um dos grandes problemas de sua obra é que qualquer possibilidade efetiva de mudança na democracia deliberativa fica restrita ao ordenamento legal. Ao estabelecer em seu modelo que a opinião pública só se transforma em “poder comunicativo” por meio de eleições (pois a partir daí esse poder se transforma em “poder administrativo” – via legislação), Habermas (apud MIGUEL, 2005, p. 13-14) cria uma concepção de processo político não condizente com a dinâmica real. Assim, como acrescenta Miguel (2005, p. 14):

[...] O jogo de forças [percebido por Habermas] é despido de todas as suas condicionantes estruturais e o que sobra é uma versão mais sofisticada dos manuais escolares de civismo. Em suma, a aceitação acrítica da fixação de uma esfera política isolada das restantes esferas sociais é a própria capitulação diante do constitucionalismo liberal.

Como Miguel (2005) assegura, este é um problema que advém do desenvolvimento de seu conceito de esfera pública (a partir da descrição da esfera pública burguesa dos séculos XVII e XVIII). Para o autor, Habermas (apud MIGUEL, 2005, p. 14) se mostra pouco atento à exclusão de determinados grupos sociais da época (tais como os trabalhadores e as mulheres, que não freqüentavam os círculos burgueses do período analisado). O problema decorrente é que o autor

[...] reproduz, em seu modelo de esfera pública, as premissas dos teóricos liberais do contrato social. A igualdade substantiva não é importante na medida em que todos podem discutir *como* se fossem iguais – isto é, a produção de direitos formais de cidadania surge como condição suficiente para a efetivação do debate público ideal. As contradições de acesso à esfera pública não são tematizadas (MIGUEL, 2005, p. 14).

Outra crítica que se tece acerca do conceito que Habermas desenvolve sobre o espaço público diz respeito ao desenvolvimento da idéia de “situação de fala ideal” (na qual não haveria exclusão). Essa situação caracteriza-se pelo inter-relacionamento de três regras básicas, a saber: (a) qualquer contribuição que seja pertinente pode ser apresentada durante o debate público, (b) os participantes do debate buscam sempre atingir o consenso e (c) somente a argumentação racional é levada em conta nos debates públicos (MIGUEL, 2005, p. 15). Com relação à primeira regra abordada emergem dois problemas. O primeiro deles tem a ver com a qualificação de “pertinente”, já que grande parte dos debates públicos ocorre em função da incerteza quanto à pertinência de determinados fatos. Além disso, muitas vezes a “pertinência” das contribuições em debates são determinadas *a priori*, o que gera, por si só, um nítido critério de exclusão.

Quanto à segunda regra elencada por Miguel, a busca por consenso, o maior problema está no fato de que a busca por consenso é posta por Habermas como condição de efetividade do debate, mesmo quando este consenso resulta da capacidade subjetiva que grupos e indivíduos possuem de perpetuar assimetrias (ou garantir a manutenção do *status quo*). Por fim, o problema com a terceira regra – apenas a argumentação racional é levada em conta no debate público – advém de seu pressuposto: a idéia de que, num debate público em que se considera o argumento racional, as diferenças de autoridade, de riqueza e de *status* estão neutralizadas (MIGUEL, 2005). É difícil descrever um debate que ocorra no cotidiano que não esteja vinculado a assimetrias de poder, de dinheiro, de cultura ou de conhecimento, entre outros.

Em *Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 90*, Adrián Lavallo (2003) propõe rever a literatura<sup>24</sup> sobre a transformação social no Brasil após

<sup>24</sup> Os autores e obras que englobam essa rubrica “literatura dos anos 90” analisada por Lavallo são: DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002; DAGNINO, Evelina et al. (Org.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: Ed. da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000; AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 561-598; BAIERLE, Sérgio. OP ao termidor? In: VERLE, João; BRUNET, Luciano (Org.). Construindo um novo mundo: avaliação da experiência

a abertura política atestando que houve um “esgotamento da agenda e a ausência de uma literatura de referência” para o estudo do processo de redemocratização brasileiro. O atual debate sobre a ação social e a democratização no Brasil, de acordo com a interpretação de Lavallo (2003, p. 93) foca quatro grandes eixos interpretativos: um eixo que evidencia o potencial de cooperação que porventura surja entre o Estado e a sociedade, outro que se ocupa de estudar a relevância de novos espaços de participação da sociedade civil, um terceiro eixo que se preocupa em analisar qual o papel da sociedade civil brasileira na constituição de políticas públicas e, por fim, torna manifesta a emergência de novas institucionalidades, bem como o surgimento de formas alternativas de representatividade

Lavallo (2003, p. 95) interpreta, ainda, que esse novo debate (durante os anos 1990) sobre o papel da “nova” sociedade civil representou uma tentativa de retorno da sociologia no pensamento latino-americano. Durante a emergência “hegemônica” das teorias de “transição democrática” (altamente institucionalizadas), o pensamento sociológico se mostrou

[...] pouco preparado para esclarecer os caminhos pós-ditaduras mediante o redesenho de instituições políticas democráticas, quer pelo seu desencanto com as possibilidades de transformação social [...] quer pela sua vocação para a compreensão não-institucional da política, o pensamento sociológico assumiu pela primeira vez em décadas um papel secundário no debate internacional e particularmente no debate latino-americano.

O autor acredita que o retorno da sociologia decorre tanto de uma resposta aos limites das teorias de transição democrática (porque se recusavam a estender o debate para além da dimensão institucional do sistema político), quanto do declínio do pensamento em torno da matriz teórica marxista que, de acordo com o autor, “[...] durante muito tempo ajudou a pensar a transformação social como projeto de processos materiais e políticos de longo prazo” (LAVALLE, 2003, p. 96). Assim, a mudança de perspectiva no debate surge como necessidade iminente de construir proposta analítica mais adequada para lidar com as transformações sociais contemporâneas (daí a emergência de conceitos como “nova sociedade civil”, espaço público e participação social). A “nova sociedade civil” passou a ser definida como “[...] uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos a mobilizar

---

do orçamento participativo em Porto Alegre. Porto Alegre: Guayi, 2002; COSTA, Sérgio. Contextos da constituição do espaço público no Brasil. *Novos Estudos do CEBRAP*, n. 47, 1997, p. 179-192; COSTA, Sérgio. A democracia e a dinâmica da esfera pública. *Lua Nova*, n. 36, 1995, p. 55-65; AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 17-46.

seus recursos associativos mais ou menos escassos – dirigidos à comunicação pública – para ventilar e problematizar questões de ‘interesse geral’” (LAVALLE, 2003, p. 97).

Assim, de forma geral, a literatura sobre a redemocratização no Brasil contemporâneo foi se adaptando e reestruturando para que: (a) a natureza da organização coletiva fosse identificada com o formato *horizontal* (ou seja, essa forma de organização era identificada como associações autônomas ou associações civis), (b) suas demandas e propósitos eram legítimos porque vistos como “interesses gerais, objetivos e não-sistêmicos”, (c) o formato de adesão e separação de membros eram considerados espontâneos, o que levaria à “índole informal da organização” (vistos como associativismo voluntário), (d) os processos comunicativos na formação da vontade coletiva foram considerados de suma importância (a idéia de que os problemas são tematizados e discutidos publicamente) e (e) a sociedade civil organizada alçasse a condição de mediadora entre a sociedade não-organizada e os poderes econômico e político.

Ao propor a análise dos atributos positivos da nova forma de organização da sociedade civil, a literatura dos anos 1990 enfatiza a cristalização de iniciativas de mobilização e articulação social, reunidas sob a denominação genérica de *consensos emergentes*, em vez de interesses da sociedade civil. Mas, como tais consensos emergentes obteriam legitimidade perante a população? Para os autores dessa literatura, se esses consensos fossem o resultado de junções coletivas cotidianas e comunitárias, não teriam objetivos *particularistas* (objetivos esses inerentes às práticas de atores tradicionais da política brasileira). Além disso, tais consensos não admitem a introdução de mecanismos artificiais como critérios de geração da opinião dos envolvidos, obedecendo, assim, apenas às regras previstas na interação *comunicativa*. Nas palavras de Lavalle (2003, p. 104),

[...] essa construção autêntica de consensos pressuporia o acordo público das eventuais posições conflitantes mediante a explanação racional de argumentos factual e moralmente válidos para todos os interlocutores envolvidos, e por isso seria capaz de impulsionar novos processos de enriquecimento normativo da vida pública e da democracia. [...] A nova sociedade civil se mostraria capaz de defender e reivindicar ‘interesses gerais’ legítimos, passíveis de ampliação representativa pela via do diálogo público. Ainda mais, a construção de acordos no seio da sociedade civil, além de configurar um processo transparente, aberto a todos aqueles que decidissem nele se engajar espontaneamente, não privilegiaria argumentos de índole factual: antes, procederia mediante a geração de consensos morais, pois apenas a partir deles seria viável a edificação de novas solidariedades. Em consequência, as inúmeras iniciativas de consociação civil introduziriam no espaço público questões relevantes para o conjunto da sociedade, sendo portadoras de ‘interesses gerais’ – legítimos e moralmente cimentados (grifo nosso).

Lavalle, ao final, aponta duas questões conclusivas quanto aos resultados promovidos por essa literatura sobre democracia no Brasil contemporâneo: (a) menciona o fato de que seus principais resultados não decorrem de simples “*aggiornamento*” do debate, já que sua lógica de análise já não impulsiona a reflexão e a pesquisa acadêmicas e (b) constata a aproximação entre a sociologia e a ciência política, após duas décadas de distanciamento.

Deve-se ressaltar alguns pontos insuficientes do trabalho de Lavalle. Em primeiro lugar, após descrever as principais mudanças implementadas na literatura sobre participação, esfera pública e emergência de nova sociedade civil no Brasil contemporâneo, o autor finaliza seu texto com uma conclusão que não explica, mas que apenas aponta traços relevantes sobre a literatura em questão.

Outra questão a ser levantada quanto às interpretações de Lavalle diz respeito à pouca atenção dada pelo autor ao conceito de consensos emergentes: é como se toda a discussão sobre poder que permeia as análises sociológicas e políticas (não apenas brasileiras) desaparecessem da análise dessa literatura dos anos 1990, e emergisse uma comunidade nova, cujo único foco norteador de atuação é a alteridade. Se o particularismo está descartado a partir da lógica que condiciona relações comunitárias e consenso público, como explicar a continuidade de práticas particularistas (que são práticas culturais) em meio às novas formas de participação política no Brasil?

As próprias pesquisas desses autores (autores minuciosamente examinados por Lavalle) revelam que existem muitas pessoas cuja disposição individual é hostil e negativa em relação à participação e que, “[...] dadas as posições que ocupam, acabam contribuindo para a inviabilização do funcionamento efetivo dos espaços públicos” (DAGNINO, 2002b, p. 279-301). Portanto, não há um processo de linearidade relacionado aos processos de democratização que estão sendo implementados no Brasil desde a abertura política nos anos 1980. Há, muito menos, a constituição de “consensos emergentes” cuja disposição central é a constituição de formas sociais participativas e baseadas na alteridade. Ademais, não se pode esquecer como o personalismo, o clientelismo e o paternalismo (entre outras) são, ainda hoje, práticas políticas comuns. Nas palavras de Dagnino, Alvarez e Escobar (2000, p. 27)

[...] Essa falta de diferenciação entre o público e o privado – onde não só o público é apropriado pelo privado, como as relações políticas são percebidas como extensões das extensões privadas – torna as relações de favor, o personalismo, o clientelismo e o paternalismo, práticas políticas comuns. Além disso, ajudadas por mitos como o da ‘democracia racial’, essas práticas obscureceram a desigualdade e a exclusão. Em consequência, grupos

subalternos, excluídos, passaram a ver a política como ‘negócio privado’ das elites [...] resultando numa imensa distância entre sociedade civil e política – até mesmo em momentos em que os mecanismos dominantes de exclusão deveriam ser aparentemente redefinidos, como, por exemplo, no advento da República.

Outro autor que examina atentamente a literatura sobre a constituição de espaço público no Brasil contemporâneo é Goetz Ottmann (2004) em *Habermas e a esfera pública no Brasil: considerações conceituais*, o autor faz uma análise tanto dos pressupostos que norteiam a construção dessa categoria de análise, quanto seu uso, por uma literatura brasileira. Para Ottmann (2004, p. 61) o conceito habermasiano de esfera pública – inicialmente concebido para descrever a ascensão e o declínio de fóruns em que cidadãos imparciais burgueses da Europa do século XVII podiam discutir pontos de vista e formas de opinião pública – foi reconceituado ao longo dos anos 1990, de um local delimitado e datado no tempo (séculos XVII e XVIII) passa a significar “[...] fóruns participativos de governos locais no Brasil do século XXI”. Nessa remodelação o conceito de esfera pública deixa de vir atrelado a aspectos pessimistas da teoria habermasiana sobre o declínio da democracia.

A partir da visão inicial de uma esfera pública construída de forma não-estruturada, igualitária e utópica (idealizada pelos grupos de leitura e círculos literários da Inglaterra, França e Alemanha dos séculos XVII e XVIII), Habermas tece análise posterior sobre suas mudanças (ao longo dos séculos XIX e XX) deixando claro que aquela esfera pública burguesa ‘ideal’ pendeu junto com o declínio da forma de vida associativista liberal. O principal resultado disso foi, de acordo com Ottmann, a constatação de uma divisão gradual entre as esferas pública e privada, “[...] em que as instituições privadas passaram a assumir o poder público, ao passo que o Estado penetrou no domínio privado” (OTTMANN, 2004, p. 63).

Assim, os meios de comunicação de massa passaram a ser mais regulados, o que gerou inúmeras dificuldades de se acessar a comunicação pública. Como essas mudanças afetaram, de acordo com Habermas, a esfera pública? A informação cedeu espaço ao entretenimento e os processos comunicativos racionais cedem espaço às representações voltadas ao pensamento conformista<sup>25</sup>. Assim, a esfera pública transforma-se, como bem descreve Ottmann (2004, p. 64), em espaço infiltrado pelo poder onde as “[...] forças do capitalismo tardio minam o potencial emancipatório liberal da esfera pública”. Por isso, Ottmann afirma que os comentadores contemporâneos da obra habermasiana

---

<sup>25</sup> Para maiores detalhes ver HABERMAS, Jürgen. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, Craig. (Org.). Habermas and the Public Sphere. Cambridge: MIT Press, 1992.

[...] enfatizam o potencial emancipatório da esfera pública baseada na sociedade civil, descartando a tese habermasiana de decadência comunicativa em favor de um enfoque sobre precondições para mediação discursiva ideal; [...] potencializam a autonomia da esfera pública ao inseri-la numa sociedade civil baseada no ‘mundo-da-vida’; [...] distinguem esferas públicas vinculadas a associações civis e grupos de interesse – altamente diversificadas e não necessariamente democráticas – e uma esfera pública política voltada à formação de um consenso que propicia a ação coordenadora de uma política unificada.

Dessa forma, surge um Habermas “transformado”, exibindo uma “[...] esfera pública baseada em uma sociedade civil auto-regulada, crítica e horizontalmente interconectada – despojada de suas conotações burguesas”. Ora, essa transformação se dá ao longo de toda a década de noventa e, especialmente no caso do Brasil, gerou vários estudos empíricos sobre como o debate público, ou discursivo, se transformou em “tecnologia democratizante” da administração pública (análise da institucionalização dos “fóruns de discussão deliberativa”, tais como os Orçamentos Participativos no Brasil) (OTTMANN, 2004, p. 64).

Quanto ao conceito de associativismo civil no Brasil, Ottmann (2004, p. 67). é efusivo em relação às suas críticas: atrelado ao conceito de sociedade civil, torna-se tão amplo que acaba por dissimular a “[...] massa heterogênea de interesses pessoais e políticos que se conflitam e que podem gerar disputas intensas e incivis, [...] divergências de interesses e discriminação das estruturas participativas recém-institucionalizadas”

Por fim, Ottmann (2004, p. 69) argumenta que enquanto a literatura brasileira sobre redemocratização e participação social no Brasil contemporâneo é testemunha da emergência de um espaço público genuíno de participação democrática, ele assiste ao surgimento de um esforço cooperativo, no máximo, entre representantes populares e especialistas de governos locais, não se constituindo de forma tão ampla e plural como apregoadado por esta literatura.

Ainda que as esferas públicas autônomas e solidárias de Avritzer constituam fóruns de discussão que conduzem os orçamentos participativos e são por ele influenciados, não devem ser confundidas com o próprio processo orçamentário. Afinal, ao participar das assembleias orçamentárias os atores não apenas estabelecem campos de conflito com o Estado, como afirma Avritzer, mas também entre si. Sobretudo, é onipresente em tais fóruns deliberativos a influência do Estado, pois ele detém o crucial conhecimento especializado para moldar e estruturar sua agenda, de modo que as agências governamentais neles desempenham um vital papel organizacional.

Em outro trabalho, intitulado *Cidadania mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil*, Ottmann (2006) faz exame acurado de algumas formas participativas (considerados como orçamentos participativos) em três municípios brasileiros (Itabuna, Bahia; São Paulo, capital; e Porto Alegre, Rio Grande do Sul). Mostra que elementos políticos tradicionais ainda persistem em relações políticas contemporâneas, mesmo naquelas consideradas como formas “participativas” (que ocorrem em diferentes espaços públicos).

Embora a recente literatura sobre essa questão aborde o tema a partir de um ponto de vista pessimista, argumentando que a persistência de elementos de política tradicional – clientelismo, populismo e patrimonialismo – inibem o aparecimento de instituições democráticas mais sólidas e de uma cultura política mais democrática, Ottmann (2006, p. 155) propõe o seu reexame a partir de uma visão não-evolutiva de transição democrática.

[...] Embora esta interpretação pessimista tenha muito a dizer da democracia brasileira recente, deixa de examinar o espaço que se abre entre os pontos de referência do ‘tradicional’ e do ‘democrático’. Mais importante, deixa de observar o quanto essas práticas políticas tradicionais estão se transformando nos contextos de democracia participativa, no qual de fato figuram para melhor ou para pior.

Assim, o autor constata na literatura da área uma bipolarização entre parâmetros analíticos “tradicionais” e “modernos”<sup>26</sup>, que condicionam a constituição dos processos de democratização no Brasil contemporâneo. Sua hipótese é a de que os avanços democráticos se constroem a partir de práticas políticas “tradicionais”, que se transformam – a partir das referências modernas –, mas não são erradicadas. Dessa forma, “[...] os três estudos de caso nos quais se baseia o artigo sugerem que no plano real da vida política municipal as transições democráticas dizem respeito a transformações tanto culturais quanto materiais” (2006, p. 156). Para o autor, quando a literatura examina transições democráticas em sociedades como o Brasil, acredita-se que a democracia deva ser o resultado de um processo histórico unilinear, evolutivo, em que práticas culturais “tradicionais” sejam eliminadas e substituídas por práticas políticas “modernas”.

---

<sup>26</sup> No entendimento Ottmann (2006, p. 156) práticas tradicionais são “[...] práticas que se baseiam na ausência de instituições modernas como pressuposto para a regulação do poder de políticos e funcionários públicos”, e práticas modernas aquelas “[...] em que há predominância de procedimentos legal-racionais na administração pública, autêntico espírito representativo nas instituições políticas e efetiva preocupação com o universalismo e o ‘bem comum’ na cultura política”.

Mas, o que Ottmann (2006, p. 173-174) conclui com seu trabalho é que “[...] o processo de democratização não erradica práticas políticas como o clientelismo e a patronagem: antes, transforma-as ao incorporá-las”. Assim, quando se modifica o foco para o espaço social existente entre esses dois pólos (o tradicional e o moderno), a visão evolutiva e unilinear de processo democrático cede lugar à perspectiva “de processo democrático dialético”.

Utilizando um quadro analítico comparado, Ottmann propõe analisar práticas políticas democráticas que se instauram no Brasil contemporâneo a partir de um método histórico-sociológico<sup>27</sup>: inicialmente, o autor acentua dois elementos da realidade estudada (os elementos tradicionais e modernos do processo democrático ocidental) como parâmetros de análise; em seguida, mostra como esses elementos são tipos-ideais, no sentido de não existirem de forma absoluta nas práticas políticas brasileiras (como tipos-puros); e, em seguida, enfatiza o que existe de peculiar no processo de democratização brasileiro (traz à tona práticas tradicionais “reconfiguradas”).

Portanto, entre as práticas políticas tradicionais (inclusive o personalismo) puras, e as práticas políticas modernas de democracia (baseadas em instituições legal-racionais e cultura política do “bem comum coletivo”), existem práticas políticas, fundadas nos elementos tradicionais, reconfiguradas. Como o autor afirma, essas transformações se configuram tanto em práticas democráticas próximas do pólo “moderno” (alguns exemplos que o autor aponta nos orçamentos participativos de São Paulo e Porto Alegre), como em práticas que se aproximam do tipo-ideal “tradicional puro”, ou seja, de práticas clientelistas, personalistas e patrimonialistas (dentro das propostas de Orçamento Participativo em Itabuna e no município de São Paulo).

Nesse mesmo sentido, o presente trabalho tem como problema a análise de como essas práticas “tradicionais” (no caso, a aversão ao conflito, que é um elemento da cultura personalista do brasileiro) influenciam a constituição da democracia em um município do interior do Brasil. Se o que prevalece nessas relações é essa aversão ao conflito (presente na relação personalista), então o processo de democratização do município de Campo Mourão

---

<sup>27</sup> O método histórico-sociológico foi desenvolvido por Max Weber (1864-1920) e, sinteticamente, pode-se afirmar que é “[...] a ênfase de determinados traços da realidade até concebê-los na sua expressão mais pura e conseqüente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis (tipos-ideais). [Assim, pode-se afirmar que] a realidade social só pode ser conhecida quando aqueles traços seus que interessam intensamente ao pesquisador são metodicamente exagerados, para em seguida, se poderem formular com clareza as questões relevantes sobre as relações entre os fenômenos observados. [...] Esses tipos-ideais precisam ser construídos no pensamento do pesquisador, existem no plano das idéias sobre os fenômenos e não nos próprios fenômenos” (COHN, 2005, p. 8). Ver COHN, Gabriel. Introdução: Max Weber. São Paulo: Ática, 2005. p. 7-34. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

pode estar mais próximo do pólo “tradicional” de práticas políticas, evidenciando, assim, relações políticas personalistas e, portanto, inibidoras da ampliação participativa dos cidadãos no município.

Diferente da opção bibliográfica feita por Ottmann (2006)<sup>28</sup>, o presente estudo procura problematizar como as relações personalistas constituem e entram a democracia no município a partir do conceito de personalismo presente na obra de Sérgio Buarque de Holanda<sup>29</sup>. Afinal, embora o autor tenha cunhado esse conceito na década de 1930, os desafios presentes naquele contexto continuam, de alguma forma, presentes na agenda política contemporânea.

Como afirma Lilia Schwarcz (2006, p. 3) “[...] o livro desafia, dessa maneira, a recuperar essa forma de sociabilidade inscrita em nossa história que, já presente durante a escravidão, sobreviveu ao clientelismo rural e resistiu à urbanização, onde o princípio de classificação manteve-se sustentado por laços pessoais”.

### 1.3 (RE) PENSAR A DEMOCRACIA NO BRASIL: DO NORMATIVISMO HEGEMÔNICO À PRAGMÁTICA DE SÉRGIO BUARQUE HOLANDA

A presente seção trata de retomar o debate sobre a redemocratização e participação social no Brasil contemporâneo a partir de pressupostos outros que não a racionalidade pública habermasiana. Antes de se passar às interpretações históricas da formação social brasileira tecidas por Sérgio Buarque de Holanda, e de procurar mostrar como essas interpretações servirão de base para a análise que a pesquisa pretende empreender, cabe levantar algumas questões diretamente relacionadas à problemática da pesquisa. Que sociedade é essa que emerge das lutas e resistências dos anos 1970 e 1980 e caminha rumo à consolidação do regime democrático? Como a cultura personalista ou a cordialidade, que são elementos culturais presentes em séculos de história da formação brasileira (e originais da Península Ibérica), vêm moldando a configuração do atual processo de democratização do Brasil contemporâneo?

---

<sup>28</sup> Em vez de utilizar o conceito de personalismo desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda, o autor busca na literatura estrangeira a fonte para produzir conhecimento acerca das práticas culturais dos brasileiros. Ottmann retira o conceito de personalismo de WEYLAND, Kurt. *Democracy without equity: failure of reform in Brazil*. Pittsburg: The University of Pittsburg Press, 1996.

Para lidar com essas questões a presente seção está dividida em dois sub-ítem: em primeiro lugar, procurar-se-á trabalhar quais foram as principais influências epistemológicas que formaram a base de sustentação das interpretações de Sérgio Buarque de Holanda<sup>30</sup> sobre os processos históricos responsáveis pela formação da sociedade brasileira. Num segundo momento, far-se-á uma descrição daquelas interpretações que auxiliarão a análise de como se configura a democratização brasileira, agora a partir de parâmetros de investigação inspirados nas reflexões acerca do tema tecidas por Sérgio Buarque de Holanda. Ao final, desenvolve-se um sintético quadro comparativo entre os principais conceitos habermasianos (utilizados pelo debate acadêmico hegemônico como pressupostos para suas análises sobre participação democrática no Brasil contemporâneo) e as principais formas interpretativas criadas por Sérgio Buarque de Holanda (e utilizadas como parâmetro para as análises da presente pesquisa). Isso se deve à necessidade de enfatizar como aquelas categorias de análise se tornam excessivamente normativas quando relacionadas concretamente com a realidade histórico-cultural de formação da sociedade brasileira.

Enquanto Goetz Ottmann (2006) sugere que de práticas “tradicionais” (clientelistas, personalistas e patrimonialistas, por exemplo) adaptadas à nova realidade social brasileira emergem avanços democráticos, por outro lado a questão da formação da sociedade democrática, para Sérgio Buarque de Holanda, é um processo histórico mais complexo (de longa duração), e que resulta tanto em “avanços” quanto em retrocessos. Mas, para que se possa compreender o que Sérgio Buarque de Holanda sugere ser tal processo (utilizando-o como parâmetro para a pesquisa que ora se empreende sobre a democracia, no âmbito municipal, no Brasil contemporâneo), deve-se, inicialmente, buscar sua construção epistemológica<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Como se verá a seguir, a obra de Sérgio Buarque de Holanda que será utilizada para auxiliar essa proposta de análise será, especialmente, *Raízes do Brasil*.

<sup>30</sup> Para que a presente pesquisa pudesse empreender análises criteriosas da realidade estudada a partir das interpretações de Sérgio Buarque de Holanda, restringiu-se ao estudo de dois de seus livros, como salientado, *Raízes do Brasil* e (em menor medida) *História Geral da Civilização Brasileira: do Império à República*. Por isso, os conceitos de personalismo e de homem cordial, seus desdobramentos sobre a aversão do brasileiro ao conflito e suas respectivas análises da permanência de tais aspectos culturais na política imperial brasileira (mesmo sendo originadas na sociedade colonial) são trabalhados na pesquisa a partir do estudo dessas duas obras.

<sup>31</sup> Embora existam pesquisas recentes sobre a democracia na obra de Sérgio Buarque de Holanda, a maior parte enfatiza a forma como o autor, de forma datada, diagnosticou as deficiências da sociedade brasileira no que se refere à organização de instituições fundadoras da nacionalidade no Brasil. Seus estudiosos normalmente se esquecem da atualidade de suas interpretações. Como bem salienta Antônio Cândido (1988, p. 125-126) “[...] Fascinados pela brilhante análise tipológica dos capítulos precedentes, os leitores nem sempre perceberam direito uma singularidade do livro [*Raízes do Brasil*]: era o único ‘retrato do Brasil’ que terminava de maneira premeditada por uma posição política radical em face do presente. De fato, o livro é ao mesmo tempo uma análise do passado (que pegou mais) e uma proposta revolucionária de transformação do presente (que pegou menos). Ora, a articulação de ambos os momentos é essencial e constitui a motivação de toda a obra. O

Ao publicar, em 1936, *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda tinha por alicerce a idéia de que a função primordial de um historiador é encontrar, no presente, as “sobrevivências arcaicas” que condicionam a constituição de qualquer processo histórico. Assim, para Sérgio Buarque de Holanda a construção de qualquer Estado-nação deve ser interpretada como um processo histórico pertencente ao mundo moderno, diretamente ligado a “múltiplas e diferenciadas temporalidades” e relacionado à singularidade de processos individuais de diferentes povos, “um vir-a-ser no tempo”. Maria Odila Leite da Silva Dias (2008) acredita que *Raízes do Brasil*:

[...] é uma obra de sinalização de tendências mais do que afirmações peremptórias, sendo que [Sérgio] procurou contrapor à vontade de ser brasileiro o processo propriamente histórico do vir-a-ser da colonização portuguesa. [...] Como historiador e modernista valorizava o particular, o que há de irredutível, tudo quanto se exalta e se afirma, pelo simples fato de ser um direito à existência, a sua diferença essencial em relação ao que rodeia e por isso mesmo, implicitamente, a sua singularidade (DIAS, 2008, p. 320).

Assim, as categorias históricas de *múltiplas temporalidades, particularidades e singularidades* acompanham o historiador Sérgio Buarque de Holanda em todas as suas pesquisas. Tais categorias históricas ele “toma emprestado” do método historicista da escola de pensamento alemã, cujo mentor fora seu professor em Berlin: Friedrich Meinecke<sup>32</sup>. Entre as principais características desse método estão (a) a idéia de temporalidade como processo de vir-a-ser de fenômenos sociais, (b) aversão a determinismos e cientificismos, procurando enaltecer o relativismo cultural como condicionante dos processos históricos e (c) o objetivo central de apreender as relações humanas no seu devir, nunca a partir de esquemas fixos (leis ou explicações sociológicas determinantes). O convívio intelectual desenvolvido entre Sérgio Buarque e o historiador Friedrich Meinecke permitiu-lhe aderir a um modelo de história que buscava interpretar a vida dos homens em sociedade como “configurações de momento” e a perceber as relações sociais e culturais como algo

---

desfecho, solidamente plantado nas proposições anteriores, tinha por isso mesmo uma validade que ainda permanece, ao contrário da maior parte dos numerosos ensaios político-sociais daquele tempo, que o **vento** levou” (grifo nosso). Assim, como se pretende compreender a questão democrática brasileira contemporânea a partir de aspectos do passado que ainda se mantêm e, ao mesmo tempo, se reconfiguram (permitindo a síntese de algo novo), leituras estáticas das referidas obras foram deixadas de lado. Para que se compreendam as influências na construção dessa compreensão singular da formação brasileira deixada por Sérgio Buarque, foram escolhidos dois intérpretes seus que, em vida, atuaram diretamente junto dele: as análises tecidas por Antônio Cândido sobre a vida e a obra de Sérgio Buarque, e Maria Odila Leite da Silva Dias, que além de ter atuado academicamente junto do referido autor, fora sua aluna e orientanda no curso de História da Universidade de São Paulo.

sempre sujeito à mudança, à flexibilidade e à adaptabilidade. Como nos mostra Dias (2008, p. 321).

De fundamental importância foi seu encontro com Friedrich Meinecke, [...] professor da Universidade de Berlim, num meio cultural conhecido como círculo de Simmel. [...] Esse convívio intelectual foi certamente decisivo para a sua definitiva adesão a um modo de ser historicista, que consistia basicamente em renegar intelectualismos e a ver na vida dos homens em sociedade configurações de momento, conceitos temporários de vida, valores culturais sempre relativos, em processo de devir, de fluidez, de mudança e de transformação.

Ao adotar esse jeito historicista de interpretar a realidade, Dias (1985, p. 11) mostra-nos como Sérgio Buarque de Holanda adotou certa “mentalidade” que lhe possibilitou constituir algo novo, próprio, na constituição da história brasileira, voltado “para as necessidades do seu país e desejoso de ver superadas as sobrevivências arcaicas que dificultavam a construção da modernidade brasileira”.

O contato com esse círculo na Alemanha do final dos anos 1920 possibilitou-lhe, ainda, exasperar uma característica marcante do movimento modernista (do qual havia se engajado por meio de críticas literárias no Brasil): o interesse pelo caráter nacional. Ao ser entrevistado, no ano de 1981, revela que sua passagem pela Alemanha aguçou seu interesse pelo caráter nacional

[...] [que já era] muito forte dentro do modernismo. E, quando estamos num país estrangeiro, vemos nosso próprio país com mais interesse, reparamos na diferença, no choque. Certa vez o historiador americano Lewis Hanke me disse que, para escrever um livro sobre um país novo bastaria ter vivido nele por três meses: ‘três meses ou mais de dez anos’, ele dizia. Seriam dois livros diferentes, claro. Mas a idéia é que nesses três meses temos o primeiro choque. Depois o contraste vai se perdendo. Digo isso para mostrar como, do estrangeiro, vemos o Brasil de outra maneira. Na Alemanha, procurei ver outras coisas do Brasil, confrontar com o que existe fora (DIAS, 2008, p. 7-8).

Assim, pode-se afirmar que o conceito de processo histórico formulado por Sérgio Buarque de Holanda relaciona-se diretamente com essa forma historicista de lidar com múltiplas temporalidades e, ao mesmo tempo, com uma maneira renovada de interpretar o passado (interpretando-o como conjuntos de valores e de relações fluidas e em permanente processo de transformação). A mudança, mais do que a estática, parece constituir o centro

---

<sup>32</sup> Para aprofundar o tema, ver: IGGERS, George C. *The german conception of history*. Middletown: Wesleyan University Press, 1983; MEINECKE, Friedrich. *Historicism: the rise of a new historical outlook*. London: Routledge, 1972.

norteador das reflexões tecidas por Sérgio Buarque de Holanda (e que se revelarão cruciais para a pesquisa que ora se pretende desenvolver sobre como relações políticas “tradicionais” sobrevivem no regime democrático vigente no Brasil contemporâneo). Assim, retomando a idéia difundida por Jean Batista Vico<sup>33</sup>(apud DIAS, 1985, p. 18), o processo histórico “[...] envolve a interação assídua e alternativa de fatores sociais, culturais, econômicos, políticos, ora preponderando um, ora outro, conforme as vicissitudes de uma conjuntura histórica específica”. Por isso, como bem salienta Dias (1985, p. 11) acerca de seu conceito de processo histórico:

[...] a mudança apareceria inerente ao devir, oriunda da interação espontânea de suas contradições, do movimento de forças antagônicas, e nunca uma atribuição da vontade de alguns indivíduos ou sistemas políticos artificiais, impostos por grupos sociais hegemônicos. O processo histórico não lhe parecia um plano racional e dirigido, nem a condição dos homens muito dependente de legados ou tradições, ou sequer submissa às forças da natureza.

Dessa forma, Sérgio Buarque desenvolve o conceito histórico de *contemporaneidade do não-contemporâneo*: a forma como os portugueses, e por conseqüência os brasileiros, se inserem tardiamente no moderno mundo europeu, sendo esse o fator, por excelência, que impede a organização de instituições da nacionalidade brasileira. Por meio da análise sobre a centralização precoce do Estado português explica como surge uma burguesia que, por depender exclusivamente da iniciativa do Estado, adota o modo de pensar e agir da nobreza quinhentista de Portugal (gerando uma sensação de *contemporaneidade* daquilo que *não é contemporâneo*). O processo de formação da sociedade brasileira, a partir daquela constatação, revela-nos a emergência de cidades “prematuras e anormais”, dependentes totalmente dos fazendeiros latifundiários, e de uma burguesia iletrada, rural e dependente dos latifundiários (gerando, por conseqüência, um funcionalismo público dependente dos cargos públicos e das elites dirigentes, já no século XIX) (DIAS, 2008).

---

<sup>33</sup> Com a publicação de *Scienza Nuova* (1744), João Batista Vico acreditava que a religião e os mitos primitivos eram importantes influências na formação da cultura e das civilizações (ao contrário do que afirmavam os pensadores ilustrados). A história estava ligada a um processo de vir-a-ser no tempo, indicando um processo realizado pelos homens. Assim, seus estudiosos acreditam que foi um pensador que contribuiu com o prenúncio do relativismo, da diversidade das culturas e com a importância dos fenômenos individuais na constituição das sociedades, culturas e nacionalidades. Para maiores esclarecimentos ver: VICO, J. B. *Princípios de uma Ciência Nova: acerca da natureza comum das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 ou as obras citadas de Maria Odila Leite da Silva Dias sobre Sérgio Buarque de Holanda (1985, 1998, 2008).

Vico está presente, ainda, em Sérgio Buarque de Holanda, na concepção de temporalidade como resultado de um processo cíclico. Ou seja, tanto a cultura quanto as sociedades – nacionalidades – estavam sujeitas a avanços, mas também a períodos de retrocessos, impasses. É o que Sérgio Buarque de Holanda denomina de fluxos e refluxos no processo histórico das sociedades.

As culturas e nacionalidades sofriam retrocessos, impasses, momentos de decadência e eventualmente tempos de regeneração, quando algumas nações chegavam a reflorir. A sensibilidade do autor de *Scienza Nuova* para a urdidura complexa de relacionamentos entre aspectos da vida de todo o dia, costumes, cultura material, rituais de religiosidade, arquitetura das cidades, turbulências entre os laços afetivos, os hábitos de trabalhar a terra e as leis do Estado agradou a Sérgio Buarque de Holanda (DIAS, 2008, p. 325).

Mas de que forma Sérgio Buarque de Holanda utiliza Vico em *Raízes do Brasil*? A importância dos movimentos cíclicos presentes na cultura e na política para a formação das sociedades fez com que o autor interpretasse o processo de formação histórica do Brasil a partir da reconstituição das interações singulares entre indivíduos, Igreja e Estado (por meio da documentação da poesia portuguesa da Idade Média e do século XVI, bem como dos ritualismos religiosos presentes no cotidiano português – capítulos iniciais de *Raízes do Brasil*). Nas palavras de Dias (2008):

[...] Ao interpretar a formação da sociedade brasileira como um processo singular e distinto dos outros países da América Latina, o historiador assinalou momentos de retrocesso, de estagnação das forças históricas, as quais, ao parecerem afirmar-se, se perdiam em impasses que engendravam sobrevivências arcaicas. [...] São movimentos do tempo histórico que se voltam para si mesmos – *corsi e recorsi*. (DIAS, 2008, p. 326).

A influência de Vico em *Raízes do Brasil* pode ser percebida, ainda, na construção de “negações e contradições” que, desde o capítulo inicial, moldam peculiarmente as forças históricas que aqui se articulavam. A oposição entre “espírito e vida”, “família e Estado” e “particularismos *versus* leis abstratas” representavam, de acordo com Dias (2008), essa tentativa de Sérgio Buarque de Holanda de se contrapor, a partir de Vico, à idéia de evolução linear da formação brasileira. Eram momentos de negação (ou de confronto) em que persistiam “forças arcaicas”, resultando não em algo novo (como se esperaria de um confronto resultante do movimento dialético), mas na persistência de relações “arcaicas” que condicionavam a vida dos povos. E essa é a novidade que Dias traz sobre a influência de Vico: em vez de interpretar essas contradições e negações como inspiração da obra de Hegel

sobre Sérgio Buarque de Holanda, para a autora ela advém mais de Vico (e de sua resistência quanto à evolução unilinear). Nas palavras da autora

[...] Assim aparece a metáfora do homem cordial, como a indicar um processo em que a persistência do uso costumeiro, de facções familiares e de particularismos dificultava a consolidação do Estado e do domínio de leis gerais. [...] Dentro dessa tradição de pensamento historicista, parecem contra-senso certas leituras desse livro de Sérgio Buarque de Holanda. Apesar do cuidado do autor em delinear fronteiras entre o pensamento filosófico e o pensamento histórico, o livro acabou sendo catalogado como weberiano ou hegeliano. [...] A metáfora do homem cordial, longe de ser um conceito abstrato, referia-se a um processo histórico, a certa maneira de ser no tempo. Apelava para a historicidade dos conceitos como expressões de modos de ser, de atitudes perante a vida. Justamente o contrário dos que interpretaram a figura do homem cordial, ou do aventureiro, como expressão de categoria sociológica (DIAS, 2008, p. 330-331, grifo nosso).

Do convívio intelectual com o filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911) Sérgio Buarque de Holanda desenvolveu a idéia de que o conhecimento se dá por meio da apreensão de “totalidades significativas”, sempre de forma temporária (porque atrelado às opções do observador e sujeito às transformações que marcam o objeto de estudo). Daí sua convicção de que as generalidades e abstrações não auxiliam a construção do conhecimento. Das particularidades pode-se alcançar o universal (e nunca partir do universal para tentar se aproximar das particularidades). Como revela Dias (2008, p. 333), Sérgio Buarque de Holanda acreditava que “[...] um intérprete da cultura jamais atingiria seu fim fazendo o caminho intelectual do universal para o particular”.

Assim, três princípios básicos desenvolvidos por Dilthey moldaram a aversão de Holanda às generalidades, mesmo às que se pretendiam sofisticadas: (a) o princípio da hermenêutica de Dilthey, ou seja, revelar o universal a partir das particularidades (as partes levariam ao todo); (b) utilizar as formas “subjacentes da sociedade e da cultura” (tais como literatura, poesia, sermões e costumes) para mostrar as interseções entre as formações sociais e as manifestações diversas da cultura; (c) não separar, conceitualmente, forma e conteúdo, porque por meio das particularidades podem ser constituídas as conexões de sentido (tão relevantes para a construção do conhecimento).

A leitura de Max Weber (1864-1920) não influenciou a construção de *Raízes do Brasil*? A resposta, de acordo com Dias, é positiva e, ao mesmo tempo, negativa, já que se pode afirmar que Weber mais inspirou que influenciou alguns trechos da obra de

Holanda<sup>34</sup>. Assim, Dias afirma que Holanda recorreu a dois parâmetros weberianos para a produção de conhecimento específico sobre a formação brasileira: (a) o surgimento do capitalismo e (b) a originalidade da tese weberiana acerca da constituição europeia da modernidade ocidental. Contudo,

[...] procedeu, em *Raízes do Brasil*, a desmentir a presença entre nós das características europeias e nacionalistas de formação do capital, da burguesia e da disciplina cívica da vida urbana moderna. Entre o típico e o individual abria-se um abismo de possibilidades para o historiador. [...] [E] para se compreender o que está encoberto da consciência individual, surge o tipo ideal. Para constituir um tipo ideal o historiador teria que interpretar as conexões que ligavam o indivíduo a seu tempo, ao seu meio social, aos sistemas culturais e às comunidades em que estava inserido. Esse era o caminho que levaria o historiador a poder relacionar o indivíduo à humanidade e, pois, à história e à sociedade (DIAS, 2008, p. 336).

Daí o conceito weberiano de “visão de mundo”, ou seja, criar concepções de vida abrindo possibilidade de concretizar modos, maneiras de ser, por meio da interpretação das mentalidades em *Raízes do Brasil* (do colonizador português e do homem cordial, por exemplo). Para Dias, essa influência weberiana utilizada por Sérgio Buarque para interpretar a formação da sociedade foi uma inovação interpretativa já que propunha a análise, simultânea, do relativismo e da diversidade cultural presentes tanto no colonizador quanto na sociedade brasileira.

Por fim, cabe acrescentar que a tensão entre continuidades e descontinuidades, marca registrada da obra do historiador alemão Otto Hintze (1861-1940), aparece em *Raízes do Brasil* por meio da noção de “ritmo do tempo”, a qual Sérgio Buarque de Holanda adota ao longo do livro. Entre a história política, que desencadeia mudanças imprevisíveis e se dá no nível consciente e das vontades dos homens, e a história social, que tem um ritmo mais lento de desprender forças inconscientes e mais profundas, há movimentos de continuidade e descontinuidade que modelam a construção do processo histórico de formação social. Para Dias, essa concepção influenciou na construção de *Raízes do Brasil* porque o livro apresenta

---

<sup>34</sup> De acordo com a professora Maria Odila Leite da Silva Dias, Weber estava presente na obra de Sérgio Buarque de Holanda, mas como mecanismo de análise do **historiador**. A historicidade, a idéia de múltiplas temporalidades (ritmos do tempo na história), as mudanças e o devir são aspectos que, segundo a professora, Sérgio Buarque já conhecia antes de ir para a Alemanha, “[...] mas que ficaram mais claras depois do período em que ele conviveu com outras figuras da época” (DIAS, 1985, p. 8).

[...] um ritmo, o evolutivo, que se passa, sobretudo, no domínio do inconsciente e do instintivo, [e também] outro, que seria o dialético, que depende mais dos fatores conscientes e espirituais. Aquele se move mais coerente e constante, este em contrastes ríspidos que reiteradamente vão emergindo e imergindo (DIAS, 1985, p. 44).

A seguir, passa-se à discussão daqueles conceitos, produzidos por Sérgio Buarque de Holanda, que auxiliarão na análise de como se configura a democratização brasileira contemporânea. Dessa forma, os conceitos desenvolvidos por Sérgio Buarque de Holanda, principalmente em *Raízes do Brasil*<sup>35</sup>, e utilizados na presente pesquisa para se contraporem às categorias habermasianas (sobre democracia deliberativa contemporânea) serão *personalismo, cordialidade e aversão ao conflito*. Deve-se, antes de mais nada, ressaltar que tais conceitos estão presentes ao longo de toda a sua vasta obra, mas apresentam maior clareza nos textos selecionados para a presente pesquisa. Como estes textos foram realizados no formato ensaístico (principalmente *Raízes do Brasil*), optou-se por escolher aquelas passagens que, diante do objeto de estudo e da problemática, melhor precisam o sentido da discussão.

Assim, o que pode ser escrito sobre *personalismo* que venha a sintetizar o conceito? O conceito foi estudado e trabalhado em *Raízes do Brasil* como sendo a “cultura da personalidade”, devendo ser entendida como “[...] a atribuição extrema ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço” (HOLANDA, 2006a, p. 20).

Tal manifestação da forma de convívio do brasileiro é, na verdade, a maior herança cultural e institucional transmitida por aqueles que nos colonizaram: os povos da Península Ibérica. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, os estudiosos do Brasil têm, insistentemente, procurado adotar fórmulas exteriores para superar nossas “inquietudes e desordens naturais”. Mas, o que este autor nos propõe, em *Raízes do Brasil*, é buscar a origem ibérica dessas “instabilidades constantes de nossa vida social”, porque:

A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Neste particular cumpre lembrar o que se deu com as culturas européias transportadas ao Novo Mundo. Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes

---

<sup>35</sup> A referência utilizada na construção do conceito *aversão ao conflito* é História Geral da Civilização Brasileira, o volume escrito por Sérgio Buarque de Holanda e dedicado à análise das relações entre sociedade e política no período monárquico (Tomo II, Volume 7, *O Brasil Monárquico: Do Império à República*). Os demais conceitos foram retirados dos estudos feitos a partir da obra *Raízes do Brasil*.

gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura: o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma (HOLANDA, 2006a, p. 30).

Essa mentalidade ibérica é responsável pela exagerada acentuação que o povo brasileiro concede ao “prestígio pessoal” e ao poder pessoal como elemento central das relações sociais e das formas de convívio no Brasil. Essa mentalidade personalista se formou, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, como obstáculo à “[...] manifestação do espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes” (HOLANDA, 2006a, p. 27). Portanto, a principal consequência da frouxidão dos laços de organização em comunidade (tíbieza essa costumeira do povo Lusitano) para a formação da sociedade brasileira foi a dificuldade de construir práticas que implicassem solidariedade e ordenação espontâneas.

Assim, o princípio de unidade social lusitano, que nas sociedades protestantes estava ligado ao “espírito comunitário” desenvolvido espontaneamente, foi sempre representado por governos altamente centralizadores. À exaltação suprema do personalismo coube, por parte dos ibéricos, o desenvolvimento de uma alternativa que justificasse o monopólio de poder: a aparente renúncia a essa mesma personalidade. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (2006a, p. 29):

[...] a alternativa encontrada por ibéricos para lidar com a autarquia do indivíduo e a exaltação suprema do personalismo foi a aparente renúncia a essa mesma personalidade. Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência [...] tenha sido até agora o único princípio político verdadeiramente forte. [...] Não existe, a meu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência (grifo nosso).

Dessa forma, Sérgio Buarque de Holanda consegue ampliar a discussão sobre o poder nas sociedades ibéricas para além da discussão sobre os tipos de dominação. Isso porque a ênfase dada pela mentalidade ibérica ao prestígio social impede que os princípios políticos de obediência e centralização do poder sejam utilizados por grupos sociais excluídos para constestar monopólios de poder. Por conseguinte, qualquer forma de contestação ao *status quo* de uma sociedade ibérica (ou que se formou aos seus moldes) somente se efetiva quando emerge junto ao grupo detentor desse poder. Daí a sensação de que

ocorrem mais reformas, ou paliativos, que revoluções (no sentido de distribuição de poder) nas sociedades ibéricas (especialmente no Brasil).

Portanto, essa dificuldade de formar laços de associação espontâneos deve-se, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, ao personalismo lusitano:

Foi essa mentalidade, justamente, que se tornou o maior óbice, entre eles, ao espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes, e sobretudo de calvinistas. Porque, na verdade, as doutrinas que apregoam o livre-arbítrio e a responsabilidade pessoal são tudo, menos favorecedoras da associação entre os homens. Nas nações ibéricas, à falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Nelas predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior que, nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares. [...] Essa solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou nacional. [...] E não é estranhável que a obediência – obediência cega, e que difere fundamente dos princípios medievais e feudais de lealdade – tenha sido até agora, para eles, o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização de poder e na obediência (HOLANDA, 2006a, p. 27-29, grifo nosso).

O termo *cordialidade* refere-se às práticas sociais passionais e emocionais que servem de parâmetro para a formação da sociedade no Brasil. Em *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque de Holanda (2006a, p. 159) estuda como as vontades particulares, ao longo da história do Brasil, predominam no processo de constituição social. Tais vontades particulares têm se desenvolvido em “[...] círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura” junto aos brasileiros. Qual seria, na opinião de Holanda, a principal consequência dessa ênfase nas vontades particulares e no núcleo familiar para a formação da sociedade brasileira?

Um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera [...] dos chamados ‘contatos primários’, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição

social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas. (HOLANDA, 2006a, p. 160, grifo nosso)<sup>36</sup>.

Dessa forma, Holanda (2006a, p. 160) define *cordialidade* como sendo:

[...] a lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam [...] um traço definido do caráter do brasileiro, na medida em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (grifo nosso).

Em resposta às críticas de Cassiano Ricardo (2006) ao conceito de “homem cordial”, Sérgio Buarque de Holanda publica, em setembro de 1948, a seguinte declaração acerca desse termo:

[...] cordialidade refere-se a coração e exprime justamente o que eu pretendi dizer. Como, além disso, se acreditou, mal ou bem, que o coração é sede dos sentimentos, e não apenas dos bons sentimentos, minha explicação, ao lembrar que a inimidade ‘bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração’, seria, se v. quiser, uma ampliação, não seria uma retratação (HOLANDA, 2006a, p. 395).

---

<sup>36</sup> Não se pode esquecer que embora se esteja realizando um recorte na obra de Sérgio Buarque de Holanda, por meio da seleção daqueles conceitos que mais se ajustam à problemática da pesquisa (personalismo, cordialidade e aversão ao conflito), outros conceitos fundamentais às suas teses e estudos, tais como *patrimonialismo e patriarcalismo*, são relevantes para a explicação de como o autor construiu os conceitos que foram selecionados para a presente pesquisa. Isso se deve ao fato de que Sérgio Buarque de Holanda não concebeu cada um desses conceitos independentemente um do outro. Como salenta Dias, sua forma de interpretar a história pressupunha a “reconstituição de urdiduras de inter-relacionamentos”. Assim, “[...] as partes [particularidades] compunham com o todo combinações muito específicas em cada uma das culturas. [Dessa forma] o trabalho do historiador estava em delinear nas culturas dos diferentes povos as peculiaridades, que somente o entrelaçamento das inter-relações das partes com o todo chegava a revelar” (DIAS, 2008, p. 325). As mentalidades, as práticas vividas e o convívio dos brasileiros ao longo dos séculos eram reconstituídos pelo autor a partir de suas especificidades, ao mesmo tempo em que condicionava cada uma delas ao todo social que se constituía a partir de suas interações. Portanto, *patriarcalismo* pode ser compreendido como uma exaltação do espírito de família, “[...] dos vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins, além da famulagem e dos agregados de toda sorte, que predominam sobre as demais considerações. Formam, assim, um todo indivisível, cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses e idéias” (HOLANDA, 2006a, p. 77). Esse quadro familiar e patriarcal torna-se tão poderoso que sua atuação atravessa até mesmo o domínio doméstico: “[...] A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. [...] O resultado era predominarem em toda vida social [...] a invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 2006, p. 80-81). Quanto ao conceito de *patrimonialismo*, que também se relaciona aos conceitos anteriormente referidos, Sérgio Buarque de Holanda preocupa-se mais com as conseqüências dessa predominância da vontade particular para os funcionários públicos “personalistas e patriarcais”. Nas palavras de Holanda “[...] Não é fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos, e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem as funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos” (HOLANDA, 2006a, p. 159).

Já a expressão *aversão ao conflito* relaciona-se às práticas de convívio que prezam a absorção dos desentendimentos e dos conflitos em propostas “alternativas” de conciliação. Ou seja, normalmente os desentendimentos são absorvidos e transformados em formas de conchavos e compromissos pessoais, familiares, íntimos. Para Dias (1985, p. 53)

O Autor [Sérgio Buarque de Holanda] estuda, nos rituais da vida política, o costume de absorver desentendimentos e conflitos numa urdidura cerrada de conchavos e compromissos intra-muros, que impedem facções e conflitos de tomarem proporções políticas ameaçadoras. É o seu modo de reexplicitar o sentido da cordialidade nos costumes políticos brasileiros, oligárquicos, pessoais, fechados e capazes de transcenderem a violência quotidiana sob uma aparência de harmonia, que confirmava o peso do controle social e político exercido por minorias extremamente reduzidas (grifo nosso).

Se esses “conchavos” não permitem (a) que os desentendimentos sejam vistos pelos agentes como uma parte do processo de construção da organização democrática e (b) se não permitem que os conflitos assumam proporções políticas ameaçadoras (o que poderia romper efetivamente com o *status quo*), cabe problematizar tais “conchavos”. Assim, conchavos podem ser interpretados como saídas *tangenciais* (mas legais, no sentido de estarem condicionados a um regime institucional democrático – Estado de direito) aos problemas políticos ligados à concentração do poder, que não permitem que princípios democráticos estruturem as práticas de todos os grupos sociais. Esses conchavos são, portanto, o resultado do funcionamento das mentalidades acima estudadas (personalismo, patrimonialismo e cordialidade) sobre a prática política do brasileiro. Tais conchavos são problemáticos em função de duas questões: (a) explicitamente, porque dificultam a ampliação da participação política consciente, uma vez que negam a efetividade de princípios democráticos tais como impessoalidade, debate público, separação entre público e privado e o predomínio da vontade coletiva sobre a passionalidade individual; implicitamente (b) porque a absorção dos conflitos em forma de conchavos políticos nem sempre explicita a aversão ao conflito, já que as instituições democráticas formais acabam maquiando os motivos pelos quais a população não participa mais amplamente (e não apenas das eleições formais) da construção do processo democrático brasileiro<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> A questão colocada no item “b” pode ser entendida como mais um empecilho do aspecto cultural resultante da aversão ao conflito. Em primeiro lugar, a aversão ao conflito nunca se apresenta, com toda a “luz”, ao estudioso do fenômeno democrático. Isto é, não se apresenta como uma das causas determinantes do não funcionamento efetivo da democracia participativa. Talvez este seu caráter sutil seja a causa mesma de sua eliminação como elemento de estudo a ser levado em conta quando se trata do tema democracia e aumento da participação popular. Assim, talvez não por acaso, nos estudos acerca do orçamento participativo, não se leve em conta este elemento crucial para a explicação da não-participação, ou da pouca participação da população

Cabe, agora, problematizar a persistência<sup>38</sup> desses elementos e suas influências para o processo democrático do Brasil contemporâneo. Como esses elementos (o personalismo, a cordialidade e a aversão ao conflito) persistem? Tais elementos persistem a partir de dois níveis: (a) essas persistências permanecem ao longo dos séculos de formação da sociedade brasileira, estruturando as práticas sócio-políticas dos agentes em geral; (b) mas, tais elementos não permanecem imutáveis ao longo do tempo. Tais persistências (personalismo, cordialidade e aversão ao conflito) se adaptam a conjunturas (mais flexíveis) diversas ao longo do tempo.

Como salienta Sérgio Buarque de Holanda, deve-se buscar a compreensão da relação entre a sociedade e a política por meio do estudo das continuidades (persistências), sob o pano de fundo das mudanças<sup>39</sup>. Portanto, cabe ao pesquisador atentar para o fato de que os costumes estão em processo constante de transformação.

Assim, analisar como tais persistências influenciam o atual processo democrático brasileiro requer a constatação de que o personalismo, a cordialidade e a aversão ao conflito, descritos e analisados por Sérgio Buarque de Holanda ao longo da história brasileira, se adaptam às novas conjunturas sócio-políticas do Brasil. Cabe, ainda, ressaltar que a capacidade de se adaptar a essa diversidade de configurações não designa que tais elementos desapareçam das mentalidades dos brasileiros (influenciando, assim, suas práticas sócio-políticas).

nas decisões. Em uma palavra, o que dá o tom de problema à cultura da aversão ao conflito é o fato de que sua presença é muito sutil, o que dificulta a sua constatação. Não obstante, a sua persistência e seus efeitos são desastrosos ao quadro participativo (de teórica ampliação da distribuição do poder).

<sup>38</sup> A professora Vera Telles (1994a), em uma interposição rigorosa dentro dos debates que ocorriam na reunião da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) em 1994, propõe repensar a persistência (mesmo em um cenário de mais de 100 anos de República Brasileira) do mando e da subserviência como resultados da relação histórica entre cultura política e desigualdade social. Para a autora, a raiz da submissão política, que normalmente define o quadro de pobreza no país, está na predominância da cultura da dádiva. Isso significa que em vez de os cidadãos desenvolverem uma cultura de cidadania, o que há é a manutenção, ou persistência, de práticas subservientes de aceitação do mando. Portanto, o que a professora sustenta é que as tradições que fundamentam a cultura política no Brasil ao longo dos séculos (personalismo, patrimonialismo, dentre outras) persistem. Cabe aos pesquisadores contemporâneos problematizarem tais persistências, ou seja, como persistem e de que maneira influenciam a ruptura com o mando e a subserviência rumo à construção de uma sociedade mais efetivamente cidadã.

<sup>39</sup> Sérgio Buarque de Holanda destaca, ao estudar a mentalidade dos cronistas barrocos do Brasil colonial (em *Visão do Paraíso*, 1958), como havia, nas novas experiências de vida dos portugueses que aqui chegavam, a persistência de um modo de pensar e de sentir que refletiam o simbolismo medieval, e não o espírito moderno que vigorava em outras partes da Europa naquele mesmo período. Portanto, mesmo que a pioneira centralização estatal desse uma aparência de modernidade ao cotidiano português, o seu modo de pensar era oposto ao modo de pensar do “mundo moderno”. O autor queria destacar, dessa forma, que havia continuidades sob o pano de fundo de mudança. Como ressaltava Maria Odila Dias “[...] a secularização do pensamento, que resulta no advento das ciências experimentais e na ascensão da ideologia burguesa revolucionária francesa, [...] nenhuma dessas tendências encontra eco no mundo das colônias portuguesas” (1985, p. 39).

Se ao longo dos anos 1970 e 1980 a sociedade brasileira conseguiu, por meio de mobilizações e lutas populares, alterar o quadro de exclusão da massa do processo de constituição democrático, e se as teses de participação popular soberana baseadas no debate habermasiano sobre democracia deliberativa esbarram nos resquícios “arcaicos” da cultura política brasileira, como fazer com que os aspectos culturais que cercam as relações políticas brasileiras não se transformem em retrocesso? As interpretações de Sérgio Buarque de Holanda mostram-se como a chave para tal investigação já que, nesse caso, a democracia deve ser pensada a partir do “concreto”, ou seja, tendo em vista uma dada forma de organização social e de seus padrões de cultura e poder. Afinal, como o autor bem assegura ao final de *Raízes do Brasil*,

[...] poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criat ura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcendente. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo (HOLANDA, 2006a, p. 208, grifo nosso).

É a partir desses conceitos (personalismo, cordialidade), da análise do quanto persistem - e de como se modificaram ao longo do tempo - nas relações cotidianas entre os agentes sociais e aqueles que os representam na associação de moradores, bem como no poder público municipal, que se poderá verificar em que medida esses elementos e a prática de absorção de conflitos afetam, no sentido de provocar retrocessos (ou reflexos), a configuração do atual processo democrático no município de Campo Mourão – PR. Eis o objeto de análise dos próximos dois capítulos.

<i>Categorias</i>	<i>Jürgen Habermas</i>	<i>Sérgio Buarque de Holanda</i>
<b>Participação popular</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O resgate da idéia de soberania popular (participação é elemento que levará a humanidade à emancipação);</li> <li>• Há um espaço, diferente do Estado, onde indivíduos podem interagir face-a-face;</li> <li>• O consenso ocorre por meio do <b>discurso racional</b> (política deliberativa está entre republicanismo e teoria liberal);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os processos históricos demonstram baixa participação popular; grande massa do povo recebe titulação de <b>figurantes mudos</b>;</li> <li>• O costume de <b>absorver os desentendimentos e conflitos (aversão ao conflito)</b> – a preferência por <b>conciliação</b>;</li> <li>• Em vez de participar e lutar por mudanças, prefere-se absorver desentendimentos em formas de conchavos e de compromissos pessoais, íntimos, familiares;</li> <li>• Conchavos e práticas políticas ardilosas são usadas para maquiar a dificuldade cotidiana de dividir o poder, o que não permite que conflitos sejam transformados em ações políticas que possam ameaçar o <i>status quo</i> (sem distribuição efetiva do poder);</li> </ul>
<b>Esfera Pública</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A esfera de pessoas privadas reunidas em um público (sec. XVII e XVIII);</li> <li>• As pessoas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade pública contra a autoridade pública, para discutir: (a) as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas <b>publicamente relevantes</b>; (b) as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social;</li> <li>• É um meio criado para que ocorra tal discussão (sem modelo anterior vigente): <b>racionalização pública</b>;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aversão do homem cordial a qualquer tipo de ritualismo social;</li> <li>• A verdadeira solidariedade só pode se sustentar nos círculos restritos, e nossa predileção por pessoas e interesses concretos não encontra alimento nos ideais teóricos ou nos interesses econômicos que se há de apoiar um grande partido;</li> <li>• A distinção público x privado não ocorre (família patriarcal): escolha dos homens para ocupar cargos públicos faz-se de acordo com <b>a confiança pessoal que mereçam os candidatos</b> (e não de acordo com suas capacidades); predomínio das <b>vontades particulares</b>;</li> <li>• <b>A entidade privada precede sempre a entidade pública</b> (efeitos do patriarcado sobre indivíduos fora da vida familiar); na sociedade colonial predominavam, em toda a vida social, sentimentos próprios à vida doméstica, naturalmente <b>particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado</b>, do Estado pela família, (Raízes do Brasil, 2006, p. 81).</li> </ul>
<b>Agente/Sujeito</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não pode haver sujeito; a deliberação pressupõe a ausência da figura individual;</li> <li>• As discussões entre sujeitos se institucionalizam em <b>deliberações</b> (instituições parlamentares ou espaços públicos políticos), mas devem ser <b>desprovidas de sujeito (porque devem gerar espaços onde se desenvolvem, RACIONALMENTE, opinião e vontade - temas cruciais para a sociedade)</b>;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• "Homem cordial": a "lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade"; etimologia de cordial – coração – ou seja, lugar de sentimentos (e não apenas de bons sentimentos, porque a inimizade bem pode ser cordial porque nasce do coração);</li> <li>• Desejo de estabelecer a intimidade;</li> <li>• <b>Forma de convívio é ditada por ética de fundo emotivo</b> (Raízes do Brasil, 2006, p. 162);</li> <li>• "Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar as mudanças que tais condições lhe</li> </ul>

		<p>imporiam. Na verdade, <b>a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós</b>. Só assimilamos esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando <b>nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes"</b> (Raízes do Brasil, 2006, p. 175-176);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Família</b>, mais do que indivíduo, foi a maior herança para a formação social brasileira. E um dos efeitos desse núcleo familiar – a esfera dos contatos de primários, dos <b>laços de sangue</b> e de <b>coração</b> – está em que as relações que se criam na vida <b>doméstica</b> são o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós, mesmo onde as instituições democráticas (fundadas em princípios neutros e abstratos) pretendem assentar a sociedade em normas <b>antiparticularistas</b> (Raízes do Brasil, 2006, p. 159-160).</li> </ul>
<b>Razão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elemento crucial para se repensar democracias hoje: <b>como instaurar debate RACIONAL</b>: no lugar de aferição de vontades, são desenvolvidas <b>discussões racionais</b> entre <b>indivíduos iguais (que fazem uso de suas razões)</b>;</li> <li>• Somente a ARGUMENTAÇÃO RACIONAL é válida;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomínio do <b>emotivo</b> sobre o racional: na predominância das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se o predomínio do elemento emotivo sobre o racional; falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático (weberiano, moderno);</li> </ul>
<b>Poder</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Preferência</b> (dos indivíduos) não dependem mais apenas do processo eleitoral, mas de <b>rede de processos de negociação</b>;</li> <li>• Como se <b>regulam</b> tais processos de negociação? São regulados de <b>forma justa e a partir de várias formas de argumentação (discursos pragmáticos, éticos, morais)</b>;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As formas <b>excludentes</b> de organização das relações sociais no Brasil sempre foram mascaradas pelo personalismo e pela cordialidade; separação entre sujeitos e a constatação de sua potência para agir (e mudar) politicamente;</li> <li>• Em vez de processos de negociação (por meio de debate público), há a preferência por <b>conchavos e conciliações em esferas mais restritas</b>;</li> <li>• <b>Dificuldade em distribuir poder de forma ampla, sem o controle da minoria que detém o poder</b>;</li> </ul>

**Quadro 1** – Comparativo de Análise<sup>40</sup>

<sup>40</sup> Desenvolvido a partir dos conceitos criados por cada um dos autores e presentes na bibliografia discutida ao longo das seções iniciais do presente capítulo (itens 1.2 e 1.3 do presente capítulo).

## 2 PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LAR PARANÁ – CAMPO MOURÃO (PR)

*Quais os fundamentos em que se assentam de preferência as formas de vida social nessa região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pirineus a Gibraltar? [...] Precisamente a comparação entre elas e as da Europa de além-Pirineus faz ressaltar uma característica bem peculiar à gente da península Ibérica, uma característica que ela está longe de partilhar, pelo menos na mesma intensidade, com qualquer de seus vizinhos do continente. É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo da gente hispânica, desde tempos imemoriais. [...] Para eles [espanhóis e portugueses], o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. [...] É dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida (HOLANDA, 2006a).*

### 2.1 A TRAJETÓRIA DE PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES URBANOS NA RECONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA AO LONGO DOS ANOS 1980 E 1990

Para que se possa empreender análise das práticas culturais e políticas desenvolvidas no município de Campo Mourão, por meio de estudo específico das relações que se dão no espaço da Associação de Moradores do Jardim Lar Paraná (AMOLP) deve-se, brevemente, resgatar a trajetória de participação e de luta popular que se instaurou no Brasil ao longo das últimas três décadas. Isso, porque o surgimento e a trajetória de atuação da AMOLP devem ser descritos e analisados a partir de um quadro referencial que permita a realização de dois níveis simultâneos de análise: (a) um primeiro nível “macro”, em que se estabelecem os parâmetros mais amplos de análise sobre os papéis de movimentos sociais e populares urbanos na construção do processo democrático do Brasil contemporâneo e (b) um segundo nível “micro”, em que serão apontadas as especificidades que marcaram a configuração do caminho percorrido pela AMOLP na construção democrática do município.

As duas primeiras seções do presente capítulo têm a função de resgatar o debate mais amplo sobre o papel dos movimentos e da sociedade civil na reconstrução democrática brasileira (dos anos 1980 até os dias atuais). Já as duas últimas seções abordam, simultaneamente, os dois níveis de análise: tanto as especificidades que cercam a

configuração da AMOLP, ao mesmo tempo em que se procura situar a trajetória da AMOLP dentro daquele quadro mais amplo de referências analíticas (a AMOLP dentro de um contexto mais amplo de debates sobre o Brasil contemporâneo).

É imprescindível ressaltar, ainda, que a organização do presente capítulo se dá de acordo com a virada teórica na literatura sobre democracia e participação no Brasil (mudança evidenciada a partir dos anos 1990). Tal virada, num primeiro momento, ressalta a emergência de agentes populares na reconstrução democrática (movimentos sociais e populares urbanos), ao passo que a partir de meados dos anos 1990 evidencia formas “alternativas” de organização e participação da sociedade civil (que culmina com a publicação da Lei das OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Ou seja, abandona-se, de forma incessante, o discurso e o debate sobre as lutas populares (e coletivas) como formas de pressionar o Estado (e de construir o regime democrático), e se institucionaliza a idéia e um modelo de parceria entre o Estado e a “sociedade civil”, enfatizando o surgimento de agentes específicos e localizados no chamado “terceiro setor”.

A denominação “terceiro setor” decorre da estrutura de organização da sociedade civil estipulada pelo Estado brasileiro através da publicação de Lei Ordinária - Nº 9.790, de 23 de março de 1999 (ver legislação em anexo), e que decorre da qualificação que o Estado brasileiro desenvolve (no governo de Fernando Henrique Cardoso) e concede às formas de organização da sociedade brasileira. Tal legislação pressupõe as idéias de tutela e de controle do Estado para com as manifestações da sociedade civil, além de permitir a manutenção de práticas de cooptação uma vez que institui e “disciplina” os termos de parceria entre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e o Poder Público.

Assim, no art. 9º da lei, no capítulo cujo objeto é organizar as formas de parceria, essa última característica torna-se evidente já que a parceria é vista como o instrumento “[...] destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no artigo 3º desta lei” (BRASIL, 1999, p. 4). Entre os objetivos citados no referido artigo estão: a promoção da assistência social, a promoção gratuita da educação, promoção gratuita da saúde, promoção do voluntariado, promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, entre outros. Não é por acaso, como se verá na seção seguinte, que a reforma do Estatuto da AMOLP, empreendida em agosto de 2008, se dá no sentido de incluir tal entidade na qualificação jurídica de sociedade civil de interesse público, condição esta que lhe permite a captação de recursos com o poder público municipal para a promoção de “programas e

projetos na área social” (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM LAR PARANÁ, 2008, p. 2).

### 2.1.1 Os Movimentos Populares como Novos Agentes da Ação Democrática Brasileira ao Longo dos Anos 1980

A literatura que aborda a trajetória de atuação dos movimentos sociais no Brasil desde os anos 1970 é bastante extensa. A classificação analítica dos períodos de emergência e de atuação dos diversificados movimentos urbanos brasileiros oscila de autor para autor, mas a maioria dos trabalhos tem pelo menos três momentos essenciais em comum. Em primeiro lugar, os anos 1970 e a constituição de movimentos cujo conteúdo era a reação ao regime autoritário. Já a partir dos anos 1980 os autores evidenciam aqueles movimentos cujo fundamento é a busca pela emergência de um processo democrático pautado na participação popular. A partir de meados dos anos 1990, a proposta de construção democrática e participativa do Estado brasileiro se dá por meio da institucionalização da sociedade civil organizada (o que resultaria na configuração, efetiva, de espaços públicos no Brasil)<sup>41</sup>.

O debate sobre a democracia no Brasil durante os anos 1980 tinha como ponto central o pressuposto de que o processo formal e representativo de democracia já não atenderia às demandas populares organizadas na década anterior. Autores como Vera Telles (1988), Silvio Caccia Bava (1988), Eder Sader (1988), Lucio Kowarick (1988), Eunice Durham (1988) e Pedro Jacobi (1989) passam a enfatizar que o processo de redemocratização brasileiro deve emergir tanto da participação popular efetiva (rumo a uma soberania popular) quanto da constatação de que essa participação garante o regime democrático e a democratização da própria sociedade. A idéia defendida por esses autores é a de que o reconhecimento de conflitos nunca antes incorporados pela política brasileira, por meio das

---

<sup>41</sup> Os trabalhos de Paoli (1995) e Ana Maria Doimo (1995), entre outros, buscam dimensionar tais períodos de forma flexível (movimentos e ações que se iniciam nos anos 1970 e se mantêm atuantes até meados da década seguinte, por exemplo) exatamente porque apresentam objetos de análise mais amplos que os desta pesquisa. Isso não significa que a presente periodização exclua as segmentações realizadas por estes trabalhos, nem que a trajetória de emergência e consolidação dos movimentos populares tenha começado nos anos oitenta. Significa, tão-somente, que o objeto de estudo (a AMOLP) surge a partir dos anos oitenta e que, numa análise comparada, alguns elementos discutidos por movimentos urbanos em âmbito nacional estavam sendo discutidos também pelos moradores que se reuniram e criaram a AMOLP.

lutas por novos direitos, levaria à construção de negociações plurais e abertas à constante configuração democrática pela sociedade brasileira.

Num período que se estende de meados dos anos 1980 até o início dos anos 1990, as questões elencadas pelos movimentos sociais urbanos (grupos de operários, grupos de moradores de bairros excluídos e segregados organizados em torno da luta por melhoria da qualidade de vida) em torno da participação efetiva do recente processo de democratização, transbordaram para outros grupos organizados em torno de questões novas e coletivas, tais como os movimentos de mulheres, os movimentos de negros e o movimento ambientalista, entre outros (PAOLI, 1995).

Mesmo que suas práticas estivessem atreladas mais ao plano cultural, suas reivindicações coletivas diferenciadas e atreladas ao processo democrático que estava em gestação permitiram que a literatura os interpretasse como uma “forma nova de representação”. Seus temas diversificados (resignificação das relações de poder e das hierarquias de privilégios, bem como a criação de novos parâmetros de direitos coletivos e difusos, como o do meio ambiente) serviram como base legitimadora da participação popular no processo constituinte de 1988. Além disso, forçou os movimentos, inicialmente muito diversos, a se articularem entre si (entendendo as especificidades e reivindicações de cada movimento), a constatarem a importância da dimensão legal das lutas sociais (porque denota coletividade e cidadania) e a buscarem a construção de uma “[...] democracia baseada em uma cidadania participativa, que exige o envolvimento organizado de cidadãos” (PAOLI, 1995, p.45).

#### 2.1.2A Década de 1990 e a “Emergência” da Sociedade Civil: Organizações Não-Governamentais, Terceiro Setor e a “Parceria entre Estado e Sociedade Civil” (OSCIPs)

O debate que se instaura a partir dos anos 1990 não é menos extenso ou menos diversificado que o antecessor. Contudo, para se que possam melhor discutir as especificidades contidas na emergência e atuação da AMOLP (objeto do item subsequente), tal discussão foi dividida em duas principais vertentes. A primeira vertente buscou evidenciar as dificuldades de que os movimentos urbanos pudessem manter sua autonomia frente ao poder público, podendo ser cooptados pelos poderes locais (OLIVEIRA, 1993) (entre outros). E uma segunda vertente buscou interpretar o espaço de negociação surgido entre movimentos

e Estado como um deslocamento rumo à construção de um espaço público diferenciado e efetivo no Brasil contemporâneo.

A primeira vertente considera que houve um deslocamento das ações dos movimentos urbanos no Brasil ao longo dos anos 1990, que ruma de esferas reivindicativas e conflitantes para uma esfera interativa com o poder público. Interpreta-se que as negociações com governos locais e, portanto, a sua institucionalização, abalam a autonomia dos movimentos frente aos poderes locais e ao governo, abrindo caminho para a institucionalização da cooptação dos movimentos. Esses autores não viram, em conflitos e negociações com o poder público do início dos anos 1990, iniciativas que priorizassem a institucionalização de padrões novos e diferenciados de promoção da cidadania (com ações fragmentadas e reivindicações imediatas). Para esses autores havia uma preocupação fundamental em formalizar a representatividade política dos movimentos, modificando o caráter popular e espontâneo de tais agentes (OLIVEIRA, 1993).

Outros autores que discutem a trajetória dos movimentos urbanos no Brasil dos anos 1990, aqui denominados como vertente “participativa”, apontavam inovações democráticas na inserção política dos movimentos urbanos. As principais características de suas ações foram elencadas da seguinte forma: a criação de novos modelos de negociação (tais como as câmaras setoriais), a co-gestão de programas governamentais evidenciando o caráter público das negociações, entre outros. Para esses autores a criação de novos espaços de negociação com o poder público não geram, necessariamente, práticas cooptativas, mas possibilitam a construção de espaços públicos a partir de uma estrutura comum de justiça e responsabilidade coletiva (TELLES, 1994b). Esse novo formato de negociações pode, para essa vertente de análise, elaborar um novo modelo de contratualidade (construída ao longo do tempo e fundada na idéia de que a democracia real necessita de debate e negociação), além de se constatar que a interlocução necessita da construção de alianças que transcendem o caráter eminentemente popular (PAOLI, 1995).

O debate se restringiu, até o momento, aos movimentos sociais e populares urbanos e sua trajetória de atuação ao longo das duas últimas décadas no processo de democratização brasileiro. Há espaço para a discussão das formas associativas em bairros municipais do Brasil contemporâneo? Como o debate analisa o papel das Associações de Moradores na construção de uma sociedade mais democrática?

Nesse sentido, Ricardo Silveira (1997) acha adequado considerar movimentos populares urbanos um fenômeno diferente das associações de moradores. Para o autor, os movimentos populares urbanos são “[...] fenômenos de protesto contra o Estado em

função das carências vividas por um determinado segmento da população” (SILVEIRA, 1997, p. 94). Por outro lado, considera as associações de moradores como:

[...] entidades oficializadas, com estatuto registrado em Cartório de Títulos e Documentos, estruturadas internamente, com diretoria hierarquicamente constituída e com a função principal de representar os moradores perante o poder público e as demais instituições sociais, o que não se reduz à representação de uma população mobilizada e organizada em protesto contra a ordem instituída (SILVEIRA, 1997, p. 84).

Contudo, mesmo Ricardo Silveira admitindo que as associações têm uma essência diversa daquela que caracteriza os movimentos populares urbanos (reivindicação e protesto), elas atuam efetivamente na construção de uma sociedade mais democrática, na medida em que se constituem como

[...] espaço de discussão e deliberação dos moradores sobre problemas que lhes são comuns, problemas que têm a ver diretamente com o bairro em que vivem. [...] Pode-se dizer que as Associações de Moradores – AMs – se constituem num espaço de sociabilidade política, onde visões de mundo distintas e muitas vezes opostas se confrontam na leitura dos problemas vividos, nas formas de encaminhamento de soluções, no estabelecimento dos limites das ações, na organização interna que cria e define formas de participação e encaminhamento dos moradores. O que quer dizer que as AMs podem fomentar movimentos, iniciá-los, estar à sua frente como liderança da luta, mas podem, também, reagir a movimentos, dificultando o seu processo de constituição (SILVEIRA, 1997, p. 84-85, grifo nosso).

Para Ricardo Silveira (1997, p. 86), as associações de moradores são, além disso, um *espaço público da comunidade*, uma vez que se tornam local de denúncia, de “[...] formalização das carências em reivindicações, de socialização das informações, construindo a unidade dos moradores, [gerando] um sentido de comunidade que possa respaldar as suas lutas”. O pressuposto deixado implicitamente nessa afirmação do autor é o de que as associações de moradores possam se tornar, com o passar do tempo, espaço identificado pela comunidade como espaço de todos. Espaço físico e “espiritual” já que permite aos homens o compartilhamento de um mundo comum. É o espaço, de acordo com o autor, “[...] de reconhecimento da individualidade de cada um através da ação e do discurso e de construção do poder através da ação conjunta dos homens e, daí, constituindo-se como lugar politicamente organizado” (SILVEIRA, 1997, p. 40). A fundamentação teórica de Silveira para a construção do conceito de espaço público diverge da base habermasiana predominante na maioria dos autores estudados no capítulo 1 da presente pesquisa. Ricardo Silveira adota a

noção de espaço público contido na obra de Hannah Arendt. Assim, Silveira (1997, p.41) afirma que

[...] o espaço público trata-se do espaço politicamente organizado de Hannah Arendt, onde os homens convivem, mas não constituem um organismo político – como por exemplo, nas sociedades tribais ou na intimidade do lar -, o fator que rege suas ações e sua conduta não é a liberdade, mas as necessidades da vida e a preocupação com a sua preservação.

Entretanto, essa concepção de espaço público pressupõe, mais uma vez, a separação entre a “intimidade do lar” e a organização política. Assim, faz-se necessário indagar até que ponto essa concepção pode ser adotada, sem maiores adaptações, para se pensar o tipo de sociabilidade que emerge das práticas personalistas e cordiais no seio das Associações de Moradores no Brasil.

Ainda com relação às associações de moradores e à constituição de espaços genuinamente públicos, Ricardo Silveira (1997, p. 86) chama a atenção para dois aspectos centrais constituintes de suas estruturas e que têm relevância para o objeto da presente pesquisa. Em primeiro lugar, o autor enfatiza que se as associações se habilitam a auxiliar na implementação de políticas públicas, acabam “[...] colaborando com o poder público no controle das manifestações populares e na desmobilização desses setores para lutar por melhores condições de vida urbana”. Ademais, ao se transformarem em instrumento de execução de “práticas assistencialistas”, acabam se afastando os moradores do espaço coletivo na comunidade. Em suas palavras,

É nessa função de instrumento de prática assistencialista que as AMs mais se afastam dos moradores, pois tendem a se confundir com os órgãos públicos tomados como estranhos à vida social. E, particularmente, tendem a se confundir com a inclinação partidária que eventualmente controla a administração local, tornando-se reféns de práticas clientelistas que a desfiguram como espaço de participação política (SILVEIRA, 1997, p. 87).

Como se verá a seguir, o próprio espaço da associação, em função da trajetória histórica de cultura personalista e cordial, se constitui como extensão do poder político local exatamente porque, ao se analisar o espaço pelo viés cultural, tais práticas tradicionais se inscrevem tanto nas relações privadas da comunidade, quanto nas relações comunitárias. Tal ponto fica claro, por exemplo, quando se verifica a identificação do espaço onde se situa a sede da Associação com a *casa* da presidente, ou a insistência dos moradores em procurarem a *pessoa* da presidente da AMOLP para resolver os problemas – e não

freqüentar as reuniões no espaço comunitário<sup>42</sup>. Assim, pode-se afirmar que as relações clientelistas, ou personalistas no caso estudado, não são geradas apenas no poder público e repassadas à comunidade por meio da associação (como busca afirmar Silveira), mas constituem elemento cultural que fundamenta as relações sócio-políticas da comunidade (abrindo espaço para que o poder público enfatize práticas de cunho personalista).

## 2.2 O PROCESSO DEMOCRÁTICO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO E A EMERGÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM LAR PARANÁ (AMOLP).

A presente seção tem como foco de análise situar o surgimento da Associação de Moradores do Jardim Lar Paraná no contexto político-nacional, ao mesmo tempo em que procura delinear suas especificidades locais. O primeiro item a ser abordado é sua constituição e a forma institucional adotada frente à redemocratização brasileira. Num segundo momento, enfatizar-se-ão quais elementos culturais e políticos, observados nas práticas de seus membros, comprometem não só a participação democrática local, mas a própria constituição de uma sociedade democrática e participativa no plano municipal.

Esse resgate da trajetória histórico-institucional da AMOLP é essencial na presente pesquisa porque procura mostrar como determinadas práticas culturais e políticas, que se estendem a diretores e a membros da própria comunidade, se mesclam na persistência de práticas políticas tradicionais ainda presentes no regime democrático brasileiro. São essas práticas que permitem constatar até que ponto a relação entre AMOLP e poder público contribuem para afastá-la, ou aproximá-la, de práticas mais personalistas ou cordiais (vistas como tradicionais e não-modernas).

Assim, a presente seção foi elaborada a partir da junção de diferentes fontes de pesquisa, tais como:

- a) Observação participante na sede da Associação,
- b) Exame de documentos primários da Associação (Atas de Reuniões e Estatuto da Associação),
- c) Entrevistas com atores relevantes à pesquisa (presidente da Associação, membros da diretoria e moradores da comunidade – desde moradores

---

<sup>42</sup>Para maiores detalhes ver Entrevista 1 em Apêndice A.

que freqüentam sempre a Associação até aqueles moradores que nunca vão à Associação), além do funcionário público responsável pela área de associações de moradores de bairro do município de Campo Mourão.

A observação participante é instrumental analítico que permite à pesquisadora participar, de forma anônima, de diversificadas atividades (como participar do *bailão da terceira idade* – única atividade constante na agenda de atividades da Associação) no espaço da AMOLP sem ser reconhecida, obtendo informações importantes sobre as práticas cotidianas da comunidade (das quais os moradores nem sempre são conscientes).

Já o exame das Atas e do Estatuto da AMOLP permitem tanto o resgate (parcial) do surgimento da AMOLP quanto uma investigação mais profunda da estrutura jurídica e institucional da Associação. Por meio desses documentos constata-se, por exemplo, o grau de participação da comunidade nos projetos desenvolvidos pela AMOLP, o grau de participação da comunidade nas reuniões da AMOLP, bem como ainda permite reconhecer a forma de relação estabelecida entre a diretoria e a comunidade (mais ou menos personalista, cordial e por meio de conchavos), já que o Estatuto da instituição é um marco referencial para pautar as ações da diretoria.

Embora o conteúdo extraído das entrevistas fundamente implicitamente a presente seção, sua análise mais intensa (inclusive a partir do referencial interpretativo de Sérgio Buarque de Holanda) será objeto do capítulo seguinte. O conteúdo das entrevistas e sua análise são de extrema relevância para os objetivos da pesquisa. Com efeito, são as análises desse material que informarão o quanto a cordialidade, o personalismo e as práticas de absorção de conflito moldam a estrutura das práticas políticas no município, revelando como os elementos culturais influenciam as relações entre os membros da diretoria e a comunidade, ou entre estas e o poder público municipal. Mais uma vez, deve-se ressaltar que a presença de tais “persistências” não significa um juízo de valor negativo acerca da sociedade brasileira. Significa, no entanto, que a contínua produção de instituições democráticas ditas populares ou participativas no atual regime democrático, no Estado brasileiro (inclusive as associações de moradores), não geram uma sociedade mais participativa, ou um tipo de sociabilidade mais democrática. Na verdade, como se procurará mostrar no capítulo seguinte, esses elementos culturais acabam moldando, à sua maneira, as instituições democráticas criadas.

Antes de aprofundarmos os estudos realizados sobre a AMOLP, cabe uma breve descrição do município selecionado para a realização da presente pesquisa: Campo Mourão.

### 2.2.1 O Município de Campo Mourão: Seleção e Problematização

O estudo da construção democrática brasileira não deve se estruturar somente nas análises das práticas políticas desenvolvidas em grandes aglomerações urbanas. A realidade brasileira revela um quadro de geografia política, humana, econômica e cultural (entre outros) altamente diversificado. Desde *Os Sertões: campanha de Canudos* (1902), de Euclides da Cunha, os brasileiros se deram conta de que o Brasil é formado por uma imensidão de *brasis*. Mesmo hoje, boa parte das pesquisas que tratam de sociologia política no país é construída a partir da realidade que se desenvolve nos grandes centros urbanos. Os pequenos centros, na linguagem do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ou cidades pequenas, na descrição do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)<sup>43</sup>, são alvos de poucas e esparsas pesquisas no Brasil. Os dados a seguir auxiliam tal discussão:

TAMANHO POPULAÇÃO POR MUNICÍPIOS (HABITANTES)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	PORCENTAGEM (%)
Até 5.000	1382	24,8516
De 5.001 até 10.000	1308	23,5209
De 10.001 até 20.000	1384	24,8876
De 20.001 até 50.000	963	17,3170
De 50.001 até 100.000	299	5,3767
De 100.001 até 500.000	194	3,4885
Mais de 500.000	31	0,5574
<b>Total</b>	<b>5561</b>	<b>100</b>

**Quadro 2** – Variação do tamanho dos municípios brasileiros por número de habitantes.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2000: Indicadores Sociais Municipais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

<sup>43</sup> O IPEA considera pequenos centros urbanos os municípios que possuem de 1 até 50.000 habitantes, enquanto o IBGE julga como pequena uma cidade que possui até 100.000 habitantes. Acima de 100.000 habitantes o IBGE classifica como cidade média.

O quadro acima revela dados impactantes: dos 5.561 municípios existentes em 2000, 4074 municípios possuíam até 20.000 habitantes. Ou seja, 73,2601% dos municípios brasileiros não chegam a entrar na classificação de pequenos centros urbanos do IPEA (com 50.000 habitantes). De 50.001 até 100.000 habitantes, teto classificatório de pequenas cidades para o IBGE, representavam 5,3767% do total dos municípios brasileiros (ou 299 cidades). E com o Estado do Paraná, onde se localiza o município cuja associação de moradores está sediada (Campo Mourão), a realidade não foge à regra: dos 399 municípios que o Estado apresentava em 2000, 318 cidades podiam ser classificadas como pequenos centros urbanos (ou seja, 79,6992% do total de municípios paranaenses). Apenas 18 cidades paranaenses apresentavam até 100.000 habitantes (4,5112% do total de municípios). Assim sendo, pode-se afirmar que embora existam estudos contemporâneos sobre a democracia brasileira, estudos estes realizados em cidades médias (acima de 100.000 habitantes) e em grandes centros urbanos, há, também, uma multiplicidade de pequenos municípios, localizados em diferentes regiões brasileiras, que necessitam entrar no quadro analítico das pesquisas sobre a atual reconfiguração democrática brasileira.

O município de Campo Mourão, pelos dados obtidos com o IBGE (2000), apresentava, em 2000, 80.470 habitantes, sendo, portanto, classificado como cidade pequena. Situado na região geográfica centro-ocidental<sup>44</sup>, o município de Campo Mourão possui um PIB *per capita* de R\$14.599,00 reais (2006), de acordo com pesquisas realizadas pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e pelo IBGE. A taxa de pobreza municipal é de 20,74%, que significa 18.861 pessoas em situação de pobreza (IPARDES, com dados de 2000). De um modo geral, o setor de comércio/serviços (1.551 estabelecimentos contribuintes) predomina como atividade geradora do produto interno bruto: o valor adicionado fiscal para o setor (2008) alcançou R\$310.850.152,00 reais, de acordo com a SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná)<sup>45</sup>. Já o setor da indústria (229 estabelecimentos contribuintes) ficou em segundo lugar, alcançando um valor fiscal adicionado de R\$218.824.918,00 reais (SEFA, 2008), restando ao setor primário (agropecuária) a terceira colocação, com um valor adicionado fiscal correspondente a R\$132.499.698,00 reais (SEFA, 2008).

A região onde se localiza o município foi mapeada no final do século XVIII, como consequência de uma expedição aos “sertões do Tibagi”. Ao longo de todo o século

---

<sup>44</sup> Para consultar posição geográfica do município no estado do Paraná, ver Mapa do Município em Anexos.

<sup>45</sup> Informações mais detalhadas (e mais atualizadas) podem ser obtidas no site da Secretaria disponível em: <http://www.fazenda.pr.gov.br>.

XIX a região ficou isolada do restante de povoados mais urbanizados do país, sendo novamente povoada somente em 1903. Seus primeiros habitantes, considerados os “pioneiros” do município, são provenientes de pequenos municípios do interior do Estado de São Paulo, de Minas Gerais e de alguns povoados situados na região leste do Paraná, como Guarapuava.

Dedicavam-se, basicamente, à agricultura, pecuária e extrativismo vegetal<sup>46</sup>. A partir de 1943, com a criação de uma Inspeção de Terras cuja função era regulamentar a demarcação de terras, um novo grupo de colonos foi atraído ao local, o que propiciou a construção de uma pequena vila. Em parte como desdobramento da política estadual paranaense do período (interventores de Getúlio Vargas) de priorizar a demarcação de terras, a vila foi elevada à condição de município (10 de outubro de 1947)<sup>47</sup>. O quadro a seguir mostra a trajetória histórica da distribuição de poder político-partidário no município de Campo Mourão ao longo das últimas décadas. A política partidária do município apresenta, no período de 1947 até 1963, um predomínio do partido do governador eleito no período – Partido Social Democrático (PSD). A única exceção, a eleição municipal do candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1951, revela certa proximidade com a eleição, para governador, do candidato opositor do PSD à época, o Partido Republicano (PR)<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> Deve-se ressaltar que existem esparsas compilações sobre a fundação do município nas principais bibliotecas do município. No entanto, cabe uma breve problematização acerca do acervo bibliográfico pesquisado: (a) em primeiro lugar, a história do município é reconstruída unicamente a partir da história privada dos “pioneiros” do município, desconsiderando-se qualquer possibilidade de “dar voz aos figurantes mudos”; (b) as fontes das pesquisas realizadas pelos autores são duvidosas e encobertas, sem deixar claro que tipo de material foi consultado (a única exceção está nos “relatos de vida” [sic] dos pioneiros vivos, ou de seus descendentes); (c) mesmo que haja um museu municipal (Deolindo Mendes Pereira), os seus funcionários não permitem o acesso a documentos históricos, indicando material bibliográfico escrito pela diretora da instituição; (d) quando a bibliografia reconta a trajetória política do município, não contextualiza (em termos de Paraná e Brasil) as escolhas político-partidárias, ressaltando o caráter pessoal, individual e excepcional dos pioneiros como elemento central que possibilitou suas respectivas ascensões na política local. As referências bibliográficas, caso sejam de interesse, são as seguintes: SIMIONATO, Edina Conceição. Campo Mourão 50 anos: na Espiral do Tempo. Campo Mourão: Nerigraf, 1997; \_\_\_\_\_. Campo Mourão: Sua gente... sua história. Campo Mourão: Kromoset Artes Gráficas, 2008; SANTOS JUNIOR, Jair Elias dos. A História da Câmara Municipal de Campo Mourão: 1947-1963/1963-1976. Campo Mourão: Sisgraf, 2006; VEIGA, Pedro da. Campo Mourão: centro do progresso. Maringá: Bertoni, 1999. Assim sendo, optou-se por utilizar dados oficiais (IBGE e TRE-PR) para essa breve reconstituição histórica da política municipal.

<sup>47</sup> Para obter informações mais densas sobre o processo político-partidário que se desdobra no Estado do Paraná a partir da década de 1940, consultar OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. Democratização e institucionalização partidária: o processo político-partidário no Paraná (1979-1990). Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1998 (especialmente o capítulo intitulado *O processo histórico: antecedentes da reforma*, p. 35-64).

<sup>48</sup> Os governadores eleitos à época considerada, e suas respectivas legendas partidárias, são: Moysés Lupion 1947/1951 (PSD); Bento Munhoz da Rocha 1951/1955 (PR); Moysés Lupion 1956/1961 (PSD) e Ney Braga

ANO	PREFEITO ELEITO	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
1947	Pedro Viriato de Souza Filho	PSD
1951	Daniel Portela	PTB
1955	Roberto Brezinski	UDN/PSD
1959	Antônio Teodoro de Oliveira	PSD
1963	Milton Luiz Pereira	PDC/UDN
1968	Horário Amaral	ARENA
1972	Renato Fernandes Silva	ARENA I
1976	Augustinho Vecchi	ARENA II
1982	José Pochapski	PMDB I
1988	Augustinho Vecchi	PMDB
1992	Rubens Bueno	PSDB
1996	Tauillo Tezelli	PSDB
2000	Tauillo Tezelli	PPS/PSL/PL/PTB
2004	Nelson Tureck	PSDB
2008	Nelson Tureck	PMDB

**Quadro 3** – Movimento Partidário do Poder Executivo no Município de Campo Mourão (1947-2008).

**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - Seção de Resultados Eleitorais do Paraná

Legenda:

PSD – Partido Social Democrático  
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
 UDN – União Democrática Nacional  
 PDC – Partido Democrata Cristão  
 ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
 PMDB – Partido do Movimento Democrático  
 PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
 PPS – Partido Popular Socialista  
 PSL – Partido Social Liberal  
 PL – Partido Liberal

Os dados acima apresentados revelam uma similitude entre a disputa político-partidária estadual e a institucionalização político-partidária local (no município recém criado). Como revela Oliveira (1998, p. 38).

[...] a política partidária paranaense, durante o período entre 1945-65, apresentou duas fases diferenciadas. Na primeira, a utilização para finalidades partidárias das interventorias criadas durante o Estado Novo, garantiu ao PSD o pleno domínio da política estadual. Até meados dos anos 50, a única oposição ao PSD no Paraná era o PR. [...] Foi somente numa fase posterior que o pluripartidarismo efetivamente se instaurou no Paraná. Dentro do estado, a disputa entre PSD e PR – que se verificava desde a democratização de 1945 – só foi modificada no final da década de 50, quando dois novos partidos ganharam densidade eleitoral: o PTB e o PDC.

Em relação ao movimento político-partidário do poder legislativo no município de Campo Mourão, o paralelo tecido entre as escolhas político-partidárias feitas para governadores e prefeitos, para o mesmo período eleitoral, também cabe ser tecido. Como mostra o quadro sintético abaixo, para a primeira legislatura municipal (1947) foram eleitos 8 candidatos pelo partido situacionista na política estadual: PSD (todas as cadeiras da Câmara Municipal foram preenchidas pelo mesmo partido). Coincide com a ascensão de Bento Munhoz da Rocha (PR) ao governo paranaense (1951) a maioria no número de cadeiras obtidas pelo PR na Câmara Municipal de Campo Mourão: de um total de 11 cadeiras, o PR passou a ocupar 6 cadeiras, o PTB 3 e a UDN apenas 2 cadeiras (o PSD não conseguiu eleger nenhum vareador).

LEGISLATURA	TOTAL Nº CADEIRAS	Nº DE CADEIRAS POR PARTIDO						
		PSD	PTB	PSP	PR	UDN	PDC	PRP
1947	8	8	-	-	-	-	-	-
1951	11	-	3	-	6	2	-	-
1955	10	4	2	-	-	3	1	-
1959	10	5	3	1	-	-	-	1
1963	10	1	3	-	2	2	4	-

**Quadro 4** – Movimento Partidário do Poder Legislativo no Município de Campo Mourão (1947-1963).

**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - Seção de Resultados Eleitorais do Paraná. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br>>.

Legenda:

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSP – Partido Social Progressista

PR – Partido Republicano

UDN – União Democrática Nacional

PDC – Partido Democrata Cristão

PRP – Partido Republicano Progressista

LEGISLATURA	TOTAL Nº CADEIRAS	Nº DE CADEIRAS POR PARTIDO													
		PMDB	PDS	PSDB	PPS	PDT	PFL	PSL	PP	PV	PT	PL	PR	PTB	PPB
1982	11	8	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1988	13	7	2	-	-	2	1	-	-	-	-	1	-	-	-
1992	15	7	2	3	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	15	3	-	7	-	4	-	-	-	-	1	-	-	-	-
2000	17	2	-	-	4	-	2	-	-	3	1	4	-	-	1
2004	10	1	-	2	3	-	-	2	1	-	-	-	-	1	-
2008	10	3	-	-	3	1	-	1	1	-	-	-	1	-	-

**Quadro 5** – Movimento partidário do poder legislativo no município de campo mourão (1982-2008)

**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - Seção de Resultados Eleitorais do Paraná. Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br>

Legenda

PMDB– Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PPS – Partido Popular Socialista

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PSL – Partido Social Liberal

PP – Partido Popular

PV – Partido Verde

PT – Partido dos Trabalhadores

PL – Partido Liberal

PR – Partido da República

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PPBP- Partido Progressista Brasileiro

Como mostra o quadro 4 acima ilustrado, com a abertura política nos anos 80 uma miríade de novos partidos políticos ascenderam à institucionalização política no Brasil. Especificamente no Paraná, o PMDB alcançou uma significância eleitoral condizente com as estratégias nacionais de luta pela abertura efetuadas pela legenda nacional (OLIVEIRA, 1998). No município de Campo Mourão, a trajetória político-partidária não foi diferente: durante toda uma década (1982-1992) a maioria das cadeiras da legislatura municipal foi ocupada por vereadores eleitos pelo PMDB. No entanto, a partir de 1992 o PMDB precisou disputar a maioria dos votos com mais duas outras legendas que têm obtido resultados expressivos desde então: o PPS e o PSDB.

Após esta breve descrição quanto (a) à necessidade de estudos de sociologia política no Brasil se voltarem para a análise da realidade democrática de pequenos municípios e (b) ao perfil sócio-político do município selecionado para a realização da pesquisa (Campo Mourão, PR), cabe aprofundar a discussão sobre a Associação de moradores selecionada para o estudo: Jardim Lar Paraná.

## 2.2.2 A Constituição da Associação de Moradores e sua Trajetória Histórica no Contexto da Redemocratização Brasileira

Por que a seleção de uma associação de moradores de bairro como objeto de estudo, sendo que se poderia optar por estudar a relação entre o poder executivo municipal e os conselhos municipais ou as associações civis em geral (tais como entidades de classe ou organizações da sociedade civil de interesse público – OCIP's)? E, por que esta associação (AMOLP) em meio a outras 38 associações existentes, e regulamentadas, no município de Campo Mourão?

Como discutido anteriormente<sup>49</sup>, a bibliografia que versa sobre a democracia participativa no Brasil contemporâneo lança mão do conceito de sociedade civil organizada para explicar como novas abordagens de participação respondem aos desafios impostos pela complexidade das sociedades modernas e plurais. Parte considerável desses autores consideram que os movimentos sociais, os grupos de base e de ajuda mútua, as associações de classe, os sindicatos, as organizações não-governamentais (OCIP's), bem

---

<sup>49</sup> Quando se discute os pressupostos teóricos que embasam a construção do conceito de sociedade civil organizada, amplamente utilizados pela literatura brasileira.

como as associações de moradores, contribuem para uma inflexão na construção do processo político, no sentido de direcionarem mais eficazmente a participação popular. De acordo com Sell, essas “novas” formas de organização da sociedade civil,

[...] de alguma forma, lutam pela resolução de problemas sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania e ainda mudanças na esfera dos valores e do comportamento dos indivíduos. Estas associações reúnem homens e mulheres interessados em assumir sua dimensão de cidadão de uma forma ativa, buscando agir na sociedade em busca de transformações (SELL, 2006, p. 98).

No entanto, como dar prosseguimento a este debate sem antes voltar à discussão sobre a persistência de certos elementos culturais que são, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, o avesso desse quadro que ora se desenha sobre a “nova” sociedade civil no Brasil e que fundamentam as práticas políticas da sociedade brasileira? Assim, a seleção do objeto de estudo – uma associação de moradores de bairro – se justifica pelo fato de que a pesquisa parte de construções teóricas diferentes para a análise de um mesmo objeto de estudo. Ou seja, enquanto a bibliografia que foca a “nova” sociedade civil no Brasil fixa que o papel das associações de moradores, na construção do processo democrático, é transformar a realidade social por meio de uma consciência cidadã, o presente estudo aborda a mesma associação sob um outro ponto de vista: de que forma a persistência de elementos culturais (personalismo, cordialidade e a aversão ao conflito) pode influenciar o atual processo de democratização no município de Campo Mourão-PR.

Por que a Associação de Moradores do Lardim Lar Paraná (AMOLP), uma vez que o município de Campo Mourão apresenta 38 outras associações de moradores? Por um lado, porque a proximidade entre a presidente da AMOLP e o Secretário de Coordenação Política do município (marido da presidente da Associação) à época das primeiras pesquisas poderia revelar práticas mais personalistas que coletivas, tanto da diretoria com o poder executivo, quanto da comunidade com o poder executivo (com o secretário e com os agentes públicos em geral). Ademais, a AMOLP chamou a atenção em função dos dados obtidos com o IBGE (para análise dos bairros em geral): o bairro possui (contagem, e não censo, de 2007) aproximadamente 22.000 habitantes, em um município com o total de 82.500 habitantes.

E como a AMOLP se origina no município de Campo Mourão? Desde o início de agosto de 2008 a Associação de Moradores do Jardim Lar Paraná (AMOLP) é “entidade organizada da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos e sem remunerar sócios e dirigentes”, embora tenha sido fundada em 25 de janeiro de 1984

(ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM LAR PARANÁ, 2008, p. 1). O bairro situa-se na zona oeste da cidade de Campo Mourão e é referência para os cidadãos porque é a área que corresponde ao início da cidade. A área escolhida para iniciar o povoamento da região é a área hoje denominada, popularmente, como “Grande Lar Paraná” e engloba, além do bairro Jardim Lar Paraná, mais outros três bairros próximos. É interessante notar que a AMOLP foi criada como alternativa coletiva que pudesse resolver um problema comum que ocorria naquele momento: a preservação da única praça existente no bairro<sup>50</sup>. A referida praça (Alvorada) é referencial histórico para os moradores do bairro. Segundo consta em ata, a comunidade se reuniu para discutir que ações deveriam tomar para que a Praça Alvorada fosse mantida, de forma que a proposta da prefeitura municipal do período – a construção de uma “canha polivalente de esportes” – fosse levada para outra região do bairro.

Às 20 Hs do dia 25 de janeiro de 1984 reuniram-se nas dependências da Paróquia Nossa Senhora de Caravaggio os moradores do Jardim Lar Paraná com a finalidade de formar uma comissão [para preservação] da Praça Alvorada. [...] em pouco tempo conseguiu-se mais de trezentas assinaturas dos proprietários e moradores, já manifestando a sua revolta. [...] [Decidiu-se pelo] encaminhamento de alguns moradores ao ITC, secretaria do meio ambiente e departamento do município para mostrar que o povo não quer a destruição da Praça e chamando os representantes para reunirem-se in loco com os moradores para discutir o problema (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM LAR PARANÁ, 1984, p. 1).

Dessa forma, como solução para resolver um problema que afetava a todos os moradores, a AMOLP foi criada. Ao longo dos anos, o Livro de Atas registrou, ainda, os diferentes locais escolhidos para que a população do bairro (ou, muitas vezes, apenas as diferentes diretorias) pudesse discutir os problemas considerados de todos: inicialmente, a igreja católica do bairro (salão paroquial), o escritório de um advogado (amigo do presidente da AMOLP), a escola municipal do bairro (para a realização de eleições), as casas de diferentes presidentes e vice-presidentes, o Coreto da Praça (para posses de diretorias eleitas),

---

<sup>50</sup> Quando Sérgio Buarque de Holanda considerava a maior parte dos brasileiros como “figurantes mudos” ele ia além da questão política: figurantes mudos porque são marionetes eleitorais, ou seja, porque importam somente nos atos formais de escolha eleitoral; mas, também são figurantes mudos porque realmente não são considerados na reconstrução histórica da formação social brasileira. Assim, em *Caminhos e Fronteiras* (1957) procura reconstruir, e dar voz, à vida cotidiana de indivíduos anônimos (caboclos do sertão, seus costumes, sua cultura material e as formas de dominação e submissão). Essa questão merece ser destacada porque embora a AMOLP tenha surgido de uma manifestação espontânea de seus moradores pela preservação da Praça Alvorada, hoje, ano de 2009, a prefeitura municipal destruiu completamente a Praça Alvorada (incluindo seu Coreto dos anos 1960) e ergue, em seu lugar, um “espaço remodelado e atual para o bairro e a comunidade do Grande Lar Paraná” (Folder Informativo Prefeitura Municipal). Nesse sentido, acredita-se que os moradores do bairro, pelo menos nesse sentido, continuam como *figurantes mudos*.

a sede (a partir de sua construção em 2004) e até a prefeitura municipal (para acertar detalhes de um projeto entre comerciantes locais e a prefeitura municipal).

Esses registros merecem visibilidade na pesquisa já que ilustram dois aspectos relevantes evidenciados pela literatura sócio-política que trata da redemocratização brasileira: em primeiro lugar, apontam para certa continuidade da igreja católica como protagonista (em alguma medida) na emergência de ações reivindicativas da população urbana no Brasil contemporâneo. O fato de as primeiras reuniões ocorrerem no espaço da Paróquia local, e com a anuência desta instituição, mostram a simbologia desta instituição para a sociedade brasileira organizada. Por outro lado, o fato de as residências de presidentes e vice-presidentes servirem à mobilização dos moradores, já na abertura política, evidencia tanto uma lembrança ao significado da mobilização social em tempos de ditadura (as reuniões escondidas), quanto à indistinção entre público (coletivo) e privado (intimidade da família) presente na base da sociabilidade político-cultural brasileira (como apresenta Sérgio Buarque de Holanda).

Além disso, outras características da mobilização no bairro estão presentes nas Atas da AMOLP, tais como a periodicidade e a participação da comunidade nas reuniões da AMOLP. O quadro abaixo revela, com maior clareza, a frequência de reuniões em 16 anos de registro (daquelas reuniões a que se teve acesso).

ANO	Nº REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO DIRETORIA	PARTICIPAÇÃO DIRETORIA E COMUNIDADE
1984	3	3	3
1985	4	4	0
1986	2	2	2
1987	5	5	3
1988	7	7	1
1989	1	1	0
1991	1	1	1
1993	8	8	5
1994	2	2	0
1995	8	8	3
1996	4	4	0
1997	6	6	3
1998	1	1	0
1999*	5	5	2
2006**	4	4	1
2008	1	1	1

**Quadro 6** – Periodicidade e Participação Popular nas Reuniões da Associação Moradores do Lar Paraná

**Fonte:** Associação dos Moradores do Lar Paraná

\* O livro com as atas das reuniões referentes ao período de 2000 a 2005 não foi cedido pela presidente da Associação para a pesquisa.

\*\* No ano de 2006, uma das reuniões registradas no Livro-Ata descreve que a reunião foi realizada nas dependências da Prefeitura Municipal de Campo Mourão, com a participação da diretoria (presidente), do marido da presidente, que na ocasião, ocupava o cargo de Secretário da Coordenação Geral de Governo da Prefeitura Municipal de Campo Mourão e alguns comerciantes da região com os representantes do executivo responsáveis pela execução das obras (Secretaria do Planejamento). Embora a comunidade do bairro não estivesse presente na referida reunião, consideramos a participação dos comerciantes locais como participação da comunidade (para o preenchimento do quadro).

Em cinco anos de realização e registro de reuniões (1985, 1989, 1994, 1996 e 1998) a população não compareceu. Em quatro anos (1984, 1986, 1991 e 2008) a população compareceu em todas as reuniões, sendo que nesses dois últimos anos a AMOLP realizou apenas uma reunião em cada ano. Sabendo-se que em muitas reuniões a comunidade participou porque a reunião era de posse de diretorias (o que levava muitos políticos às sessões), o número de participação efetiva da comunidade em reuniões da AMOLP, sobretudo após a construção da sua sede, contradiz a literatura que imagina uma onda crescente de participação e mobilização popular no Brasil contemporâneo.

Sob nítida influência de debates mais amplos que marcaram os movimentos sociais nos anos 1990, alguns temas, como meio ambiente, fizeram parte das pautas de discussões nas reuniões da AMOLP. Mas, de forma geral, o que se conclui da participação da comunidade nas reuniões da AMOLP ao longo dos últimos vinte anos é que os temas de teor

mais coletivo e, portanto, de interesse de toda a comunidade, surgiram em reuniões em que houve a participação popular (e não só da diretoria)<sup>51</sup>.

Por fim, o diagnóstico de baixa participação da comunidade do bairro nas reuniões da AMOLP decorre, ainda, da pesquisa sobre o conteúdo do estatuto da entidade. Após entrevista com a presidente da associação, constatou-se que a reconstrução e a atualização do estatuto da AMOLP ficaram sob sua responsabilidade e do advogado de sua confiança. Ou seja, a estrutura geral que reveste as ações da AMOLP foi “pensada” pela presidente, discutida com o seu advogado (para verificar “questões jurídicas”) e levada à reunião com comunidade apenas para a aprovação desse formato<sup>52</sup>. Dessa forma, questões significativas, como a decisão de firmar parcerias ou convênios e até de receber financiamentos para projetos, são deliberadas apenas pela diretoria da Associação (Ata da Assembléia..., p. 3). Além disso, percebe-se que os objetivos da AMOLP são demasiadamente amplos, o que pode significar uma adequação geral de seus princípios e objetivos àqueles designados, abstratamente, pela legislação (de OSCIPs). Assim, a própria comunidade deixa de sentar e partilhar quais objetivos, soluções e projetos ela própria estabeleceria para o bairro (por meio da construção do Estatuto da entidade), o que possibilitaria a ampliação do sentimento de pertencimento e de efetiva participação.

### 2.2.3 Análise dos Entraves Políticos e Culturais ao Desenvolvimento de Práticas de Participação Democrática na Associação de Moradores

Resta apontar como as entrevistas com membros da AMOLP e com a comunidade do bairro serão fontes para a análise de como traços culturais e políticos (cordialidade e personalismo) se tornam entraves à ampliação da participação democrática no Brasil contemporâneo. Assim, foram selecionados, previamente, três tipos de entrevistados: (a) pelo menos um membro da diretoria da AMOLP (de preferência, a presidente), (b) um(a) morador(a) do bairro que freqüentasse a AMOLP, mas que não pertencesse ao quadro da diretoria e, (c) um(a) morador(a) do bairro que não freqüentasse a AMOLP e que não fizesse parte da diretoria. Ao todo, foram entrevistados 9 moradores, entre homens e mulheres, com

---

<sup>51</sup> Na seção Apêndice B da pesquisa, encontram-se os diferentes temas tratados, bem como os diferentes atores presentes às reuniões da Associação.

<sup>52</sup> Que ocorreu após a terceira chamada em função do pequeno número de pessoas participantes.

diversificados níveis de escolaridade e níveis de renda<sup>53</sup>. A idéia é investigar traços personalistas e cordiais no maior número possível de posições sociais, independente de diferenças sociais, culturais, econômicas e de escolaridade. É como se esses traços estivessem cortando transversalmente as diferentes disposições dos agentes na comunidade do Jardim Lar Paraná.

Após as transcrições das entrevistas<sup>54</sup>, o quadro sintético de análise (presente nas páginas 104, 105 e 106 e que apresenta os conceitos selecionados dentro da obra de Sérgio Buarque de Holanda) servirá de referencial analítico para: (a) apontar, no discurso dos entrevistados, traços de persistência de personalismo e cordialidade nas práticas dos entrevistados com a AMOLP (e vice-versa) e (b) verificar onde tais práticas se aproximam, ou se afastam, de práticas políticas tradicionais (sendo um empecilho à ampliação democrática), ou de práticas políticas participativas e inovadoras (sinalizando uma trajetória futura de ampliação participativa no município). Deve-se, ainda, ressaltar que entre esses dois pólos existe a construção de práticas singulares que não se encaixam em nenhum dos pólos, mas que fundamentam a constituição do processo democrático local e que merecem ser destacados e analisados.

---

<sup>53</sup> A única reunião da AMOLP realizada em 2008 (aprovação do Estatuto) não contou com a observação participante da pesquisadora, embora tenha existido o pedido formal à presidente da entidade para que a pesquisadora participasse das reuniões da AMOLP.

<sup>54</sup> Mesmo todas as entrevistas sendo transcritas e seus excertos presentes no corpo do texto, nem todas as transcrições farão parte do apêndice da pesquisa, já que comprometeria a extensão da dissertação (volume exacerbado de páginas).

### 3 PERSONALISMO E AVERSÃO AO CONFLITO: PRÁTICAS QUE INIBEM A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

*Quando escrevo, repito o que já vivi antes. E para estas duas vidas, um léxico só não é suficiente. Em outras palavras, gostaria de ser um crocodilo vivendo no Rio São Francisco. Gostaria de ser um crocodilo porque amo os grandes rios pois são profundos como a alma de um homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como o sofrimento dos homens.*

*João Guimarães Rosa (1908-1967)*

*Os inovadores eficazes são aqueles que se apropriam da tradição (os 'jogos' do passado) e que descobrem novas regras e novas peças de um jogo, com as quais podem continuar a jogar.*

*Thomas Kuhn (1922-1996)*

O objetivo do presente, e derradeiro, capítulo é a análise, por meio do estudo das entrevistas, da permanência de determinados elementos culturais presentes na “mentalidade” dos brasileiros (personalismo, cordialidade e aversão ao conflito) e de como tais elementos embasam as práticas políticas do município paranaense estudado. Para isso, antes de se aprofundar a referida análise, faz-se necessária a retomada de alguns pontos anteriormente discutidos para que se possa problematizar de que forma a persistência de tais elementos culturais influenciam a construção do atual processo de democratização no município de Campo Mourão. Ou seja, se tais elementos persistem, como persistem? O personalismo, a cordialidade e aversão ao conflito continuam influenciando as práticas sócio-políticas de forma idêntica à época do Império, ou do período republicano de 1930 a 1960? Ou sua persistência se constrói adaptada, moldada, à democracia do século XXI? Assim, inicialmente, tratar-se-á de aprofundar (a) a problematização acerca da persistência desses elementos. Em seguida, buscar-se-á (b) aprofundar tal questão a partir da análise de como tais persistências atualmente fundamentam a prática sócio-política local. Para tanto, dar-se-á, mais uma vez, voz aos “figurantes mudos”: elementos personalistas, cordiais e de absorção de conflito (e suas respectivas adaptações à nova conjuntura histórico-política do Brasil) contidos nas entrevistas transcritas serão reproduzidos e analisados em específica seção do capítulo. Por fim, (c) buscar-se-á a reflexão sobre como tais persistências dificultam a constituição de práticas democráticas mais participativas no município estudado.

A proposta de se discutir, brevemente, a persistência de certos elementos culturais nas “mentalidades” e nas práticas sócio-políticas dos brasileiros se dá em função da necessidade de se escapar daquilo que Telles (1994a) afirma ser “a maldição das origens”: tratar nossa herança latifundiária, patriarcal e escravocrata – numa expressão, nossas raízes

ibéricas – como uma base estática, da qual não se consegue evadir. Se o estudo mostra que os elementos “tradicionais”<sup>55</sup> (personalismo, cordialidade e aversão ao conflito) persistem, deve, da mesma forma, problematizar como persistem. Analisando as relações de mando e subserviência, aparentemente típicas de um Brasil arcaico, Vera Telles não só admite a atualidade desses elementos nas relações sócio-políticas contemporâneas, como também acentua uma grave consequência de tais persistências: a dificuldade de se efetivar a dimensão efetivamente pública numa nação construída a partir da noção do eminentemente privado.

Quando a referência é o Brasil atual], a questão que intriga, que suscita a reflexão, é precisamente a reiterada obstrução de uma dimensão pública que balize o jogo dos interesses e construa a medida a partir da qual identidades podem se constituir e sujeitos podem se firmar na trama mesma dos conflitos. Com isso [...] estou sugerindo que talvez seja o caso de examinar um pouco mais detidamente a noção de cidadania pelo [...] modo como as relações sociais são ordenadas e, por essa via, interrogar as evidências de tradições persistentes (TELLES, 1994a).

Assim, por meio da análise de como se ordenam as relações entre moradores do bairro, membros da associação de moradores e funcionários públicos que atuam no poder executivo municipal é que se espera evidenciar como elementos culturais “arcaicos” ainda persistem, moldando as práticas sócio-políticas daquela região. Mas, para tanto, não se pode negligenciar o fato de que nenhum desses elementos aqui elencados permanecem estáticos ao longo do processo formação da sociedade brasileira: como discutido no primeiro capítulo, a compreensão proposta por Sérgio Buarque de Holanda deve considerar as relações sociais e culturais como o resultado de “configurações de momento”, sempre sujeitas à mudança, à flexibilidade e à adaptabilidade. Portanto, o leitor deve se atentar para o fato de que os conceitos de personalismo, cordialidade e aversão ao conflito, embora tenham sido retirados da obra de Sérgio Buarque de Holanda, foram evidentemente interpretados à luz das novas configurações sociais, políticas e institucionais em que se situa o país (e o município). Dessa forma, espera-se discutir de que forma esses elementos persistem, e se de fato levam à obstacularização de práticas mais participativas na democracia local (evidenciando, por exemplo, um aumento da participação da sociedade civil organizada).

---

<sup>55</sup> O uso do termo “tradicional” nada tem a ver, neste estudo que se desdobra, com as discussões das ciências sociais no Brasil acerca da polaridade tradição *versus* modernidade. Uma importante síntese desse debate pode ser encontrada no conjunto de ensaios publicados por SOUZA, Jessé (Org.). O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999. O termo tradicional adquire, no presente estudo, um sentido próximo ao que Sérgio Buarque de Holanda denominava como “forças arcaicas”. Ou seja, são elementos culturais encontrados em períodos anteriores da formação social brasileira, mas que ainda se apresentam e configuram as práticas sócio-políticas atuais.

### 3.1 PRÁTICAS POLÍTICAS EM CAMPO MOURÃO: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Foram realizadas e transcritas nove entrevistas com diversas pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com a associação de moradores estudada. De todas as entrevistas, cinco entrevistadas eram mulheres e o restante, do sexo masculino. Das mulheres entrevistadas, uma tem idade entre 20 e 30 anos, outra tem entre 30 e 40 anos de idade, e as três outras têm entre 50 e 60 anos de idade. Dos homens, um tem entre 30 e 40 anos de idade, um tem entre 40 e 50 anos de idade e os outros dois têm acima de 60 anos. Os entrevistados foram selecionados a partir de três quesitos (com a exceção do servidor público municipal e de um ex-prefeito municipal): (a) deveriam ser moradores do bairro, (b) serem freqüentadores da associação e (c) moradores que também apresentassem o hábito de não freqüentar a associação de moradores. Esses dois últimos aspectos são importantes no contexto da pesquisa porque questionam, teórica e empiricamente, a hipótese de que há aumento da participação de uma “nova sociedade civil organizada” no Brasil contemporâneo. Em que medida há participação de uma sociedade civil organizada nos “espaços públicos” locais, tais como as associações de moradores municipais? Se há participação, como se processa a ordenação das relações sociais em torno do poder político ali presente? A participação se efetiva por meio de práticas coletivas que visam ao interesse público, ou práticas “arcaicas” ainda predominam nesse cenário de participação do atual regime democrático brasileiro?

Essas são questões que surgem ao longo da bibliografia selecionada (Sérgio Buarque de Holanda) para se contrapor aos conceitos de sociedade civil organizada, esfera pública e discussão racional (entre outros), todos com pressupostos de inspiração européia ou norte-americana (Habermas ou Arato<sup>56</sup>). E, por isso, são questionamentos que não poderiam se ausentar do roteiro (semi-estuturado) que norteou as entrevistas. Aqueles moradores que não têm contato com a associação foram entrevistados exatamente para descrever porque não se interessam em participar (ou porque não acreditam na participação, da forma como ela é desenvolvida pelos membros da diretoria, por exemplo). Dessa forma, a pesquisa qualitativa conseguiria abarcar um quadro amplo de moradores, dentro do objeto de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas, normalmente, nas residências dos entrevistados, exceto a presidente da associação (foi entrevistada na sede da AMOLP), o

---

<sup>56</sup> Detalhes sobre esses pressupostos podem ser encontrados em: ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientação para novas pesquisas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1994. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_27/rbcs27\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_02.htm)

servidor público (no local de trabalho), o ex-prefeito (que fora entrevistado na sede do partido político ao qual é filiado) e de um dos moradores (professor estadual, entrevistado na sede do sindicato ao qual é filiado).

As transcrições das entrevistas foram realizadas com base nos preceitos da análise de discurso francesa (AD francesa)<sup>57</sup>, o que exigiu a participação de um aluno do curso de Letras da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão-PR. O cuidado nas transcrições se dá em função de que muitos diálogos devem ser respeitados, mesmo quando a linguagem formal é desrespeitada. O contexto sócio-lingüístico, os sorrisos, as respirações (ou mesmo os gestos corporais do entrevistado) são elementos essenciais para que o pesquisador tenha uma compreensão apurada da realidade da qual seu entrevistado faz parte. As sutilezas presentes nos diálogos muitas vezes revelam características determinantes da forma como as relações sociais se organizam localmente.

Depois que as entrevistas foram colhidas e transcritas, o passo seguinte foi a montagem de uma “síntese interpretativa” daqueles conceitos desenvolvidos por Sérgio Buarque de Holanda e selecionados para nortear a pesquisa (personalismo, cordialidade e aversão ao conflito). É importante notar, ainda, que os conceitos utilizados tanto para repensar a literatura que estuda a democracia brasileira quanto para nortear a análise das entrevistas colhidas, não devem ser compreendidos como “estanques”, ou impermeáveis entre si. Como acentuado no capítulo 1 (quando se abordam os aspectos cruciais que envolvem a construção teórico-metodológica da obra de Sérgio Buarque de Holanda), a reconstituição histórica que o autor tece pressupõe uma “urdidura de inter-relacionamentos” (ou de conceitos) que formam a cultura e a sociedade no Brasil. Portanto, muitos elementos apontados no quadro sintético como sendo elementos que caracterizam a cordialidade também podem ser identificados como elementos que sintetizam o personalismo, e vice-versa. Os apontamentos selecionados para emoldurar o quadro abaixo revelam, assim, uma opção metodológica e pedagógica da presente pesquisa.

---

<sup>57</sup> Deve-se enfatizar o fato de que a AD francesa foi utilizada como referencial de apoio às transcrições e análises das entrevistas, não constituindo, ela própria, um arcabouço teórico-analítico dentro da presente pesquisa. A perspectiva de análise de discurso francesa aqui adotada está pautada nas considerações tecidas por Michel Pêcheux sobre as contribuições da análise de discurso para a melhor compreensão das relações sociais. Michel Pêcheux (1938-1983), considerado uma das figuras mais importantes da análise do discurso francesa, estudou filosofia na Escola Normal Superior de Paris e se volta para o estudo de como as ciências humanas, e as sociais em particular, propõem repensar o objeto de estudo desconectado de toda a realidade discursiva que o cerca. Assim, a AD francesa utiliza o discurso (a prática de linguagem) como “ponte” para repensar a relação entre linguagem, sujeito e história, relação esta presente na construção dos objetos das ciências sociais. Para aprofundar a leitura em torno da AD francesa, consultar ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

Como se verá a seguir cada conceito selecionado se desdobra, na síntese desenvolvida para a análise das entrevistas, em diferentes aspectos singulares e interdependentes. O *personalismo*, por exemplo, foi subdividido em cinco itens principais (e interdependentes) que melhor o caracterizam (acentuação do prestígio social, tibieza dos laços de organização social, ausência de coesão social, obediência cega e excessiva centralização do poder) para a análise de sua permanência, ou não, nas relações sócio-políticas locais. Para descrever o conceito de *cordialidade* (e sua permanência nas práticas locais), foram utilizados sete diferentes itens que, reunidos, complementam-se e caracterizam a cordialidade: acentuação das vontades particulares, ênfase na familiaridade, relações pautadas em laços de sangue e de coração, indistinção entre público e privado, relações de intimidade na construção das relações sociais, aversão aos rituais formais e à distância e formas de convívio ditadas por uma ética emotiva.

Já em relação ao conceito de *aversão ao conflito*, dois aspectos interconectados foram salientados: a aversão ao conflito propriamente dita e a absorção de conflitos ou desentendimentos. É importante ressaltar que a seleção desses itens não esgota a riqueza de outros elementos que, em plenitude, os descrevem. A seleção desses itens significa, por um lado, a opção por um artifício metodológico que possibilite melhor organização da pesquisa empírica, e por outro lado, o respeito ao recorte metodológico adotado no projeto da presente pesquisa: focar aqueles elementos que se relacionam diretamente com o objeto da pesquisa – a investigação de que forma as práticas sócio-políticas daquela comunidade se aproximam da aversão ao conflito (e, portanto, se afastam da participação democrática efetiva).

Os conceitos selecionados e interpretados a partir de *Raízes do Brasil* constituem o arcabouço teórico-metodológico de referência para a análise de como determinados elementos tradicionais persistem (assim como suas adaptações) na prática política brasileira renovada. Ou seja, o que há de continuidade num cenário mais amplo de mudança – elementos tradicionais num regime democrático.

Conceitos	Síntese Interpretativa	Aspectos do Conceito	Itens para a Análise das Entrevistas
<i>Personalismo</i>	Herança cultural (idéias, formas de convívio) e institucional dos povos da península Ibérica: o que Sérgio Buarque de Holanda chamava de cultura da personalidade;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poder pessoal na formação das relações sociais e políticas;</li> </ul>	1. Acentuação do Prestígio Social
	Atribuição de importância extrema “[...] ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço” (HOLANDA, 2006a, p. 20);	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acentuação do “prestígio pessoal”;</li> </ul>	
	A mentalidade personalista como obstáculo à manifestação do “espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes” (HOLANDA, 2006a, p. 27);	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tibieza (ou frouidão) dos laços de organização em comunidade do povo Lusitano;</li> <li>• Dificuldade em construir práticas que impliquem solidariedade e ordenação (ou seja, de distribuir poder no sentido horizontal);</li> <li>• Ausência de coesão social;</li> <li>• Princípio de unidade social (ao contrário da organização espontânea protestante) foi sempre representado por governos centralizadores (altamente hierarquizados);</li> </ul>	2. Tibieza dos Laços de Organização Social
	“[...] a [aparente] renúncia a essa mesma personalidade. Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência [...] tenha sido até agora o único princípio político verdadeiramente forte. [...] Não existe, a meu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência” (HOLANDA, 2006a, p. 29);	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ênfase nos princípios de obediência cega (prática de obedecer com extrema dificuldade de questionar) e excessiva centralização do poder (dificuldade em distribuir o poder em função do que representa o prestígio pessoal);</li> <li>• Monopólios de poder dificilmente contestados por elementos de fora desse grupo social;</li> </ul>	3. Ausência de Coesão Social/Dificuldade em Construir Práticas de Solidariedade e/ou Ordenação
			4. Obediência Cega
			5. Excessiva Centralização do Poder

<p><i>Cordialidade</i></p>	<p>Ao longo da história do Brasil é possível “[...] acompanhar o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera [...] dos chamados ‘contatos primários’, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas” (HOLANDA, 2006a, p. 159-160);</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acentuam-se as vontades particulares ao mesmo tempo em que se exclui o princípio da impessoalidade democrática;</li> <li>• Ênfase na familiaridade como princípio norteador das práticas que constituem a sociedade brasileira;</li> <li>• Modelo de estrutura social, de práticas sociais, está nas relações pautadas em laços de sangue e de coração (passionalidade ou emotividade se sobrepõem à racionalidade enquanto par ordenador das sociedades protestantes);</li> <li>• Dificuldade em diferenciar público e privado;</li> <li>• Exemplos de cordialidade: preferência por relações familiares (pessoais e não impessoais), emprego de diminutivos na língua portuguesa, busca por criar relações de intimidade (na religião com santos e na política com detentores do poder secular), aversão a rituais e às distâncias, formas de convívio ditadas por ética emotiva (passionalidade);</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acentuação das Vontades Particulares</li>   <li>2. Ênfase na Familiaridade</li>   <li>3. Relações Pautadas em laços de Sangue e de Coração;</li>   <li>4. Indistinção entre Público e Privado;</li>   <li>5. Relações de Intimidade/Emprego do Diminutivo na Linguagem;</li>   <li>6. Aversão a Rituais Formais e Distância (Formalidade/Impessoalidade);</li>   <li>7. Formas de Convívio Ditadas por Ética Emotiva (Passionalidade que se sobrepõe à racionalidade);</li> </ol>
	<p>Cordialidade como sendo “[...] a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam [...] um traço definido do caráter do brasileiro, na medida em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal” (HOLANDA, 2006a, p. 160);</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Onde há, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, o predomínio do emotivo sobre o racional? Quando conveniências particulares têm primazia sobre os interesses de ordem coletiva;</li> </ul>	
	<p>Cordialidade refere-se a “[...] coração [sendo que] o coração é a sede dos sentimentos, e não apenas dos bons sentimentos. [Assim] a inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração” (Carta a Cassiano Ricardo(2006b, p. 395);</p>		

	Assim, “[...] o desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade” (HOLANDA, 2006a, p. 162).		
<i>Aversão ao Conflito</i>	Costume de absorção dos desentendimentos e conflitos – a preferência pela conciliação; Práticas políticas que optam por reformas e paliativos em vez de ruptura e mudança (ou de distribuição do poder);	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Absorção de desentendimentos e conflitos em formas de conchavos e de compromissos pessoais, familiares e íntimos;</li> <li>• Tal absorção dos conflitos não permite que os desentendimentos assumam proporções políticas ameaçadoras (rompendo com o <i>status quo</i> ou possibilitando que transformações, rupturas e mudanças efetivas sejam tomadas);</li> <li>• Conchavos são práticas políticas ardilosas usadas para maquiagem a não distribuição efetiva de poder (num contexto institucionalmente democrático, por exemplo);</li> </ul>	1. Aversão ao Conflito
			2. Absorção de Conflitos/Desentendimentos

**Quadro 7** – Síntese Interpretativa a partir de Conceitos Tecidos por Sérgio Buarque de Holanda.

**Fontes:** HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico: do império à república. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 7).

Ainda com relação às entrevistas, deve-se ressaltar o fato de que os entrevistados foram selecionados segundo um critério mais amplo do que normalmente se tem adotado neste tipo de pesquisa. Normalmente se tem priorizado entrevistas com líderes e diretores de associações de moradores, ou de conselhos gestores, na tentativa de estabelecer conexão entre as práticas desses agentes e o aprofundamento (ou não) de práticas mais participativas no processo democrático analisado (FUKS; PERISSINOTO, RIBEIRO, 2003). Em outras palavras, grupos de líderes mais suscetíveis à participação exerceriam um papel crucial na ampliação de um movimento da sociedade voltado para a participação popular. Quando não há participação social no processo de democratização busca-se como causa, entre outras, a dificuldade da liderança em ampliar a perspectiva participativa (DAGNINO, 1994, 2002a, 2002b), ou, ainda diz-se que a não participação é uma consequência da escolha centralizadora e pessoal de líderes políticos com postura política tradicional (AVRITZER, 2009).

Ao se evidenciar outros envolvidos no processo de democratização local, que não membros da diretoria e agentes públicos do poder executivo municipal, a pesquisa tratou de resgatar exatamente aqueles figurantes normalmente “mudos” em relação à prática política brasileira. Ou seja, buscou-se dar voz aos “figurantes mudos”, no sentido de se permitir o estudo das persistências culturais em agentes sociais, comunitários e do poder público (que, no limite, institucionalizam estas persistências). Embora os “figurantes mudos” sejam aqueles que, por meio de práticas interdependentes, emolduram o processo democrático no município, raramente são selecionados nas recentes pesquisas sobre o tema. “Mudos” por isso: porque fazem parte da realidade política local, mas a literatura da área busca evidenciar apenas o papel das lideranças nesse processo de democratização.

A seguir, passa-se à discussão sobre o formato que esses elementos culturais adquirem na democracia local, evidenciando, assim, dois aspectos inicialmente citados: (a) que esses elementos persistem, mas que (b) persistem, muitas vezes, de modo adaptado à sua descrição original (tecida por Sérgio Buarque de Holanda).

### 3.1.1 E o Personalismo, Persiste?

A situação que melhor descreve a persistência do personalismo nas práticas sócio-políticas entre os habitantes do bairro estudado é a que segue. No primeiro dia de

entrevistas com os moradores do bairro a entrevistadora, ao se dirigir à AMOLP e encontrar as portas fechadas, procura uma moradora vizinha à sede da associação para obter maiores informações. Ao indagar se a moradora saberia informar os horários de funcionamento da entidade, a entrevistadora obteve a seguinte resposta: “Não. Mas, aquele moço sentado ali na frente, do outro lado da rua, é o dono da associação. Pode chegar nele que ele vai te falá tudo certinho”<sup>58</sup>. O “moço”, a que se referia a moradora vizinha à sede da associação, era o marido da atual presidente da AMOLP e ex-presidente da associação. É sintomático de uma sociedade, cujas práticas sócio-políticas estejam pautadas no personalismo, que uma moradora confunda a função desempenhada pelo ex-presidente da associação (e, na época, secretário municipal) com a posse ou propriedade da entidade. Em função dessa observação, o primeiro item analisado, dentro do conceito *personalismo*, está diretamente relacionado com a importância que o poder pessoal exerce tanto na constituição das relações sociais quanto na construção de referenciais de poder político para a comunidade em geral.

#### a) Acentuação do Prestígio Social

Quando se pergunta à presidente da associação como ela se envolveu nas atividades da associação de moradores, sua resposta é imediata e direta: por meio do marido, ex-presidente da Associação (por dois mandatos consecutivos).

- Como você se envolveu com as atividades da associação?
- Olha, na verdade, assim, nós nem conhecíamos, o que era “sê” presidente e associação, o que era uma associação de moradores, eu mesmo não tinha conhecimento nenhum. Então, só depois que a gente veio, que eu vim morar a... aqui, no Lar Paraná, né, e meu marido, conversando e ele é muito expressivo, muito dado com o pessoal, aqui, do Lar Paraná, nasceu e se criou aqui... [...] Então, são trinta e quatro anos, quase, no Lar Paraná. Então, ele tem um conhecimento tremen...tremendo aqui, no Lar Paraná. Então, assim, conversando com um, com outro, o pessoal falou “Marco, por que “cê” não se candidata a presidente do bairro?”. Ele: “Não, porque eu não conheço, não quero”.
- E já havia a associação?
- A sede construída não.

A iniciativa de, imediatamente, submeter a sua iniciativa de liderança comunitária à atuação inicial do marido pode ser analisada como uma resposta que, logo de

---

<sup>58</sup> Essa informação, embora não faça parte de nenhuma das entrevistas gravadas com a comunidade estudada, faz parte das anotações tomadas pela entrevistadora em um diário de observações utilizado ao longo das visitas ao bairro.

início (esta resposta situa-se no início da conversa), elucida à entrevistadora, de quem se trata: ela não é qualquer presidente de associação de moradores, mas sua “família” possui um *background* na história política do bairro. E mais: quando a entrevistadora inquirir a entrevistada quanto à existência da associação (com o intuito de permitir à entrevistada que ela retomasse o histórico da associação), a resposta, direta e clara, é “[...] a sede construída não”. Ou seja, todo o histórico de luta da comunidade do bairro em torno da recuperação e preservação da praça principal do bairro (década de 1980) e da construção de uma das escolas municipais daquela região (final década de 1980 e início dos anos 1990) é desconsiderado e substituído por aquilo que ela considera o maior feito de seu marido e ex-presidente da associação: a construção da sede. Essa pode ser considerada como uma característica central da mentalidade personalista: toda a atividade coletiva é decantada. Como consequência, há o enaltecimento do *prestígio social* de uma pessoa, geralmente aquela que detém imediatamente o poder, no caso, o ex-presidente da Associação (que obteve a verba pública para a construção da sede). De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2006a, p. 20), esse princípio, a saber, o personalismo, norteia-se pela “acentuação do valor próprio da pessoa humana em relação aos semelhantes no tempo e no espaço”.

Quando se pergunta à entrevistada, que é presidente da AMOLP, como ela reage ao ser procurada por algum morador da comunidade que apresente problemas com os canais políticos institucionais (alguma secretaria, Câmara municipal, etc...), sua resposta é bem significativa quanto à persistência do componente *prestígio social* na constituição de suas práticas (e das práticas de funcionários públicos):

- Quando procurada por algum morador para resolver os problemas diante dos canais institucionais, por exemplo, diante de alguma secretaria ou da Câmara... cê acabo respondendo, como que você age, né...
- Ah... É... Porque, já...é o meu trabalho...
- Você... conversa...
- É porque, mesmo eu não se... Se... se... Se caso eu não fosse presidente, eu como assessora eu já tenho quase que obrigação, né? De tá trabalhando dessa forma, mesmo num sendo... vâmo supor assim, que eu não fosse presidente, não fosse esposa do... do... vereador, mas eu tinha a obrigação, eu como assessora de um vereador, eu tenho a obrigação de tá atendendo a pessoa... Da forma correta tá enviando pr'uma assistência, em... envian... Então! Assim... eu como a presidente da associação e a esposa do vereador (risos e entonação da voz modificada) já facilita bem.

Inicialmente, a entrevistada propõe pensar o problema a partir de seu “outro papel”: como esposa do vereador. Como atribui “valor extremo à pessoa humana” antes de enaltecer os valores de coletividade (que, afinal de contas, a elegeram como sua representante

perante a comunidade, o poder público e o restante da cidade), não consegue se relacionar com a comunidade ou com o poder público sem deixar clara esta sua distinção pessoal: ser esposa do vereador. O cargo de presidente da Associação é um adendo, inclusive em sua relação com os canais institucionalizados da democracia municipal: “[...] e a esposa do vereador (risos e entonação da voz modificada) já facilita bem”. Os sorrisos e a mudança na entonação revelam um conhecimento tácito da importância que o prestígio social exerce sobre a prática sócio-política no Brasil e no município estudado. Ou seja, a análise das práticas sócio-políticas da entrevistada revela que a relevância tácita do prestígio social é elemento constante na mentalidade da comunidade (porque não procura “qualquer um” para resolver seus problemas com o poder público), bem como na mentalidade da entrevistada (porque consegue atingir seus objetivos – ou da comunidade – junto ao poder público). Do mesmo modo, na mentalidade dos membros do poder público (porque agilizam o processo que deveria ser impessoal).

#### b) Tibieza dos Laços de Organização Social

Outro item do elemento personalismo identificado nas entrevistas realizadas com a população do município estudado é a *tibieza* encontrada nos laços de organização social. Tibieza pode ser interpretada como frouxidão dos laços de organização em comunidade. Ou seja, é a dificuldade que os brasileiros possuem de desenvolver práticas que impliquem solidariedade e ordenação.

Nesse sentido, a entrevistada, presidente da Associação, ao ser interpelada quanto à participação da comunidade nas reuniões da AMOLP não tem dúvida: a participação da comunidade acontece quando *alguém especial*, normalmente da política (um secretário municipal ou um vereador), comparece ao evento.

- Então, eu vi que a população veio, participô e teve o reconhecimento do secretário, que a população veio, mas assim, pro secretário, vieram pessoas, mas pra gente, que convidô, não veio as pessoa, que a gente tava esperando, sabe?

- (risos)

- A quantidade... Eu falei assim, tá dentro...

- Quantas pessoas, mais ou menos, vêm, assim, por alto... Quando acontece isso?

- Ah, uma... Quando assim... Quando... Ah, na época, que a gente fez a reunião com o secretário, que eles sabem, que é uma pessoa, né... Que vai vir, que eles querem conhecer também, né, e questionar, aí...

- *Querem vê...*

- É, querem vê. Então vem assim, em média, de umas cinqüenta, oitenta, sabe... Vem sessenta... Esse, esse, esse...

- Mas, normalmente, não vem isso?

- Normalmente, não vem, normalmente... Agora, quando é reunião assim... Reunião corriqueira, que sempre tá acontecendo, que a gente vai tratá, assim... Dos assuntos interno aqui, aí vem, mais ou menos, só a diretoria mesmo... (risos) Vem sim... Muito pouco.

O espaço para a comunidade se reunir, existe no bairro estudado. A instituição, a AMOLP, foi instaurada e consolidada. No entanto, as reuniões abertas à comunidade não acontecem com frequência e a organização da comunidade no bairro ocorre superficialmente: não há organização coletiva em torno de demandas sociais, mas a busca individual constante por auxílio pessoal (por meio da intervenção junto ao poder público) feita diretamente à presidente da Associação. É curioso, ainda, notar que a presidente da Associação percebe essa ausência de liame social entre os moradores da região estudada. Sabe que reunir 60 pessoas para discutir problemas comuns não é tarefa fácil, sobretudo quando as práticas são moldadas por uma mentalidade personalista: a comunidade comparece apenas quando o convidado para a reunião é “[...] uma pessoa, né?”. Entende-se que é uma pessoa com prestígio social ou alguém que realmente pode resolver seu problema.

Ao ser indagada quanto à frequência das reuniões rotineiras da AMOLP, a presidente afirma que não há reuniões porque “eles” (no caso, a presidente e seu marido, ex-presidente e na ocasião secretário municipal) mantêm “contato direto” com a população. Sendo assim, para quê organizar reuniões? Na interpretação da entrevistada, esse tipo de “esforço” não faz sentido:

- É comum haver discussões entre os moradores e a de... e a diretoria durante as reuniões?

- Também não. Não porque assim, nós somos “tudo” assim... Acho que por, pela forma, na verdade é assim, eu falo pro... Pro Marco. É assim, é... Apesar de nós não fazermos reunião corriqueira... [...] Assim direto. Eu acho assim... “Num” se faz reunião, mas a gente tem aquele contato direto com a população, né, todos os dias. “Num” tem a associação pra procurar, “num” tem a reunião, né, que nem, pra você “fala”, “num” tem a reunião, como é que eu “vô” “falá” com a pessoa? Como é que eu “vô” “falá” com o presidente? Mas aqui assim, eles sabem, que mesmo “num” tendo as reuniões, eles me procuram, né...

Outra entrevistada, moradora do bairro estudado, apresenta dificuldade em definir o papel assumido junto à associação de moradores: membro da diretoria. Sente, ainda, dificuldade em revelar se as reuniões das quais participa são, ou não, periódicas: inicialmente afirma que para os membros da diretoria há reuniões regulares. Em seguida, revela que as reuniões são marcadas na proporção em que os problemas vão aparecendo. Por fim, desvela a real forma de convívio social experimentada pelos moradores do bairro: tibieza dos laços de

organização coletiva. Em vez de mobilizar a comunidade em torno de demandas comuns, prefere ir diretamente à presidente da AMOLP para que esta possa providenciar a solução para os problemas individuais que lhe chegaram às mãos.

- A senhora sabe se tem reunião periódica, na associação? Periódica, assim... Ah... Todo mês tem reunião, todo dia tal, do mês, tem reunião. Ou não? Ou depende... De como...

- Não, se for o caso assim, todo mês tem uma reunião, né, e é entre um grupo para discutir, né?

- A diretoria...

- A diretoria. E daí cada caso, como eu te falei, cada caso, então... Vai lá e... Fala, né? “Olha, nós estamos com tal problema, então vamos marcar uma reunião aí”... E já marca...

- É... A senhora leva os problemas para... Da... Relacionados assim, ao que a senhora sabe dos problemas do bairro... para serem discutidos, com os moradores, na reunião, lá dentro da associação? Ou a senhora procura diretamente quem a senhora sabe, lá dentro, que... Pode resolver o problema?

- É... Eu levo para... Para o presidente de bairro. Aí eu...

- Quem que é o presidente?

- A Cesarina. Agora nós estamos com a Cesarina, né?

c) Ausência de Coesão Social, dificuldade em construir práticas de solidariedade ou de ordenação social

Outro elemento revelador da presença do personalismo nas práticas sócio-políticas da comunidade estudada é a evidente ausência de coesão social representada nas entrevistas analisadas. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2006, p. 27), “[...] a mentalidade personalista [torna-se] obstáculo à manifestação do espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes”. Nesse sentido, torna-se significativa a entrevista abaixo reproduzida porque o entrevistado, professor com mestrado e membro atuante do sindicato estadual dessa categoria no município, tem uma postura intrigante em relação ao que acredita ser a causa da não participação da população nas atividades coletivas do bairro. Para ele, a causa está na ausência de serviços públicos naquele bairro, já que o bairro está “bonito”, fato que, em sua opinião, não estimula a reivindicação de nenhum tipo de serviço público junto à população.

- É... Se pensa mais nessa questão de resultado... Assim... Nesse primeiro momento... É... Primeiro também que a... O Lar Paraná ali, que é o miolo... O original do Lar Paraná, hoje “tá” bonito, né? Já “tava” bonito há dez anos atrás, né? Então tinha pouca coisa pra reivindicar, porque o 24h [Unidade Municipal de Saúde 24 horas] não pertence ao bairro... Pertence mais ao... Ao... A região do Ipê, Fernandez e Damasco... E agora ao Maria, que cresceu mais por causa do desfavelamento... Daí, então o 24h você pode-se discutir,

mas... Não é tão próximo a você... É... Daí, você pega o... O... O Via Cândia também tem um postinho...

- Você sabe quais são os temas... Que se leva “pra” se “sê” discutido... Na associação, hoje?

- Ah, hoje eu não sei. Não tenho... Hoje eu não tô tendo contato...

- Você não tem contato?

- Não tem mais contato, porque... Como eu tava com toda a militância no sindicato dos servidores municipais... E... E quando o Marco foi “pru” lado de um partido burguês, né? Tradicional... A gente começou a ficar meio afastado das conversas, né? Não conversa mais, como a gente conversava, como líder... É... Natural... Hoje, um líder... É... Político... Partidário, junto com político popular, né? Essa mesclagem... Afastou um pouquinho as nossas conversas, no dia-a-dia...

Além desse fato, outro aspecto intrigante em relação ao entrevistado é sua recusa em participar da organização coletiva do bairro porque não concorda com a ideologia político-partidária em que se envolveram a presidente da associação e seu marido. O entrevistado mencionou que acha complicada a relação entre a AMOLP e o poder executivo municipal (para ele, as associações foram “cooptadas”). Mas, não consegue ter clareza quanto às conseqüências que sua recusa em participar promovem no sentido de permitir que essa prática cooptativa seja mantida.

#### d) Obediência Cega

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, afirma que um dos resultados da excessiva valoração da pessoa humana (o personalismo) é o desenvolvimento de uma *obediência cega* na comunidade em geral. Nas suas palavras, “[...] a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como uma virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência [...] tenha sido até agora único princípio político verdadeiramente forte” (HOLANDA, 2006a, p. 29). Por isso, outra moradora entrevistada aparenta práticas de lealdade e obediência, características típicas de quem apresenta dificuldade em questionar.

- A senhora é filiada a algum partido?

- Não. Mas defendo muito o prefeito...

- Tá.

- PMDB.

A entrevistada, embora tenha atitudes típicas de uma liderança local, não se interessa pela política representativa: não é filiada a partido político, mas de imediato, assegura sua lealdade para com a pessoa do prefeito. “[...] defendo muito o prefeito”. A

sutileza da resposta corresponde à sua capacidade de obedecer à pessoa do atual prefeito: a entrevistada poderia responder que *simpatiza* muito com o prefeito, ou que *admira* muito o prefeito. No entanto, sua resposta é direta e objetiva: a entrevistada, sem pestanejar, o *defende*.

#### e) Excessiva Centralização do Poder

Essa mesma obediência cega quanto ao prestígio social leva a outra característica do personalismo: a excessiva centralização do poder. Isso porque a prática de obedecer sem questionar aumenta a dificuldade de distribuir o poder. Sendo assim, monopólios de poder dificilmente são contestados por elementos que não estejam dentro do grupo social que ocupa o *status quo* (pois seriam identificados como inimigos, ou aqueles que querem promover a ruptura, a mudança, e não como pessoas interessadas em partilhar do direito de exercer poder). Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (2006, p. 29), “[...] não existe, a meu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e da obediência” (grifo nosso).

Entre as entrevistas que apresentaram maior número de práticas descritas e interpretadas como práticas que visam à centralização de poder, aquelas de uma entrevistada, em especial, chamaram a atenção: a presidente da associação de moradores do bairro Jardim Lar Paraná. No diálogo abaixo reproduzido, essa prática de centralizar o poder (que deveria ser pulverizado entre a comunidade local) aparece de forma bem sutil (pois é uma aparente renúncia à exaltação do personalismo). Quando indagada sobre como a agenda das reuniões que ocorrem na associação de moradores é montada, a resposta começa com um “mais ou menos”. Tal resposta pode representar, no contexto da entrevista, tanto uma ausência de participação direta da comunidade na proposição de pautas das reuniões, quanto uma tentativa de maquiar esse fato pela suavização mesma dessa ausência: “[...] a gente vê, mais ou menos, o que a população pede”.

- Então, tá... Então, é... Como se dá a construção da agenda discutida em cada reunião? Como que vocês... Como que você monta, essa agenda?

- Tá! É assim: A gente vê, mais ou menos, o que a população pede, o que que o Lar Paraná que, né. Então, a gente tem, mais ou menos, um vínculo grande, porque, até porque eu trabalho lá, na Câmara, então, a, o pessoal daqui, vai muito me procurá, né. Então: “Cesarina, eu preciso disso”. Então, a gente vê, que hoje “o” maior área assim, que é discutida, é na área da saúde.

No meio da resposta surge, ainda, a constatação explícita da exaltação ao personalismo: “[...] a gente [o que significa ela] tem [...] um vínculo grande porque eu trabalho lá, na Câmara [...] então o pessoal vai muito me procurá”. Ora, o vínculo e a desenvolvutura que a entrevistada diz ter com a população do bairro não se deve ao fato de que ela os representa (como seria de se esperar) no cargo de presidente da associação. Deve-se ao fato de que ela *trabalha na Câmara*. Porque ela, segundo a opinião da população, detém os canais (institucionais e pessoais) necessários para conseguir resolver seus problemas, mais do que os problemas coletivos da comunidade. É a partir desse contato pessoal da presidente com os problemas individuais dos moradores do bairro que entrevistada diz montar a agenda das reuniões da AMOLP.

Outro aspecto que evidencia essa mentalidade personalista de centralizar o poder e que está presente na entrevista da presidente da Associação tem ligação com o formato que a diretoria assumiu.

- Quantas pessoas são da diretoria?
- É, doze na diretoria, mas só que a comissão que eu tenho hoje, montada dentro da associação, porque é assim, a gente tem uma diretoria e têm as comissões... As comissões, também, são registradas em ata... Né? Aí a minhas comissões, ela dá cento e cinco pessoas.

O fato de existirem na estrutura da Associação comissões compostas por moradores não pertencentes à diretoria não revela centralização de poder. Pelo contrário: aparentemente esse formato “gerencial” parece ser uma forma de pulverizar o controle das decisões e o poder que envolve a organização social. No entanto, a frase em negrito revela muito da centralização velada do poder que ocorre naquela comunidade: as “[...] minhas comissões”. Esse discurso possessivo não aparece apenas nesse trecho da entrevista: está presente ao longo de toda a conversa realizada entre a presidente da Associação e a entrevistadora. O que é revelador da mentalidade centralizadora da entrevistada: a comissão não é da Associação, não é da entidade abstrata que agrega a comunidade do Jardim Lar Paraná. A comissão é dela, agente que “gerencia”, controla e organiza as atividades e necessidades do bairro.

Mas a evidência mais explícita de como essa mentalidade centralizadora está presente nas práticas da presidente da Associação com os moradores, e outras entidades da sociedade civil, pode ser observada no diálogo que segue:

- Eu falei assim: “Gente, não adianta eu fazer reunião do Conselho Local de Saúde”. Tá certo, que a saúde é uma coisa assim, que todo mundo precisa, né, só que eles falam assim pra mim: Cesarina, “cê” tem que “convidá” padre, “cê” tem que “convidá” pastor, você tem que “convidá” o pessoal da saúde, você tem que “convidá”, você tem que “colocá” essas pessoas”. Eu falo: “Negativo, se “fô” pra eu fazer uma reunião, pra “mim” “vim” “pô” padre aqui dentro, nada contra... “Vim” pôr padre, representante de igreja é... Representante de “num” sei o quê, um pessoal do mercado, um representante “de qu`isso, de aquilo”, só pra mim “tê” um mérito assim de “falá”, assim: “Nossa, a pessoa veio...”

- Então, eu falo assim: “Então, porque que eu “vô” “colocá” um representante de uma igreja, “vô” pôr o representante de uma loja, “vô” pôr o representante disso, se as pessoas já sabem...”

- Humhum...

- Convida uma pastoral da criança, a pastoral da criança tem que “tá” nas reuniões, tem que “tá”? Tem que “tá”. Mas, não assim, pra mim “vim” divulgar pra eles o que que é, sabe? Eu tive uma discussão ali, no Conselho do... Clube... Do Conselho Municipal da Saúde dessa forma, porque se eu for, pra mim, “fazê” reunião, apesar que nem faço, porque eu não tenho muito tempo. Faço assim, quando eu vejo, que já “tá”... Que tem que “sê” feito, eu faço. Mas assim, se “fô” pra eles “falá”: “Olha, Cesarina, você tem que “levá” pra associação de vocês o pessoal da...da...da... Associação, tem que levar o pessoal, aqui, do Clube de Mães, você tem que levar o pessoal de tal lugar para ir na tua reunião”, eu falo: “Num faço”. Porque esse pessoal, eles têm conhecimento [dos canais institucionais da saúde necessários para conseguir a prestação do serviço público de saúde]...

No início do diálogo a entrevistada revela que outras pessoas da comunidade a interpelam quanto à necessidade de convidar outras pessoas da comunidade a participarem das reuniões do Conselho Local de Saúde (outro cargo de direção ocupado pelos presidentes de associação de moradores do município – por indicação do poder executivo municipal<sup>59</sup>). No entanto, a resposta da entrevistada é clara: não convida porque estas pessoas (que de alguma forma são líderes sociais) já detêm “conhecimento” da área. Ou seja, estas pessoas já conhecem os caminhos institucionais que envolvem a saúde municipal. Essa é a sua justificativa para não convocar a reunião. Porque as pessoas já têm “conhecimento”. Ora, ela não tem interesse em “[...] divulgar pra eles” o que ela sabe, e o que, de acordo com ela, eles sabem. Significa que ela não precisa deles, porque ela detém o conhecimento sobre o assunto, e eles não precisam dela, porque eles (que são também líderes) já detêm

<sup>59</sup> Dentre outras funções, são esses presidentes de conselhos locais de saúde (e das associações de moradores de seus respectivos bairros) que participam “pela comunidade” nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde. Este é um órgão criado para, além de auxiliar o poder público, em todas as esferas, formular a saúde pública local, além de fiscalizar o bom emprego da verba pública (federal, estadual e municipal) pelos aparelhos de prestação do serviço de saúde. Diante de todas essas importantes funções do Conselho Municipal de Saúde, torna-se imprescindível repensar o papel desses conselhos locais na construção da saúde pública no município de Campo Mourão: já que as relações entre seus presidentes (que são também presidentes das associações de moradores dos bairros) e o poder executivo municipal são estreitas, isso leva a acreditar que, além da

conhecimento. Então, porque a participação deles a incomoda tanto ao ponto dela se recusar a realizar reunião? Porque se ela convoca a reunião e outros líderes participam, ela inevitavelmente precisa *distribuir*, mesmo que simbolicamente, o poder (no caso, de deter o conhecimento sobre o assunto e sobre os canais que facilitam a prestação do serviço público).

O diálogo a seguir também revela uma mentalidade personalista, no sentido de centralizar poder, moldando as práticas do entrevistado com a população dos bairros municipais. Isso porque o entrevistado atua como servidor público (cargo comissionado) dentro da Secretaria de Ação Social. Sua função é dirigir a coordenação de desenvolvimento comunitário, um setor especializado em atuar diretamente com as associações de moradores do município de Campo Mourão. Quando lhe é solicitado explicar o tipo de relação que há entre aquele setor da prefeitura e todas as associações de moradores do município sua resposta é clara: realiza o “suporte técnico” necessário para a organização legítima daquela comunidade e a intermediação entre demandas sociais da comunidade (por meio de seus representantes) e a prefeitura (as diversas áreas da prefeitura).

- Cê pode descrever pra mim, assim rapidamente, qual a relação entre... eh... que você possui com as associações de moradores em função desse cargo?  
 - A minha relação é a seguinte: é tá fazendo todo um trabalho de interação, de contato, no sentido de “tá dando” suporte técnico “pra” organização dessas associações... em relação a... elas se caracterizarem como entidades... legitimamente organizadas... Com CNPJ, com toda aquela... burocracia que tem que existir de papelada “pra” entidade funcionar de fato, legalmente... Além disso, suporte político nas questões... relacionadas... às demandas do bairro... da... daquela comunidade que a associação representa... Então, você acaba intermediando todas as reivindicações... todas as solicitações... o clamor daquela população... você acaba sendo um agente... de “tá ali”... se apresentando como... eh... ouvinte... sendo um instrumento nesse sentido... ouvindo o representante e “tá” encaminhando as suas necessidades... suas solicitações ao poder público municipal...

Por que as duas funções alegadas podem ser consideradas como práticas de centralização do poder e, no caso, de centralização do poder público municipal? No caso do “suporte técnico”, a mensagem oral revela muito da representação que o poder público municipal tem das comunidades de bairro: eles, o poder público, detêm o conhecimento especializado, técnico, “especial” sobre o formato de organização que a sociedade civil deve ter. E, no caso da intermediação realizada entre a comunidade e o funcionário público, a idéia é receber as reivindicações para abafar qualquer possível ameaça política de maior

---

centralização do poder essa proximidade dificulta a fiscalização, pela comunidade, dos órgãos relacionados à saúde municipal.

gravidade<sup>60</sup>. Em conversa informal com o responsável pela coordenadoria, este informou à pesquisadora que muitas vezes as solicitações “chegam em papel de pão”, mas ele se encarrega de imediatamente digitalizar as reivindicações e encaminhar aos órgãos competentes. Assim sendo, cabe refletir: essa digitalização se faz quesito para o andamento da reivindicação entre os setores responsáveis? Essa digitalização, ao passar de órgão em órgão, não compromete o caráter de direito adquirido próprio das reivindicações sociais? E, por fim, essa intermediação não centraliza demais o poder de decisão nas mãos de um único funcionário comissionado, o que facilita a absorção dos desentendimentos antes que se transformem em ameaça política?

Ora, mas essa mentalidade de centralização não influencia apenas a relação entre funcionário público e presidentes de associações, mas está presente também nas práticas que se dão entre presidentes de associações e moradores. Para o entrevistado, os presidentes de associações não se sentem apenas como representantes daquela comunidade perante o poder público municipal e a sociedade local, mas como “donos do bairro”.

- Eles se sentem representados? É uma pessoa que “tá” ali, próxima e que tem determinado poder para representá-lo?
- Exatamente, se bem que isso aí tem que ser muito trabalhado. Eh... a gente vê a... a carência desse sentimento em uma parcela maior da comunidade, não são todos... Até quando você faz a eleição de uma associação... Tem lá 2000, 2500 moradores naquele bairro, mas vão lá votar 500, 600, né? Então, você percebe que não é tão significativo, de repente, essa identificação... Mas, é claro! Ali da... da... daquelas pessoas inclusive que às vezes recorreram, ou recorrem, ou são mais... eh... são mais reivindicatórias, têm uma postura de “tá” ali cobrando, então elas têm uma identificação sim. A gente percebe isso, existe essa identificação. “É o nosso representante!” Então, eles não cortam... não cortam esse... caminho.
- Ah, tá!
- Né? Então, quando eles querem encaminhar alguma coisa eles vão ao presidente, porque daí é o presidente que encaminha. Você percebe isso. Dificilmente vem um morador lá isoladamente falar alguma coisa. Não! Eles passam para o presidente para que o presidente encaminhe...
- E os presidentes? Eles se sentem assim?
- Ah, sim! Com certeza, se sentem... Tem uns que falam até de forma possessiva: “sou o dono do bairro” (risos).
- Ah, tá!

Mas a centralização que impregna a mentalidade do funcionário público é tão grande que, mesmo tendo consciência de que muitas vezes os moradores eleitos para presidentes não representam a comunidade, insiste em afirmar que a representatividade é

<sup>60</sup> Na parte concernente aos anexos da pesquisa foram disponibilizados vários modelos de ofícios utilizados pela coordenadoria de desenvolvimento comunitário do município para realizar a intermediação entre as

outro ponto a ser controlado, gerenciado, pela coordenadoria de desenvolvimento comunitário. “[...] Isso aí [a ausência de representatividade] tem que ser muito trabalhado”. Na sua visão não é a coesão social da comunidade que deve impulsionar a prática participativa elevando a representativa, mas uma questão de trabalhar com a comunidade (como se dependesse de uma prática artificial impulsionada pelo poder público municipal).

### 3.1.2 As Práticas Políticas Municipais sob o Cenário da Cordialidade.

Diferentemente da abordagem adotada em relação ao conceito de personalismo, a presente seção procura analisar a permanência de elementos cordiais a partir de uma caracterização global do conceito de cordialidade. Ou seja, optou-se por utilizar o conceito de cordialidade a partir de uma representação geral, mesmo que existam itens diversificados que auxiliam na sua descrição (por exemplo, indistinção entre público e privado, ênfase na familiaridade ou a acentuação de vontades particulares). Assim, foram selecionadas aquelas qualidades distintivas que melhor definem a mentalidade cordial como parâmetro para designar o quanto a prática analisada na entrevista se aproxima ou se afasta da cordialidade.

A característica que melhor define a mentalidade cordial é representada pelos *laços de sangue e de coração* que estruturam as práticas sócio-políticas no Brasil. Para Sérgio Buarque de Holanda (2006, p. 159-160), ao longo da história do Brasil é possível:

[...] acompanhar o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera [...] dos chamados ‘contatos primários’, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas anti-particularistas.

A entrevistada, cujas opiniões são a seguir se reproduzidas, é uma moradora do bairro e possui forte sentimento de liderança. Inquirida quanto ao significado da AMOLP

para ela, moradora do bairro, sua resposta reflete elevado grau de passionalidade. Ou seja, a Associação não é, para ela, o local onde a comunidade debate questões coletivas rumo a um “consenso emergente” capaz de moldar as relações da diretoria com o poder público municipal. O local é abertamente identificado com sua casa. E os membros da Associação são membros de sua família, e não somente moradores do bairro.

- O que a senhora é, dentro da associação?
- Eu me sinto... Vou começar lá embaixo... Sinto-me uma criança, me sinto uma jovem... Sinto-me já mais adulta... Aí já me sinto uma velhinha de noventa, cem anos...
- Por quê?
- Porque ali é comunicativo com todo mundo, ali todas as pessoas que entram dentro da associação... Eu gosto... Eu não sei falar... Se eu falar para você, tem tal coisa lá na associação que eu não gosto, eu minto... Para mim, a associação é minha casa. É... As pessoas que participam ali dentro são minha família. Eu aprendi isso, de pequena, né?

Outra entrevistada que explicita elementos de cordialidade, especificamente em relação ao modelo de relação social baseado em laços de coração e sangue, é a presidente da Associação de Moradores estudada. Em um dos momentos de sua entrevista, ao ser indagada sobre as demandas e reclamações que surgem na comunidade, sua resposta imediata foi:

- “Reclamá”? Então, a gente não ouve reclamações... Sabe? Até, a gente ouve assim “falá” que um ou outro “qué” “montá” uma chapa, pra “concorrê”. Que fala que tem que “tirá” das mãos do Marco...
- E quê que “cê” acha... E que “cê” acha disso?
- Olha... Se “quizé”... Eu “num” posso “falá” nada, né? Porque, [...] a gente vive “num” mundo democrático, quem “quisé” “fazê”, então “faiz”.
- Mas, assim... A gente... Você “comentô” comigo assim, que é... Toma isso aqui...
- Ah... Eu fico com dó. (risos)
- (risos) Como algo seu...
- Eu “num” “vô” “tá” mais... A gente fala, né, mas assim, se a gente, se... Que nem na época do meu marido, eu “num” sabia o que ele “tava” passando, porque ele “tava” à frente, ele era o presidente. Quando ele teve a primeira eleição, “tá” certo, teve concorrência, teve...né? Mas foi superado. Na segunda eleição, foi ele eu foi o presidente. Então, a gente “num” tem assim... A gente se apega, a gente fica preocupado, mas a gente “num” tem aquele... Aquela preocupação, porque você não tem... Sabe, que pode “acabá” Então, assim, na época dele, ele tinha preocupação. Como presidente ele tinha aquela preocupação, só que eu como... Como pess... Como esposa, assim, como eu não tinha tanto vínculo, eu falava “olha, se “acabá”, “num” tem assim, sabe...? Aquela...” Mas, hoje, eu vejo de forma diferente.
- E quando “cê” escuta, que alguém “qué” montar uma chapa...
- Que alguém “qué” “montá” uma chapa? Aquilo corta o meu coração... Eu falo: “Oh, meu Deus, deixa eu “ficá” mais um ano”. Porque, eu fico com dó.

Mas, uma entrevista, em particular, chamou a atenção quanto ao fato de que esses laços de sangue e de coração ainda norteiam o modelo de relação social. Um dos moradores, professor da rede estadual de ensino, membro atuante de sindicatos locais, enfatiza claramente o que ele entende por política: uma questão de lealdade (no sentido do coração, da passionalidade). Essa é outra característica da cordialidade, segundo Sérgio Buarque de Holanda: “[...] cordialidade refere-se a [...] coração [sendo que] coração é a sede dos sentimentos. Assim, a inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração” (HOLANDA, 2006a, p 106). Nesse sentido, o entrevistado relaciona o fato de o ex-presidente da AMOLP não ter sido reeleito vereador nas eleições de 2008 como uma questão de deslealdade política da comunidade. É a traição.

- Agora, voltando à... À questão... De como essa... Eu queria que você comentasse pra mim... Um pouco dessa relação... Entre o político... Marco ... E... A associação, cuja presidente é a mulher dele... Quer dizer... Essa proximidade... Ela facilita ou não a mobilização da comunidade, no seu ponto de vista?

- Olha, no ponto de vista... É... De fora, né? De quem “tá” de fora... Isso... Facilita... Sim... É... Dizer que é... É... Sem apontar... É... Sim... É negativo... Vamos dizer assim... É... Diagnosticando... Ambos têm boa vontade... Eu pessoalmente... Não votaria “pra” o Marco [candidato a vereador, perdedor nas eleições de 2008] É... Acho assim, que é estranho a não reeleição... É muito estranho a não reeleição dele... Porque ele foi uma pessoa que fez, algumas coisas, que nunca foi feito na... Em toda a região do Lar Paraná... Nunca ninguém fez, igual ele fez... Então pensando no ponto de vista... É... Pessoal... Inclusive pessoas que “tavam” próximas a ele... E não foram leal a ele... Isso foi... Isso é ruim a gente ver isso, na política... Se você tem um compromisso com tal pessoa você tem que ser leal a ele... Mesmo... Sendo do lado errado... É... E eu acho que a... Re... A não reeleição dele foi ruim... Mostrou falta de des... Des... Deslealdade... Porque a pessoa pode ser... Usando exemplo claro, o Tauillo... Se é Tauillo, se é leal e faz coisas honestamente.. Tá tudo bem. É o papel dele... Tá desempenhando um papel... Nós estamos desempenhando papéis aqui. Quem tá do outro lado também...

Outra característica da mentalidade cordial presente nas práticas sócio-políticas da comunidade estudada é o elevado grau de intimidade revelado nos diálogos transcritos. O grau de intimidade que estrutura as formas de convívio no Brasil pode ser observado por meio do recorrente emprego do diminutivo na linguagem cotidiana. Esse é o caso da entrevista abaixo transcrita: a presidente da Associação de Moradores considera uma injustiça o fato de que a população do bairro nem sempre é bem atendida pelos serviços públicos municipais. Assim, ela afirma que a população, por desconhecer os “caminhos” necessários a se percorrer para se obter o serviço, fica “jogadinha” no “cantinho”.

- Porque, o Conselho da Saúde, ele trata assim, que tem que “vim” e tem que “fazê” e eles se nem “tivé” “num” “faiz”... E pra mim, já, eu falo diferente, porque eles “sabe” aonde “buscá”, né? Eles já têm o conhecimento diário e a população “num” têm. Muitos ficam lá, jogadinhos lá, no cantinho, aquele que “cê” tem que “buscá” pra tua reunião...

Outro exemplo de relação de intimidade como forma de convívio se dá na observação de como a presidente da Associação lida, intimamente, com o poder público municipal.

- Mas, assim, se for pra “falá”, hoje, com quem você fazi... Faria uma reunião, hoje? Sobre segurança pública? “Cê faria” com o delegado ou você faria com a população? Faria com a população...E depois?

- Nã... Talvez, nem faria com o delegado. Iria, lá, e falava: “Tem um “horarinho” pra me “atendê”? “Tem” “Então, “vâmo” “conversá” a questão. Porque, a questão de saúde, a Secretária de Saúde sabe onde “tá” o problema dela... Se ela sabe, que tá, aqui, no Lar Paraná, ele já “tá” sabendo, “num” precisa eu “levá”. Se... Se o delegado sabe, que, aqui, no Lar Paraná, “tá” tendo muito roubo, “num” “tá”, tendo viatura, “num” tem isso, “num” tem aquilo, o delegado sabe, “num” precisa eu “levá” pra ele e “fala” assim: “Olha, delegado, eu quero uma... Uma posição”. Eu posso “levá”, só que daí, eu falo assim: “Tá, mas por que eu trago ele, aqui?” “Num” faz sentido. Pra mim ... Pra mim não faz sentido. Pra mim é mais fácil levar...

- Pra ele [delegado]...

- Isso.

- E cobrar uma resposta...

- “Cobrá”, “cobrá”...Via ofício, via... É... Alguma coisa. Faço um projeto, faço alguma coisa...

- E depois, você volta...

- E, depois, eu trago “pá” população, falo: “Olha, “tá”, aqui. Eu fui, levei, né, fiz isso, isso e isso...

A presidente da Associação não precisa mobilizar a população em torno de respostas do poder público sobre a violência no bairro. Ela vai até o delegado e verifica se ele tem um “horarinho” para falar com ela. Ora, essa fala desvela muito da forma de convívio intimista que estrutura as relações sociais no Brasil. Formas de convívio baseadas nas relações de intimidade que fundamentam, ainda, as práticas que solidificam as relações intitucionais (políticas) no município. A entrevistada conhece os canais íntimos, inclusive a linguagem, necessários para a obtenção dos serviços públicos desejados.

Nesse sentido, mesmo que a entrevistada (presidente da Associação) procure os canais institucionais para resolver os problemas da comunidade, não dispensa utilizar o prestígio social e as relações de intimidade que possui com agentes públicos – em função de sua proximidade com o vereador, seu marido – para encaminhar as solicitações do bairro. Em pesquisa ao protocolo municipal para averiguar se a Associação de Moradores do

Lar Paraná utiliza os ofícios protocolizados, como todas as outras associações fazem para realizar suas reivindicações, constatou-se o seguinte: pelo menos desde 2004 (ano em que o ex-presidente da AMOLP foi eleito vereador) não há ofício protocolado junto ao poder público municipal tecendo reivindicações. Isso pode significar que a intimidade, mais do que a formalidade, estruturam as relações políticas entre AMOLP e poder público municipal.

Outro aspecto que determina o grau de intimidade presente nas relações cotidianas é a *aversão a rituais formais*. Ou seja, a repulsa que se forma em torno das práticas cotidianas mais formais e distantes, em que há o predomínio do racional sobre o emotivo. As relações sócio-políticas da sociedade brasileira são pautadas pelo apego à emoção e pela repulsa à racionalidade. E esse é um aspecto evidenciado nas práticas cotidianas dos presidentes de associações de moradores do município (ou em sua maioria) com seus respectivos moradores, de acordo com a entrevista que segue:

- Qual é a sua percepção quanto ao relacionamento entre os presidentes das associações e os seus membros? A sua percepção. daquelas que você diz que são as mais assíduas... Vamos pegar somente aquelas com quem você tem maior contato....

- Esse contato ali no... que a gente percebe do presidente com os moradores da comunidade é no... contato pessoal, no dia-a-dia ali... As atividades acontecem ali na... no... no... quando a pessoa sai de casa... que o presidente sai de casa e caminha na rua, que ele vai no mercado “fazê” a compra, que ele vai na farmácia do bairro, que ele vai “jogá” futebol, que ele vai participar de alguma festa junina ali, porque a gente “tá” na época agora, né?

Pelo que relata o entrevistado, cujo cargo público garante o contato com todos os presidentes de associações do município, as relações entre os presidentes e os moradores ocorrem preferencialmente no “contato pessoal”, “no dia-a-dia”, quando o presidente caminha na rua, vai ao mercado. Enfim, mesmo que o morador tenha alguma demanda ou reivindicação, a preferência é por relatar pessoalmente tais necessidades ao “responsável” ou àquele que conhece os mecanismos para sua solução (e não discutir racional e publicamente, entre a comunidade, os mecanismos mais plausíveis para solucioná-los).

### 3.1.3 A Absorção de Desentendimentos e a Prática Política Municipal.

A presente seção propõe analisar a persistência de elementos tradicionais na prática sócio-política municipal por meio da apuração de dois aspectos centrais que se

relacionam e fundamentam a *aversão ao conflito*. Em primeiro lugar, a própria aversão ao conflito, que deve ser entendida como a repulsa a qualquer forma de desentendimento possível que possa ocorrer nas relações sociais. E, em segundo lugar, uma outra singularidade que se aproxima da aversão ao conflito, mas que se caracteriza notadamente pela falsa harmonia sendo entendida, portanto, como negação do conflito. Entendida como a atitude de falsear ou maquiagem os desentendimentos sociais, é denominada por Sérgio Buarque de Holanda como *absorção de conflitos*. É importante ressaltar, ainda, que a prática de repelir conflitos, ou abafá-los por meio de sua incorporação ou assimilação, está diretamente ligada à mentalidade personalista e cordial. Muitas vezes a absorção de conflitos é movida pela necessidade de se manterem os laços familiares, pessoais ou íntimos, típicos da forma de convívio social que estrutura as relações sociais (e políticas) no Brasil. Mas, a conciliação - ou o sufocamento - de certos desentendimentos também reflete um receio histórico da sociedade quanto ao tipo de reação - violenta ou não - produzida por aqueles que estão sendo questionados, detentores do poder ou não. A seguir, trata-se de verificar o que as práticas sócio-políticas da comunidade estudada podem revelar quanto à permanência desses elementos no município de Campo Mourão.

#### a) Aversão ao conflito

Quando foram realizadas as entrevistas com a população local, uma das principais preocupações da pesquisa empírica foi a de ter certeza de que os entrevistados compreendessem o significado do vocabulário presente no roteiro. Um questionamento presente na pesquisa, desde a revisão bibliográfica inicial até a realização das entrevistas, era saber até que ponto o conflito, ou a aversão ao conflito, influenciava a decisão da população local quanto à sua participação nas atividades coletivas do município. Isso se deu em função da necessidade de se repensar os conceitos da literatura especializada (debate racional, esfera pública e consensos emergentes) a partir das práticas locais. Assim, no lugar desses conceitos, os roteiros apresentaram perguntas com as seguintes palavras: *conflito*, *discussão*, *debate*, entre outras. O intuito era o de deixar que a população entrevistada revelasse qual era a sua compreensão (pela vivência) desses termos.

O diálogo abaixo descrito revela muito sobre o significado que a palavra conflito adquire para a população estudada:

- Tá! É... Vol... Voltando às reuniões, é comum haver discussões entre moradores durante as sessões?
- Não. Nunca houve.
- Um discutir com o outro?
- Não, não. Nunca houve. Assim, pelo que eu “tô” aqui, nunca... Nunca teve esse problema.
- É comum haver discussões entre os moradores e a de...e a diretoria durante as reuniões?
- Também não. Não porque assim, nós somos “tudo” assim... Acho que por, pela forma, na verdade é assim, eu falo pro... Pro Marco. É assim, é... Apesar de nós não fazermos reunião corriqueira... Assim direto. Eu acho assim... “Num” se faz reunião, mas a gente tem aquele contato direto com a população, né, todos os dias. “Num” tem a associação pra procurar, “num” tem a reunião, né, que nem, pra você “fala”, “num” tem a reunião, como é que eu “vô” “falá” com a pessoa? Como é que eu “vô” “falá” com o presidente? Mas aqui assim, eles sabem, que mesmo “num” tendo as reuniões, eles me procuram, né...

A resposta dada pela entrevistada, presidente da Associação, revela algo particularmente relevante para a presente pesquisa: a entrevistada associa a palavra *discussão* ao vocábulo problema, e não aos termos conversa, questionamento, contestação, defesa, todos estes sinônimos para discussão.

Mas esse estabelecimento de relação entre significados não reflete apenas um ponto de vista dos entrevistados. Na verdade, outros moradores apresentaram combinações semelhantes para o mesmo tipo de pergunta. Como ressalta uma moradora entrevistada

- Bom. Voltando às reuniões... É comum... ter assim, discussão, entre alguns moradores, durante as reuniões?
- Sim, tem bastante discussão, né, e depois... Mas todo... Daí... No final se resolve. Ninguém sai magoado... Com raiva... Não! É...

Outra moradora, também questionada quanto ao fato de ter presenciado alguma discussão entre moradores, ou entre moradores e a diretoria da associação de moradores, durante as reuniões, responde:

- É... Tipo assim... Ah... Que deu briga assim, eu, não lembro de nenhum, mas porque todo mundo tem a sua vez, né? Para falar. E daí é discutido aquilo ali, é visto qual, qual é o melhor que... Que... Né? Então nunca vi uma briga assim entre... A turma da... Da associação, que faz parte ali da associação... É... Um discutir com o outro, porque não gostou de um...
- Não da diretoria, mas eu digo assim...
- Da...
- Dos moradores com a diretoria.
- Não, ali dentro...

- Você nunca presenciou?
- Não, não... Coisas assim... Nunca... E olha que eu tenho ido em reunião e eu nunca vi.

## b) Absorção de conflitos/desentendimentos

A absorção de conflitos pode ser entendida como outra característica da aversão ao conflito porque é uma forma de substituir o desgaste pessoal, que decorre de um desentendimento qualquer, por uma prática conciliatória. Essa prática, ou a preferência por conciliação, gera atitudes paliativas em vez de ruptura e mudança (inclusive, não possibilitando a ruptura de um dado *status quo*). Essa absorção pode, assim, ocorrer pelo receio à violência (velada ou não), ou pode representar uma saída ardisosa para maquiagem a recusa em distribuir o poder.

Essas características estão presentes, de modo patente, nos diálogos reproduzidos de dois entrevistados<sup>61</sup>: da presidente da Associação de Moradores e do funcionário público municipal.

Ao ser interpelada sobre a participação da população em debates coletivos, como, por exemplo, a violência no bairro, sua resposta é direta: a população **não** participa porque ela (presidente) não convida. Dentre os argumentos elencados para justificar tal recusa estão (a) a possibilidade de “dar briga” entre a população e a autoridade policial (ou seja, surgirem desentendimentos e reivindicações) e (b) o medo que ela tem de perder o contato direto e hierárquico entre a população e o poder público (porque é a “grande” mediadora das situações).

- O pessoal, aqui, da associação, às vezes, fala assim: “Cesarina, “vamo” “fazê” uma reunião e “chamá” fulano, fulano, fulano”. Eu falo: “Pra quê?” “Ah, pra “sê” discutido isso, ah “sê” discutido a...a... Segurança do bairro”. Eu falo “Pô” “mais” eu “vô” “chamá” policial, “vô” “chamá” gente “pá” “fazê” uma reunião discutindo a...a...a...a falta de policiamento no bairro, a falta de segurança. Tá eu “vô” “chamá”, mas eu tenho que “chamá” a população. “Não”. “Mais daí cê” vai “chamá” a população, vai “dá” uma... tem que “dá” briga aqui, porque todo mundo sabe” “Não, mas “num” tem que, que “dá” briga!” Se eu faço com eles, eu posso até “fazê” um dia com eles, mas eu faço um dia “co` a” população pra saber o que que eles querem, pra mim passar pra eles...

<sup>61</sup> Não que os outros diálogos não registrem tais elementos. Contudo, em função do recorte teórico e dos objetivos propostos nesta pesquisa, as transcrições destas duas entrevistas são as que mais explicitam a validade da hipótese sob análise.

Em outro momento da entrevista a presidente da Associação de Moradores revela que tem “medo” de perder o cargo nas próximas eleições. Quando indagada sobre a possibilidade de perder e “virar oposição”, sua resposta é direta:

- E aí, você vai “virá” oposição?
- Ai... Não!
- Aí, você vai “virá” oposição? Não?
- Ah... Eu acho que não. Se a pessoa assim... Porque na verdade, assim, se a pessoa “falá” assim: “Cesarina, eu quero “trabalhá” junto com você”. Eu venho.
- Hum...
- Sabe, assim, se for de coração mesmo, se a pessoa for uma pessoa de confiança, que seja uma pessoa assim, que “teja” do nosso lado, que... Que foi do nosso lado, eu trabalho com ela. Porque, pra você “vê”, tem a.. O meu vice, hoje, a primeira eleição do Marco [eleição de 2004 para vereador], ele foi chapa de oposição... Ele era presidente, né, de oposição. E ele já “tava” por três mandatos. Ele foi um mandato presidente e dois mandatos ele foi vice do Celso do Vale. Então, assim, daí, ele saiu como presidente de novo. “Disputô” a eleição, com meu marido. Nossa, foi uma briga, que você “num” tem idéia. Porque assim ... Hoje se fala... PMDB, PPS, em Campo Mourão... Ele era PPS roxo e nós, já éramos oposição. A ele, né... Tanto, que a gente, já, tinha uma demanda partidária, não pela associação, mas o pessoal nosso, porque a gente também nem tinha assim... Vínculo político, na época... Então, assim, a gente via, que o trabalho, que o presidente dele exercia, “num” era satisfação... É... Não tinha satisfatória pra a associação... Ou pro bairro, né. Eles ficavam “envolvido” em outras coisas e tinha a demanda da presidência, só porque, né... Faziam-se as reuniões deles e pronto. Então, quando foi a, a eleição, ele foi oposição a nós, até teve um fato, que ele conta, se ele tivesse, aqui, ele contava: Ele “mandô” um cara “vim” “brigá” comigo... Um homem, porque o meu marido “num” podia “saf” da porta, lá, pedindo voto, com certeza, e eu pedia voto pra ele, aqui fora, né, claro, com certeza... E aqui, na esquina, eu vinha ali, convesava aqui... Só que assim, eles falam assim: Ai, puxa gente, “num” teve isso, né, na época...
- Ele mandou um homem vir brigar?
- Ele “mandô” um homem “vim” “brigá” comigo. E eu falei pro homem: Falei: “Olha, meu querido, o senhor me “desculpa”, enquanto eu “tivé” fala e “consegui” “ficá” nesse sol eu “vô” pedir voto pro meu marido, agora, você já que é dá oposição, peça voto pro teu presidente.

Quando indagado sobre sua função na Secretaria de Ação Social, o funcionário público entrevistado afirma que “intermedia todas as reivindicações” das populações. Ou seja, ele exerce uma função que estrategicamente absorve os possíveis desentendimentos e problemas que possam emergir entre as comunidades locais. Ao agir dessa forma não permite que os desentendimentos assumam proporções políticas ameaçadoras (que promovam ruptura e distribuição de poder, por exemplo).

- Então, você acaba intermediando todas as reivindicações... todas as solicitações... o clamor daquela população... você acaba sendo um agente... de “tá ali”... se apresentando como... eh... ouvinte... sendo um instrumento nesse sentido... ouvindo o representante e “tá” encaminhando as suas necessidades... suas solicitações ao poder público municipal... Seja via... executivo municipal ou através do legislativo também... então... é... essa é a nossa... função... e “tá” também... eh... tra... eh... trazendo esse pessoal “pra” uma... “pra” um... trabalho de integração, né, entre as associações... “pra” que aja uma... um... “fidibaki”... uma... uma interação maior... uma união maior entre as associações... no sentido... por exemplo, agora, recentemente: “pra tá” discutindo o Plano Diretor do Município, “pra tá” levantando discussões mais abrangentes, mais complexas e... tam... e assim de efeito a médio, longo prazo, como é o caso, por exemplo, do Plano Diretor, né? Então... resumidamente seria isso!

### 3.2 PERSONALISMO, CORDIALIDADE E A AVERSÃO AO CONFLITO COMO OBSTÁCULOS À DEMOCRATIZAÇÃO PARTICIPATIVA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

Após a discussão sobre como os elementos personalismo, cordialidade e aversão ao conflito persistem na prática sócio-política atual da comunidade estudada, passa-se à última seção do presente capítulo: a reflexão sobre como essas persistências, identificadas na seção anterior, obstaculizam a constituição de práticas democráticas mais participativas.

Porém, antes de se aprofundar essa questão, cabe ressaltar alguns pontos que foram instaurados no município, a partir da redemocratização, e que podem ser considerados avanços na democratização local.

#### 3.2.1 *Corsi e Recorsi* (Fluxos E Refluxos): a Redemocratização Brasileira (1985) e os Avanços Democráticos no Município de Campo Mourão

Ainda que as associações de moradores sejam apenas um espaço institucionalizado sem o real significado que deveriam possuir (de local de debate e de construção de reivindicações coletivas, ou seja, de efetiva participação popular), ao menos há um espaço (ou uma função – o de presidente) onde a voz pode ecoar. Como diz Marcelo Yuka (2005) “[...] a minha alma tá armada/ e apontada para a cara do sossego/ pois paz sem voz, paz sem voz/ não é paz é medo”. Ora, o fato de haver instituições sociais localizadas nos

bairros do município pode vir a desenvolver, com o passar do tempo, um genuíno interesse por participar da criação e da gestão da coisa pública, já que a existência desse espaço auxilia, por meio do direito de se expressar, o aprimoramento da cultura participativa. Mas, a mera formalidade, ou seja, a existência de uma sede associativa de moradores, não é condição e nem garantia de que tal cultura se propague em meio à população.

Como revelado no capítulo 2 do presente estudo, a Associação de Moradores do Jardim Lar Paraná, a primeira associação de bairro criada no município de Campo Mourão, foi o resultado de uma genuína reunião entre os moradores interessados em manter a principal praça do bairro (com seu coreto e suas árvores centenárias). Essa origem (início da década de 1980) se dá historicamente no momento em que há todo o debate nacional sobre a abertura política, período coincidente com a grande movimentação de centro-esquerda no interior do PMDB paranaense (OLIVEIRA, 1998). Como o prefeito da época (José Pochapski) surge na cena política local como fruto da movimentação de centro-esquerda do PMDB, e como possuía uma trajetória profissional de questionamento à ditadura militar (era professor do Estado), sua postura favorável à organização da população em associações possibilitou que vários outros bairros desenvolvessem suas respectivas associações. Os resultados dessa ação conjunta entre população local e poder executivo municipal podem ser vislumbrados até hoje: os postos de saúde construídos nos bairros do município são da época dessa gestão (o que as outras gestões fazem são reformas); as principais escolas municipais do município são fruto da reivindicação de associações, sendo que algumas delas foram iniciadas por meio de mutirões da população local (com o auxílio de funcionários da prefeitura)<sup>62</sup>. Essa eclosão dos movimentos sociais de bairro, em torno de sua própria organização, revela uma disseminação importante dos princípios democráticos de liberdade de expressão e participação social pelo interior do Brasil e, em particular, pelo interior do Estado do Paraná. Revela, ademais, a importância que a liberdade das instituições centrais da República brasileira (sobretudo do Congresso Nacional) possui para as ações democráticas da população em geral.

Embora a entrevista da presidente da AMOLP esteja repleta de “refluxos” (ou seja, de práticas que se aproximam mais do pólo tradicional da política brasileira), há lampejos de avanços presentes em suas falas. Aqui, avanço pode ser interpretado como

---

<sup>62</sup> Esses dados não estão reunidos em nenhuma referência bibliográfica sobre o município. Mas estão contidos nas entrevistas de dois moradores do bairro, em um levantamento (revista mensal) sobre os aparelhos de prestação de serviços públicos realizado pela associação comercial e industrial de Campo Mourão (ACICAM) às vésperas das eleições de 2008, e na entrevista informal realizada pela pesquisadora com o prefeito da época, José Pochapski.

prática, ou mentalidade, voltada à execução de princípios democrático-participativos (e não princípios personalistas, patrimonialistas ou de centralização de poder). Ao ser indagada sobre como se sentiria ao ser obrigada a convocar eleições para a composição da nova chapa da diretoria da AMOLP, a presidente responde: “[...] Olha... Se “quize”... Eu “num” posso “falá” nada, né? Porque, [...] a gente vive “num” mundo democrático, quem “quisé” “fazê”, então “faiz””. Ora, o fato de a presidente se sentir obrigada a convocar as eleições porque se vive em “um mundo democrático” é sintomático de que os princípios democráticos já povoam, junto com a cultura personalista, cordial, etc., a mentalidade e as práticas dos cidadãos brasileiros duas décadas após a redemocratização. Isso é um avanço porque o aprendizado democrático se faz a partir da sobreposição dos limites democráticos à mentalidade familiar e personalista (portanto, ilimitadas), típicas das formas de convívio dos brasileiros.

Mas, como as práticas personalistas, cordiais e de aversão conflito obstaculizam o aprofundamento dos princípios democrático-participativos no município de Campo Mourão? Esse é o objeto das próximas três subseções do texto.

### 3.2.2 Personalismo como Obstáculo à Democracia Municipal

Uma das primeiras práticas personalistas verificadas e discutidas na seção anterior diz respeito à exaltação da pessoa em detrimento da coletividade. Ao focar o prestígio social da pessoa que detém o poder há uma decantação de qualquer atividade coletiva. Assim, os parâmetros de convívio dão preferência à exaltação da pessoa detentora do poder, e não à entidade, ao espaço específico de articulação pela distribuição do poder (como as associações de moradores). Essas práticas estão presentes nas entrevistas da presidente da Associação, bem como nos diálogos de outros moradores entrevistados. Como essa prática obstaculiza a ampliação da participação na democracia local? Essa exaltação do indivíduo que ocupa o poder não permite que o espaço da associação seja vislumbrado como espaço de luta e conquista por direitos e garantias fundamentais, por meio da articulação coletiva. A associação é vista, por membros da diretoria e por moradores em geral, como um local: (a) que é a extensão da casa do “dono” da associação (seu ex-presidente), (b) que serve de espaço recreativo à terceira idade (aliás, única atividade corriqueira da associação – todos os sábados) e (c) que serve como capital simbólico nas relações políticas dos moradores envolvidos na política partidária municipal (“único bairro que tem uma sede de associação construída”).

Outro aspecto da exaltação do prestígio social, que atua como obstáculo à ampliação de uma inovação no quadro participativo da política municipal, é o formato de solução de problemas que a comunidade adota. Em vez de procurar uma mobilização coletiva em prol da resolução dos problemas (que aparentemente são pessoais e individuais – como as aposentadorias e questões de saúde pessoal), há a preferência pela intermediação daquele que possui prestígio social. A presidente da Associação busca se amparar em seu prestígio para resolver os problemas de cada morador que a procura (chegando até mesmo a levar os moradores em seu carro aos locais específicos de atendimento).

Os moradores não buscam reivindicar melhorias no atendimento do “postinho” local de saúde, por meio da articulação da comunidade na Associação de Moradores: preferem procurar, diretamente, aqueles que eles acreditam deter prestígio social (porque podem solucionar seus problemas individuais como “mágica”). Essas práticas rotineiras de concentrar nas figuras detentoras de poder a chave para a solução de seus problemas decorrem de uma mentalidade personalista que atua nas relações sócio-políticas daquela comunidade. No entanto, não se pode afirmar que tais práticas são idênticas às práticas personalistas do Brasil da década de 1930 (quando Sérgio Buarque de Holanda publicou *Raízes do Brasil*). Essas práticas são adaptadas (porque não são um mero coronelismo ou clientelismo escrachado) às instituições democráticas representativas e ao funcionamento do Estado de Direito. Mas suas conseqüências ainda são as mesmas: inibir a efetiva participação popular a partir de uma conscientização dos direitos e garantias fundamentais (e não como benesses e presentes políticos, ou porque o detentor do poder é “amigo”, “humilde” e “generoso”).

Entre as práticas sócio-políticas estruturadas com base na mentalidade personalista há, nas relações entre os membros da comunidade estudada, a frouxidão dos laços organizativos daquela comunidade. Esse elemento apenas obstaculariza a inovação democrática a partir do momento em que serve de incentivo à exaltação da pessoa que detém o poder. Ou seja, quando não há um limite que provém da própria comunidade para essa exaltação (em função da frouxidão dos laços organizativos e da construção de uma solidariedade coletiva), há o acúmulo e a centralização do poder. Isso ocorre porque uma pessoa, que detém prestígio social e que aparentemente renuncia a esse prestígio em favor dos indivíduos – e não do coletivo –, ocupa esse espaço centralizador e ordenador na sociedade (elevando ainda mais o seu prestígio social e sua autorização para “agir pela comunidade”, e não “com a comunidade”).

Uma das conseqüências dessa forma de convívio observada no bairro por meio das entrevistas é a recorrente recusa da presidente da AMOLP em reunir a população periodicamente em reuniões na sede da Associação. Ademais, a postura da entrevistada para com o Conselho Local de Saúde, de quem também é presidente, é a mesma: se recusa a realizar reuniões. É reticente, inclusive, quanto a convidar outras lideranças (religiosas, políticas ou comunitárias) a participar das poucas reuniões que já realizou. Agindo assim, aumenta seu prestígio e sua condição de líder formal da comunidade (possivelmente obtendo capital eleitoral em eleições partidárias municipais ou estaduais – pois revela proximidade com deputados estaduais e políticos ligados ao prefeito municipal). Tal prática obstaculariza a inovação democrática, pois não incentiva a participação sob qualquer formato (nem na Associação, nem no conselho local de saúde).

Ao preferir o “corpo-a-corpo”, o contato direto com a população, em vez da organização de reuniões periódicas com a comunidade, a presidente da associação não permite a distribuição do poder horizontalmente: a comunidade não tem voz coletiva. Só tem voz quando procura quem está autorizado a intermediar as reivindicações individuais: a presidente da Associação.

Além disso, ao agir dessa forma a presidente da AMOLP arruína qualquer forma de liderança comunitária que possa surgir no bairro, ou de qualquer perspectiva de organização local em favor da ruptura do *status quo*. Isso se dá em função da força que a autoridade com prestígio social adquire perante a comunidade: qualquer descontentamento que surja é visto como fruto da ação de alguém que não quer “trabalhar junto”, que pretende “assumir o cargo” ou que tem algum problema “pessoal” com o detentor do prestígio social (e do poder) na comunidade.

Outro aspecto do personalismo presente nas entrevistas dos moradores do bairro Jardim Lar Paraná é uma manifestação de obediência cega aos detentores de poder e prestígio social. Como no exemplo da entrevistada que não hesita em defender o prefeito publicamente ao ser indagada sobre sua filiação partidária. Embora não seja filiada a nenhum partido político, disse ser totalmente “pelo prefeito”. Esse tipo de mentalidade que estrutura as formas de convívio social revela alguns pontos problemáticos para a consolidação de princípios democráticos no Brasil. Revelam, por exemplo, (a) uma incompreensão da distinção público e privado nas relações políticas entre a comunidade e os detentores de poder político, bem como (b) uma ausência da percepção do princípio de representatividade, substituindo-o pela exigência de lealdade. Portanto, ao político “amigo”, “humilde” e portador

de total autoridade para agir politicamente e socialmente, devota-se lealdade acima de qualquer entendimento do que venha a ser a distinção entre coisa pública e coisa privada.

Mas, entre todos os elementos personalistas presentes nas falas dos entrevistados, a patente centralização do poder por aqueles que detêm o prestígio social ou o poder é o que obstaculiza mais a ampliação da participação popular e a possibilidade de uma conscientização quanto às garantias e direitos constitucionais. Essa centralização ocorre, muitas vezes, de forma velada: quando a presidente da Associação se recusa a resolver os problemas da comunidade de forma coletiva, atuando diretamente junto aos órgãos e instituições públicas em que tem contato (conhecidos). Além disso, não permite que o próprio interessado recorra aos trâmites formais necessários para a obtenção da demanda. “[...] ‘Não! Pode deixar o papel [comigo], que eu marco’, só que é assim, eu não falo pra pessoa ir lá, eu tento resolver, eu... [...] Pego o papel, vô lá, marco... marco a data, pego tudo e levo na pessoa... [...] Na casa da pessoa”. É como se essa centralização fosse um presente, um ato bondoso da entrevistada para com a pessoa necessitada, porque apenas a presidente detém o conhecimento e os contatos necessários para conseguir agendar e resolver o problema.

Outra característica da mentalidade personalista sobre as práticas sócio-políticas entre comunidade e poder público (por meio das relações com o funcionário público) é o desenvolvimento de uma ausência da distribuição do poder. Ao ser questionado sobre a ausência de participação popular nas atividades das associações de moradores do município, sua resposta revela todo o preconceito e toda a propensão a não descentralizar o poder: acredita que a participação da comunidade pode ser gerada a partir da iniciativa e decisão da prefeitura.

No mesmo sentido, a recusa da presidente da AMOLP em organizar reuniões periódicas com a comunidade ou de convidar outras lideranças do bairro para participarem de reuniões, atesta essa dificuldade presente nas relações sócio-políticas do bairro estudado: a descentralização do poder por meio de práticas horizontalizadas de decisão política.

### 3.2.3 Práticas Cordiais como Obstáculos à Democratização no Município de Campo Mourão

Da seção anterior, quando se falou sobre como os elementos culturais persistem nas práticas sócio-políticas da comunidade, atesta-se que a cordialidade está

presente na maioria das entrevistas coletadas entre os moradores estudados. Tal fato, ou seja, a constatação de que a mentalidade cordial ainda molda a prática cotidiana no Brasil não atesta, de imediato, a incapacidade de que princípios democráticos impessoais se consolidem no processo de estabilização da democracia brasileira. O que se procura é compreender como essas práticas pessoais, cordiais, ou passionais obstaculizam a solidificação de instituições e procedimentos criados a partir de princípios antagônicos à cordialidade (tais como debate racional, distinção entre público e privado, impessoalidade, entre outros).

Nesse sentido, Sérgio Buarque de Holanda (2006a, p. 395) dizia que o termo *cordialidade* tem sua origem na expressão *cor* – significando coração, “[...] sede dos sentimentos, e não apenas dos bons sentimentos”. Há, portanto, uma primazia da ética emotiva (passional) sobre a racional na construção dos laços interdependentes que estruturam as formas de convívio estabelecidas na sociedade brasileira.

Nas entrevistas realizadas com a comunidade do bairro Jardim Lar Paraná pode-se constatar que são as relações “de sangue e de coração” que embasam as práticas cotidianas. Assim, ao insistir para que os entrevistados descrevessem o significado da AMOLP para cada um deles, inclusive para a sua presidente, a resposta não se aproximou da definição de um espaço coletivo: a Associação é descrita como se fosse “a casa” de cada um deles. E as pessoas que participam das comissões temáticas (saúde, educação, etc.) dentro da Associação são como se “fossem da família”. Essa ausência de separação entre público e privado permite que (a) a Associação continue servindo de espaço para a realização de festas, bailes, onde se encontram amigos ou membros de uma “família”. No entanto, a associação continua sem seu significado formal (legal): local onde a comunidade pode se reunir para cobrar mudanças, demandas sociais, ou seja, balizar conscientemente a centralização do poder público (e local – que está nas mãos da mesma família há vários anos). Essa indistinção entre público e privado permite, ainda, que (b) a presidente da Associação seja procurada dentro de sua casa, no seu trabalho ou na rua onde mora (e não na sede da Associação, durante reuniões periódicas) para que resolva os problemas individuais, e não coletivos, da comunidade.

Outro elemento resultante da mentalidade cordial que está presente nas entrevistas é a dificuldade que a população encontra em visualizar o debate público como direito ou liberdade de expressão. Ao serem questionados sobre a presença de discussões entre moradores da comunidade com a presidente, ou entre eles próprios, durante algumas reuniões realizadas, a resposta sempre foi direta e enfática: não. Quando se aprofunda na resposta, percebe-se que os entrevistados se embaraçam no vocábulo debate. Para a maioria, debate é sinônimo de “briga” ou “problema”. Uma sociedade cujas relações interdependentes

estão pautadas na excessiva centralização do poder, na exaltação do prestígio social e na passionalidade como princípios norteadores e, agora, na aversão à discussão pública e racional sobre problemas comuns, dificilmente desenvolve forças coletivas para cobrar e fiscalizar o poder público (ou social) local. Os laços de “sangue e coração” que cercam as ações da comunidade são mais fortes que os princípios democráticos, abstratos e distantes da realidade vivenciada por esta população.

Outro aspecto a ser ressaltado sobre como a excessiva passionalidade (consequência da mentalidade cordial), como elemento norteador das práticas sociais, prejudica a solidificação de princípios democráticos no município tem relação com o acesso a serviços públicos. Quando entrevistados, os moradores atestavam que o acesso a serviços e bens públicos se dá mediante o uso das relações de intimidade e passionalidade, que afirmam ser necessário possuir para se ter acesso a tais serviços.

Portanto, o uso do diminutivo na linguagem com as pessoas certas (como no caso da presidente da Associação que vai até o delegado e pede um “horarinho”), ou a moradora que afirma ser necessário conhecer todos da cidade e “chegar com jeitinho” para obter o serviço de que se necessita, são mostras de que a passionalidade, e não a impessoalidade, predomina nas mais diferentes esferas de ação social. Do contato com os funcionários do postinho ao relacionamento com autoridades públicas municipais, o cidadão só consegue o que procura pelos laços de intimidade que cria com quem detém o poder, ou com algum funcionário público que “vai com sua cara”. Isso significa que garantias constitucionais, que processo burocrático, e que direitos fundamentais não passam de expressão da lei. Não são, necessariamente, garantias automáticas no cotidiano dessa comunidade.

### 3.2.4 Como a Aversão ao Conflito Obstaculariza o Processo de Democratização Municipal

A prática de rechaçar qualquer forma de conflito está presente na comunidade e a apreensão de seu significado se dá em dois aspectos distintos, mas complementares: a aversão pode ser entendida como (a) uma fuga a práticas de fato violentas por disputa política (presentes na trajetória histórica e no presente da comunidade). E, também, como (b) uma absorção de desentendimentos que maqueiam e manipulam qualquer possibilidade de desentendimento que possa resultar em ruptura do *status quo*.

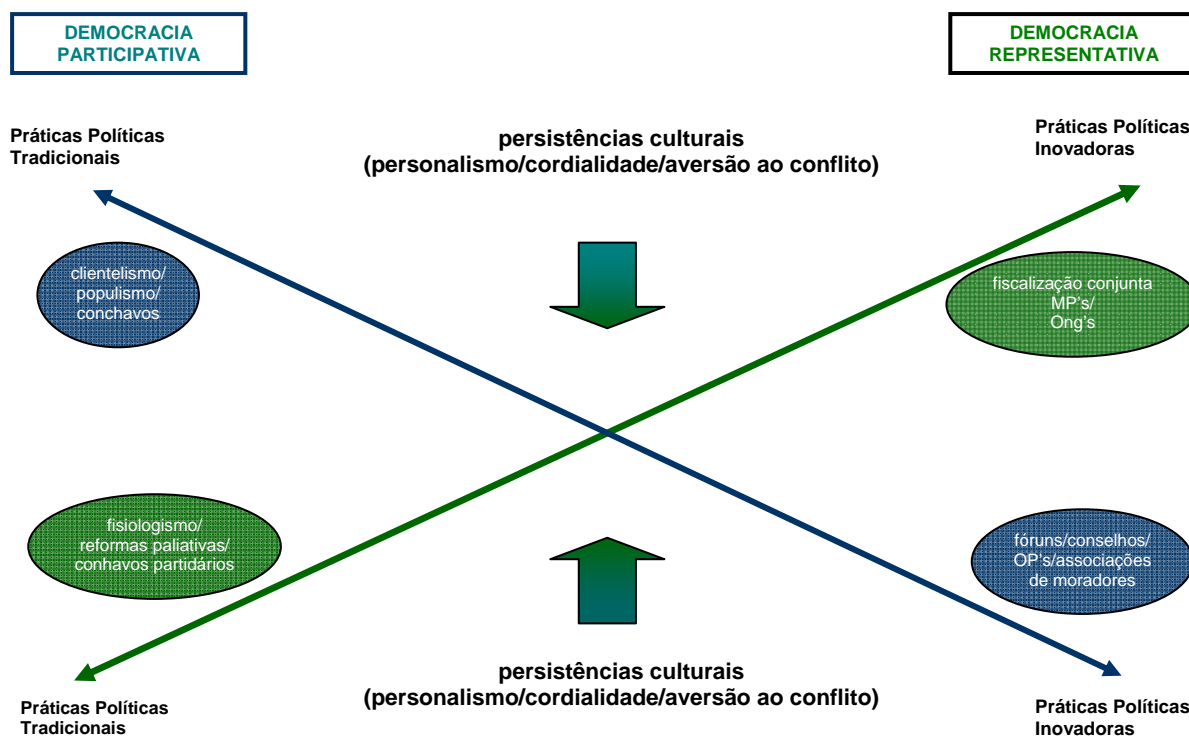
Com relação ao primeiro significado, por mais que a justiça eleitoral tenha avançado na organização de eleições democráticas pacíficas (justas, igualitárias e que respeitam a legislação vigente), a solidificação da democracia não se dá apenas pela configuração de eleições periódicas. A aversão ao conflito (isto é, a aversão a se falar o que se pensa, de se discordar de algum detentor do poder político, ou de se posicionar publicamente ao lado de alguém que questiona o *status quo*) também prejudica a consolidação de uma sociedade mais democrática. O medo, que gera a aversão ao conflito, faz com que espaços teoricamente públicos sejam continuamente utilizados para os mais diversos fins, que não o de questionamento público ao *status quo*. Essa característica subliminar do regime democrático (o respeito à garantia de se posicionar contra o *status quo*) é objeto de luta histórica da humanidade e merece ser resgatada na discussão atual sobre avanços e recuos da incipiente democracia brasileira.

Já a absorção de desentendimentos e conflitos se dá, muitas vezes, por meio de conchavos, compromissos “intra-muros”, e pode ser visualizada pelas ações conciliatórias. São práticas políticas que optam por reformas e paliativos em vez de enfrentarem desentendimentos que possam resultar em ruptura e mudança (como a distribuição de poder, por exemplo). A própria criação de uma Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário dentro da estrutura organizacional da prefeitura municipal de Campo Mourão, cuja função central é receber reivindicações populares e reencaminhá-las aos setores “adequados”, denota uma prática de absorver possíveis conflitos. A própria presidente da Associação, ao se recusar a reunir a população em reuniões abertas para a discussão de problemas comuns ou a se recusar em levar a população à discussão com autoridades locais (para a cobrança de segurança pública, por exemplo), com medo de gerar “briga”, tem uma postura recorrente de absorver desentendimentos.

Essas práticas políticas são ardilosas e servem para maquiagem a não distribuição de poder, mesmo em contextos em que há estruturas democráticas (como a Associação de Moradores). Essas são situações que mostram como se consegue, na aparente mudança (como a vigência do regime democrático), manter o jogo de poder de forma desigual, nas mãos de poucos que detêm prestígio social e político, e sem possibilitar que a população tenha acesso consciente às liberdades e serviços que lhes são garantidos constitucionalmente.

Por fim, a figura a seguir elucidada como as práticas sócio-políticas fundadas na persistência de elementos como o personalismo, a cordialidade e a aversão ao conflito

podem obstacularizar o processo de solidificação de um regime efetivamente democrático no Brasil, seja representativo, seja participativo.



**Figura** – Persistências Históricas e Democracia no Brasil

A figura acima propõe repensar o modo como as persistências culturais (no caso da pesquisa, o personalismo, a cordialidade e a aversão ao conflito) influenciam as práticas sociais e políticas no atual regime democrático brasileiro. Os dois eixos que representam formas democráticas contemporâneas – democracia representativa e participativa – contêm práticas norteadas por mentalidades personalistas, cordiais ou de aversão ao conflito. Essas práticas, que constantemente sofrem influências dessas persistências culturais, podem resultar em práticas inovadoras (no sentido de serem práticas efetivamente democratizantes e que possibilitam a ampliação da distribuição do poder), ou podem provocar um retrocesso no processo de democratização vigente.

Um exemplo de retrocesso nas práticas políticas que se posicionam no eixo representativo são os conchavos políticos – as reformas paliativas que o Congresso brasileiro insiste em institucionalizar como prática política formal e corriqueira - e os inúmeros casos de fisiologismos nas diversas esferas do poder público brasileiro. Mas, presente no pólo contrário

deste mesmo eixo, o pólo das práticas políticas inovadoras, estão inúmeros exemplos de práticas representativas que possibilitam a consolidação de uma sociedade democrática: a previsão constitucional de conselhos gestores, a existência de associações de moradores, a gestão pública municipal compartilhada – como o caso de algumas experiências de orçamento participativo.

O mesmo raciocínio é válido para o eixo da chamada democracia participativa. Esses elementos culturais podem influenciar práticas políticas a caminharem rumo ao pólo inovador ou ao pólo do retrocesso, no processo de consolidação do regime democrático brasileiro. Cada pólo é um tipo ideal, já que nenhuma inovação permanece inalterada frente às constantes mudanças sociais, políticas, culturais, econômicas e jurídicas, e nenhuma prática “tradicional” permanece estanque, no tempo e no espaço, com as mesmas características do momento em que foram inicialmente analisadas (como é o caso dos conceitos pensados por Sérgio Buarque de Holanda). No entanto, isso não significa que tais elementos não estejam presentes nas atuais relações sociais e políticas da sociedade brasileira.

### 3.3 ELEMENTO-SURPRESA DAS ENTREVISTAS: COMO A NÃO-PARTICIPAÇÃO E A VIOLÊNCIA MOLDAM AS PRÁTICAS SÓCIO-POLÍTICAS DO MUNICÍPIO

A análise das entrevistas evidenciou, ainda, que alguns elementos estiveram presentes nos diálogos de todos os entrevistados, com significados muito próximos. Esses elementos são a (a) não participação da população em atividades consideradas como inovadoras (no sentido de possibilitarem a ampliação da democracia participativa local), tais como as reuniões da Associação de Moradores ou as reuniões do conselho local de saúde. Todos os entrevistados foram seguros ao afirmar que a população realmente não participa de reuniões ou atividades com teor coletivo (embora existam problemas comuns a serem resolvidos). E (b) a violência (velada ou não) no jogo das relações sócio-políticas da comunidade. Esse é um “elemento surpresa” da pesquisa, já que surgiu espontaneamente no trabalho, como resultado da pesquisa qualitativa com os moradores do bairro. Ou seja, não se objetivava analisar a persistência da violência nas relações da comunidade. No entanto, esse elemento persiste e molda as práticas sócio-políticas com tamanha força que é capaz de se apresentar em meio às falas dos entrevistados, mesmo sem estar presente no roteiro das entrevistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recusa de parte das ciências sociais brasileiras em repensar a democracia brasileira contemporânea a partir da persistência de elementos culturais que obstaculizam a ampliação da efetiva distribuição democrática de poder pode ser interpretada como uma “pedalada em falso”. Significa dizer que a literatura da área não partiu para a análise das práticas e das relações que se consolidam no interior de instituições da sociedade civil recentemente criadas para ampliar a participação popular - tais como associações de moradores, conselhos gestores, orçamentos participativos. A análise da mudança democrática no Brasil contemporâneo deve ir além dos aspectos procedimentais: deve focar quão efetiva é a distribuição democrática do poder no Brasil. Como acentua Norbert Elias acerca do processo de democratização europeu,

A democratização significa que o equilíbrio de poder se inclinou até certo ponto a favor daqueles que anteriormente eram considerados ‘plebeus’. [...] O alargamento do direito de voto foi a expressão institucional mais evidente desta redução de diferenças de poder. [...] Uma visão da história que descreve as mudanças sociais como resultado de acontecimentos individuais específicos pode facilmente levar à conclusão de que a legislação estatal de alargamento do direito de voto foi a causa do aumento comparativo do poder dos governados relativamente aos governantes. Mas, isto é por o carro na frente dos bois. O alargamento legal do direito de voto [...] foi a consequência institucional manifesta da mudança latente na distribuição de poder relativamente a estratos mais alargados (ELIAS, 2001, p. 70-71).

O aumento comparativo do poder dos cidadãos em relação aos governantes não pode ser analisado somente a partir das medidas institucionais adotadas em cada sociedade. Essa tensão social, ou mudança latente, em torno da distribuição de poder a grupos sociais cada vez mais amplos pode ser verificada a partir dos seus desdobramentos institucionais (por meio da análise de instrumentos procedimentais criados para aumentar a participação popular). Mas deve ser contemplada com uma análise extra-procedimental, no sentido de dever levar em consideração certa herança histórica que, por tantas vezes, obstruiu qualquer possibilidade efetiva de mudança democrática no Brasil. Se esses elementos culturais, aqui denominados como persistências ou entraves históricos, permanecem emoldurando as práticas cotidianas e políticas da sociedade brasileira, já não seria o momento de as ciências sociais retomarem esse debate com os clássicos do pensamento brasileiro para a

análise institucional contemporânea (de conselhos gestores, de orçamentos participativos, de organizações da sociedade civil organizada, etc.)?

Como a presente pesquisa buscou evidenciar ao longo do capítulo 1, o debate dos últimos vinte ou trinta anos acerca da participação popular no processo de democratização brasileira se instaura a partir de três parâmetros principais: (a) de uma literatura que evidencia a importância da estabilidade democrática - da consolidação das instituições formais - frente aos movimentos sociais no momento da transição ditadura/redemocratização; (b) de um debate que se dedica a pensar o processo de abertura a partir do papel dos atores e dos movimentos sociais; e (c) de autores que se propuseram a pensar esse recente processo de redemocratização a partir da análise das inter-relações entre a sociedade civil e o Estado.

O primeiro grupo, cujos principais expoentes analisados são O'Donnell (1988) e Cardoso (1975), não nega o papel relevante dos movimentos sociais no processo de abertura política. Mas sustentam que as ações implementadas por tais grupos poderiam não resultar em ruptura dos vícios políticos que tradicionalmente marcam a sociedade brasileira, ou no aprofundamento da participação democrática.

Um segundo grupo de autores, aqueles que propunham analisar o processo de democratização no Brasil a partir dos agentes sociais, tem como pressuposto a idéia de que as tensões populares ocorridas no período da distensão política serviram para o desenvolvimento de uma forma mais participativa de socialização política. É nessa literatura (SADER, 1988; PAOLI, 1995; TELLES, 1994a, 1994b, 1994c) que se discute, pela primeira vez, a constituição de um esboço de espaço público no cenário de consolidação das instituições democráticas formais. Essa literatura, como visto no primeiro capítulo, acredita que a efervescência de movimentos sociais no Brasil das décadas de 1970, 1980 e 1990 pode contribuir com o aprendizado de cidadania e de conflito legítimo em meio à nova sociabilidade democrática.

No entanto, a partir de meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, parte das ciências sociais no Brasil decidem focar o debate da inter-relação sociedade civil (organizada) e Estado. Ou seja, há uma virada teórico-categórica na análise do processo de democratização brasileira e, a partir da total desconsideração da herança histórica do peculiar processo político brasileiro, partem do pressuposto de que a sociabilidade recente no Brasil deve ser estudada mediante duas novas categorias de análise: o espaço público e a "nova sociedade civil organizada". Autores como Avritzer (2003, 2002, 2000, 1997) não só buscam tais categorias na literatura estrangeira, como atestam a emergência de espaços genuinamente

públicos no Brasil. Afirmam, ainda, a necessidade de a literatura precisar conceitual e teoricamente a formação de uma "esfera pública brasileira" (COSTA, 1997a, 1997b, 1997c, 1995, 1994). Ao afirmarem que experiências participativas brasileiras (tais como os orçamentos participativos, os conselhos gestores e outras formas alternativas de inter-relação da sociedade civil e do Estado) têm "empoderado" a sociedade civil brasileira e, assim, possibilitado a distribuição democrática do poder, tais autores continuam negando a herança histórica de recusa de distribuir efetivamente o poder à população. Isso porque a participação controlada, burocratizada e institucionalizada não é distribuição efetiva de poder: é a continuidade, maquiada, da contenção histórica da população "em um limbo de legitimidade e invisibilidade" (PAOLI, 1995, p. 51).

Daí a problemática da presente pesquisa: repensar a participação por meio da análise de outros parâmetros conceituais. Em vez de esfera pública e sociedade civil organizada, desenvolver o raciocínio a partir de aspectos históricos culturais que se perpetuam na trajetória que cerca a sociabilidade no Brasil: o personalismo, a cordialidade e a aversão ao conflito. Por isso a escolha da obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Ao embasar o estudo da trajetória de participação democrática no Brasil contemporâneo na análise das formas institucionais e legais criadas para tal fim, as ciências sociais deixam de aprofundar a investigação de como práticas cordiais e personalistas atuam dentro das instituições, dificultando a distribuição efetiva do poder. A literatura até indentifica casos de cooptação ou de centralização de poder dentro das instituições estudadas. Mas deixa de problematizá-los, apostando todas as suas fichas na possibilidade de verificar a existência e a consolidação de "esferas públicas" ou de "uma nova sociedade civil organizada", bem como na expectativa de que instituições democrático-participativas sejam responsáveis pela mudança na distribuição do poder no Brasil contemporâneo. Por isso "pedalam em falso": as categorias analíticas não condizem com as práticas e as relações que efetivamente tomam forma na sociedade brasileira.

A problematização de entraves histórico-culturais quanto à distribuição efetiva de poder no Brasil não se encontra na literatura utilizada como referência teórico-normativa para as ciências sociais brasileiras: Habermas, Cohen e Arato (pressupostos de autores como Avritzer e Costa). Mas tal problematização constitui o próprio objeto de pesquisa de pensadores clássicos do Brasil, como fica evidente nas obras de Sérgio Buarque de Holanda. A esse respeito, e especificamente sobre *Raízes do Brasil*, Laura de Mello e Souza, entrevistada por Rodrigo Elias (2009), é categórica quando afirma: "[...] ainda hoje é um trabalho maravilhoso. Tem coisas ali que são insuperáveis, mas é, obviamente, um

trabalho escrito na década de 1930, com uma série de limitações e condicionamentos. A gente tem que recuperar o insuperável e deixar para segundo plano as limitações" (ELIAS, 2009, p. 50-55).

Diante de tais considerações, pode-se afirmar que a presente pesquisa trouxe à luz uma série de constatações acerca do processo de democratização do Brasil contemporâneo. Em primeiro lugar, que as pesquisas da área necessitam compreender, mais profundamente, como se desdobra a realidade dos municípios no interior do Brasil. Por isso a opção por estudar um município pequeno (de acordo com a classificação do IBGE). Os aspectos evidenciados na presente pesquisa devem ser também explorados em outras regiões do país, na medida em que o avanço migratório para o centro-oeste e para a região norte do país podem revelar elementos cruciais, e ainda inexplorados, sobre as dificuldades singulares e históricas de se implementar uma sociedade efetivamente mais democrática. O foco das pesquisas também deve se fundamentar nas realidades municipais, locais.

Outro ponto que se deve ressaltar é o de que há uma analogia que bem pode servir para explicar como se processa a constituição do regime democrático local: a sensação é a de que a população “pedala em falso”. Ou seja, mesmo que existam instituições formais (tais como os conselhos gestores, ou a secretaria de ação social e sua coordenadoria de desenvolvimento comunitário) e instituições informais (associações de moradores) onde a população poderia participar da construção democrática local, a lógica de funcionamento ainda se dá com base na prática política tradicional, e não no sentido da inovação. Por isso a necessidade de estudos que não apenas visualizem algum tipo de participação, mas que analisem profundamente *como* se dá essa participação. Não basta que o município resolva criar uma gestão mais “participativa”, que desenvolva setores responsáveis por organizar a participação da população: há a necessidade de que os laços de “sangue e coração” também possibilitem a emergência de práticas voltadas à distribuição do poder. Caso contrário, não se avança muito na construção de uma mentalidade cívico-democrática, muito menos de práticas democráticas.

Outro aspecto constatado a partir da pesquisa realizada, e que surgiu inusitadamente nos estudos, é a persistência da violência na mentalidade que direciona as práticas sociais e políticas do interior do Brasil, mesmo que se dê de forma velada pela prática cordial. O medo de se posicionar publicamente contra os detentores do poder (seja o presidente de uma associação, um líder comunitário, o prefeito, ou um síndico de um condomínio qualquer), ou de se manifestar em debates e discussões públicas, ainda predomina

no cotidiano brasileiro. Talvez a causa dessa persistência seja exatamente o fato de que as inter-relações sócio-políticas são mais passionais que racionais (impessoais).

Diante dos resultados acima elencados, pode-se afirmar que quanto mais as ciências sociais brasileiras se escusarem de enxergar o Brasil contemporâneo pelas lentes brasileiras, mais as suas explicações estarão "girando em falso": margeando a problemática (das dificuldades histórico-culturais que cercam a efetiva distribuição democrática de poder no Brasil) sem realmente discutir como e por que ela persiste.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. A construção do objeto de pesquisa na Sociologia. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (Org.). **Desafios da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Humanitas, 2001. v. 8, p. 33-48
- ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil orientação para novas pesquisas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1994. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_27/rbcs27\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_02.htm)>. Acesso em: 30 de jun. de 2008.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM LAR PARANÁ. **ATA da assembléia geral extraordinária para reforma total do estatuto e recomposição da diretoria**. Campo Mourão, 2008.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM LAR PARANÁ. **LIVRO de atas da Associação de Moradores do Jardim Lar Paraná**. Campo Mourão, 1984 (1984 a 1999).
- AVRITZER, Leonardo. A relevância política da participação popular. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 2, n. 20, p. 19, mar. 2009.
- AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- AVRITZER, Leonardo. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro. In: AVRITZER, L. (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- AVRITZER, Leonardo. Orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, n. 50, p. 25-46, 2000.
- AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, n. 39, p. 149-174, 1997.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

BAIERLE, Sérgio. OP ao Termidor? In: VERLE, João; BRUNET, Luciano (Org.). **Construindo um novo mundo: avaliação da experiência do orçamento participativo em Porto Alegre: Guayi**, 2002.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1991.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, n. 33, p. 5-16, 1994.

BOHMAN, James. **Public Deliberation**. Cambridge: MIT Press, 1996.

BRASIL. Lei Ordinária n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2008.

BRUNO, Ernani da S et al. (Org.). Corpo e alma do Brasil: entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 69, p. 3-14, jul. 2004.

CACCIA BAVA, Silvio. A luta nos bairros e a luta sindical. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CÂNDIDO, Antonio. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CANDIDO, Antonio. Sergio em Berlim e depois: introdução. In: BARBOSA, F. A. (Org.) **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A construção da democracia: estudos sobre política**. São Paulo: Siciliano, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 81-90.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Democracia é conflito, não ordem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 ago. 2003. Caderno Brasil, p. 10.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

COHN, Gabriel. Introdução: Max Weber. In: **Max Weber**. São Paulo: Ática, 2005. p. 7-34. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

COSTA, Sérgio. A democracia e a dinâmica da esfera pública. **Lua Nova**, n. 36, p. 55-65, 1995.

COSTA, Sérgio. Categoria analítica ou *passé-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 43, p. 3-25, 1997b.

COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, p. 179-192, 1997a.

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 38, p. 38-53, 1994.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.12, n. 35, p. 121-134, fev. 1997c.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAGNINO, E.; ALVAREZ, S. E.; ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: DAGNINO, E. et al. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma noção de cidadania. In: \_\_\_\_\_. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? **Revista de Ciências Humanas**, n. 32, p. 95-110, 2002a.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Apresentação à Sérgio Buarque de Holanda. In: \_\_\_\_\_. **História: Sérgio Buarque de Holanda**, n. 51. São Paulo: Ática, 1985. p. 7-64. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Negação das negações. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Ed. UERJ, 2008. p. 317-348.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, Antônio (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 11-28.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). **As Lutas sociais e a cidade**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 169-206.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

ELIAS, Rodrigo. Laura de Mello e Souza: história como desenho. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, v.4, n. 46, p. 50-55, jul. 2009

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: Difel, 1979.

FERNANDES, Florestan. **Que Tipo de República?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREITAG, Bárbara. **Dialogando com Jürgen Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

FUKS, Mario; PERISSINOTO, Renato Monseff; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 21, 2003, p. 125-145.

FURTADO, Celso. **Brasil:** da República Oligárquica ao estado militar. In: FURTADO, Celso. **Brasil:** tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 1-23.

GERHARDS, Jürgen; NEIDHARDT, Friedhelm. Strukturen und Funktionen Moderner Öffentlichkeit - Fragestellungen und Ansätze. Berlim, WZB, **Paper FS III**, 1990.

GIANNOTTI, Arthur. Observações exploratórias sobre o público e o privado. **Folha de São Paulo**, 2 abr. 1995. Caderno Mais.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia:** entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, Craig (Org.). **Habermas and the Public Sphere.** Cambridge: MIT Press, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Participação política. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (Org.). **Política e sociedade.** São Paulo: Nacional, 1979. v. 1, p. 375-388.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, n. 36, p. 39-53, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Carta a Cassiano Ricardo. In: \_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006b. p. 393-396.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Corpo e alma do Brasil. In: \_\_\_\_\_.: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006c. p. 399-420.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil monárquico: do império à república**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 7).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

IANNI, Octavio. **O ABC da classe operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IGGERS, George C. **The German conception of history**. Middletown: Wesleyan University Press, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2000: indicadores sociais municipais. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Ipea Data: dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil. Disponível em: <[http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=358351539&Tick=1254246494031&VAR\\_FUNCAO=Ser\\_Temas%281423641631%29&Mod=R](http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=358351539&Tick=1254246494031&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%281423641631%29&Mod=R)>. Acesso em: 12 jan. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Perfil dos Municípios. Curitiba, 2009. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal)>. Acesso em: 21 jan. 2009.

JACOBI, Pedro. Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para um debate. **Lua Nova**, n. 20, p. 121-143, 1992.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo: Cortez, 1989.

KOWARICK, Lúcio Félix Frederico (Coord.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOWARICK, Lúcio Félix Frederico. A experiência do partido dos trabalhadores na prefeitura de São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 35, 1993, p. 195-206.

KOWARICK, Lúcio Félix Frederico. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 38-50, 1987.

KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. (Org.). **A igreja nas bases em tempo de transição**. São Paulo: CEDEC/L&PM, 1986.

LAMOUNIER, Bolívar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In:

ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARVER, Jorge (Org.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 109-140.

LAMOUNIER, Bolívar. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In:

LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. (Org.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAMOUNIER, Bolívar. Representação política: a importância de certos formalismos. In:

WEFFORT, F.; BENEVIDES, M. V.; LAMOUNIER, B. (Org.). **Direito, cidadania e Participação**. São Paulo: T. A. Queiróz, 1981. p. 233-260.

LAVALLE, Adrian Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 90. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 66, p. 91-109, 2003.

MEINECKE, Friedrich. **Historicism**: the rise of a new historical outlook. London: Routledge, 1972.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes**. Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. The symbolic challenge of contemporary movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, 1985.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **Boletim Informativo Bibliográfico da ANPOCS**, n. 59, p. 5-42, 2005.

MOISÉS, José Álvaro. **Alternativas populares da democracia**: Brasil anos 80. Rio de Janeiro: Vozes/CEDEC, 1982.

MOISÉS, José Alvaro. **Cidadania e participação**: ensaio sobre o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular legislativa em nova Constituição. São Paulo: Marco Zero/CEDEC, 1990.

MOISÉS, José Alvaro. Cultura, política e democracia: balanço e perspectivas. **Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 22-26 out., 2007.

O'DONNELL, Guillermo. Sobre o estado, a democratização e alguns problemas conceituais: Uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 36, 1993.

O'DONNELL, Guillermo (Ed.). **Transições do regime autoritário**. América Latina. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 36, p. 3-7, 1993.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. **Democratização e institucionalização partidária**: o processo político-partidário no Paraná (1979-1990). Londrina: Eduel, 1998.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORTIZ, Renato. From incomplete modernity to world modernity. **Daedalus**, 2000.

OTTMANN, Goetz. Cidadania mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, p. 155-175, 2006.

OTTMANN, Goetz. Habermas e a esfera pública no Brasil: considerações conceituais. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 68, p. 61-72, 2004.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais e espaço público. **Humanidades**, v. 8, n. 4, p. 498-504, 1992.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político: HELLMANN, Michaela (Org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1995. p. 24-55.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná. Índice de participação dos municípios no ICMS. Disponível em: <<https://www.sefanet.pr.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Seção de resultados eleitorais do Paraná. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br>>. Acesso em: 24 mar. 2009.

RICARDO, Cassiano. Variações sobre o “homem cordial”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 365-392.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-82.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da desordem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nossas raízes profundas. **O estado de São Paulo**, Caderno 2, domingo, 22 de out., 2006, p. 1-3.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, Ana Amélia. Do privado para o público: ONGs e os desafios da consolidação democrática. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 146, 1993, p. 36-46.

SILVA, Ana Amélia. Reforma urbana e direito à cidade. **Polis**, n. 1, 1991.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **As associações de moradores e a construção do espaço público: um exercício de cidadania (Estudo sobre o Movimento de Associações de Moradores de Londrina)**. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SOUZA, Jessé. (Org.). **O Malandro e o Protestante: a tese weberiana e a singularidade brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

SOUZA, Laura de Mello. Corpo e alma do Brasil: entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 69, p. 3-14, jul. 2004.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TELLES, Vera. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Coord.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 247-286.

TELLES, Vera. Cultura da dádiva, avesso da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, 1994a. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs\\_00\\_25/rbcs25\\_05./htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs_00_25/rbcs25_05./htm)>. Acesso em: 25 jun. 2009.

TELLES, Vera. Sociedade civil e os caminhos (incertos) da cidadania. **Revista São em Perspectiva**, v. 8, n. 2, p. 7-14, 1994b.

TELLES, Vera. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. **Publicações Polis**, v. 14, p. 43-54, 1994c.

VIANNA, Francisco Jose Oliveira. **Pequenos estudos de psicologia social**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1942.

VICO, Jean Baptista. **Princípios de uma Ciência Nova: acerca da natureza comum das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção Os Pensadores, v. XX).

WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. In: \_\_\_\_\_ **Max Weber**. São Paulo: Ática, 2005, p. 74-127 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 13).

WEFFORT, Francisco. Incertezas nas transições na América Latina. In: MOISÉS, J. A. e

GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. **Dilemas da Consolidação da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 69-116.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEYKLAND, Kurt. **Democracy without equity: failure reform in Brazil**. Pittsburg: The University of Pittsburg Press, 1996.

YUKA, Marcelo. Minha alma (a paz que eu não quero). Intérprete: Maria Rita. In: \_\_\_\_\_MARIA RITA. **Maria Rita**: segundo ao vivo. Rio de Janeiro: Warner Chappell, 2005, CD-ROM, Faixa 6.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A  
TRANSCRIÇÃO DE PARTE DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

**Entrevistada:** Humhum... Cesarina\*.

- *A idade?*

**Entrevistada:** Vinte e nove anos.

- *É... A escolaridade?*

**Entrevistada:** Fazendo faculdade de Direito, né. “Tô” no terceiro ano.

- *Tá! É... Cargo ocupado na associação?*

**Entrevistada:** É a presidência. Presidente...

- *Foi eleita ou substituiu outro membro?*

**Entrevistada:** Não, não, eu fui eleita, né, com uma, com... Voto de duzentos e setenta e cinco votos, né, numa elei... Numa votação de três horas, apenas, né...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** ... Porque daí como é chapa única. Então daí, eles trabalham só com meio período de eleição, né, se fosse...

- *Quantos votos totais?*

**Entrevistada:** Duzentos e setenta e cinco votos, eu fiz.

- *Ah, tá. Mas, do, da, da eleição foram quantos votos?*

**Entrevistada:** Foram duzentos e sete... Duzentos e oitenta e três.

- *Hum... Nossa! Ampla maioria.*

**Entrevistada:** ...Tiveram alguns nulos, né. E te... Tiveram uns em branco, né...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Daí eu, só dividi, mais ou menos. Eu acho que teve três nulos e o resto em branco, alguma coisa assim.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** E foi... Como foi chapa única, né. Aí, tivemos que “fazê” só meio período. Quando “é” duas chapas, eles fazem o dia todo.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Daí, então chapa única foi meio período. Então com três horas de votação...

- *Vie...*

**Entrevistada:** ... Vieram votar duzentos

- *Duzentos e oiten...*

**Entrevistada:** Duzentos e oiten...e oitenta e cinco, duzentos e oitenta e três votos.

- *Membros, né.*

---

\* Decidiu-se não utilizar o nome verdadeiro de nenhum dos envolvidos na Associação de Moradores do Jardim Lar Paraná em função do fato de que a realização da pesquisa coincidiu com ano eleitoral, e com o fato de que alguns membros da Associação estavam concorrendo a cargo público municipal. Portanto, da mesma forma que os nomes dos entrevistados foram omitidos da presente pesquisa, os nomes dos membros da diretoria da Associação foram substituídos por nomes fictícios para que o resultado das pesquisas não seja prejudicado.

**Entrevistada:** Isso.

- *É... Qual é a sua profissão? Além da... Daqui, né?*

**Entrevistada:** Aham...

- *Além de ser estudante...*

**Entrevistada:** Ah, tá.

- *...Além de ser presidente da associação, qual é a sua profissão, mesmo?*

**Entrevistada:** Hoje, eu “tô” trabalhando como assessora parlamentar.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Né, eu “sô” assessora parlamentar do vereador Marco\*\* [seu marido], né?

- *Humhum...*

**Entrevistada:** ...Mas, hoje, ele “tá” licenciado, né, que ele “tá” assumindo a posição de Coordenador Geral do município. Então, hoje, eu sou assessora da vereadora Marla.

- *Ah, tá.*

**Entrevistada:** Eu “tô” assessorando ela, na Câmara.

- *Você é filiada a algum partido político?*

**Entrevistada:** Eu sou filiada, hoje, no PSL.

- *Partido...?*

**Entrevistada:** ...Social Liberal, eu acho.

- *Tá.*

**Entrevistada:** Faz pouco tempo que eu me filiei. (risos)

- *De... Desde quando?*

**Entrevistada:** Ai... Eu acho que tem o quê? ...Um ano. Não, não tem um ano, ainda. Creio, creio que deve ter uns, oito meses, nove meses.

- *Humhum... Como você se envolveu com as atividades da associação?*

**Entrevistada:** Olha, na verdade, assim, nós nem conhecíamos, o que era “sê” presidente de associação, o que era uma associação de moradores, eu mesmo não tinha conhecimento nenhum. Então, só depois que a gente veio, que eu vim morar a... aqui, no Lar Paraná, né, e meu marido, conversando e ele é muito expressivo, muito dado com o pessoal, aqui, do Lar Paraná, nasceu e se criou aqui...

- *Humm...*

**Entrevistada:** Desde que nasceu, “tá” morando aqui, quase no mesmo lugar, só morou em dois lugares aqui, no Lar Paraná...

- *De frente...*

**Entrevistada:** É, ele morava, ali, na Rua Piquirí-Ivaí, depois de um tempo, eles vieram morar aqui, e “tá” até hoje.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Então, são trinta e quatro anos, quase, no Lar Paraná. Então, ele tem um conhecimento tremen...tremendo aqui, no Lar Paraná. Então, assim, conversando com um, com outro, o pessoal falou “Marco, por que “cê” não se candidata a presidente do bairro?”. Ele: “Não, porque eu não conheço, não quero”.

---

\*\* Mais uma vez, houve necessidade de substituição do nome verdadeiro por um fictício, já que o envolvido concorreu a cargo municipal nas eleições de 2008, e o acordo firmado com a entrevistada previa o sigilo dos dados.

- *E já havia a associação?*

**Entrevistada:** A sede construída não.

- *Mas...*

**Entrevistada:** Mas, só era...

- *Informal.*

**Entrevistada:** Informal, é.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Aí, então, ele, ele “pegô” e saiu candidato. Então, teve chapa concorrente a ele, e ele teve até, uma quantidade expressiva de voto. Teve seiscentos... Quinhentos e quarenta e cinco... Qui... Quinhentos e quinze, quinhentos e trinta e cinco votos.

- *Nossa!*

**Entrevistada:** Na primeira eleição...

- *Isso!*

**Entrevistada:** ...Daí o outro, eu nem lembro, mas foi duzentos, trezentos e pouquinho. “T”... Então aí a gente “começô” o trabalho. Na época, eu achei melhor não me “envolvê”, não quis me “envolvê”, não era nada da associação.

- *“Tava” com os meninos menores...*

**Entrevistada:** Isso! Era tudo criança, aí bem pequenininho. Então, na verdade, assim... Há um conflito, assim, “falá”: “Ai sou presidente de bairro e a esposa “tá” junto”, entendeu? Tem aquela conversa, né, do tipo: “Aí, né...” “Num” sei. Falei: “Não, não quero me envolver”. Mas, ficava nos bastidores, né, precisava de uma coisa, ajudava aqui, ajudava ali, então, sempre “tava” ajudando. Já, no segundo mandato dele, ele saiu candidato de novo, a presidente de bairro, e teve uma expressão de voto, acho de setecentos, quase setecentos votos...

- *Hum...*

**Entrevistada:** Então, a gente viu, que já, né, melhorou bem mais. E o, a chapa concorrente, fez, acho que cento e setenta, cento e oitenta votos, que eu não me recordo.

- *São quantos moradores?*

**Entrevistada:** Olha, ao todo, no Lar Paraná, se você “contá” do trevo até o final, lá no Parque... Próximo ao Parque Industrial, são, dá quase, uns vinte e dois mil habitantes.

- *Nossa!*

**Entrevistada:** Só o Lar Paraná. Só que hoje a gente conta o Lar Paraná, do trevo até a Coopermibra...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** ...Né, que seria da Manoel Noqueira, que é a última rua, até a Coopermibra, sobre, sobe, ali, na Kennedy...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** ...Vai até o Posto Presidente e volta pela... Pela Rua das Palmeiras. Então, esse é o Lar Paraná, né?

- *Eu sei que isso vai “tá” no estatuto, mas só para me “situá”...*

**Entrevistada:** Tá.

- *Quem vota?*

**Entrevistada:** Todos os moradores do Lar Paraná. Tem que ser comprovado...

- *Por casa?*

**Entrevistada:** Não. Todos que morarem na casa, podem “vim”, três, quatro “membro”... Quanto... Menos criança. É acima de dezesseis anos, que começa a “votá”, aqui, né.

- *Entendi.*

**Entrevistada:** Só que, assim, se “tivé”... Cinco, oito, dez, pessoas na casa, os dez podem “sê” votan... Podem “vim” “votá”, né.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** E, no dia da votação, traz um cartãozinho, de... Talãozinho de água e luz comprovando a residência. E daí, pode “votá”.

- *Hum, tá... Bom, então, é, agora, eu vou passar pra uma, uma série de perguntas relacionadas, é, a, a, ao compo... A... É uma descrição, na verdade, das reuniões...*

**Entrevistada:** Hum...

- *Que você faz, ou que você já fez, com a comunidade.*

**Entrevistada:** Sim.

- *Independente da sua reunião com a diretoria.*

**Entrevistada:** Sim.

- *É você com a comunidade.*

**Entrevistada:** Com a comunidade. Aham...

- *Então, tá... Então, é... Como se dá a construção da agenda discutida em cada reunião? Como que vocês... Como que você monta, essa agenda?*

**Entrevistada:** Tá! É assim: A gente vê, mais ou menos, o que a população pede, o que que o Lar Paraná “quê”, né. Então, a gente tem, mais ou menos, um vínculo grande, porque, até porque eu trabalho lá, na Câmara, então, a, o pessoal daqui, vai muito me “procurá”, né. Então: “Cesarina, eu preciso disso”. Então, a gente vê, que hoje “o” maior área assim, que é discutida, é na área da saúde.

- *Humhum.*

**Entrevistada:** Então, muitas pessoas vêm “procurá”, “discutí”, “sabê” como que funciona, quais os... Os prazos de agendamento. Então, as nossas reuniões, ela é mais voltada, até porque, também, eu sou presidente do Conselho Local de Saúde, né...

- *Hummm...*

**Entrevistada:** ...Que é elei... Que tem aqui no Lar Paraná, então eu sou presidente, também. E, daí, a gente faz mais voltada à saúde, muita... Muita, assim, a maioria das vezes. E, daí, outras vezes, a gente faz na hora “di”, ná., ná..., ná... Assim, no..., no previdenciário, a gente troca uma idéia com o pessoal, que precisa “tá”, “tá” mexendo com aposentadoria, a gente fala as documentações necessárias. Então assim que “dá”, se dá as reuniões, da associação.

- *Humhum... Quem define os pontos que vão “tá” presentes na agenda?*

**Entrevistada:** Das reuniões... Você fala?

- *É...É...*

**Entrevistada:** O que vai “tê” que “falá”?

- *É. Quem define...*

**Entrevistada:** Ah, Tá!

- *Esses pontos? Você ou...?*

**Entrevistada:** É... Ah, é assim, a gente busca o que eles pre...O que eles precisam. Aí, a gente coloca, né...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Escreve...

- *Aí, você...*

**Entrevistada:** Aí trata daquele assunto.

- *Aí, você coloca...*

**Entrevistada:** Só que assim, sempre a gente pega um ponto, mas eles sempre discorre para outro lugar, e a gente acaba falando de tudo um pouco.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Tanto o que precisa no bairro, então a gente “tá” lá, sempre fazendo melhorias, solicitando que, né, tapa buraco, poda de árvore, esse monte de coisa. Então, a associação trabalha em forma disso, né... Então...

- *Você já organizou alguma reunião para “repassá”, é... Informações das secretarias, pro pessoal?*

**Entrevistada:** Não, não, não foi passada, ainda. Não foi feita a reunião desse mês ainda.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Passando como funciona as secretarias do município?

- *Nã.. Não. Por exemplo, é... Você levou o encaminhamento...*

**Entrevistada:** Sim.

- *Aí a secretaria tem uma posição sobre aquilo...*

**Entrevistada:** Aham...

- *Daí, você já montou alguma reunião, em que você foi expôr o que a secretaria pensa, pro pessoal?*

**Entrevistada:** Na verdade, assim, esse ponto, a gente, é... Teve uma reunião, esses dias com a comunidade, mas, daí, quem “qui”...”qui” presidiu a, a reunião, quem “falô”... É... As formas do que, do que a pesso... População “procurô”, foi o, o Marco, né, que é o que era presidente e hoje, é Coordenador Geral. Então, teve uma reunião esses dias, que ele trouxe, né, uma secretaria, que o pessoal “procurô” muito saber, de tal secretaria, então ele trouxe o conhecimento, pra população...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Então, aí “fico” a cargo dele, essa reunião.

- *Entendi. É... Os moradores falam durante as reuniões?*

**Entrevistada:** Falam.

- *Ou o pessoal é mais retraído?*

**Entrevistada:** Não, questionam. Todos questionam...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** ...Questionam bastante. Eles sempre querem, porque é assim, quando fazem uma reunião, é... A gente fala assim: “Ai, é perigoso não “vim” ninguém”. Geralmente, não vem mesmo, porque “cê” sabe, que se “cê” “fizé” assim: “Vâmo” “tê” uma reunião” é difícil você “colocá” a população aqui dentro...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** ...Pode “sê” ela a melhor que for, porque a população é complicada de “participá”, né, mas aqueles que participam, eles vêm com aquele interesse todo. Então, eles vêm, questionam mesmo...

- *Pra falar mesmo.*

**Entrevistada:** Pra “falá” mesmo. Então, até a gente já, teve uma reunião aqui, com o secretário. A gente solicitou, que viesse o Secretário de Estado, o Delazari, né. E ele não pôde vir, mas trouxe...

- *Um representante...*

**Entrevistada:** ...Mandou um representante dele e a gente teve uma decepção, porque o Lar Paraná, eles falam que é... Dá trabalho, tem muita gente assim... Né... Assim... Eles falam assim: “Aí morreu um”, “Aí é o Lar Paraná que “matô””...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** ...Ai, não sei quê. Então a gente é meio assim, nessa área “di”... Então, não é mais. Eles têm essa visão, mas é, totalmente diferente, o Lar Paraná já não tem mais essa... Quem tem conhecimento, a gente sabe que o Lar Paraná “mudô” e muito...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Sabe? Então, já não se fala mais assim: “Ai, que é perigoso o Lar Paraná”... Mas mesmo assim, a gente trouxe o, o secretário, na época. Até ele providenciou pra gente umaambu..., uma, a, a, viatura...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** ...E solicitou, que dois policiais viessem, ficassem fazendo a ronda, só no Lar Paraná. Então, essa viatura foi só do Lar Paraná. Aí, teve um... Aqui na delegacia, aqui, que é o Primeiro Distrito, eles providenciaram um escrivão. Então, ela “tava” funcionando com computador e tudo. Então foi uma conquista, assim... Tremenda, né.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Então eu vi que a população veio, “participô” e teve o reconhecimento do secretário, que a população veio, mas assim, pro secretário, vieram pessoas, mas pra gente, que “convidô”, não “veio” as pessoas, que a gente “tava” esperando, sabe?

- (risos)

**Entrevistada:** A quantidade... Eu falei assim: ““Tá” dentro...”

- *Quantas pessoas, mais ou menos, vêm, assim, por alto... Quando acontece isso?*

**Entrevistada:** Ah, uma... Quando assim... Quando... Ah, na época, que a gente fez a reunião com o secretário, que eles sabem, que é uma pessoa, né... Que vai vir, que eles querem conhecer também, né, e questionar, aí...

- *Querem “vê”...*

**Entrevistada:** É, querem “vê”. Então vem assim, em média, de umas cinqüenta, oitenta, sabe... Vem sessenta... Esse, esse, esse...

- *Mas, normalmente, não vem isso?*

**Entrevistada:** Normalmente, não vem, normalmente... Agora, quando é reunião assim... Reunião corriqueira, que sempre “tá” acontecendo, que a gente vai “tratá”, assim... Dos assuntos “interno” aqui, aí vem, mais ou menos, só a diretoria mesmo... (risos) Vem sim... Muito pouco.

- *Quantas pessoas são da diretoria?*

**Entrevistada:** É, doze na diretoria, mas só que a comissão que eu tenho hoje, montada dentro da associação, porque é assim, a gente tem uma diretoria e têm as comissões...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** As comissões, também, são registradas em ata...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Né? Aí “a” minhas comissões, ela dá cento e cinco pessoas.

- *Humhum... Porque são vários assuntos?*

**Entrevistada:** São vários assuntos. Então, trata na área do Lazer, naa, naa... Eventos, Saúde, Educação, então, “fica” várias pessoas, que tomam conta daquele determinado... É...

- *Entendi.*

**Entrevistada:** A gente dá, assim...

- *Daquele tema.*

**Entrevistada:** Isso!

- *Saúde, Educação, né?*

**Entrevistada:** É... Isso... Então, daí sempre tem, né, aqueles, assim... Dá cento e cinco, ao to... Ao todo não, só na comissão...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** E daí, mais doze, que “é” da diretoria.

- *Entendi. É... Os moradores trazem pro.. Problemas pra você, enquanto presidente, “resolvê”?*

**Entrevistada:** Trazem. (risos) É o que mais acontece... (risos) “Vô” no supermercado da esquina, “Ah! Vem aqui...”

**Entrevistada:** Toda... Por isso, olha só, eu saí era 8:30 hr, de casa. A minha sogra falou assim, esses dias: “Eu não saio “pa” ir no mercado com você, mais”...

- (risos)

**Entrevistada:** Porque eu “vô” no mercado, e eu não tenho como “saí” “fazê” compra normal, porque daí, é uma coisa que, ainda, mais, ainda, porque você... É... Sendo o Marco vereador, né, então, muita coisa, eles buscam pra mim, porque eu “sô” assessora...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** E eles perguntam, buscam comigo pra “podê” eu “passá” pra ele. Então, assim... Quanto à associação, então, eu acho, que “juntô” tudo, “embolô” tudo, então, o pessoal vem, me procura, eu faço pra associação e faço, também, como assessora, né, porque a gente, já “tá” lá, trabalhando, pra “prestá” esse serviço. Então...

- *E como você se sente, em relação a isso?*

**Entrevistada:** Ah! Eu adoro!

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Nossa! Eu gosto, demais! Eu falo assim, tem hora que você... Não é todo dia também que você, “tá” assim, bem, né...

- *Domingo à tarde, descansando, bate alguém no portão? (risos)*

**Entrevistada:** Ah, sim, mas... assim... até no Domingo, eu gosto. Mas, assim, o único problema maior é no meu horário de almoço, porque eu quase não tenho horário de almoço...

- *Hum...*

**Entrevistada:** Então, eu saio, de manhã... Sempre tem três, quatro, aqui, no portão. Então, a gente atende sem problema nenhum. Só que daí eu chego, no meu horário de almoço. Eu saio 11h30min, mas geralmente a vereadora “tá”, ou a gente tem alguma, algum, algum morador, alguma pessoa pra gente “tá” atendendo. Então, eu nunca consigo chegar 11h30min, em casa...

- *Humhum..*

**Entrevistada:** Então, creio, chego quinze pra o meio-dia, meio-dia e quinze, “meio-dia e meio”.

- *E daí pra “voltá”...*

**Entrevistada:** E, daí, esses daqui vão pra escola. Eles entram 13h00. Então, eu tenho que “corrê”, “almoçá”, “corrê” e, “levá” eles pra escola, ainda, né, porque eles têm horário pra “cumprir”...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Eu entro 1h30min. Então, aí, é esse horário, é o mais crítico, porque a minha sogra fala: “Cesarina do céu, eu não tenho, eu tenho dó de você”, porque ela mora junto, né...

- *Ah, tá.*

**Entrevistada:** Ela fala assim; “Cesarina, eu tenho dó”, porque eu sento, bate palma e aí eu venho, atendo. Mas, assim, é gratificante, eu gosto.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Eu gosto, assim, de... Assim.. “tá” na associação, até no baile da terceira idade. Nossa! É uma delícia, sabe? Eu falo pro Marco: “Hoje, eu “num” “vô”, porque “tô” cansada, mas quando eu vejo, sabe... a terceira idade “chegano”, o pessoal “chegano”... ai, eu “vô”, eu venho correndo...

- *Aham...*

**Entrevistada:** Porque eu gosto de “atendê”, eu gosto de “tá”, aqui, com eles.

- *É... Que tipo de problemas os moradores parem... Trazem para serem discutidos durante a reunião? São problemas pessoais deles ou problemas que a comunidade tem?*

**Entrevistada:** Olha, é de um todo. É... Num geral assim, é todo. Têm uns que vem “tratá”, que nem eu te disse, da...da...previdenciário, é, documentação pra aposentadoria, né, que a gente presta serviço aqui na câ... Aqui na, na associação.

- *Humhum..*

**Entrevistada:** Então, assim.. Eu não encaminho, eu só falo: “Olha, você precisa “levá” isso, isso e isso”, “Que idade que você tem?”, se você tem direito ou não tem...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Então eu faço esse trabalho. Então, às vezes, no Sábado, de manhã, eu também, atendo aqui, né, trabalhando dessa forma “di”... Encaminhar as pessoas. Então, é num todo. Tem gente que vem procurar, assim: “Ai, porque o cachorro morreu, eu quero que a prefeitura venha “buscá””, “Ah, porque a minha árvore, em frente de casa “tá” pra cair e tem que vir “cortá””, “Ah, porque tem um buraco em frente da minha casa, eu quero um container”, é... de tudo um pouco, sabe? ... De tudo, “Ah, o meu vizinho “tá” lá...”

- *Tem coisas mais amplas e têm coisas pessoais?*

**Entrevistada:** Isso! Tem coisas pessoais.

- *A mesma pergunta eu faço, mas, quando eles “ti” procuram pessoalmente, não na reunião. Mais pergun... Mais demandas pessoais ou mais demandas coletivas?*

**Entrevistada:** Quando eles me procuram pessoalmente “é” mais coisas pessoais...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Mais “é” pessoais mesmo.

- *A associação procura manter um local pra guardar os documentos?*

**Entrevistada:** Sim, eu tenho contador, né, a... O escritório Esquema é a minha contadora. “Iii”... Mas, assim... Nem tudo eu posso “tá” “deixano” lá, então, o que eu po... O que eu, assim... Documentos mais pessoais, escritura daqui, que aqui, né, é registrado de associação mesmo, não tem dono nenhum, nenhum município é dono da Associação...

- Humhum...

**Entrevistada:** Sabe... Porque ela é de... Própria. Então...

- A sede é própria...

**Entrevistada:** A sede é própria. Então, essas documentações mais, assim... Pessoais, que nem estatuto, ata, essas coisas, eu já costumo “guardá” em casa, né. Mas assim... A, a respeito de nota é... Entrada e saída “di”, “di”... De alguma coisa, tudo com a contadora.

- Tudo com a contadora. Agora... Estatuto, livro ata...?

**Entrevistada:** Tudo em casa.

- Tudo na sua casa?

**Entrevistada:** Tudo na minha casa.

- Tá! E... Eu tinha outra pergunta, aqui, que tem a “vê” com isso, que é... Se... Se... A associação é, tem sede própria ou paga aluguel? Então... você acabou de me falar.

**Entrevistada:** Não, não. Não, ela é sede própria, mesmo...

- Desde...?

**Entrevistada:** Desde 2000.

- Tá.

**Entrevistada:** 2001...

- Hum...

**Entrevistada:** Desde 2001, porque, na época, a gente conseguiu um recurso do deputado federal, que é o... Nelson Tureck, hoje, prefeito.

- Ah...Ah, tá.

**Entrevistada:** É...

- Aham...

**Entrevistada:** Aí, na época, nós nem sonhávamos, que um dia, nós “ia” ganhar uma... Uma sede. Então, ele foi na primeira reunião, o Marco não era vere...pre...presidente de bairro, ainda, ele falou assim: “Olha, Marco, se você “ganhá”, eu coloco fé em você. Se você “ganhá”, eu “ti” “dô” cinquenta mil para você “construí”, a associação de vocês. Então, aí “começô” a luta, né. Então, daí então ele “ganhô”. Aí a gente, já, conseguiu a construção da associação, “construí” a construção, não, a gente conseguiu “comprá”... [...] Essa esquina. Isso! Essa esquina. Daí, aqui, era um bar, nessa... Nessa... Onde é a laje, é... Era um bar e aqui, assim... Só, essa parte que tinha... Que era uma casa. Então a gente daí...

- [...] Tá! É... Vol... Voltando às reuniões, é comum haver discussões entre moradores durante as sessões?

**Entrevistada:** Não. Nunca houve.

- Um dicutir com o outro?

**Entrevistada:** Não, não. Nunca houve. Assim, pelo que eu “tô” aqui, nunca... Nunca teve esse problema.

- É comum haver discussões entre os moradores e a de...e a diretoria durante as reuniões?

**Entrevistada:** Também não. Não porque assim, nós somos “tudo” assim... Acho que por, pela forma, na verdade é assim, eu falo pro... Pro Marco. É assim, é... Apesar de nós não fazermos reunião corriqueira...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** ...Assim direto. Eu acho assim... “Num” se faz reunião, mas a gente tem aquele contato direto com a população, né, todos os dias. “Num” tem a associação pra procurar, “num” tem a reunião, né, que nem, pra você “fala”, “num” tem a reunião, como é que eu “vô” “falá” com a pessoa? Como é que eu “vô” “falá” com o presidente? Mas aqui assim, eles sabem, que mesmo “num” tendo as reuniões, eles me procuram, né...

- *Hum...*

**Entrevistada:** Então assim, a gente é dado com a população, a gente é assim... “Num” se esconde sabe? “Cê” “qué” “chegá” na minha casa agora, já entra, já “vamô” “tomá” um café, já “vamô” “resolvê” o que tem pra “resolvê” com aquele morador... Então assim... A reunião aberta pra comunidade a gente, é, a gente faz, mas é assim, mais “light”, mais tranqüila, porque é assim, se ele tem um problema, ele já vai aqui em casa mesmo, já vai, fala ali, porque, né... Porque... [...] O presidente, ali, é mais fácil. Então, já vem e passa. Então, assim... Eu acho assim, se fizer reuniões... Nunca teve brig... Discussões, nunca houve assim... Alguém comprar uma briga, por exemplo: “Ah, eu não quero desse jeito, eu quero de outro jeito”... “Eu não quero a cor da associação”. [...] Então, não se tem uma discussão por não ter reunião, por não... Pela cor, pelo que a gente desenvolve aqui dentro, pelos alugueis, tá certo, eu tenho um caderno, tenho um controle, eu passo, isso aqui “tá” alugando, “tá” pagando tanto, se a gente vê que população... Que a pessoa que vai alugar não tem condições de “tá” pagando, a gente fala assim: “Olha, não tem problema, nós vamos “dá” o... O salão pra você, sem problema nenhum, você poder “usá”. Não tem... Não vamos “cobrá”. Então, assim... Não é que a gente olha “pá” cara da pessoa e dá o preço, sabe? A população sabe, que a gente precisa, a população sabe que isso aqui, pra “cê” “vê”, a sede hoje, ... até depois, se “cê” “quisé” “tirá” fotos da sede... [...] Sabe, às vezes, a gente pega o filme, loca, vem pôr, aqui, pra as “criança” “assistí”, nós “fazem” aquele Karaoke, né, que fala, né, que o povo vem e canta? Então, a gente faz, também, então assim, são várias atividades, então, eu acho que assim é o que eu falei pro pessoal do Conselho do Clube do, do, do... Daquele que eu falei agora... Do...

- *Clube de mães.*

**Entrevistada:** Não, não, que eu “sô” presidente, também, agora, fugiu.

- *O... Conselho...*

**Entrevistada:** O Conselho Local de Saúde.

- *O Conselho Local de Saúde?*

**Entrevistada:** Eu falei assim: “Gente, não adianta eu fazer reunião do Conselho Local de Saúde”. Tá certo, que a saúde é uma coisa assim, que todo mundo precisa, né, só que eles falam assim pra mim: “Cesarina, “cê” tem que “convidá” padre, “cê” tem que “convidá” pastor, você tem que “convidá” o pessoal da saúde, você tem que “convidá”, você tem que “colocá” essas pessoas”. Eu falo: “Negativo, se “fô” pra eu fazer uma reunião, pra “mim” “vim” “pô” padre aqui dentro, nada contra ... “Vim” pôr padre, representante de igreja é... Representante de “num” sei o quê, um pessoal do mercado, um representante “de qu`isso, de aquilo”, só pra mim “tê” um mérito assim de “falá”, assim: “Nossa, a pessoa veio...”

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Porque é mercado... Porque tem uma loja, eu não faço. Porque eu vejo assim, quem precisa não é esse assim... Eles “conhece”, eles “sabe” o sistema, eles “sabe” aonde “busca”, eles têm...

- Hum...

**Entrevistada:** Plano de saúde. Eles têm aonde “buscá”. Se a saúde... Se eles foi, no postinho e o postinho “agendô” pra daqui trinta “dia”, quarenta “dia” a consulta deles, eles “sabe” que, se ele for na secretaria de saúde ele vai “consegui” mais rápido...

- Humhum...

**Entrevistada:** Ele sabe que se ele for em algum lugar, ele vai conseguir. “É” coisas que a população “num” sabe...

- Humhum...

**Entrevistada:** Né? Tem muita gente, que é leigo no assunto disso....

- Tem...

**Entrevistada:** Então, eu falo assim: “Então, porque que eu “vô” “colocá” um representante de uma igreja, “vô” pôr o representante de uma loja, “vô” pôr o representante disso, se as pessoas já sabem...

- Humhum...

**Entrevistada:** Convida uma pastoral da criança, a pastoral da criança tem que “tá” nas reuniões, tem que “tá”? tem que “tá”. Mas, não assim, pra mim “vim” divulgar pra eles o que que é, sabe? Eu tive uma discussão ali, no Conselho do... Clube... Do Conselho Municipal da Saúde dessa forma, porque se eu for, pra mim, “fazê” reunião, apesar que nem faço, porque eu não tenho muito tempo. Faço assim, quando eu vejo, que já “tá”... Que tem que “sê” feito, eu faço. Mas assim, se “fô” pra eles “falá”: “Olha, Cesarina, você tem que “levá” pra associação de vocês o pessoal da...da...da... Associação, tem que levar o pessoal, aqui, do Clube de Mães, você tem que levar o pessoal de tal lugar para ir na tua reunião”, eu falo: “Num faço”. Porque esse pessoal, eles têm conhecimento...

- Não precisa...

**Entrevistada:** Eles têm conhecimento do sistema...

- Humhum...

**Entrevistada:** Sabe? Eles já, “tão”, ali, dentro. O pessoal do Conselho Tutelar, se você tem problema com a criança, eles sabem aonde “buscá”...

- Humhum...

**Entrevistada:** O pessoal da Secretaria de Saúde, da Pastoral da Criança, eles sabem aonde “buscá” o problema...

- Humhum...

**Entrevistada:** Né? E quem “num” sabe é a população...

- Humhum...

**Entrevistada:** ...Então, eu falo: “Eu convido a população”. Se vai “dá” cinco “pessoa”, dez “pessoa”, vinte “pessoa” é um interesse da população, se eles quiserem “vim”, venham.

- Humhum...

**Entrevistada:** Mas, assim, o convite “tá” aberto pra eles. Também, pra pessoal da Pastoral, “tá” aberto pra eles, mas assim “dizê”, que eu convivo, que eu faço assim, se “num” “vié”, “num” tem reunião, não.

- Humhum...

**Entrevistada:** Porque, o Conselho da Saúde, ele trata assim, que tem que “vim” e tem que “fazê” e eles se nem “tivé” “num” “faiz”...

- Humhum...

**Entrevistada:** E pra mim, já, eu falo diferente, porque eles “sabe” aonde “buscá”, né? Eles já têm o conhecimento diário e a população “num” têm. Muitos ficam lá, jogadinhos lá, no cantinho, aquele que “cê” tem que “buscá” pra tua reunião...

- *Humhum... É...*

**Entrevistada:** É aquele que num tem conhecimento, que às vezes, fica sendo jogado pra lá e prá cá... É aquele que tem que “tá” aqui, pra você “passá” um pouquinho do teu conhecimento pra ele...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Não é? Agora esses que já tem... Você vai “falá” o quê? É... Porque aquele que já tem o conhecimento, você vai “falá” pra quê? Ele tem um conhecimento bem maior que a gente, né, porque ele já “tá” infiltrado no sistema, né, aquele... Que nem Ação Social, né, muita cesta básica, pessoa fica, olha, eu “tô” “num”... Eu tenho hoje, o que eu “vô” “fazê”. “Pô” “faiz” o cadastro na ação social, aquela pessoa “num” sabe, que tem um cadastro, que ele pode “tá” entrando...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** “Tá” sendo recebida a cesta básica mensal...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** “Num” sabe. Agora, eu “vô” “trazê”... A Ação Social “pá” uma reunião, sabendo que eu “vô” “falá”, o que eles já “sabe”?

- *(risos) Faz sentido.*

**Entrevistada:** “Num” tem sentido. Então, assim, é isso mais que eu brigo, sabe? [...] O pessoal, aqui, da associação, às vezes, fala assim: “Roseli, “vamo” “fazê” uma reunião e “chamá” fulano, fulano, fulano”. Eu falo: “Pra quê?” “Ah, pra “sê” discutido isso, ah “sê” discutido a...a... Segurança do bairro”. Eu falo “Pô” “mais” eu “vô” “chamá” policial, “vô” “chamá” gente “pá” “fazê” uma reunião discutindo a...a...a falta de policiamento no bairro, a falta de segurança. Tá eu “vô” “chamá”, mas eu tenho que “chamá” a população. “Não”. “Mais” daí “cê” vai “chamá” a população, vai “dá” uma... tem que “dá” briga aqui, porque todo mundo sabe” “Não, mas “num” tem que, que “dá” briga!” Se eu faço com eles, eu posso até “fazê” um dia com eles, mas eu faço um dia “co` a” população pra saber o que que eles querem, pra mim passar pra eles...

- *Humhum... Mas, assim, se for pra “falá”, hoje, com quem você fazi... Faria uma reunião, hoje? Sobre segurança pública? “Cê” faria” com o delegado ou você faria com a população? Faria com a população...E depois?*

**Entrevistada:** Nã... Talvez, nem faria com o delegado. Iria, lá, e falava: “Tem um “horarinho” pra me “atendê”?” “Tem” “Então, “vâmo” “conversá” a questão. Porque, a questão de saúde, a Secretária de Saúde sabe onde “tá” o problema dela...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Se ela sabe, que tá, aqui, no Lar Paraná, ele já “tá” sabendo, “num” precisa eu “levá”. Se... Se o delegado sabe, que, aqui, no Lar Paraná, “tá” tendo muito roubo, “num” “tá”, tendo viatura, “num” tem isso, “num” tem aquilo, o delegado sabe, “num” precisa eu “levá” pra ele e “fala” assim: “Olha, delegado, eu quero uma... Uma posição”. Eu posso “levá”, só que daí, eu falo assim: “Tá, mas por que eu trago ele, aqui?” “Num” faz sentido. Pra mim ... Pra mim não faz sentido. Pra mim é mais fácil levar...

- *Pra ele [delegado]...*

**Entrevistada:** Isso.

- *E cobrar uma resposta...*

**Entrevistada:** “Cobrá”, “cobrá”...Via ofício, via... É... Alguma coisa. Faço um projeto, faço alguma coisa...

- *E depois, você volta...*

**Entrevistada:** E, depois, eu trago “pá” população, falo: “Olha, “tá”, aqui. Eu fui, levei, né, fiz isso, *isso* e isso...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Mas trabalho com a população.

- *Entendi.*

**Entrevistada:** Né, porque “é” eles que precisam de uma, de uma orientação, de uma assistência...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Não o delegado, porque ele sabe o problema que tem, a saúde sabe, todos eles sabem, o problema que tem...

- *Hamham...*

**Entrevistada:** Em cada bairro, né... Cada sistema sabe. Então, “num” tem necessidade de eu “marcá” reunião pra “falá” no fim de uma reunião: “Pra mim fica bonito”...

- *É... Uma coisa, que eu queria “ti” perguntar, é... Assim, porque eu venho, a minha formação foi toda em cidade grande...*

**Entrevistada:** Aham...

- *E aí, quando eu cheguei aqui, eu... É... Fiquei surpresa com essa coisa do Capital Social, ou seja, as pessoas se conhecem muito e as pessoas se conversam entre si, então, por exemplo, quando você comenta: “Ah, eu, eu resolvo lá, com o delegado e depois “vô” pra um ou outro.” É mais fácil?*

**Entrevistada:** Pra mim é mais fácil.

- *Por que, depois eles repassam?*

**Entrevistada:** Porque, daí, eles repassam.

- *Ah...! Entendi.*

**Entrevistada:** Repassam, porque é assim, como é... O bairro, é...é...é assim, eu nem sei, um... Acho que um patamar de vida, todos eles é o mesmo...

- *É mais homogêneo?*

**Entrevistada:** É. Todos eles trabalham assim... “Num” sei se seria trabalho, mas assim, todos eles é... Vivem de uma mesma forma, né. [...] Que tipo, se você “colocá” uma pessoa do Centro, aqui, ele tem um estilo de vida diferente do nosso, aqui... [...] Então, fica mais fácil da gente “trabalhá”... Dessa forma... Todo mundo se conhece. Então, assim, hoje, se você perguntar de mim, o Lar Paraná inteiro conhece, né. Tantos outros bairros também. “Perguntá” do vereador Marco “piorô”, né... [...] Assim, fica assim, cria assim... Um conhecimento, entre... E a gente “num” tem aquele bloqueio, a pessoa veio, pode “sê” o que for, a gente atende do, da mesma maneira... [...] Eu não quero nem “sabê”, se amanhã eu “vô” “tá” presidente daqui. Eu fico com dó, porque eu moro bem na frente, né. Já “pensô” outro presidente, aqui?

- *É...*

**Entrevistada:** Que nervoso! Aii! Porque aqui, tudo que tá construído aqui, tudo foi “nóis”, que construímos, não teve nenhuma pessoa assim, que veio e “falô” assim... Né, aqui não tem uma pessoa que “falô” assim: “Não isso daqui foi eu que coloquei”. Então, tudo aqui tem o dedo meu ou do Marco.

- *Ou seu ou do seu marido.*

**Entrevistada:** Isso. Então, assim, eu tenho fotos do meu menino bebê assim, pequenininho, quando eles “tava” construindo isso daqui... [...] “Eu não posso me apegar tanto. Meu marido fala: “Cê não pode se apegar!” Eu falei: “Mas, a gente num tem o que fazê...” [...] A gente se apegou, porque cê vê tudo isso aqui, é... criação nossa. É um esforço nosso.

- *Deixa eu voltar aqui, um pouquinho... Ah... É sobre aquela questão da, das... Reuniões se abrir a discussão ou não entre vocês e os moradores, e tal. Em ambos os casos, como essas divergências são resolvidas, mas você, já acabou falando. Por exemplo, você vai e... Resolve es...*

**Entrevistada:** É... Eu tento “resolvê” e depois, eu passo pra eles. [...] É, porque mesmo, eu não se... Se...se... Se caso eu não fosse presidente, eu como assessora, eu, já, tenho, quase, que obrigação, né, de “tá” trabalhando dessa forma, mesmo “num” sendo... “vâmo” supor assim, que eu não fosse presidente, não fosse esposa do... Do... Vereador, mas eu tinha a obrigação, eu como assessora de um vereador, eu tenho a obrigação de “tá” atendendo a pessoa... [...] Da forma correta, “tá” enviando “pr`uma” assistência, em... Envian... Então, assim, eu como presidente da associação e esposa do vereador, (risos e entonação da voz modificada) já facilita bem...

- *E tem que ter um conhecimento grande da, da... Do funcionamento do Executivo...*

**Entrevistada:** De cada secretaria...

- *E do Legislativo, né?*

**Entrevistada:** Isso! É...

- *Você tem que conhecer todo mundo...*

**Entrevistada:** Tem.

- *Saber todo mundo, mais ou menos, quem trabalha, em qual área...*

**Entrevistada:** Pra você carregar, pra você enviar... [...] A pessoa na... No local certo, né... [...] Porque, assim, eu “só” da certa forma, é... Tipo, uma pessoa veio na minha casa e me entrega uma receita médica e fala assim: “Cesarina, é...” ... Uma receita não, um encaminhamento de Secretaria de Saúde, “vâmo” supor e fala: “Olha, Cesarina, “num” “tô” conseguindo “marcá””. Eu falo assim: “Não, pode deixar o papel, que eu marco”, só que é assim, eu não falo pra pessoa ir lá, eu tento resolver, eu... [...] Pego o papel, “vô” lá, marco, marco a data, pego tudo e levo na pessoa... [...] Na casa da pessoa. [...] Porque é assim, muitas vezes, você pega o papel, fala assim: “Vai, lá, tal dia, que a pessoa vai “marcá”” e não, “num” dá aquele dia, a pessoa vai outro dia, daí causa um transtorno, a pessoa não sabe “da onde” “tá” vindo, não sabe o que, que é.

- *Como que você trata os assuntos relacionados à associação? Por exemplo, você leva os problemas pra resolver em casa, quando, por exem... Tem alguma coisa e “sobrô” pra você “resolvê” em casa...*

**Entrevistada:** Hamham...

- *Oito horas da noite, no Sábado.*

**Entrevistada:** Aham...

- *É... Ou esses assuntos são resolvidos, apenas, na associação? “Num” tem dessa, né?*

**Entrevistada:** Não, não.

- *Se precisar, você...*

**Entrevistada:** Se “precisá” eu atendo até... Até porque, assim, nós temos todos os da diretoria. Temos é... Como é que fala, é... Secretário... [...] 2º secretário, temos o contad... O tesoureiro, 2º tesoureiro. Só que é assim, eu trabalho... Quase sozinha... [...] Então, assim, a ata, tem a pessoa que faz, mas daí, ela é passada, digitada, porque daí, eu gosto de “tê” uma pastinha, aonde as atas são digitadas... [...] Pra “mim” “tê” um controle maior, mas ele

é feita no livro ata, perfeitamente, então, já sobra esse trabalhinho “d`eu” “digitá” sobra pra mim, né? [...] Questão assim... “Financeiro”, né. Eu faço o baile da terceira idade, eu fecho o caixa, passo pro caderno... Faço o depósito. Então... Se eu “num” fizé” né... Eu tenho que “levá” pra casa, eu tenho que “fechá” o caixa, eu tenho que “noutro” dia, na Segunda-feira, “fazê” o depósito...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Tipo. Daí, eu falo pra ele: “Vai lá, “pegá” pra mim”. Ah não, porque eu tenho que “fazê” tal coisa, tal coisa e tal coisa. Aí, eu peço pra ele, né: “Hoje eu tenho que “estudá” Marco, pelo amor de deus, fica no caixa pra mim.” “Ah, não, “num” tem jeito”. Aí, eu acabo ficando... E falo: “Mas na época, que você era presidente, eu né... “...Ficava, né.” Aí, agora, “cê” tem que arrumar outra pessoa. Daí, ele fala, assim: “Não, mas é que...” né... Assim, eu não consigo “deixá”, sabe? Acho, que faz tantos anos, né, porque, então, vai “fazê” seis anos, então, que a gente “tá” nessa... Nessa... Nessa brincadeira, assim...

- *Na vida pública?*

**Entrevistada:** Nessa vida pública, nessa coisa, que eu adoro. Eu falo, que é brincadeira, porque a gente “faiz” brincando...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Porque, a gente gosta tanto de “fazê”, que pra mim, “virô” um hábito.

- *Não é peso?*

**Entrevistada:** “Num” é peso.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** É... Eu adoro, porque eu gosto de “chegá” aqui, então aí, que nem agora, Terça-feira, eu “vô” “viajá”. Aí, o Marco “falô” assim: Olha, só que Sábado nós temos que “tá” aqui. Então “vâmo” “saf” na terça, pra Sábado a gente “tá” aqui. Eu falei: Não senhor, “vô” “ficá” a semana inteira, porque já providenciei quem fique, né... Pra mim, no caixa, na portaria andando, cuidando, tudo, né”. Aí, ele “falô”: “Não, mas, daí eu tenho que “i” lá...” Porque imagina, o povão “tá” tudo ali, meus amigos, né, e daí? E daí, a gente “num” vai “tá” lá? Eles, já começam a sentir a falta nossa... E “num” sei quê”... [...] Eu falei assim: “Pior, que é verdade”. Porque teve um dia, só que eu “num” vim, porque eu não “tava” bem de saúde. Nossa! O pessoal ia lá em casa, sabe? Eu “tava” fechada lá dentro, sabe? Tipo... Uma dor de cabeça tremenda... Ouvindo aqui. Aí, daqui um pouco chegava um “Cesarina, “cê” “num” “tá” bem? O fulano me “falô”, que “cê” num “tá” bem”. Sabe? Então, vai tudo lá... Lá em casa. Então, assim... É... É, é um peso, todo mundo classifica assim: “Nossa! É um peso”. “Nossa! É cansativo...” Chega tarde, “pô”, “cê” tá cansada mesmo. Mas, eu falo assim, pro Marco: “Meu cansaço físico compensa a harmonia, que “cê” fica aqui, com esses terceira idade. Menina... É uma delícia. Eu falei assim, porque na ginástica eu “num” vô, não participo, né... Nen... nenhuma das ginásticas tem como “participá”, porque é de manhã, eu já “tô” no serviço. À tarde, eu “vô” pra faculdade. O karatê, também. O professor de karatê é muito amigo, nosso, que é o Sebastião Galdino. Então, a gente adora ele, mas assim, a gente já tem um vínculo com ele, quase que familiar... [...] Ele vem em casa, almoça, né... A esposa, tudo. Então, a gente tem um vínculo com ele, mas assim, com as crianças, que participam do karatê, a gente conhece os pais, então... Mas, a terceira idade, assim, que é o que você permanece, então, você parece “cê” cria um vínculo. É uma amizade tão grande, as mulheres “chega” “ti” “abraça”, “ti” “beija”, nossa... sabe? Os homens “chega” “conversa”, “pega” na sua mão te “abraça”...

- Na sua opinião, qual a influência dessa maior intimidade com os moradores, no seu trabalho, dentro da associação?

**Entrevistada:** Como assim, influência...?

- *Que você acha, é... Que... E de que forma, que... Essa intimidade influencia o seu trabalho? Se ele influencia?*

**Entrevistada:** Ah... Parece que dá mais ânimo, né? Porque, daí, você tá assim, trabalhando e “tá” vendo, que você “tá” tendo um respaldo, assim da população, porque daí, mesmo você não tendo a quantidade de reunião pra você “trazê” a população pra “conhecê” e tudo mais. Você já sabe, que a população participa, até hoje... [...] É. Até de longe. [...] Sabe, assim, mesmo você não fazendo reunião... Gente, olha... Eu chego seis horas, “cê” pode “tá” aqui seis e quinze, o pessoal “tá” tudo aqui. Aí, a gente senta ali, na esquina, sabe? Eu sento meia hora, ali, e fico, ali, sabe? Tem um pessoal que toma chimarrão, ali, o vizinho, o meu marido. Então, a população atende. Então, assim, acho que é gratificante, porque a gente sabe, que a gente “tá” trabalhando dessa forma e a população, “tá” contente, porque se “num” tivesse, eu acho assim, que a “pessoas”, já, vinham assim, mais... Sabe...?

- *Reclamar?*

**Entrevistada:** “Reclamá”. Então, a gente não ouve reclamações... Sabe? Até, a gente ouve assim “falá” que um ou outro “qué” “montá” uma chapa, pra “concorrê”. Que fala que tem que “tirá” das mãos do Marco...

- *E quê que “cê” acha... E que que “cê” acha disso?*

**Entrevistada:** Olha... Se “quize” ... Eu “num” posso “falá” nada, né? Porque, que nem “cê” “falô”, a gente vive “num” mundo democrático, quem “quisé” “fazê”, então “faiz”.

- *Mas, assim... A gente... Você “comentô” comigo assim, que é... Toma isso aqui...*

**Entrevistada:** Ah... Eu fico com dó. (risos)

- *(risos) Como algo seu...*

**Entrevistada:** ... Eu “num” “vô” “tá” mais... A gente fala, né, mas assim, se a gente, se... Que nem na época do meu marido, eu “num” sabia o que ele “tava” passando, porque ele “tava” à frente, ele era o presidente. Quando ele teve a primeira eleição, “tá” certo, teve concorrência, teve...né? Mas foi superado. Na segunda eleição, foi ele eu foi o presidente. Então, a gente “num” tem assim... A gente se apega, a gente fica preocupado, mas a gente “num” tem aquele... Aquela preocupação, porque você não tem... Sabe, que pode “acabá” Então, assim, na época dele, ele tinha preocupação. Como presidente ele tinha aquela preocupação, só que eu como... Como pess...

- *Como mulher dele.*

**Entrevistada:** Como esposa, assim, como eu não tinha tanto vínculo, eu falava “olha, se “acabá”, “num” tem assim, sabe...? Aquela...” Mas, hoje, eu vejo de forma diferente.

- *E quando “cê” escuta, que alguém “qué” montar uma chapa...*

**Entrevistada:** Que alguém “qué” “montá” uma chapa? Aquilo corta o meu coração... Eu falo: “Oh, meu Deus, deixa eu “ficá” mais um ano”. Porque, eu fico com dó. Mas, assim, se “qué” “montá”, poxa... Eu não posso “empedi” de alguém “montá”. Só, que assim, eu vejo pelo trabalho... Sabe? Eu não tenho medo de hoje “montá” uma chapa, assim, porque a gente sabe, que depois, é mais complicado pra você “ganhá” uma eleição. Só, que eu vejo assim, a quantidade de voto que eu fiz sem ninguém “tá” me conhecendo como presidente, foi uma quantidade expressiva... [...] Por ser até três horas, né, foi três horas de votação e a quantidade de voto, que eu fiz. Hoje, eu acho assim, que o trabalho foi reconhecido, “tá” sendo conhecido e todo mundo me conhece... [...] Então, assim, é mais fácil uma outra reeleição, que eu só, posso mais uma vez, né? [...] Mas assim, se “tivé”, a

gente vai “trabalhá” né, pra... Pra que eu seja eleita. [...] Mas, aí, dá um medo. Eu fico morrendo de medo. Até, falei pro Marco... Se alguém “tomá” e, a presidência, da associação, né. Aí eu falei pra ele que eu quero “mudá” dali. Da frente...

- *E aí, você vai “virá” oposição?*

**Entrevistada:** Ai... Não!

- *Aí, você vai “virá” oposição? Não?*

**Entrevistada:** Ah... Eu acho que não. Se a pessoa assim... Porque na verdade, assim, se a pessoa “falá” assim: “Cesarina, eu quero “trabalhá” junto com você”. Eu venho. [...] Sabe, assim, se for de coração mesmo, se a pessoa for uma pessoa de confiança, que seja uma pessoa assim, que “teja” do nosso lado, que... Que foi do nosso lado, eu trabalho com ela. Porque, pra você “vê”, tem a.. O meu vice, hoje, a primeira eleição do Marco [eleição de 2004 para vereador], ele foi chapa de oposição... [...] Ele era presidente, né, de oposição. E ele já “tava” por três mandatos. Ele foi um mandato presidente e dois mandatos ele foi vice do Celso do Vale. Então, assim, daí, ele saiu como presidente de novo. “Disputô” a eleição, com meu marido. Nossa, foi uma briga, que você “num” tem idéia. Porque assim ... Hoje se fala... PMDB, PPS, em Campo Mourão... [...] A ele, né... Tanto, que a gente, já, tinha uma demanda partidária, não pela associação, mas o pessoal nosso, porque a gente também nem tinha assim... Vínculo político, na época... [...] Então, quando foi a, a eleição, ele foi oposição a nós, até teve um fato, que ele conta, se ele tivesse, aqui, ele contava: Ele “mandô” um cara “vim” “brigá” comigo... Um homem, porque o meu marido “num” podia “saí” da porta, lá, pedindo voto, com certeza, e eu pedia voto pra ele, aqui fora, né, claro, com certeza... E aqui, na esquina, eu vinha ali, conversava aqui... Só que assim, eles falam assim: Ai, puxa gente, “num” teve isso, né, na época...

- *Ele mandou um homem vir brigar?*

**Entrevistada:** Ele “mandô” um homem “vim” “brigá” comigo. E eu falei pro homem: Falei: “Olha, meu querido, o senhor me “desculpa”, enquanto eu “tivé” fala e “consegui” “ficá” nesse sol eu “vô” pedir voto pro meu marido, agora, você já que é dá oposição, peça voto pro teu presidente. [...] Eu “num” to carregando ninguém, no meu carro, eu “num” “tô” levando ninguém pra “votá”, apenas eu estou aqui na frente da praça, pedindo voto pra quem “chegá”... [...] Aí é a pessoa que vai decidir, é, boca de urna, né? ... É errado, mas eu falo que foi eu que fiz, né? ...Eu falei a pessoa decide lá, em quem ela vai “votá”, né, aí ele “pegô” e num quis “aceitá” o que eu falei, a gente discutiu e ele grudou nos meus “cabelo” e eu falei: “Assim, não dá, né, meu querido, assim, não fica certo”... Homem batendo em mulher... Daí isso aconteceu, e ele, esse que é o meu vice, hoje, que “mandô” o cara vim fala comigo... [...] Porque que eu tava carregando, carregando não... porque que eu tava pedindo voto na frente ali, da... Da onde tava sendo a eleição. [...] Então foi um fato assim que até hoje, ele conta que ele: “Ai, Cesarina, me desculpa, pelo amor de Deus, de “tê” feito o cara...”

- *E hoje, vocês trabalham juntos...*

**Entrevistada:** E hoje ele é o meu vice-presidente... Então a gente trabalha, assim, nossa, com uma harmonia tremenda, sabe? [...] Eu preciso dele, ele tá lá, me ajuda, eu ligo pra ele, essa semana, eu liguei e falei assim: “Preciso de voce aqui, pelo amor de Deus, urgente...” “O que que aconteceu, meu Deus do céu, fala” e eu: “Nada pessoal, quando eu quero você, é claro que é alguma coisa da associação”. “Então, é, aconteceu isso, isso e isso”, daí eu passo para ele, né, entao, aí hoje, a gente trabalha junto e ninguém acredita, e até na época agora, que o Pedro, “tá” candidato a vereador, ele “trabalhô” como vereador, com o meu marido... Aí ele “voltô”... Não é só no bairro, e aí ele “voltô”, ele viu que o trabalho que a gente “feiz”, foi bem feito... [...] Que ele, né, sentiu assim,

que, que poderia “tá” do nosso lado e “voltô” e “tá” do nosso lado, até hoje... E eu vejo assim, se a pessoa “consegui”, ééé... “Consegui” não, é, é, for eleita uma outra pessoa, se “quisé” minha ajuda, perfeitamente. [...] Só que tem muitos que fala: “Eu quero aquilo lá pra mim”, que querem que “qué” “sê” presidente da associação e já tem outros que fala: “Meu deus, eu “vô” “pegá” aquilo lá pra quê? Com uma estrutura daquele tamanho, eu “vô” “tê” um monte de dor de cabeça...”

- *Você, tem contato, na mesma intimidade, que você tem, aqui, com as mesmas pessoas do bairro, você tem, tem também com as pessoas que ocupam cargos públicos, sem contar o seu marido, é claro... (risos)*

**Entrevistada:** Tenho uma intimidade tremenda...

- *Mas assim, com outras pessoas de secretarias... Você gosta de um contato mais informal, com essas pessoas...*

**Entrevistada:** Não, nós temos... Particularmente, eu tenho... Não tenho problema com nenhuma secretaria, “sô” atendida bem, em todas as secretarias...

- *Você prefere esse contato, mais pessoal, porque você acha mais fácil, por exemplo... “lidá”...*

**Entrevistada:** Isso! Eu, prefiro, eu tá indo “levá”... O problema assim, que nem, a pessoa vem aqui, me dá o encaminhamento, eu mesmo gosto de “levá”...

**Entrevistada:** Isso... Até porque também, a questão, que esses dias me comentaram: Falou assim: “Ai, a... O vereador é eleito, já começa a “fazê” aposentadoria”. Eu falei: “Não, tudo errado! Porque eu faço, porque eu gosto, e outra, que eu to na área trabalhando...eu to estudando, nessa área...” [...] Eu, eu, eu não faço aposentadoria, eu encaminho... a documentação... Não, só a documentação... A pessoa vem, eu chego e falo: “Olha você precisa disso, disso... [...] Por quê? Porque daí, eu falei: “E... Eu Estudo nessa área...né, futuramente, eu posso, “tá” adquirindo essa profissão também...” [...] Né, previdenciário, tem onde... Olha, é tão assim, porque e eu fico com dó, eu mais assim, eu mexo nessa área, porque eu tenho dó, da pessoa... [...] Porque você vê... O tamanho do desconhecimento deles. Sabe, assim, eles, eles, vão ao INSS, a pessoa olha pra eles e fala assim: “Não, você não tem direito...” Eles vêm embora, mas eles têm direito. Sabe, se você “fazê”... Aí eles vêm pra mim e fala assim: “Não, Cesarina, ai eu acho que não “vô” “consegui”, porque, olha menina, eu fui lá no INSS e não consegui... “Magina” se eu “vô” “consegui”.

*É... Que tipo de questão você considera importante “levá” pro poder público? Quais são as questões que você acha, são mais importantes, pra “levá” pra secretarias, que você tem contato...*

**Entrevistada:** Educação... Educação, Saúde... E a...a...

- *Assistência...*

**Entrevistada:** Assistência Social. Os três...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Ação Social, Secretaria de Saúde... Por exemplo, “tampá” buraco, isso, não é tão relevante... Não, eu acho que não é tão relevante. Porque, assim, tem outras coisas bem mais importantes assim, a ser focada, né... Tem gente que passa fome e não sabe que o... A ação Social dá cesta básica, né?

- *Qual é que é a sua percepção quando você procura o poder público, com as reivindicações, o que “cê” acha que eles pensam sobre a sua... A sua postura?*

**Entrevistada:** Que eu “sô” uma xarope... (risos) Fala: “Lá vem a xarope...” (risos) Não assim, eu não tenho assim, o que “reclamá”, né. Eles falam assim: “Ai, Cesarina, você é, só é atendida porque o Marco é vereador, do lado do prefeito...

- *Quem fala?*

**Entrevistada:** Mas “num” é... Os, os outros da... As, as, as outras associações... [...] Sabe, as outras associações “fala”: “Não, você só é atendida porque o vereador é do lado do prefeito, hoje é coordenador...” Né, eu falo: “Não, senhor, eu “sô” atendida, da mesma forma que é atendida as pessoas, só que assim, os presidentes, hoje, eles se interessam com o quê? Ah, eu quero um litro de gasolina pra mim, lá, não sei na onde, “levá” um bobo, lá, “Ah, eu quero um jogo de camisa, pra mim “jogá” com o meu time, lá do bairro, “Ah, eu quero que meu time “teja” colocado lá, no andador... Né? Eles se preocupam assim, eu vejo que a maioria dos presidente de bairro, hoje, se preocupa dessa forma. Ah, eles, querem tá no meio do povo, vinte e quatro horas, e... [...] Então, eu acho assim, a gente tem que “trabalhá” naquilo que a pessoa necessita e que é de obrigação, sabe, assim, a pessoa precisa de comida, precisa disso e precisa disso, a associação vai “tá” ajudando, “tapa” buraco, corte de água, essas coisas assim, a gente ajuda, só que assim... [...] Eu não acho que é relevante, sabe, assim, “ficá” expondo: “Ah, a associação tem que “jogá”, a associação...” Sabe, por chegar...

- *Aí, por você levar questões mais sérias...*

**Entrevistada:** Mais sérias, a gente é atendida... [...] Eu acho que eles “acha”, mas meu marido fala assim que eu ponho muita coisa na minha cabeça, sabe... [...] Porque assim, é, tem presidente de bairro que fala assim, eu quero construir uma sede, “faiz” um ofício pro prefeito e fala assim: “Prefeito eu quero uma associação! o Marco tem, a associação dele, né”... Porque aqui, eles falam que aqui é do Marco, não é nada nosso, não tá nem registrado no meu nome...

**Entrevistada:** Então, nós somos a única, né, primeira e não sei até quando que nós vamos ser a única. [...] Só que... Eu vejo assim, eu “sô” atendida. “Sô” mesmo, porque eu fa... Eu fico em cima, sabe, fico em volta, todos os recursos que veio pra associação, tá certo que a gente pede, né, quanto vereador, “i”...”i”... Porque tem que “sê” feito um projeto, pra gente “recebê”...

- *Mas eles fazem algumas sugestões a você, de vez em quando?*

**Entrevistada:** Como assim?

- *“Cê” chega lá pra, pro secretário de saú... Da Secretaria de Saúde, por exemplo... Leva uma reivindicação, aí você... Leva uma reivindicação e mostra um problema...*

**Entrevistada:** Hamm...

- *É... Eles fazem o que você sugere pra “resolvê” o problema?*

**Entrevistada:** Aham, com certeza! Tem que “sê” da forma que o sistema funciona, né? [...] Não é possível, assim, eu “querê” “chegá” lá, tipo, essa semana eu precisei de uma ressonância magnética, de crânio, a pessoa, “tá”, sabe, hum, “tá” na cama, “tá” mal mesmo, então, o que é que eu podia “fazê”, a secretaria não pôde me “atendê” naquela hora, mando eu vim... [...] Tem um procedimento... Você tem que “dá” entrada, como os outros. Você dá entrada no pedido... Você vai “tê” que “aguardá”, a ficar pronto aquele pedido, né, então a gente dá entrada, da mesma forma... [...] Sabe, da mesma forma que os outros dão... Sabe, mas só que assim, às vezes eles vêem a necessidade, porque talvez vai uma outra pessoa e protocola lá o pedido... Como sendo essa ressonância, protocola, a pessoa fala: “Olha, só vai “dá”, daqui trinta dias, sessenta dias...” [...] Aí a pessoa, não tem conhecimento com a família, não sabe, às vezes, foi de favor, não, tudo bem, vira as costas e vai embora, né, e a gente não, a gente já fala: “Olha, dá atenção”, manda a Ação Social ir lá, “procurá” com a Ação Social. Então vai lá vê a pessoa, se “tivé” mesmo, se for a verdade, atende, “faiz” que atende, né... É, “faiz” que atende, não... “Faiz” da forma assim, que, que a pessoa seja atendida, assim... [...] Mais rápido, né... Se a gente, mas também,

não abusando, né, a gente não é porque a gente, né, tem, tipo, como se fosse um poder, a gente chegá lá e “querê” “passá” na frente dos outros que “tá”, na, na... Na lista de espera, nada disso...

## Entrevista 2

- Tá. É... A senhora tem algum cargo na associação?

**Entrevistada:** Eu sou... Como que se fala? É... Ai, meu deus! Me ajuda.... Como que é o nome...

-Secretária?

**Entrevistada:** Nã... Não...

- Conselheira...?

**Entrevistada:** Me ajude a lembrar o nome...

- Mas a senhora está... Faz parte....

**Entrevistada:** Eu participo...

- ...Da diretoria...

**Entrevistada:** Eu participo da diretoria...

- Da Diretoria...tá.

**Entrevistada:** É... Só que fugiu o nome, agora...

- A senhora foi eleita ou a senhora... É... Foi indicada?

**Entrevistada:** Fui indicada.

- Tá. Por quem?

**Entrevistada:** Ah, pelos próprios... Né... O presidente de bairro, as pessoas que convive, porque eu convivo com todo mundo, né... [...] Então pela amizade que a gente tem.

- Humhum... A senhora é filiada a algum partido?

**Entrevistada:** Não. Mas defendo muito o prefeito...

- Tá.

**Entrevistada:** PMDB.

-Tá. (risos).

**Entrevistada:** (risos)

- É... Agora eu queria passar assim, para uma... Uma parte mais, de descrição das reuniões lá, da... Da associação. É... Como?... Geralmente toda reunião... Tem... Um tema ou alguns temas que vão ser discutidos. Como é que se escolhe esses temas, a senhora sabe?

**Entrevistada:** É... Conforme está o bairro, né? É o que mais precisa, sobre o bairro. Se é na área da Saúde então vai fazer da reunião da saúde, se é da... Da Educação, vai discutir sobre a educação. Então cada tema tem a sua... O seu dia, né, que... Que tem lá, as reuniões... [...] E... É bastante participativa, né, então... Anima muito o povo... Então todo... Cada coisa... Tem o seu dia e a sua reunião.

- Humhum... Quem define esses temas? A própria população do bairro?

**Entrevistada:** Sim.

- Que conversa com os membros da associação...?

**Entrevistada:** Isto. E, daí o grupo da associação, também, né... Hin... A... Reúne-se todo mundo junto, e discute sobre, o... O caso, cada caso, né? [...] E vê qual o melhor, o que... Qual que tem que fazer primeiro... Então... é muito bem organizado, ali dentro.

- Os moradores falam, durante a reunião ou só o pessoal da diretoria?

**Entrevistada:** Não eles “fala”, eles têm às vezes... Cada um fala a sua... Versão, né, como... Tinha que ser, como... Tem que ser, então, cada um dá a sua opinião.

- *A senhora debate, questiona muito durante a reunião?*

**Entrevistada:** Depende cada caso, né? Entao aí, conforme, o caso, eu... Eu estou... Não só eu, todo mundo, né? Um... Fala ou dá sugestão... O outro também...

- *Humhum... Que tipo, de problema, os moradores levam... In...inclusive a senhora, leva lá para ser discutido na... Na associação...*

**Entrevistada:** Saúde, Educação... É... Sobre emprego...

- *Hum... Como assim, saúde... Por exemplo?*

**Entrevistada:** Saúde assim, conforme o postinho, né, que a gente tem os postinhos de saúde, aqui... [...] Então... Alguma vez falta alguma coisa, ou os exames estão muito di...difíceis para marcar, né...

- *A senhora sabe se tem reunião periódica, na associação? Periódica, assim... Ah... Todo mês tem reunião, todo dia tal, do mês, tem reunião. Ou não? Ou depende... De como...*

**Entrevistada:** Não, se for o caso assim, todo mês tem uma reunião, né, e é entre um grupo para discutir, né? [...] A diretoria. E daí cada caso, como eu te falei, cada caso, então... Vai lá e... Fala, né? “Olha, nós estamos com tal problema, então vamos marcar uma reunião aí”... E já marca... [...] Em seguida.

- *É... A senhora leva os problemas para... Da... Relacionados assim, ao que a senhora sabe dos problemas do bairro...*

**Entrevistada:** Humhum...

- *Para serem discutidos, com os moradores, na reunião, lá dentro da associação? Ou a senhora procura diretamente quem a senhora sabe, lá dentro, que... Pode resolver o problema?*

**Entrevistada:** É... Eu levo para... Para o presidente de bairro. Aí eu...

- *Quem que é o presidente?*

**Entrevistada:** A Cesarina.

- *Hum...*

**Entrevistada:** Agora nós estamos com a Cesarina, né?

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Então a Cesarina... É... Tipo assim, eu levo lá para a Cesarina. Falo: “Olha Cesarina, está com tal problema assim, assim, assim... [...] Aí ela... Chama um membro... E chama... Se é... [...] A área da... Da saúde, então chama aqueles que... Que pertecem aquele postinho... [...] Né? Faz o convite, marca a reunião, em tal dia, e aí todos participam junto.

- *Hum, entendi. É... Que tipo de problema a senhora leva para a presidente da associação? São problemas mais pessoais, da senhora, com relação à saúde ou com relação a emprego, a... A violência, por exemplo... Ou a senhora, le... Leva mais problemas, assim... Da comunidade, que a senhora sabe que está... Não, todo...Está difícil para todo mundo marcar... Não, está difícil para todo mundo arrumar um emprego... Que tipo de problema a senhora leva, de um... Qua... Qual?*

**Entrevistada:** Não, da... De toda a população.

- *A senhora quase não leva os seus...*

**Entrevistada:** Não... [...] Né? Porque... Eu sou uma pessoa que eu conheço muita gente. Campo Mourão inteiro... [...] E... Cada pessoa então, chega para mim, né, e fala; “Olha, aconteceu tal coisa, assim, assim...” Aí

vem outro e fala: “Ai, tem... tal coisa, assim, assim...” Né? Então, todo aquele problema se torna comunidade, né? [...] Então, aquele caso de droga, quando a gente sabe, não só eu como outras pessoas também, quando sabe... Chega lá e passa para eles, então... aí vem... É... A Cesarina\* vai, procura, né, saber como que... Que faz, que dia que vai marcar uma reunião, aí chama o policiamento, se for o caso de chamar a polícia, chama a polícia. Se for o caso, assim, de discutir só entre a... [...] Comunidade, vai só a comunidade... [...] Então... É... Participa... Todas as pessoas que quiserem participar da associação... E é levado o caso para todo mundo, não é só o meu, não é só o deles... Não é escolhida a pessoa se é feia, se é bonita...

- (risos)

- *Humhum. É... O que a senhora acha dessa prática de levar os problemas “pra” presidente da associação resolver? O que a senhora pensa sobre isso?*

**Entrevistada:** É porque... Através... Tipo assim, eu e você, né? Eu tenho um problema e você tem outro, se torna mais fácil para resolver... [...] Porque se eu levar só o meu ou você levar só o teu, ninguém vai saber que a cidade está precisando de coisa. [...] Então, se eu levo o problema de alguém lá é porque eu sei que a comunidade está passando por... Maus momentos, né? [...] Tanto de uma área como da outra...

- *E a senhora, por exemplo, todo mundo sabe que a senhora gosta, dessa, de, de...*

**Entrevistada:** De estar no meio!

- *De, de estar junto...*

**Entrevistada:** (risos) Isso!

- *Trabalhando junto. Então as pessoas devem te procurar muito. Te procuram?*

**Entrevistada:** Bastante...

- *Por que elas não vão direto na associação?*

**Entrevistada:** Geralmente as pessoas são tímidas. [...] Né? Pouco estudo... É... Tem vergonha...

- *Ou talvez não quer se envolver, ou...*

**Entrevistada:** É, é... Não... [...] Diretamente eu acho... Que é difícil, porque é um povo muito simples, né... [...] Campo Mourão é uma cidade de povo simples. A... A partir, desde a alta sociedade. “É um povo simples”. [...] Os vereadores, a maioria, se for na câmara de vereador, você vai ver que eu não estou mentindo... [...] É tudo gente simples, são advogados, são médicos, mas são simples... [...] O prefeito é muito simples. Então... O povo já vê, né, que eles lá, são simples, mas têm estudo, e o povo, a maioria, não têm... Né? [...] Então eles ficam com vergonha. Se sentem assim, envergonhados... [...] Então é uma coisa que... Que é mais difícil para eles irem.

- *E [os] projetos todos da associação, como que eles nasceram? Foram...Trazidos pela diretoria da associação? Foram propostos pela diretoria da associação?*

**Entrevistada:** Mais mesmo pelo presidente, que... [...] O... O ex-presidente, né?[...] Que era o Marco. [...] Então ele é uma pessoa assim, que...

- *Que é... Marido... Da Cesarina?*

**Entrevistada:** Da Cesarina. Depois ela... [...] Assumiu... Então quando ele pegou a associação, ela era uma barraquinha... É... Pode ver que, do lado ali, na praça ali, tem uma casinha velha, ali... Então, ali era a associação... [...] Quando ele entrou ... O... O Tureck veio e pe... Pediu ajuda para ele, né? E... Se ele... Ganhasse para deputado... Ele ajudava ele comprar, ter uma associação para o Lar Paraná. Cinquenta mil, se eu não me engano, era na época. E o Tureck ganhou. E ele mandou esse dinheiro. Aí o... O Tauillo disse que não... Não

---

\* Nome modificado.

podia porque... Foi uma briga, sabe, para saí a associação. Porque a associação não iria ter dinheiro para se manter porque a associação iria ser mais um... Um dinheiro jogado fora, e aí a asso... A associação dos bairros estava cheia de mato, porque não sei o que, né, e ele brigou em cima, até que consegui fazer a associação. Foi muita briga e muita luta do Marco. [...] Aí depois que ele conseguiu ali ele “tornou a ser eleito pela comunidade, porque viu o trabalho dele. Ele ficou mais outro tempo aqui, presidente de bairro. Aí quando foi agora ele ganhou para... Na eleição passada, ele ganhou para vereador, aí sim, aí ele aumentou ela, aí, ele... Sabe, daí, está o retrato ali para todo mundo sentir orgulho, né?

- *Humhum... É... A senhora já se sentiu decepcionada, quando procurou, precisou de algum político, ou pessoa da prefeitura, ou da câmara, por exemplo, independente... Dessas pessoas que a senhora tem contato, né?*

**Entrevistada:** Humhum...

- *Mas outras pessoas, a senhora já se decepcionou com outros políticos?*

**Entrevistada:** Eu não procurei.

- *Humhum... A senhora nunca...*

**Entrevistada:** Nunca procurei. Porque, como eu disse, a gente... Eu conheço todo o... Prefeito... De chegar: “Bom-dia!”, “boa tarde!”, “Como é que vai?” Né? Todos os prefeitos que passou por aqui, os vereadores, alguns sim, outros não, né? Mas tudo, tudo aquilo que a gente conversava, não assim, sobre, precisar deles, né? Então eu tinha amizade, amizade como nós duas aqui, estamos tendo uma amizade...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Então, eu não posso dizer, né? Então todos são amigos.

- *Humhum... Mas assim, a senhora... Outras pessoas, outros políticos, a senhora nunca procurou?*

**Entrevistada:** Não.

- *Para di... Para dizer assim Oh: “Eu já precisei de um deles, fui lá e não tive acesso”...*

**Entrevistada:** Não, não fui.

- *Nunca aconteceu?*

**Entrevistada:** Não fui atrás, não fui atrás.

- *Hamham... Voltando as reuniões... É comum... ter assim, discussão, entre alguns moradores, durante as reuniões, por causa Do... Dos temas discutidos, porque um quer uma coisa, outro quer outra.*

**Entrevistada:** É... Tipo assim... Ah... Que deu briga assim, eu, não lembro de nenhum, mas porque todo mundo tem a sua vez, né? Para falar. E daí é discutido aquilo ali, é visto qual, qual é o melhor que... Que... Né? Então nunca vi uma briga assim entre... A turma da... Da associação, que faz parte ali da associação... É... Um discutir com o outro, porque não gostou de um...

- *Dos moradores com a diretoria.*

**Entrevistada:** Não, ali dentro... Uma vez só?

- *Você nunca presenciou?*

**Entrevistada:** Não, não... Coisas assim... Nunca... E olha que eu tenho ido em reunião e eu nunca vi.

- *Então essa... Essa... Essa pergunta agora tem a ver co... Com a anterior. É... Como que os... As divergências ou os conflitos, por exemplo, que existem são resolvidos? É... E... As pessoas se agriem verba... Verbalmente, depois elas... Ss... Pedem desculpas ou não? Não acontece isso?*

**Entrevistada:** Não, nunca aconteceu.

- *Às vezes a pessoa não concorda com o projeto...*

**Entrevistada:** Com o projeto. Mas depois de bem conversado eles vêem que aquele projeto é bom. [...] Ali é uma coisa assim, quer ver? É... Eu vou lá, eu levo um caso, outro vai e leva outro, outro leva outro, certo? [...] Aí aquele caso ali... É discutido sobre aquele, o primeiro caso. [...] Aí vai o outro e diz assim: “Ah, mas e esse caso aí... Podia deixar de lado”, e... Vê... [...] Não. Aí... Não! Mas já que veio aqui porque tem importância sim. [...] Então cada caso é discutido e é trazido a... A... Ali o que... Aquilo que foi discutido ele acaba sendo, ali dentro. [...] Formado ali dentro.... É... Tipo assim... É... Precisa de mais e... Mais pessoas na reunião... Ah, ah... Eu vou e levo mais um, outro vai e leva mais outro, sabe? É uma comunidade... Por mais que o povo... Fale de... Que não, não está bom, mas a gente é muito comunicativo, então não... Não tem aquela briga... Aquele desespero... Aquela raiva...

- *(risos) É... Como a senhora vê, a... A pessoa da presidente da associação? A pessoa... É... Fala um poquinho dela para mim. Da Cesarina.*

**Entrevistada:** Da Cesarina. A Cesarina é uma pessoa assim, bastante comunicativa. Ela... Entende muito o problema dos outros... Tipo assim... Eu vou com um caso lá, com uma pessoa que está doente... E... Não está conseguindo os exames. Aí eu chego lá e falo para ela, ou levo a própria pessoa, né? [...] Ela atende muito bem atendido. Leva onde é preciso levar aqueles papéis. Conseguir aquilo que a pessoa tava achando difícil. Tanto na área da saúde como na... Aposentadoria das pessoas que sofrem muito, né? Porque você sabe, a discriminação, hoje. Então ela é pronta para ajudar a população. Muito calma, ela sabe conversar ela sabe te entender. [...] É... Ela é uma pessoa muito boa. Não porque eu vou defender ela, né? Eu estou falando para você, aquilo que eu sinto dela.

- *É... A senhora como moradora, daqui do Lar Paraná, como que a senhora se sente, em relação à associação?*

**Entrevistada:** Nossa...

- *O que a senhora é, dentro da associação?*

**Entrevistada:** [...] Ali é comunicativo com todo mundo, ali todas as pessoas que entram dentro da associação... Eu gosto... Eu não sei falar... Se eu falar para você, tem tal coisa lá na associação que eu não gosto, eu minto... [...] Para mim, a associação é minha casa. É... As pessoas que participam ali dentro são minha família. Eu aprendi isso, de pequena, né?

- *Como assim, a senhora aprendeu isso de pequena?*

**Entrevistada:** Porque minha mãe era assim... A casa da minha mãe nunca foi dela. A casa da minha mãe era das amigas, do povo... [...] Sabe, povo? [...] Não tinha separação. Era o empregado do meu pai, era... Fosse lá quem fosse. Comia junto com nós, na mesma mesa e se tornava nossa família. [...] Então eu aprendi de pequena: “Não adianta você ir na escola e brigar com tuas amigas. Não vale a pena. Aí o que vale a pena é você ir na tua escola e você fazer amizade. Você vai e sentir tão bem, você vai se sentir tão importante, assim, que você... Vai valorizar tanto você, que você vai se sentir como...” Eu me sinto hoje.

- *Então eu vou aproveitar isso que a senhora está me falando e vou perguntar para a senhora: É... Teve política, há pouco tempo e dois grupos contrários na cidade...*

**Entrevistada:** Olha, eu nunca pensei, na minha vida, que uma política, podia... Podia chegar ao ponto que chegou, Campo Mourão. Porque eu acho, assim, que eles deveriam ser... A política para mim tinha que ser assim... Você vai fazer o teu projeto e a tua história... né? O outro vai fazer o seu projeto, a sua história. Vamos supor assim... Você é um prefeito e eu sou outro, você vai ter a tua equipe e eu vou ter a minha. Mas sem briga seria muito mais fácil. Porque termina a política, fica aquele caso assim: “fulano falou mal de fulano”. E agora...

Né? Eu trabalhei nessa campanha, do primeiro dia até o último dia. E eu me senti assim, tão pequena, tão pequena... Que tinha horas que eu chorava, no meio da rua. Porque você vê... [...] Muita gente achou que nós iríamos brigar mas não foi bem assim. Quando eu via um grupo que era do outro lado eu dizia: “Ah, você está trabalhando para o políti... É...com alguém, né?” Tipo assim, o Tauillo?” “Ah, nós estamos com o Tauillo”, “Vamos trocar o santinho?” [...] Eu conversava assim. E a gente... Conversava... Dava risada... E não teve conflito... Entre nós.

- *Então, tá. Agora... É... Eu quero que a senhora me... Conte-me, como que a senhora age... Eu acho que a senhora já falou, quando a senhora precisa resolver algum problema, alguma coisa, da comunidade, junto com o poder público, assim... Se precisa resolver alguma coisa junto na prefeitura, ou se é na câmara, por exemplo, a senhora... É... Discute isso com os outros moradores e outros vizinhos e depois leva... Ou leva para a Cesarina direto?*

**Entrevistada:** Eu levo tanto para a Cesarina, como eu levo pos... Ah... Para os vereadores também.

- *A senhora tem... Conhece-os?*

**Entrevistada:** Conheço-os também. É... Portanto que...

- *O que a senhora leva para os vereadores, por exemplo?*

**Entrevistada:** É... Tipo assim... Na minha rua está precisando de uma póda de árvore... É... A iluminação está muito ruim... É... A rua está muito emburacada... Ou lá no postinho está faltando tal coisa. Tá difícil... Uma consulta...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Então eu... Eu já levei esses casos.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** E foi resolvido.

- *Com os vereadores?*

**Entrevistada:** Com os vereadores...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** E levei... Me... É... Conversei com a...

- *E a senhora nunca se decepcionou com nenhum deles? Sempre que a senhora precisou...*

**Entrevistada:** Não, porque... Porque eu acho que eu sei chegar e conversar... Porque você tem que saber, cada lugar que a gente entra, a gente tem que saber o que ... que vai conversar...

- *A senhora sempre foi atendida?*

**Entrevistada:** Fui...Sempre fu... Atenderam-me e muito bem ainda...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Também eu sempre chego e sei conversar também.

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Que se eu ver que o clima também tá feio lá dentro eu também já nem ponho o meu, né, eu já venho embora...

- *Humhum...*

**Entrevistada:** Outro dia eu volto...

- *Humhum... É... A senhora... Onde a senhora costuma levar mais os problemas da comunidade, para a Cesarina? Na associação? Ou às vezes ela não está lá mas a senhora sabe que ela está na casa dela, algum outro lugar e a senhora vai...Porque sabe que vai ser atendida, por exemplo?*

**Entrevistada:** Onde eu encontrá-la. [...] Nunca foi assim... D`eu chegar e falar com ela, assim...

- *Marcar hora na... Na associação?*

**Entrevistada:** Não, não... Não... Onde eu a encontro. É que uma vez eu encontro na rua, é na casa dela, é na associação... [...] Né? Alguma vez lá, em uma festa que a gente está, que é difícil estar junto mas acontece... Uma vez lá, naquela festa, eu passo alguma coisa...

- *Tá. Mas a senhora conhece gente que aconteceu isso? Que precisou de um favor ou outro e foi atendido... Pelo pessoal da associação?*

**Entrevistada:** Conheço... Conheço.

- *É... Como que a senhora... Se sente, em relação aos outros... Que não o conseguiram?*

**Entrevistada:** Mas não consegue, de um... Naquele dia, outro dia consegue... [...] É... Porque alguma vez, e... É... Tipo assim... Eu vou precisar cortar uma árvore aqui, né? [...] Aí eu fui lá na prefeitura, fiz tudo que pediram para fazer... E não vieram cortar...

**Entrevistada:** Aí, eu vou, passo lá...

- *Na associação?*

**Entrevistada:** Na associação ou vou direto na Câmara... [...] Falo com eles, falo: “Olha, lá tem uma árvore assim, assim... Não cortaram, e...” Aí, eles falam: “Olha, agora está cortando em tal lugar, mas a hora que for lá para o Lar Paraná, corta lá na tua casa”... E sempre... Se não acontece naquele dia, mas sempre em seguida acontece...

- *Eu queria que a senhora me falasse agora, a última pergunta, se a senhora acha que o fato de a senhora conhecer e ter uma... Um tratamento tão bacana tão legal, com... Com a Câmara, com os vereadores, ou com o pessoal da associação... Se a senhora acha que isso é mais... É... Isso torna mais fácil a senhora... Ahn... Conseguir as coisas... Que a senhora quer... Resolver os problemas?*

**Entrevistada:** É... Ah, isso ajuda bastante, né? [...] Porque se você me conhece, você vai chegar mais fácil para mim. Se você não me conhece... Você vai ter aquele... Pensamento assim: “Será que eu vou ser bem atendida?” Né?

- *A senhora conhece alguém... Que... Por um motivo, ou por outro... Já reclamou para a senhora que não conseguiu alguma coisa?*

**Entrevistada:** Conheço mais e...

- *A senhora acha que tem a ver com isso?*

**Entrevistada:** Muitas vezes sim... Porque a pessoa... Ela não conhece e chega bruto... [...] Foram muitos casos, não é só um... Eu conheço pessoas que chegam... Dentro de um postinho... Ela... Abre... A boca e não pára mais, falando mal... Então, ela estragou para ela... Ela vai lá, dentro do, de um... De um... De um... De um... ...Consultório médico... Chega lá, em vez dela contar o problema dela para um médico, ela vai falar um monte de coisa que ela não deveria falar... Então ela já não é bem atendida... [...] Qualquer lugar que ela for... Se ela chega já de mau humor, ela não vai conseguir... [...] E é o caso de muita gente... Então nós temos de ser, sempre assim, simples, humilde e de coragem... Porque, se você... É tudo isso, você consegue muito fácil. [...] Até o estudo, pra quem estuda, se for uma pessoa assim, você sabe para que você está estudando... Você tem de ser, simples, você

ser um pouco comunicativa, né? [...] Se a pessoa te fala, você saber dar a resposta, se você não saber dar a resposta você fica quieto e outra hora, você dá a resposta. Então é mais fácil, quando você é assim. Porque se você for fazer coisa tudo pelos coices... Pela ruindade... Pela “eu faço, eu não sei o que”, você não consegue nada...

### Entrevista 3

- Então... Mesmo existindo formas institucionais de participação da população ... Que são indiretas... De participação... (como os conselhos, as associações de moradores ou outros fóruns considerados populares) as pessoas não participam, né? Aí muita bibliografia diz um monte de coisa acerca disso. Quais são os motivos, na sua opinião, para que isso aconteça...

**Entrevistado:** Não participa... É..

- Então... Eu resolvi estudar, até que ponto há participação ou não, lá... no Lar Paraná... E aí, o meu estudo, o que vai nortear o meu estudo, pra dizer se há ou não... em que medida... É o Sérgio Buarque... Porque é, por meio também, dessa questão cultural, que eu estou verificando, em que medida... A cordialidade, o personalismo de quem está dentro da associação, por exemplo, impede ou facilita...

**Entrevistado:** É... (risos) [...] Falando do presidente hoje, da associação dos moradores, lá, do Paraná... [...] É bem personalismo... Eu não sei se chega... Um pouco nisso também... [...] É... Não sei se chega um pouco nisso... Caudilhismo... [...] E eu moro na rua seis... Que é a de baixo... E eu conheço a associação do Lar Paraná, desde... Eu conheço assim de fora mesmo... Sou de fora... Porque... Como militante... É... Esquerda... Naquele tempo eu tava na militância estudantil, em oitenta e dois... Quando estava começando esse processo... Quando o professor José teve na prefeitura... Quando o processo todo de pensar na associação dos moradores, então eu acompanho todo esse trabalho... [...] Então, a associação de moradores, do Lar Paraná, ela foi muito importante... E é muito importante, ainda, né? Porque ela foi mãe, né, de todo esse processo. Ela foi mãe, aí. Tem uma referência ali...

**Entrevistado:** Fui diretor da União Paranaense dos Estudantes... [...] Fui diretor na União Nacional dos Estudantes, diretor do diretório central dos estudantes da Fecilcam [Faculdade Estadual presente na cidade]... [...] Minha militância foi no movimento estudantil. [...] É... Que foi muito parceiro, né? Que assim, que viu nascer... Ele é... Ele é o irmão mais velho, do movimento popular, em Campo Mourão... Porque o movimento estudantil sempre existiu em Campo Mourão... Desde sessenta e oito... [...] O processo da... Do golpe... De sessenta e quatro... Os sindicatos foram esmagados, em Campo Mourão... Nós tínhamos sindicatos gigantescos em Campo Mourão... Porque Campo Mourão é uma cidade grande... Até... É perto de Campina da Lagoa, até perto de Goioerê... E é muito grande Campo Mourão... É... Nós tínhamos sindicatos fortíssimos... Nossos companheiros de sindicatos foram perseguidos... [...] Daí eles... Massacraram o movimento operário em Campo Mourão, mesmo, né? Massacraram, acabaram, mataram... É... Tem gente que até hoje não tá...

- Sumiu...

**Entrevistado:** Sumiu... Então... Uma história que não é contada em Campo Mourão, né? É... Os... Os opressores estão ainda aí, né? Tem gente que tá viva ainda e que mandou fazer tudo isso. [Houve a criação dos postos de saúde nos bairros] O doutor Osvaldo Maura, é secretário dele [prefeito José Pochapski, início anos 80] [...] Primeiro era o Flávio Mesquita que foi expulso de Campo Mourão... Hoje é assessor da ONU, assessor na ONU, foi expulso de campo Mourão, porque era um cara que pensava na saúde... preventiva... É... E outros detalhes. A gente sentiu isso na pele, né? Naquele tempo. Então... ele foi expulso de Campo mourão. [...] A saúde, daí, daí vem junto a associação de moradores, de toda a cidade e tal... E que isso “pra” Campo Mourão foi muito importante naquele momento... A associação dos moradores, naquele momento ajudou a governar a cidade e tudo... [...] Daí houve um período que foi... abafado, né? A associação dos moradores... [...] Pela prefeitura... [...] A partir de noventa... Quando o... O Rubens Bueno pega a prefeitura a prática dele, do grupo dele é copitar. A

associação dos moradores, todas... Transformaram-se núcleo do partido, praticamente... Então, daí ficou... Até hoje isso... Então todo o prefeito que entra, coopta... as associações de moradores... [...] Coopta as liderança, vai pa... [...] Cargo público... [...] É... É... E quando o Rubens [Bueno, ex-prefeito municipal e ex-deputado estadual] criou o orçamento participativo, ele chamou de... Ou comunitário... Não lembro o nome que várias vezes chamaram... Mas eles chamavam mais de orçamento comunitário. Você já ia com a idéia fixa aqui, ali, porque lá, eles vão decidir uma obra... Aqui no bairro...

- *Aparece isso nas atas...*

**Entrevistado:** É... Então isso... Era... Você ficava contente... [...] Achava que isso era democrático. É... Então o grande... Orçamento era definido pela... Administração. E o pequeno orçamento... Aquela obrinha pequena que podia fazer, a comunidade era consultada para ver qual que era... Se era um asfalto... Se era isso... Se era aquilo... Mas a grande política pública, não era... [...] Discutida.

**Entrevistado:** E a associação de moradores, do Lar Paraná... Houve um crescimento nos... É... Aí no... Final da gestão do... Do... Do Tauillo, né? E quando esse me... O... Atual presidente... Aliás, é a esposa dele que é presidente... [...] É... É... Quando o Marco [marido da atual presidente da associação] começou a “participá” do movimento a gente apoiou... Tudo... O movimento... Muita gente apoiou... A gente realmente queria isso...

- *Mas não era filiado... Partidariamente?*

**Entrevistado:** Não, não era de nenhum partido. Mas tava na mão... Há muito tempo na mão do... Do grupo próximo ao Tauillo Tezelli. E ao... PSDB... Aquele tempo... Hoje, PPS... Era o Isael Skrovonsky que foi líder lá, né? [...] É... Um cara sério... Bom, bom... Bem tra... Trabalhador, né? É... Mas era muito vinculado à administração municipal... Do Tauillo Tezelli, né? Então foi vereador... Tudo, né? É um grande líder, né? Da nossa cidade, com certeza... E... Mas daí, pra ter uma renovação, o Marco, com o irmão dele... Na verdade, foi o irmão dele que montou a chapa inicial... [...] Então, a associação dos moradores, do... Lar Paraná, se tornou isso. Uma associação de moradores... É... De resultado. Então, tem o baile, tem a ginástica... Que é muito interessante!

- *Aliás, você não tem uma regularidade, de reuniões... Mas você tem o baile todo o sábado...*

**Entrevistado:** É... É... E a ginástica também, que a minha mãe vai... E é ótimo, né? [...] E é bom que tenha isso... [...] Mas quanto a mudá a conjuntura da sociedade... E melhorá por exemplo... Briga pro exemplo para um melhor posto de saúde... É... É... Uma organização melhor, uma... Uma... Política de saúde e educação melhor para aquela comunidade, não se briga... [...] É... Se pensa mais nessa questão de resultado... Assim... Nesse primeiro momento... É... Primeiro também que a... O Lar Paraná ali, que é o miolo... O original do Lar Paraná, hoje “tá” bonito, né? Já “tava” bonito há dez anos atrás, né? Então tinha pouca coisa pra reivindicar, porque o 24h [Unidade Municipal de Saúde 24 horas] não pertence ao bairro... Pertence mais ao... Ao... A região do Ipê, Fernandez e Damasco... E agora ao Maria, que cresceu mais por causa do desfavelamento... Daí, então o 24h você pode-se discutir, mas... Não é tão próximo a você...

- *Você sabe quais são os temas... Que se leva “pra” se “sê” discutido... Na associação, hoje?*

**Entrevistado:** Ah, hoje eu não sei. Não tenho... Hoje eu não tô tendo contato...

- *Você não tem contato?*

**Entrevistado:** Não tem mais contato, porque... Como eu tava com toda a militância no sindicato dos servidores municipais... E... E quando o Marco foi “pru” lado de um partido burguês, né? Tradicional... A gente começou a ficar meio afastado das conversas, né? Não conversa mais, como a gente conversava, como líder... É... Natural...

Hoje, um líder... É... Político... Partidário, junto com político popular, né? Essa mesclagem... Afastou um pouquinho as nossas conversas, no dia-a-dia...

- *Um líder popular, você diz o... O Tureck [atual prefeito, reeleito no pleito de 2008]?*

**Entrevistado:** Não, o Marco...

- *O próprio Marco?*

**Entrevistado:** Sim. Então ele não é mais aquele líder... Só o líder popular... Ele já... Introjetou... Eu acho que hoje ele é menos popular, do ponto de vista de vínculo... Com a idéia de classe popular... Do que antes... Ele introjetou até o jeito de vestir, de falar... [...] Do... Político... Tradicional... O que é lamentável, né? É lamentável... Isso acontece com todos os políticos que a gente viu por aí, no... No Brasil, no mundo... (risos) Que é da... Duma origem popular e “dipois” chega ao poder e já... muda o jeito de fala... O... O... O Jeito de “lidá”... O jeito de... se “vesti” até, né? [...] Então hoje eu não sei... É... Qual que é as grandes questões da associação dos moradores... Porque também não tem muita coisa lá... “Pra” fazer... Porque lá tem asfalto em todas as ruas... Tem postinho de um lado e do outro... Tem uma escola boa que é o Monteiro Lobato que foi uma luta boa entre a associação dos moradores no passado e a diretora...

- *Mas como que eh... essas verbas chegam para esses projetos, por exemplo? Para a ginástica, para o Karatê... Como é que a associação consegue se manter financeiramente?*

**Entrevistado:** É... Isso vai “dá” um problema agora... Como ele perdeu o mandato de vereador... Ele vai ter um problema financeiro ali, para resolvê... Porque eu sei que ele vai cobrar uma taxinha, que não cobrava antes, da Ginástica, por exemplo... É... Ele... Vai cobrar uma taxinha para mantê, porque ajudava a manter enquanto... I... Ele vereador... Ajudava a mantê... Acho que vai ter um probleminha financeiro aí...

- *Agora, voltando à... À questão... De como essa... Eu queria que você comentasse pra mim... Um pouco dessa relação... Entre o político... Marco ... E... A associação, cuja presidente é a mulher dele... Quer dizer... Essa proximidade... Ela facilita ou não a mobilização da comunidade, no seu ponto de vista?*

**Entrevistado:** Olha, no posto de vista... É... De fora, né? De quem “tá” de fora... Isso... Facilita... Sim... É... Dizer que é... É... Sem apontar... É... Sim... É negativo... Vamos dizer assim... É... Diagnosticando... Ambos têm boa vontade... Eu pessoalmente... Não votaria “pra” o Marco [candidato a vereador, perdedor nas eleições de 2008] É... Acho assim, que é estranho a não reeleição... É muito estranho a não reeleição dele... Porque ele foi uma pessoa que fez, algumas coisas, que nunca foi feito na... Em toda a região do Lar Paraná... Nunca ninguém fez, igual ele fez... Então pensando no ponto de vista... É... Pessoal... Inclusive pessoas que “tavam” próximas a ele... E não foram leal a ele... Isso foi... Isso é ruim a gente ver isso, na política... Se você tem um compromisso com tal pessoa você tem que ser leal a ele... Mesmo... Sendo do lado errado... É... E eu acho que a... Re... A não reeleição dele foi ruim... Mostrou falta de des... Des... Deslealdade...

- *A lealdade é... por exemplo... Mesmo se eu sou leal a um cara que... Que vai... Ahn... Tomar determinada atitude... Mesmo sabendo que vai prejudicar outras pessoas, eu... Eu tenho que ser leal?*

**Entrevistado:** Não. Daí você tem que “falá”: Olha, você está sendo desleal com o que a gente pensou. [...] Mas tem pessoas que fingiu tar até o último dia e.. Não tavam, né? [...] Isso é deslealdade... [...] Se a pessoa fala assim: Olha, não posso mais “tá” com você. Daí não tem problema, você falou: Não posso. É um direito, né? [...] O problema é que tinha pessoas que fingia até o último momento, né? [...] Mas a questão específica, dele e da esposa... Eu achei que foi equívoco. É... Eu não colocaria... É... Uma pessoa... Minha... “Pra” me suceder... Da

família e tal... Acho que isso cria um coronelismo... É... Isso é uma forma de coronelismo... Então isso não é legal...

- *Mesmo numa associação?*

**Entrevistado:** É... Numa associação, numa igreja... Em qualquer lugar... Isso é antidemocrático! É... Qualquer lugar, é antidemocrático. É... Eu não... Isso não é legal... Isso não é bom... Isso não é bom... É... Isso é nepotismo, né? Isso não é bom, nem... A Democracia ela tem que “sê” a Radical... É... Até eu possuir uma coisa bonita e depois, “perdê”...

- *As pessoas que a procuram... reivindica alguma coisa ali, de... A... Junto ali da associação? Ou é um pessoal que prefere “procurá” diretamente a presidente ou... Quem ela sabe que é da diretoria e que ela sabe que vai encaminhar diretamente “pro”... No caso o vereador?*

**Entrevistado:** O vereador... É... Houve essa... Esse atrapalho isso aí... A figura da associação se confundiu com a do vereador e do secretário do Nelson Tureck, o coordenador da prefeitura...

- *Existe uma coordenadoria, inclusive...*

**Entrevistado:** Existe uma coordenadoria de desenvolvimento comunitário... [...] Pra recebê, atendê a seção, coordenar as eleições, ajudá nas eleições... Isso é promíscuo... Isso é... É a prostituição do movimento popular...

- *É... Eu queria que você falasse pra mim, um pouco... O que representa... É... A figura de um presidente de uma associação... É... Ou... De um presidente de um sindicato... Ou de um movimento do... De que você participa... Você vê essa figura mais como uma pessoa... É... Amiga? Próxima? Ou uma pessoa que “tá” ali pra execu... Exercer determinados papéis? Público, por exemplo...*

**Entrevistado:** É... É... Nós... Eu... Eu acredito que... O... O direito sindical, ele tá ali “pa”... Reivindicar... políticas públicas... Que favoreçam... aquela comunidade... Aquele segmento ou toda a comunidade. Então, por exemplo... É... Um... Um... Os podem pedir um quebra-molas se for extremamente necessário... Mas isso é... É secundário... A minha função é ir lá, “brigá” [como representante do sindicato] pelo um conselho local de saúde, que funcione... Por uma escola que funcione... Por uma política de educação que funcione... Por um posto de segurança que funcione...

- *Nesse sentido você acha que as associações... Especificamente a do Lar Paraná, ela se tornou um espaço público forte e atuante?*

**Entrevistado:** Hoje, não. Hoje ela é um veículo... De transmissão... Do pensamento... É... Deste ou daquele grupo. [...] Ele não tem autonomia, não é um espaço público e democrático... Ele é um meio de transmissão. [...] É... Ela não é... Não é uma entidade de representação mesmo, legítima! [...] É... Do caráter popular e democrático e... E da comunidade. Não é mais.

## Entrevista 4

- Então eu vou começar pedindo pra você “falá” seu nome ... e o cargo ocupado.

**Entrevistado:** [...] e relacionado a esse assunto meu ... minha função na prefeitura é ... coordenar a área de desenvolvimento comunitário.

- Dentro da Secretaria...

**Entrevistado:** Da Ação Social.

- Da Ação Social!

**Entrevistado:** Humhum.

- Há quanto tempo “cê tá” nesse cargo?

**Entrevistado:** A partir de janeiro [2007]... vão ser aí... sete meses, né?

- Humhum! Esse... essa coordenação sempre existiu na Secretaria? Ou ela foi criada... dentro da... da... da gestão atual?

**Entrevistado:** Não, ela já existia... [...] Já existia... há mais de... creio eu que... uns oito anos, mais ou menos.

- Humhum. “Cê” pode descrever pra mim, assim rapidamente, qual a relação entre... eh... que você possui com as associações de moradores em função desse cargo?

**Entrevistado:** A minha relação é a seguinte: é tá fazendo todo um trabalho de interação, de contato, no sentido de “tá dando” suporte técnico “pra” organização dessas associações... em relação a... elas se caracterizarem como entidades... legitimamente organizadas... [...] Com CNPJ, com toda aquela... burocracia que tem que existir de papelada “pra” entidade funcionar de fato, legalmente...

[...] Além disso, suporte político nas questões... relacionadas... às demandas do bairro... da... daquela comunidade que a associação representa... [...] Então, você acaba intermediando todas as reivindicações... todas as solicitações... o clamor daquela população... você acaba sendo um agente... de “tá ali”... se apresentando como... eh... ouvinte... sendo um instrumento nesse sentido... ouvindo o representante e “tá” encaminhando as suas necessidades... suas solicitações ao poder público municipal... [...] Seja via... executivo municipal ou através do legislativo também... então... é... essa é a nossa... função... e “tá” também... eh... tra... eh... trazendo esse pessoal “pra” uma... “pra” um... trabalho de integração, né, entre as associações... “pra” que aja uma... um... “fidibaki”... uma... uma interação maior... uma união maior entre as associações... no sentido... por exemplo, agora, recentemente: “pra tá” discutindo o Plano Diretor do Município, “pra tá” levantando discussões mais abrangentes, mais complexas e... tam... e assim de efeito a médio, longo prazo, como é o caso, por exemplo, do Plano Diretor, né?

- Eh... dentro da prefeitura, qual a secretaria responsável pelo relacionamento direto com as associações de moradores do município? É a Ação Social, pelo o que eu entendi...

**Entrevistado:** É a Ação Social!

- E depois a Ação redistribui a... eh... em função do... dos questionamentos?

**Entrevistado:** Isso... então nós recebemos... se são... eh... questões relacionadas à saúde...

- Manda “pra” secretaria...

**Entrevistado:** Manda “pra” secretaria... e assim por diante: educação, obras, né?

- Tá! Eh... todas as associações procuram a secretaria?

**Entrevistado:** Não! [...] Tem aquelas que têm... uma frequência maior ali... que são mais presentes... eh... vão mais vezes à Secretaria. Outras... quase não aparecem... raramente... muito esporádico... [...] Eh... existe essa diferença... [...] É a Ação Social!

*- Das que você tem já... nesse sete meses... tem tido contato, quais são aquelas que... eh... frequentemente procuram a secretaria?*

**Entrevistado:** Então, aí depende muito do caráter, do perfil do seu representante, do presidente da associação ... [...] Da diretoria que “tá” ali à frente... a... se é uma diretoria mais atuante... mais... eh... contundente nas suas reivindicações, mais de ação, mais operante, então ela vai mais, ela nos procura mais. Então, nós temos, por exemplo, a Associação do Jardim Flórida, que é no entorno aqui desse...

*- Desse parque?*

**Entrevistado:** Desse local onde a gente está, da Usina do Conhecimento... eh... do Jardim Modelo, né... nós temos também do Jardim... do Cohapar, do Conjunto Cohapar, de uma Associação chamada... que eles chamam a UNILESTE, que engloba Conjunto Pinheirais, Condor, Diamante Azul... [...] Então são essas aí... o outro Jardim também que eles chamam DAMIFER porque envolve ali Damasco, Ipê e Fernandes... [...] Então... nós temos presidente também, a partir desse ano... que foi eleita uma nova associação... ela está mais atuante... [...] E a gente percebe o seguinte... eh... quando uma... uma... a posse de uma nova diretoria... resultado de um processo onde houve disputa... isso acaba... eh... influenciando depois na ação dessa diretoria, ela acaba sendo mais... parece que isso é um estímulo... como ela ganhou, dentro de uma disputa até às vezes bem acirrada, então eles trabalham mais... então acaba isso sendo um componente estimulante, assim... entendeu... [...] De dar mais entusiasmo à diretoria que assume “pra tá desenvolvendo”, “pra tá trabalhando”...

*- Humhum... essas associações, todas elas, têm... um local específico de... encontro, “pra” reuniões, ou é muito... ou é informal?*

**Entrevistado:** Olha, a... geralmente... em alguns bairros aqui de Campo Mourão existe o Centro Comunitário, né... [...] Geralmente eles se reúnem nos Centros Comunitários.

*- Humhum...*

**Entrevistado:** Nos Centros Comunitários dos bairros que é onde são desenvolvidos programas do município como Clube de Mães, como... eh... oferecimento de cursos, né, eh... trabalha também... através dos Centros de Integração, né, programa Agente Jovem, então, nesses locais onde já se desenvolvem esses programas com o município, já são locais utilizados “pra” isso, eles também acabam sendo usados pelas associações para fazerem suas reuniões...

*- Humhum...*

**Entrevistado:** Agora, alguns outros casos... dá “pra” enumerar alguns vários outros casos que são informal... na casa do presidente, na escola... [...] Eh... hoje a gente vê a necessidade de “tá” se criando algo assim... mais abrangente, algo mais organizado no sentido de fazer com que haja uma preocupação maior, dar esse suporte às associações no sentido de “tá” fazendo com que haja um registro mais sério, né, de todo o trabalho, de toda a história dessas associações...

*- Pode ser... eh... que tipo de solicitações são mais comuns dessas associações e que chegam à Secretaria?*

**Entrevistado:** Olha... eh... são solicitações na realidade assim: asfaltamento, hoje, boa parte, toda a área do município “tá” asfaltada, mais é “pra” tapar buraco, corte de árvore, desentupir boca de lobo... eh... [...] Aí, de repente, chega uma lá mais assim vultuosa: a construção de uma creche... [...] Às vezes chega até acompanhada

de um abaixo-assinado da comunidade... [...] Eh... ampliação do posto de saúde... direcionado às vezes à escola, também. Esses dias chegou uma lá “pra” que houvesse ampliação do refeitório da escola do bairro, né? Ih... geralmente são construções de canchas, também tem muito disso: cancha de futebol... [...] Tem muito... construção de cancha de futebol ou “pra” que haja... que equipem... que o município equipe um logradouro esportivo já existente ali, um espaço destinado ao esporte mais que haja, que equipem melhor, né? [...] Então, tem muitas coisas que são... a maioria, noventa por cento, seria no sentido de manutenção... [...] Né... manutenção da estrutura que já existia no bairro, do poder público, ih... no aprimoramento dos serviços públicos, dos serviços oferecidos, principalmente na área de saúde... [...] Principalmente na área de saúde, que eu acho que é a demanda maior hoje da maioria das cidades... [...] Agora, tem um pedido comum também, de quase todas as associações que são... eh... que a prefeitura construa a sede da associação. [...] Eles pedem muito isso...

- *Humhum... Qual é a sua percepção quanto ao relacionamento entre os presidentes das associações e os seus membros? A SUA percepção.*

**Entrevistado:** Do presidente com os membros de sua diretoria ou os membros da comunidade?

- *Da comunidade... ou, se você achar necessidade também, falar do relacionamento entre eles [membros diretoria].*

**Entrevistado:** Olha, aí é o seguinte... eh... também difere, né? Não dá “pra” você generalizar muito...

- *Daquelas que você diz que são as mais assíduas... vamos pegar somente aquelas com quem você tem maior contato....*

**Entrevistado:** Esse contato ali no... que a gente percebe do presidente com os moradores da comunidade é no... contato pessoal, no dia-a-dia ali... [...] As atividades acontecem ali na... no... no... quando a pessoa sai de casa... que o presidente sai de casa e caminha na rua, que ele vai no mercado “fazê” a compra, que ele vai na farmácia do bairro, que ele vai “jogá” futebol, que ele vai participar de alguma festa junina ali, porque a gente “tá” na época agora, né? [...] Alguma outra festividade do bairro, então... é muito nesse sentido... eh... do dia-a-dia, baseado no dia-a-dia do presidente cotidiano que esse relacionamento se desenvolve, né?

- *Eles se sentem representados? É uma pessoa que “tá” ali, próxima e que tem determinado poder para representá-lo?*

**Entrevistado:** Exatamente, se bem que isso aí tem que ser muito trabalhado. Eh... a gente vê a... a carência desse sentimento em uma parcela maior da comunidade, não são todos... [...] Até quando você faz a eleição de uma associação... tem lá 2000, 2500 moradores naquele bairro, mas vão lá votar 500, 600, né? Então, você percebe que não é tão significativo, de repente, essa identificação... [...] Mas, é claro! Ali da... da... daquelas pessoas inclusive que às vezes recorreram, ou recorrem, ou são mais... eh... são mais reivindicatórias, têm uma postura de “tá” ali cobrando, então elas têm uma identificação sim. A gente percebe isso, existe essa identificação. [...] “É o nosso representante!” [...] Então, eles não cortam... não cortam esse... caminho.

- *Ah, tá!*

**Entrevistado:** Né? Então, quando eles querem encaminhar alguma coisa eles vão ao presidente, porque daí é o presidente que encaminha. [...] Você percebe isso. Dificilmente vem um morador lá isoladamente falar alguma coisa. Não! Eles passam para o presidente para que o presidente encaminhe...

- *Humhum... E os presidentes? Eles se sentem assim?*

**Entrevistado:** Ah, sim! Com certeza, se sentem...

- *Ou eles...*

**Entrevistado:** Tem uns que falam até de forma possessiva: “sou o dono do bairro” (risos).

- Ah, tá!

**Entrevistado:** Então, existe isso. Principalmente, por exemplo, naquela região da comunidade São Francisco, que tem a favela, né? O Conjunto Mendes, aquela região da COHAPAR. Os presidentes daquela área ali... [...] Então, o presidente ali, tem dois, né? O Flávio e o Waldir\*, inclusive são irmãos e são presidentes de duas associações lá de bairros próximos. Eles não se entendem entre eles... são... tem atrito entre os dois irmãos. Mas, eles se sentem donos dos bairros. Eles se sentem donos... Então, a gente percebe isso... até uma certa... vaidade excessiva, uma coisa assim... Então, acontece isso... tem esse comportamento (risos)...

- Humhum... Mas, não é generalizado, esse comportamento?

**Entrevistado:** Não, não! Eh... quando você vem para uma associação, por exemplo, até situadas mais próximas do centro... isso diminui bastante. Porque a característica de... de... interação, de... desse sentimento de... assim, de comunidade mesmo “tá” mais na periferia, nos bairros mais distantes. Quando você começa a trazer “pra” bairros situados mais próximos ao centro, isso já se perde muito. Então, já não há essa identificação que você falou: “ah, ele é o nosso presidente”. Ou, por exemplo, por parte do presidente: “eu sou o representante”... [...] A vida em comunidade ali, ela... ela... não é na mesma intensidade como é na periferia, nos bairros mais distantes e onde as carências são maiores também. Eu acho que, de repente, tem uma... uma... é proporcional a isso, né? Eh... onde a população às vezes precisa mais da associação, precisa de um instrumento como esse para se sentir atendida, “pra” se sentir ouvida, há uma valorização maior também. [...] E quando essas carências diminuem, quando a população tem um índice de renda maior, quando ela tem mais independência em relação às suas necessidades, não dependem tanto do... do... assistencialismo, dos programas sociais do município, isso também, isso também não existe, né?

- Humhum... Eh... algumas vezes essas associações, por meio de seus presidentes, procuraram a Secretaria “pra” solicitar programas assistenciais do governo federal, como por exemplo o Bolsa-família, ou cesta-básica do município? Isso é comum, ou raramente acontece?

**Entrevistado:** Das reivindicações que sempre estão surgindo, do tempo que estou ali (nestes sete meses), isso é muito raro. Mas, já aconteceu. Campanha... agora, por exemplo, a Campanha do Agasalho: as associações nos procuram “pra” saber, querem levar os agasalhos... as comunidades mais carentes querem levar aquilo que foi recolhido para sua população. Dos programas do governo federal, eu creio que isso deve ter ocorrido anteriormente. Como com o tempo a divulgação foi “auto-se-ampliando” e, depois, como o programa já existe a alguns anos, então, eh... isso já não ocorre tanto. A gente percebe, de repente, um presidente novo que assume, que não tem tanto conhecimento, tanta informação, ele recorre “a nós”, sim...

- Humhum... Eh... você saberia explicar as razões pelas quais os membros dessas associações participam das reuniões?

**Entrevistado:** Eles... quando eles vão “pra” participar... a diretoria... quando a associação convoca uma reunião e comunidade, o pessoal do bairro vai lá? É isso?

- Isso...

**Entrevistado:** Por que os moradores vão participar?

- Isso. Você saberia me dizer as razões, de forma geral?

---

\* Mais uma vez, nomes fictícios.

**Entrevistado:** As razões são as seguintes: esse pessoal geralmente se sente mais estimulado a participar quando “tá apertando o calo deles”, né? Quando existe um problema na frente da casa deles, lá! Na rua. Quando ele “qué” que... então é...

- *Humhum... O bueiro está entupido na rua da minha casa...*

**Entrevistado:** Aí, ele vai. Fora isso, não há interesse. Não há muito interesse, não. Eh... existem aqueles moradores... eh... que às vezes, eh... não... o fato dele estar participando não depende disso. Gosta, né? Mas são casos raros, assim. A maioria, o pessoal quando vai lá é porque “qué”... “reclamá”, “qué”...

- *Ahã... eles... eles... algumas vezes você soube de casos em que os presidentes convocaram reuniões “pra”, por exemplo, mobilizar a comunidade em torno de um mutirão, por exemplo, para construir outras casas. Aconteceu já, isso? Nesse período?*

**Entrevistado:** Já, faz algum tempo. Não agora em que estou aqui. Mas, há algum tempo, quando houve conjunto habitacional, projeto nesse sentido, que a população foi chamada, né, houve sim. É claro...

- *Mas foi chamada por quem? Pelos próprios membros ali da associação, ou pela prefeitura?*

**Entrevistado:** Não, foi uma parceria. Mas, ali... lá no fim... na ponte lá... acaba a força, a mobilização, o retorno desse pessoal “pra” eles estarem participando acaba sendo muito... depende muito da presença da associação de moradores. [...] Então, nesse sentido o município precisa da associação... porque eles é que estão ali no dia-a-dia da comunidade... eles têm o poder muito forte de mobilizar aquela comunidade, principalmente, igual eu te falei, principalmente na perife... com o pessoal mais... onde esse sentimento é mais forte, na periferia, né? Então, houve ocasiões sim em que foi preponderante, assim, foi fundamental o papel da associação nesse sentido. [...] Que houve mutirão, eu lembro que da área de habitação... mas, antes, por coincidência eu trabalhava com área de habitação. Então, eu pude acompanhar isso...

- *Ahã, tá! Eh... Quais as suas expectativas, como representante... como área do executivo... como coordenador dessa parte do executivo, as suas expectativas em relação à participação da comunidade nas ações do município. Você acha que essa participação é boa ou precisa ou precisa de algo mais? Na participação dos programas ou projetos do município?*

**Entrevistado:** Ela é fraca! Ela é fraca. Uma porque os instrumentos de... de que a comunidade dispõe “pra tá” participando, eles precisam ser melhor traba...

- *Divulgados?*

**Entrevistado:** Trabalhados. Divulgados. Eh... É preciso ter uma clareza maior sobre como a população pode usar esses canais, esses instrumentos... [...] E também... eh... falta uma própria interação... uma integração maior entre esses... entre essas entidades que trabalham hoje com a comunidade, que representam setores, sejam as associações de moradores, ou seja o pessoal do contexto de um clube de serviço, ou de natureza estudantil, das organizações de forma geral. Falta, hoje, alguma coisa no sentido, alguma... algum projeto, alguma iniciativa “pra” promover a integração. Um trabalho de simbiose... [...] Entre essas entidades, porque isso dá mais coesão, dá mais força e acaba dando um retorno maior nessa expectativa de participação da população. Eu acho que... além do aspecto... que a gente vê, a deficiência de participação, a falta de participação, além do aspecto de a população não ter acesso a... saber como pode usar os instrumentos, também tem a questão da cultura, né? [...] Uma cultura que não é uma cultura participativa, né? Então... eh... isso é uma coisa que tem que ser trabalhada e que leva tempo.

- *Eh... aprofunda mais “pra” mim essa questão que você comentou da cultura de participação. Eh... o “quê que”, na sua opinião, qual é a postura que te permite fazer essa associação? Postura da população. O quê, na população, o que eles fazem que você diz: “ah, isso é uma questão de cultura política”. Ausência de cultura política, por exemplo. Me dá um exemplo, nesse sentido...*

**Entrevistado:** Tá! Alguma coisa mais concreta, né? [...] Por exemplo: eh... quando você conclama a população “pra” algum movimento, “pra” algo assim que é de interesse da comunidade, ih... de repente, você não consegue ter resposta... as pessoas estão esclarecidas a respeito do assunto, elas têm informação de que aquilo é importante, sabe que é coisa que lhes interessa, eh... tem a condição de participar, mas mesmo assim, isso não ocorre. Eh... então a gente percebe, a não ser, como eu disse, a não ser quando isso vai afetar diretamente, quando ela sente que vai ser diretamente prejudicada. [...] Quando a coisa “tá” afetando ali, “tá” mais próxima dela. Se não tiver, se for uma coisa distante, ela não vai se mover. É diferente, por exemplo, vou citar aqui algo “pra” analogia...

- *Se elas tiverem... por exemplo: elas querem uma ampliação do posto, ampliação do atendimento do posto de saúde. Que é uma coisa próxima a elas.*

**Entrevistado:** Ahã!

- *Mas, se elas tiverem que lutar, por exemplo, dentro da Câmara, “pra” discutir e votar essa ampliação, elas não fazem?*

**Entrevistado:** Isso! Não vão. Ficam distantes. Eh... se for por exemplo “pra”...

- *Se for para beneficiar o todo, de modo geral, elas não percebem que isso também é importante?*

**Entrevistado:** “Pra” discutir o Plano Diretor, por exemplo, do município. Não vão! Entendeu? Ah... Só têm a tendência a participar se, de repente, lá vão o pessoal e diz: “esse bairro não precisa mais desse posto de saúde, vamos tirar daqui e vamos colocar em outro bairro”. Aí, a população... entendeu? Se mobiliza. Eh... então a participação, ela ocorre na medida em que atinge essa questão muito individualista, né? “Não. Eu ‘tô’ sendo afetado, então eu vou”. Agora, se eu... não há esse sentimento de coletividade. [...] De se preocupar que... eu não estou sendo diretamente atingido, mas a coletividade, isso aqui que eu faço parte e que vai ser atingida. Falta a... a questão de cultura... você falou: “por que eu identifico assim?” Eu... eu acho que é a questão da percepção! Percepção... porque eu acho que tudo na nossa vida, você adere ou não, você se envolve ou não, baseado naquilo que você considera significativo ou importante “pra” você. Isso depende da sua percepção. Percepção de mundo, percepção de sociedade, percepção do local onde você vive, das coisas que lhes são diretamente ligadas ou não. Eu acho que esta questão da participação está muito ligada a isso. A falta de percepção da comunidade, da população do que é realmente significativo e importante “pra” ela...

- *Na política...*

**Entrevistado:** Na política, nesse trabalho comunitário. Então como hoje há uma enxurrada de informações que são despejadas a todo momento, até de forma massificada através da televisão, assim como em todos os canais de mídia, eh... acaba tudo sendo muito fragmentado... e quando as coisas são muito fragmentadas elas perdem muito parte do seu... parte do seu conteúdo, de sua consistência. Então, as pessoas são movidas muito mais por aquilo que... pelo seu dia-a-dia, pelo seu cotidiano, do que por outra coisa mais complexa, mais abrangente, né? Eh... que depende de uma percepção maior... eu acho que a questão da cultura... eh... é uma questão que trabalha desde a formação do indivíduo, desde lá de... de... se inserindo na família, se formando ali como criança, como

adolescente, na escola, a formação. Eu acho que tudo isso está relacionado. São vários fatores que acabam influenciando na que... na formação dessa cultura.

*Eh... eu tinha mais uma questão “pra” te fazer... que tinha a ver com as associações... as principais, as mais ativas associações são aquelas que você comentou comigo? Ah! Me lembrei o que eu ia te perguntar: quanto à origem dessas associações, elas são todas da mesma época?*

**Entrevistado:** Todas as associações que estão aí hoje têm mais de dois anos... tem umas que aconteceu o seguinte: tinha lá três associações. As três foram incorporadas em uma só, foi o caso da UNILESTE, que eu te falei. Existem associações recentes: por exemplo, Albuquerque é uma das mais novas, e que também é atuante. Jardim Nossa Senhora Aparecida também é atuante. Eh...

*-Você se lembra quando...*

**Entrevistado:** Agora, elas têm uma diferenciação, assim, não surgiram todas numa mesma época.

*- Entendi. Você se lembra quando o poder executivo... na verdade, a criação das associações partiu do poder executivo municipal?*

**Entrevistado:** Olha, existe sim interferência do poder executivo... porque tem um outro aspecto que também, às vezes...

*- Quando surgiu a primeira? Você se lembra?*

**Entrevistado:** Não lembro!

## APÊNDICE B

**A PARTICIPAÇÃO ANUAL DA COMUNIDADE ESTUDADA NAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES: VARIAÇÃO TEMÁTICA**

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
25/01/84	—	X	Montar comissão para preservar a Praça Alvorada (do bairro).
29/01/84	—	X	Pesquisa na comunidade para saber o que a comunidade deseja (para a revitalização da Praça); eleição da comissão de bairro (Lar Paraná).
29/09/84	—	X	Discutir destino da verba municipal (quais prioridades elencadas pela comunidade).

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
16/01/85	X*	—	Discutir legalização da Associação (quais critérios para a legalização).
25/01/85	X	—	Solicitar implantação de agência do BANESTADO no bairro.
01/05/85	X	—	Discutir, com advogado em seu escritório privado, como ocorreriam as mudanças na diretoria da comissão eleita.
15/07/85	X	—	Reuniram-se para escolher a Ata que foi levada ao cartório para o registro da Associação.

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

\*Essa reunião contou, ainda, com a presença de alguns membros da Igreja Católica presente no bairro (membros das pastorais do bairro).

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
13/03/86	X	X	Discutir o local onde funcionaria a agência do BANESTADO, a sub-prefeitura e a sub-delegacia de polícia.
25/03/86	X	X	Eleição de membro da Associação para representá-la no Congresso municipal de Associações (nível estadual).

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
09/02/87	X	X	Nomeação de morador para ocupar o cargo de sub-prefeito.
10/06/87	X	—	Diretoria discute procedimentos que serão adotados para a próxima “eleição da diretoria” – escolha de nomes para a composição da chapa.
03/03/87	X	X	Eleição nova diretoria (chapa única).
12/03/87	X	X*	Transmissão de cargos à nova diretoria eleita.
15/08/87	X	—	Discussão dos critérios para a doação de cobertores doados pela Secretaria de Ação Social.

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

\*Comunidade aqui deve ser entendida como a comunidade do bairro, de autoridades (o prefeito municipal e deputados) e de “pessoas de destaque da sociedade local” (ou seja, para além da diretoria).

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
29/01/88	X	—	Discussão de formas alternativas para a Associação arrecadar fundos.
11/02/88	X	—	Prestação de contas interna sobre a promoção realizada para arrecadar fundos para a Associação.
29/02/88	X	—	Prestação de contas interna de mais atividades realizadas em nome da Associação para a arrecadação de fundos.
04/03/88	X*	—	Discutir quais os principais problemas dos membros com o presidente e buscar alternativas para solucioná-los.
07/03/88	X	—	Leitura da Ata referente à reunião anterior para o presidente da Associação, exigindo mudança de postura no seu comportamento.
06/04/88	X	—	Discussão sobre quem se responsabilizaria pela organização e distribuição das “compras comunitárias” e quais famílias do bairro seriam contempladas pelo benefício (projeto social do CEASA Paraná).
11/04/88	X	X	Discussão, com os moradores, a forma de entrega das “compras comunitárias”.

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

\*Essa reunião foi convocada a partir da iniciativa de alguns membros da diretoria, sem a presença do presidente.

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
01/03/89	X	—	Discussão sobre o que falta (documentação) para que a Associação fosse considerada entidade de utilidade pública; prestação de contas; descrição da reunião do presidente com o prefeito para a elaboração “de um tal de plano de diretor” (sic) para a cidade.
17/02/91	X	X	Eleição e posse de nova diretoria.

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
28/03/93	X	X	Eleição e posse de nova diretoria.
04/04/93	X	—	Criação de comissões responsáveis por reivindicar, junto a órgãos públicos, demandas comunidade (junto com membros da comunidade); necessidade de reestruturação do estatuto da Associação; necessidade de desvinculação da Associação com a Igreja do bairro*; escolha de um vereador para representar o bairro na câmara; definir o calendário mensal de reuniões.
17/04/93	X	X	Questionamento, dos moradores, sobre não implantação da agência BANESTADO no bairro; elaboração de ofício para encaminhamento à prefeitura.
28/04/93	X	X**	Questionamento, dos moradores, quanto ao fechamento do posto bancário, da sub-prefeitura e do posto de correio no bairro.
01/05/93	X	—	Discussão de preços para locar prédio para a instauração da sede da Associação; organização dos membros da diretoria para coletarem assinaturas em todo o bairro (para a criação de agência bancária no bairro).
18/07/93	X	—	Discussão sobre prioridades do bairro diante do orçamento municipal destinado ao bairro; diretoria concorda que a escolha das prioridades deve ser feita com a presença da comunidade.
24/07/93	X	X	Escolha, junto com a comunidade, das prioridades do bairro a serem incluídas no orçamento municipal de obras públicas (para o ano de 1994) – desapropriação de terreno para a construção de centro comunitário e cancha de esportes.
26/10/93	X	X	Discussão da necessidade de cortes de árvores pelo bairro (riscos para a comunidade); lixo acumulados em terrenos vazios.

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

\*As reuniões estavam sendo realizadas no salão catequético da Igreja Católica do bairro.

\*\*Além dos moradores do bairro registrou-se a presença de autoridades locais (vereadores escolhidos para fazer a representação do bairro junto à Câmara Municipal).

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
03/03/94	X	—	Apresentação de ofícios encaminhados ao poder público com as reivindicações da comunidade; promoção de eventos para arrecadar fundos para a Associação.
09/03/94	X	—	Prestação interna de contas (festa realizada pela Associação).

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
25/03/95	X	X	Prestação de contas; marcar data da eleição e discutir as regras para a realização da eleição.
02/04/95	X	X	Discutir, com moradores, a forma de realização de um levantamento geral sobre o bairro (famílias carentes, problemas centrais) e elaboração das fichas que serão utilizadas neste levantamento.
02/06/95	X	—	Discutir estratégias (com membros da diretoria) para a composição das chapas concorrentes.
05/07/95	X	—	Elaboração final do Regimento Eleitoral da Associação de Moradores do Lar Paraná (AMOLP).
16/07/95	X	X	Eleição nova diretoria.
06/08/95	X	—	Prestação de contas e entrega de livros; ata de posse da nova diretoria.
21/08/95	X	—	Elaboração de ofícios para encaminhamento à prefeitura; criação de “grupos de reflexão” sobre o meio ambiente e a limpeza do bairro (vídeo sobre limpeza pública).
18/09/95	X	—	Prestação de contas quanto aos ofícios encaminhados à prefeitura.

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
18/01/96	X	—	Reivindicações da comunidade: construção de módulo policial na Praça Alvorada, solicitam a construção de escola municipal (pré-escolar até a quarta série) e a abertura de rua (que culmina na estrada “Boiadeira”; troca da iluminação precária da Praça do bairro (Alvorada); solicitam a construção de quebra-molas em algumas ruas.
20/05/96	X	—	Criação de um Jornal da Associação; “empenho” do presidente em tentar reivindicar, junto à prefeitura, os pedidos da comunidade.
29/05/96	X	—	Comunicação aos membros da diretoria do afastamento do presidente (concorre a Vereador) nas eleições municipais).
06/10/96	X	—	Comunicação aos membros da diretoria do desligamento do presidente da Associação porque fora eleito vereador.

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
13/01/97	X	—	Reuniram-se para discutir as mudanças no quadro da diretoria eleita em 95 (com a saída do presidente foram feitas alterações nas funções dos membros da diretoria).
20/07/97	X	X	Eleição de nova diretoria (chapa única).
03/08/97	X	X*	Posse da nova diretoria eleita, com discurso de que a comunidade, por meio da Associação de Moradores, é fundamental na construção de uma cidade “melhor”.
23/08/97	X	—	Pedido de afastamento de alguns membros eleitos da Associação, reivindicações quanto ao destacamento policial para o bairro e idéia de que o recolhimento do lixo pudesse ser feito pelos moradores do próprio bairro; conscientização dos moradores quanto à reciclagem de lixo e poda de árvores; reivindicação de que a diretoria deve tentar engajar a comunidade (para que seu trabalho se torne mais fácil); discussão do calendário mensal de reuniões.
19/09/97	X	X	Doação de módulos sanitários pela prefeitura a famílias carentes; discussão de projetos da Câmara (projeto de emplacamento de bicicletas).
18/10/97	X	—	Leitura de correspondências recebidas e nomeação de membro para a representação junto à Comissão de Saúde (elaboração do Plano de Saúde do Município de Campo Mourão).

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

\*Além da comunidade, participaram da reunião realizada no Coreto da praça pública, vereadores e “demais autoridades” do município.

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
16/01/98	X	—	Discussão de critérios para a realização de cadastramento do bairro.
01/08/99	X	X	Eleição (duas chapas concorrentes).
13/08/99	X	X*	Ata de posse da nova diretoria.
24/08/99	X	—	Discussão do calendário das reuniões e discussão de demandas da população (caçada quebrada pela SANEPAR sem a solução, a criação de uma rádio comunitária e a necessidade de regularização da conta da Associação).
26/09/99	X	—	Necessidade da Associação organizar o comércio da região (com a ajuda da ACICAM – Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão); discussão sobre a realização de uma festa para a integração do bairro.
31/10/99	X	—	Reivindicação dos membros da diretoria: instalar uma extensão da ACICAM no Lar Paraná e elaborar ofício para prefeitura com reivindicações da população (limpeza bocas de lobo e pintura faixas de pedestre).

**Fonte:** Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

\*Além da comunidade, a reunião contou com a presença do prefeito municipal, vereadores e “demais autoridades”.

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
28/05/06	X	X	Eleição da nova diretoria (2006-2008).
16/06/06	X	—	Mudança do estatuto da Associação; critérios para o aluguel do salão da Associação; discussão da forma de pagamento do membro da comunidade responsável pela portaria do Baile da Terceira Idade; critérios sobre quem pode e quem não pode entrar no Baile da Terceira Idade.
07/07/06	X	—	Prestação de contas: despesas da Associação custeadas com arrecadação do Baile da Terceira Idade; prestação de contas externa na próxima reunião; presidente comunica decisão de ampliação da sede da Associação (obras realizadas com recursos da prefeitura municipal – R\$ 36.000,00); tais recursos da prefeitura ainda serão usados para a compra de equipamentos para a realização do Baile da Terceira Idade e para a compra de equipamentos de poda de árvores; presidente justifica falta de periodicidade na realização das reuniões em virtude de suas aulas na Faculdade (curso Bacharelado em Direito).
27/11/06	X	—	Reunião, na prefeitura, com o Secretário do Planejamento (responsável por obras no bairro), com o Secretário de Coordenação Geral do Município* e com comerciantes do bairro que se sentem prejudicados com a realização de determinadas obras.

Fonte: Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

\*Deve-se ressaltar que o referido secretário (de Coordenação Política do Município), o Marco, foi eleito presidente da Associação de Moradores do Lar Paraná (AMOLP) e, em seguida, eleito vereador do município, era marido da presidente da Associação à época (e atual presidente da AMOLP), denominada na pesquisa como Cesarina.

DATA REUNIÃO	SOMENTE DIRETORIA	DIRETORIA E COMUNIDADE	TEMAS
17/05/08	X	—	Pedido de afastamento da Presidente da Associação (assuntos pessoais); presidente comunica a todos os presidentes o repasse de verbas (R\$1.650,00) para a Associação pela Secretaria de Esportes do município, por meio de Convênio; comunicou, ainda, a aprovação, pela prefeitura e pela câmara de vereadores, de convênios com a AMOLP nos valores de R\$36.000,00 e R\$ 25.000,00.
06/07/08	X	X*	Presidente da AMOLP comunica parceria com deputado estadual em projeto para a comunidade.
01/08/08	X	X	Aprovação da reforma do estatuto da AMOLP (de acordo com a lei nº 9.790/99 – lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

Fonte: Livro de Atas da Associação dos Moradores do Lar Paraná (município de Campo Mourão).

\* Além da comunidade, estavam presentes o referido deputado estadual (e “idealizador do projeto”), o secretário municipal de esportes do município de Campo Mourão e do vereador (marido da atual presidente), denominado Marco.

## APENDICE C

### MODELO ROTEIRO ENTREVISTAS MORADORES DO LAR PARANÁ

**Identificar-se:** aluna de pós-graduação (mestrado em ciências sociais) da Universidade Estadual de Londrina.

**Pesquisa realizada (objetivo):** comparar o processo de participação da sociedade na democracia do município (via associação de moradores), em relação ao período de abertura política (Constituinte de 1988).

**Comprometimento ético da pesquisa:** pesquisadora não é da cidade, não tem interesse partidário e não divulgará, em hipótese alguma, dados pessoais e demais dados que possam identificar os entrevistados, ou que possam ser utilizados em campanha política; ademais, os dados coletados não serão repassados a nenhum tipo de meio de comunicação (mídia impressa ou falada).

#### Solicitações:

##### 1. Gravação das entrevistas.

1. Ter acesso a documentações da Associação (histórico de formação, atas, tudo que puder contribuir para reconstruirmos a história da Associação).

2. Ter acesso à algumas reuniões abertas à comunidade, como ouvinte.

#### Observações:

1. O entrevistado deve se sentir à vontade para responder às perguntas. Caso contrário, pode se recusar a respondê-las, em qualquer momento da entrevista. Deve se sentir à vontade.

2. O objeto da pesquisa é o brasileiro comum e a qualidade de sua participação (ou não) na esfera política.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

#### A) Identificação:

- Nome completo
- Idade
- Sexo
- Escolaridade
- Local de nascimento
- Ocupa algum cargo na Associação?
- Foi eleita ou substituiu outro membro?
- Profissão
- É filiada a algum partido político, qual?

#### B) Descrição das reuniões comunitárias (sua relação com os moradores, e não com a diretoria da Associação)

- Como os temas que são discutidos em cada reunião são escolhidos?
- Quem define esses temas?
- Os moradores falam durante as reuniões?
- O(a) senhor(a) fala, debate e questiona durante a reunião?
- Os moradores trazem problemas para serem discutidos durante as reuniões?
- O(a) senhor(a) leva os problemas para a presidente da Associação resolver?
- Que tipo de problemas o(a) senhor(a) leva para a Presidente da Associação: pessoais (privados) ou mais coletivos (da comunidade toda)?
- O que o(a) senhor(a) acha dessa prática (de levar os problemas para a Presidente da Associação resolver)?
- O(a) senhor(a) já manuseou/viu algum documento da Associação?
- O(a) senhor(a) sabe de onde vêm os recursos da Associação?
- O(a) senhor(a) já se sentiu decepcionado(a) quando procurou ou precisou de algum político ou pessoa da prefeitura/câmara de vereadores? O que o(a) senhor(a) fez?
- O que aconteceu nessa situação? Fale mais a respeito (precisou recorrer a algum tipo de favor, de jeitinho para conseguir o que queria)?
- Voltando às reuniões, é comum haver discussões entre moradores durante as sessões (por causa de algum tema)?
- Em ambos os casos, como tais conflitos/divergências são resolvidas: citar exemplos (pessoas se agridem verbalmente, há votação da melhor proposta, etc...).
- Como o(a) senhor(a) vê a figura da Presidente da Associação? Fale um pouco dela para mim.

- O(a) senhor(a) como morador(a) do bairro sente-se como em relação à Associação? (membro, amiga, nada).
- C) Descrição de seus comportamentos **perante a comunidade** (e não diante da diretoria)
- Como o(a) senhor(a) **age** quando precisa resolver alguma coisa junto ao poder público (prefeitura, câmara): procura discutir essa questão com outros moradores/vizinhos, vai diretamente procurar a Presidente da Associação ou vai direto ao poder público? (procure aprofundar a resposta).
  - O(a) senhor(a) já levou problemas pessoais para serem resolvidos diretamente pela Presidente da Associação? Isso foi discutido no espaço da Associação ou em outro local?
  - Explique como você lida com as divergências que surgem entre você e os moradores no cotidiano de suas atividades como membro da associação.
  - Você tem contato informal/intimidade com os(as) membros da diretoria da Associação? O que você acha disso? Eles já o(a) auxiliaram prestando algum tipo de favor? Como o(a) senhor(a) se sentiu (em relação aos outros moradores que não conseguiram isso)?
  - Na sua opinião, qual é a influência dessa maior intimidade com os membros da Associação na hora de resolver os seus problemas?

**ANEXOS**

## ANEXO A

**LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR**

**Fonte:** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Perfil dos Municípios.** Curitiba, 2009.

Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal)

## ANEXO B

**MODELOS DE OFÍCIOS PROTOCOLIZADOS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NA  
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA PREFEITURA DE CAMPO  
MOURÃO-PR**

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS JARDINS TROPICAL I E II**

Município de Campo Mourão  
Divisão de Protocolo e Arquivo  
Protocolo n.º: 2044 / 2009

Data: 12/3 / 2009 Hora: 11:06:19

Campo Mourão – Pr, 12 de março de 2009.



Ilmo Senhor

**NELSON JOSÉ TURECK**

Prefeito

Campo Mourão – Pr.

Prezado Senhor

Solicitamos através desta informações sobre o barracão industrial do Jardim Tropical II:

QUANTAS PESSOAS QUE CONCLUÍRAM O CURSO DE COSTURA INDUSTRIAL, QUANTAS FICARÃO TRABALHANDO NA FIRMA QUE REALIZOU O CURSO?

- PARA OS QUE NÃO FICARÃO NA EMPRESA QUAL O PROJETO DE GERAÇÃO DE EMPREGO PARA ESTAS COSTUREIRAS?

- SOBRE A EMPRESA CONTRATADA PARA USO DO BARRACÃO, GOSTARIA DE SABER QUAL O PRAZO DO CONTRATO, INCLUSIVE GOSTARIA DE RECEBER UMA COPIA DESTE CONTRATO.

Sem mais

Atenciosamente

  
**CARLOS DE OLIVEIRA**

Presidente

99 37-0057

Município de Campo Mourão  
Divisão de Protocolo e Arquivo  
**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM FLÓRIDA**  
**SHANGRILÁ E FLORA**  
Protocolo nº: 1722 / 2009

Data: 06/3 /2009 Hora: 10:21:02

Ofício 13/2009

Campo Mourão, 04 de Março de 2009.

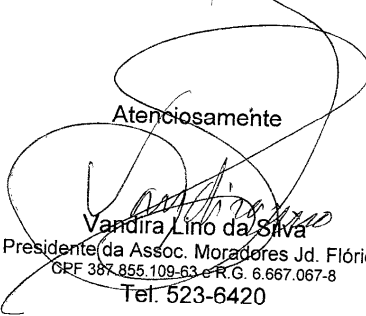


Prezado Sr.:

Vimos através deste, solicitar a implementação de um projeto de arborização no Jardim Flora, pois os moradores desta comunidade tem manifestado essa reivindicação.

No aguardo da vossa resposta, agradecemos a atenção, colocando-se a disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

  
Vandira Lino da Silva  
Presidente da Assoc. Moradores Jd. Flórida  
CPF 387.855.109-63 e R.G. 6.667.067-8  
Tel. 523-6420

Prezado Sr.  
**Afonso Celso de Almeida Hruschka**  
Secretário Mun. da Agricultura e Meio Ambiente  
Campo Mourão – Pr.

ANEXO C  
LEGISLAÇÃO



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.**

**Regulamento** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL  
DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I - as sociedades comerciais;
- II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX - as organizações sociais;
- X - as cooperativas;
- XI - as fundações públicas;
- XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

- I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;
- III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;
- V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;
- VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;
- VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:
  - a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
  - b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
  - c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
  - d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. [\(Incluído pela Lei nº 10.539, de 2002\)](#)

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- I - estatuto registrado em cartório;
- II - ata de eleição de sua atual diretoria;
- III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- IV - declaração de isenção do imposto de renda;
- V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

- I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;
- II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;
- III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

## CAPÍTULO II DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), e na [Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem

como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

~~Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.~~

~~§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.~~

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até cinco anos contados da data de vigência desta Lei. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)<sup>63</sup>

§ 1º Findo o prazo de cinco anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Renan Calheiros*

*Pedro Mallan*

*Ailton Barcelos Fernandes*

*Paulo Renato Souza*

*Francisco Dornelles*

*Waldeck Ornélas*

*José Serra*

*Paulo Paiva*

*Clovis de Barros Carvalho*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.3.1999

<sup>63</sup> Art. 18. O art. 18 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até cinco anos contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º Findo o prazo de cinco anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

....." (NR)